08

REVISTA PolitiKa

Nº8_Jul.-Dez._2021

As crises da democracia e as respostas do campo progressista na América Latina

HUMBOLDT-VIADRINA Governance Platform

Fundação João Mangabeira

REVISTA

PolitiKa

Organização

Fundação João Mangabeira

Colaboração

HUMBOLDT-VIADRINA Governance Platform

Nº8 jul.-dez. 2021 | ISSN 2358-9841

REVISTA POLITIKA

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Siqueira
Ricardo Coutinho
Alexandre Navarro
Gesine Schwan
Alexander Blankenagel
César Benjamin
Marcia H. G. Rollemberg
Rafael Araripe Carneiro
Adriano Sandri
Paulo Bracarense
Osvaldo Saldías
Tania Bacelar de Araújo
Raimundo Pereira

DIRETOR RESPONSÁVEL
Alexandre Navarro

EDITOR
César Benjamin

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Marcia H. G. Rollemberg

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luciana Capiberibe

REVISÃO
Laerte de Abreu Júnior

PROJETO GRÁFICO
Traço Design

DIAGRAMAÇÃO
Rita Corrêa

IMAGEM DE CAPA
Pixabay/ Alexas_Fotos

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE
Carlos Siqueira

MEMBROS TITULARES
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Cristina Almeida
Dalvino Franca
Felipe Martins
Francisco Cortez
Gabriel Maia
Jairon Nascimento
James Lewis
Joilson Cardoso
Manoel Alexandre
Paulo Bracarense
Ricardo Coutinho
Serafim Corrêa
Silvânio Medeiros
Vera Regina Müller

SUPLENTE
Henrique Antão

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES
Alessandro Antônio Stefanutto
Jônia Maria de Lima Pompeu
Thyago Henriques de O. Madruga Freire

SUPLENTES
Orlando José Felippe Castells
Luciana de Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE
Ricardo Coutinho

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Alexandre Navarro

DIRETOR FINANCEIRO
Francisco Cortez

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Carlos Amastha

DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO
Fabio Maia

EQUIPE DA FJM

GERENTE EXECUTIVA
Márcia H. G. Rollemberg

COORDENAÇÃO DA ESCOLA JOÃO MANGABEIRA
Adriano Sandri

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Luciana Capiberibe

ASSISTENTES
Bruna Lacerda
Elsa Medeiros
Fernanda Regis Cavicchiolli
Filipe Gomes Franca

AUXILIARES
Daniela Ferreira dos Santos
Edson Martins dos Santos
Sebastião Antônio Correia

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2020

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F981 Revista Politika [texto (recurso eletrônico)]
/ Fundação João Mangabeira. – Brasília: Editora FJM
– ??? p. : il. : color. – n. 8 (jul.-dez. 2021).

Semestral
Publicação on-line:
<www.fjmangabeira.org.br/revistapolitika>
Organizador: César Benjamin.
ISSN: 2358-9841

1. Publicações – Periódicos. 2. Política – Periódicos.
3. Políticas Públicas – Periódicos. I. Journal Politika.
II. Benjamin, César.

CDD 32(05) CDU: 320(051)

Ficha catalográfica:
Wilians Juvêncio da Silva CRB 1/3140 – 1ª Região. DOX

Publicação eletrônica:
http://www.fjmangabeira.org.br/revistapolitika

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA
Sede própria - SHIS QI 5 - Conjunto 2 - Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br

HUMBOLDT-VIADRINA GOVERNANCE PLATFORM
Pariser Platz 6, Im Allianz Forum
10117 Berlin - Germany
Tel. +49 30 2005 971 10
office.schwan@humboldt-viadrina.org

ACESSE:
http://fjmangabeira.org.br/revistapolitika

QR-Code

No seu smartphone ou tablet baixe aplicativos gratuitos para leitura da Revista.

sumário

4 editorial
A LONGA BATALHA EM DEFESA DA DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA
Carlos Siqueira

5 apresentação
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PROGRESSISTAS NA SUPERAÇÃO DAS CRISES DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA
Ricardo Coutinho

6
DESAFIOS DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA
Wagner Iglecias

12
DEMANDAS DEMOCRÁTICASPARA UM PROGRESSISMO LATINO-AMERICANO DO SÉCULO XXI
Gerardo Caetano

26
A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: CICLOS POLÍTICOS OU DISPUTA DE PODER
María Isabel Domínguez

32
CRISE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA ...COMO NO RESTO DO MUNDO..
Jean Jacques Kourliandsky

40
GEOPOLÍTICAS DOS PACTOS NACIONAIS PELA IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA (CEPAL) – O DEBATE SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL E DEMOCRACIA
Dr. Jaime A. Preciado Coronado

52
DEMOCRACIA E CRISE NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE
Gabriela Roffinelli

66
DESAFIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA FORTALECER A EQUIDADE E A JUSTIÇA SOCIAL EM CUBA
María del Carmen Zabala Arguelles

74
NEOLIBERALISMO, CORRUPÇÃO E CRISE POLÍTICA NO PERU
Ariela Ruiz Caro

86
CRISE HEGEMÔNICA E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS EM NOSSA AMÉRICA – UMA PERSPECTIVA DO CASO COLOMBIANO
Carolina Jiménez Martín

96
SEM SOBERANIA, A DEMOCRACIA E OS DIREITOS HUMANOS SÃO LETRA MORTA
Idilio Méndez Grimaldi

106
IDENTIDADES SUBALTERNAS E DEMOCRACIA EM HONDURAS
Anarella Vélez Osejo

118
O ROSTO DOS AUSENTES NAS DEMOCRACIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE
Diogenes Diaz

128
O FAZER POLÍTICO DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES E A DEFESA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA
Rute Alonso

138
DA CIDADANIZAÇÃO AOS ARMÁRIOS INSTITUCIONAIS: PESSOAS SALVADORENHAS LGBTI+ E POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE 2010 E 2020
Amaral Arévalo

152
DEMOCRACIA E CRISE DE REPRESENTAÇÃO NO SÉCULO XXI – DEZ DESAFIOS E DEZ PROPOSTAS PROGRESSISTA
Diego López Garrido

158
A POLÍTICA, A DEMOCRACIA E OS DIREITOS – ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA
Ramón Torres Galarza

Carlos Siqueira
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro

A longa batalha em defesa da democracia latino-americana

A Constituição Federal de 1988 representa um grande pacto da sociedade brasileira em torno das instituições democráticas, rejeitando nosso passado autoritário e, principalmente, os horrores vivenciados pela população durante a Ditadura Militar.

Não foi o suficiente para garantirmos um regime democrático profundamente arraigado tanto em nossa sociedade quanto em nossas instituições. Mais de 30 anos após a promulgação da Constituição de 1988, nos vemos, novamente, enfrentando uma nova batalha de defesa de nossa democracia.

Não é um cenário diferente do vivenciado em outros países da América Latina. Após um ciclo de governos progressistas e que buscavam maior transparência e democracia em seus governos, uma nova onda conversadora se instalou em nosso continente. Vimos países como a Argentina elegerem Macri, novo representante do conservadorismo e do neoliberalismo; a Guatemala, Otto Pérez Molina, forçado a deixar o cargo por escândalos de corrupção e insatisfação popular; caso parecido com o do Peru, onde Kuczynski renunciou devido a uma série de escândalos. Nesse contexto, o próprio Brasil sofre com os desgovernos de Bolsonaro, que paulatinamente desafia a democracia e qualquer racionalidade para o cargo que ocupa.

Dessa maneira, a onda conservadora se configura como uma aparente rejeição a governos de esquerda, bastante presentes nos anos 2000 e 2010, já que estes governos são levados ao controle de seus países por vias democráticas, eleitorais. Há um movimento de crescente conservadorismo, com tendências autoritárias, que não afeta somente as esferas institucionais, mas que é gerado entre a sociedade latino-americana. Como sociedades que se livraram de governos ditatoriais nos anos 1980 e 1990 podem voltar a esse novo ciclo? Mantemos eleições regulares, mas que podem alçar ao poder líderes – como Bolsonaro já demonstrou diversas vezes – que rejeitam os próprios mecanismos que os elegeram.

Há diversas respostas, muitas ainda em aberto, quando buscamos responder a essas perguntas. O webinário As Crises da Democracia e as Respostas do Campo Progressista na América Latina, do qual resulta esta revista, trouxe algumas dessas discussões com convidados diversos e qualificados no tema. Precisaremos, temporalmente, nos afastar mais dos fatos para que tenhamos clareza de suas razões e de seus impactos. O que não podemos, de forma alguma, é deixar de defender e lutar pela consolidação de nossa democracia, por mais que ainda tenhamos um longo caminho em sua construção e aperfeiçoamento. É preciso ter a lucidez necessária para compreender que toda democracia é conflitiva por natureza, demanda concessões e faz exigências em pontos inegociáveis. Não é um regime fácil, exatamente por ter que lidar com a complexidade inerente à sociedade. Na América Latina, terra de tantos povos, culturas, línguas, identidades, é compreensível que sua construção se torne ainda mais árdua. Mas somente por meio dela será possível avançarmos em um continente mais justo, igualitário e que represente a todas e todos.

Ricardo Coutinho
Presidente da Fundação João Mangabeira

O papel das instituições progressistas na superação das crises da democracia na América Latina

O webinário As Crises da Democracia e as Respostas do Campo Progressista Na América Latina, organizado pela Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro, e realizado em 3 e 4 de dezembro de 2020, trouxe valiosas contribuições para a compreensão dos cenários passados e presentes em nossa região. É com desconforto que temos assistido ao retrocesso da democracia em diversos países de nosso continente, fenômeno reforçado por diversas pesquisas e estudos sobre a preferência dos cidadãos em regimes de governo.

Marta Lagos, diretora da organização não governamental Latinobarometro, responsável pela pesquisa que há 23 anos detecta as percepções políticas da população de nossa região, em 18 países, destacou que 2018 pode ser considerado o *annus horribilis* para a democracia da América Latina[1] – em referência a um clássico discurso da Rainha Elisabeth II. De acordo com a organização, os latino-americanos se encontram cada vez mais insatisfeitos com a democracia, pendendo para modelos mais autoritários. Em 2017, o estudo citava que a região vivia uma "diabetes democrática", como uma doença silenciosa, mas mortal. O maior percentual de entrevistados, desde que a pesquisa começou a ser realizada, citou não ter preferência quanto a um regime de governo – 28%. Mais assustadora é a constatação que seis em cada dez pessoas não votariam em um partido político – instituição fundamental da democracia.

Esse dado acende um alerta vermelho para uma outra crise dentro da própria crise da democracia, referente à representação política institucional e o papel das instituições partidárias na defesa de nosso regime de governo. Parece urgente que os partidos progressistas se coloquem de forma inexorável na defesa da democracia, lutando em todas as frentes. Além disso, é fundamental que entendam como países democráticos e com governos progressistas levaram a esse cenário de descrédito, para que possam construir novos caminhos e novas formas de estarem presentes no cotidiano de todas e todos os latino-americanos. A representação partidária dentro de um regime democrático ainda é a forma mais organizada e eficiente de garantirmos um Estado justo e representativo, por mais que tenhamos imensos desafios pela frente. Todos os artigos apresentados nesta edição da *Revista Politika* querem apoiar a compreensão desses fenômenos e elucidar como poderemos caminhar no fortalecimento de nossas instituições, sem abrir mão delas, jamais.

Esta é uma das contribuições que podem ser feitas pelas instituições progressistas: estudar, ouvir, debater e compreender com mais profundidade nossos desafios enquanto continente. Por meio da escuta e do diálogo – atividades essencialmente democráticas –, poderemos perseguir nossos objetivos finais.

Nota

[1] **MOLINA, Federico Rivas.** Democracias da América Latina vivem seu "annus horribilis" em 2018, aponta estudo. *El País*, Buenos Aires, 10 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/09/politica/1541766116_145827.html.

Wagner Iglecias[1]

Desafios da Democracia na América Latina contemporânea

O mundo está ingressando na terceira década do século XXI e a América Latina se vê, mais uma vez, diante de problemas antigos, de natureza estrutural, consequências de mais de quinhentos anos de incorporação subalterna à economia mundial, de formação de sociedades atravessadas pelas mais variadas formas de desigualdade e de instituições políticas que, apesar dos avanços das décadas recentes, ainda padecem de fragilidades diversas.

Ainda que não seja a região mais pobre do mundo, posto ocupado pela África, a América Latina, aí também considerado o Caribe, tinha em 2018, segundo a CEPAL, cerca de 185 milhões de pessoas em situação de pobreza, o que correspondia a aproximadamente 30% do total de sua população e lhe conferia o vice-campeonato mundial neste triste indicador.[2] E, além disso, continuava como a região mais desigual do mundo. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, naquele mesmo ano 10% de seus habitantes concentravam 37% da renda da região, enquanto os 40% mais pobres detinham apenas 10%.[3] Segundo estudo da Oxfam Brasil, baseado em dados do *ranking* de grandes fortunas da revista *Forbes*, apenas entre março e junho de 2020, nos primeiros meses da pandemia da covid-19, 73 bilionários latino-americanos teriam aumentado suas fortunas em US$ 48,2 bilhões, quantia que equivale a um terço do total de recursos previstos para aquele ano em programas governamentais de auxílio econômico implantados em toda a região.[4] A América Latina tem sido também uma das mais regiões violentas do planeta. Levantamento elaborado pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal do México mostra que entre as 50 cidades mais violentas do mundo em 2018 nada menos que 44 eram latino-americanas. Tijuana, no próprio México, com uma taxa de 138,26 homicídios para cada 100 mil habitantes, Caracas, na Venezuela, com 99,9 homicídios para cada 100 mil habitantes e Natal, no Brasil, com 74,67 homicídios para cada 100 mil habitantes, figuravam entre as cidades mais perigosas do mundo naquele ano.[5]

Decorridos pouco mais de cinco séculos desde a chegada dos primeiros europeus ao então chamado Novo Mundo, a região permanece com uma estrutura econômica prioritariamente primário-exportadora. Aos antigos ciclos da prata e do ouro, do açúcar e do tabaco, do cacau e do café, da borracha e do salitre, que, em variadas épocas e diferentes latitudes da região fizeram a riqueza de poucos e a miséria de milhões, sobrepuseram-se as atuais *commodities* minerais e agrícolas que respondem pela parcela mais expressiva da pauta de exportações das nossas nações, como a soja, o minério de ferro, o petróleo e o cobre.

É bem verdade que, ao longo do século XX, alguns países da região viveram processos de industrialização e de integração menos rudimentar à economia mundial, como ocorreu com México, Brasil e Argentina, e

em muito menor medida da Venezuela, Colômbia, Peru e Chile. No entanto, após o fim do período nacional-desenvolvimentista marcado pelo aumento do papel do Estado na economia, criação de setores de classe média e urbanização acelerada, vieram os duros anos de ajuste neoliberal comandados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, ao mesmo tempo em que o mundo desenvolvido experimentava a terceira revolução industrial, com saltos de produtividade derivados da introdução da informática, da eletrônica e da robótica nos processos produtivos. Some-se a isso a revolução das telecomunicações e a integração crescente dos mercados financeiros, que aprofundaram e ampliaram enormemente a face financista do capitalismo. As transformações das condições da economia mundial, em que pese todo o discurso que apontava para um cenário de infinitas oportunidades para países pobres ou em desenvolvimento, na prática diminuíram as possibilidades de inserção autônoma da América Latina na nova ordem global.

O último quarto do século XX trouxe, inclusive, um desafio duplo para a região: além da necessidade de ajustar suas economias a um cenário mundial em profundas transformações, nossos países precisaram fazer a transição de regimes de força para sistemas políticos democráticos. Processos que nunca foram fáceis, nem simples, e que muitas vezes falharam em superar a cultura autoritária construída ao longo de gerações, desde o período colonial. Como resultado, a América Latina hoje é caracterizada por democracias de maior intensidade em alguns países, e de menor em outros, bem como por períodos de relativa estabilidade política entremeados por momentos de grande agitação social ou de graves ameaças às instituições.

Para além do âmbito do voto, dos partidos, dos parlamentos, dos gabinetes e dos tribunais, nossas so-

ciedades seguem marcadas pela desigualdade. Um de seus traços mais evidentes é o racismo, que marginaliza milhões de pessoas em várias das nossas nações, ainda que indígenas e seus descendentes sejam maioria nos países andinos, como Bolívia, Peru e Equador, ou no Paraguai, na Guatemala e no sul do México, e que negros e seus descendentes sejam maioria no Brasil e em quase todo o Caribe. As mulheres também seguem como uma maioria historicamente discriminada em toda a região, seja através da violência cotidiana, seja por conta dos baixos salários, da cultura machista ou da sub-representação política. Populações LGBTQIA+, por sua vez, estão entre os principais alvos de preconceito e violência em diversos países latino-americanos e nossas sociedades e nossos governos continuam falhando na criação de condições mínimas de vida dignas a centenas de milhões de pessoas que compõem esses e outros grupos estigmatizados, excluídos e vitimados por variadas formas de violência em toda a região.

Somem-se a todos esses problemas a oferta precária ou restrita de políticas sociais, a concentração da terra, as más condições de habitação e transporte nas grandes metrópoles, o acesso insuficiente ao trabalho formal e digno e aos sistemas de Justiça, bem como a permanência de uma cultura ainda fortemente patrimonialista, também herdada de séculos, que faz da corrupção e da má gestão do Estado outras mazelas a serem enfrentadas na América Latina. Como desafio daí decorrente, coloca-se a melhoria da gestão pública e a universalização de serviços públicos, gratuitos e de qualidade disponibilizáveis a toda a população.

Para discutir esses e vários outros temas, a Fundação João Mangabeira organizou, em dezembro de 2020, o seminário As Crises da Democracia e as Respostas do Campo Progressista. Inicialmente planejado para ocorrer presencialmente em Brasília, o evento aconteceu de forma virtual, por causa da pandemia de covid-19, mas manteve sua programação original com lideranças políticas, intelectuais e ativistas sociais de países da América do Sul, América Central, Europa, de Cuba e México. Durante dois dias foram realizadas sete mesas redondas, com a participação de 22 palestrantes e debatedores. Nesta edição de *Politika,* as leitoras e os leitores terão acesso a quinze artigos resultantes daquela jornada de discussões sobre a democracia na América Latina e suas crises, potencialidades e expectativas de futuro. A seguir fazemos uma breve descrição dos principais pontos abordados em cada um dos textos.

Gerardo Caetano, catedrático da Universidad de La República, do Uruguai, destaca em seu artigo as demandas democráticas para a construção de um caminho progressista para a América Latina neste início de século XXI, época de fortes ameaças à democracia em várias partes do mundo. E por estas demandas, destaca também, ao lado daquelas de natureza da participação política, a construção de regimes pautados pela inclusão econômica e social das maiorias. Em meio às reflexões sobre "democracias desafiadas" e "confusão democrática", Caetano mobiliza amplo referencial teórico para referir-se aos acertos e também aos erros de governos de variadas colorações de esquerda existentes na região, como Venezuela, Cuba, Nicarágua, Bolívia e Equador, ou mesmo Brasil, Argentina e Chile e o próprio Uruguai.

Maria Isabel Dominguez, diretora do Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Cuba, chama a atenção, em seu artigo, para o fato de que a democracia de corte liberal tem por horizonte a dinâmica dos ciclos eleitorais e da economia de mercado, tomados como finalidades últimas dos regimes políticos. Apontando para o que entende como limitações daquele modelo, Dominguez convida à reflexão para outros tipos de democracia, mais abrangentes e profundos, dotados de um sentido novo e anticapitalista, através de projetos emancipatórios e decoloniais.

Partindo de uma perspectiva global sobre a crise da democracia contemporânea, Jean Jacques Kourliandsky, diretor do Observatório da América Latina da Fondation Jean-Jaurès, da França, nos convida a refletir, em seu texto, acerca da substituição da perspectiva otimista sobre as transições democráticas da América Latina, observada algumas décadas atrás, para a atual situação na qual esperanças dão lugar a dúvidas em relação à capa-

cidade das instituições políticas da região no atendimento ao amplo e variado conjunto de demandas de suas sociedades. Como saídas, Kourliandsky propõe que as esquerdas latino-americanas recriem práticas e discursos que valorizem a cidadania, o papel do Estado, a soberania popular e a integração de ricos e pobres por meio de arenas democráticas de discussão.

Jaime Preciado Coronado, professor titular de Ciências Sociais da Universidad de Guadalajara, México, nos presenteia com um artigo instigante que aponta para os desafios relativos à construção da democracia com igualdade social e desenvolvimento sustentável. O autor demonstra como a questão da desigualdade, antes completamente secundarizada na agenda política, tem sido aos poucos incorporada aos projetos políticos progressistas, desde as modalidades locais de Estado de bem-estar até iniciativas mais arrojadas como aquelas da plurinacionalidade e do Buen Vivir existentes em alguns governos da recente onda rosa latino-americana. Preciado ressalta a importância dos pactos pela democracia e pela igualdade social na América Latina e no Caribe, mas também aponta para suas limitações contemporâneas, relativas ao aprofundamento da crise global do capitalismo e aos novos obstáculos e dificuldades trazidos pela pandemia. Por fim, o autor presenteia leitoras e leitores com um primoroso quadro esquemático sobre as principais correntes teóricas do debate sobre democracia e desigualdade, bem como com tipologias do que chama, de modo interessante e provocativo, de "regimes desigualitários da América Latina e do Caribe".

Gabriela Roffinelli, socióloga, professora e pesquisadora da Universidad de Buenos Aires, aborda em seu texto a complexa conjuntura da crise mundial agravada, neste momento, pela pandemia da covid-19. A autora demonstra, com variados indicadores, as condições de pobreza, desigualdade social, desemprego e precarização das condições de trabalho que têm convertido a América Latina num dos epicentros mundiais da doença. Num artigo farto em dados aterradores sobre as condições sociais da região, Roffinelli chama a atenção para o contínuo processo de concentração de renda que já acontecia nos últimos anos e segue ocorrendo mesmo em meio à quase paralisação da atividade econômica destes últimos meses. A autora se pergunta, por fim, se será possível aos setores populares construírem saídas e alternativas pautadas nos ideais de igualdade, solidariedade e internacionalismo da classe trabalhadora para barrar a ofensiva conservadora que se observa em toda a região.

Maria del Carmen Zabala Arguelles, docente da Universidad de La Habana, de Cuba, e pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), discorre, em seu artigo, sobre um tema aparentemente improvável: políticas sociais contemporâneas para fortalecer a igualdade e a justiça social em Cuba, questões que no exterior são tomadas, muitas vezes, como consolidadas há muito tempo. Explicando o processo de profundas transformações do país desde a eclosão da Revolução de 1959, a autora demonstra como a promoção das políticas sociais continua sendo, na atualidade, uma das peças fundamentais da estratégia de desenvolvimento de seu país e de seu regime político.

Ariela Ruiz Caro, economista do Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, do Peru, reflete sobre a construção, ao longo de dois séculos, de um sistema político que jamais foi capaz de integrar os setores populares tanto à economia quanto aos direitos de cidadania. A autora ressalta, além disso, que a adoção do neoliberalismo nas últimas décadas não apenas agudizou aquele problema como possibilitou o controle completo do Estado pelo poder econômico. Através de uma detalhada narração da História política recente do país andino, Ruiz Caro nos mostra como, mesmo em meio à forte instabilidade política, um modelo econômico excludente e indiferente às massas segue intocado. À fragilidade das instituições, sejam os poderes da república ou os partidos políticos, pouco a pouco se soma a indignação da população, como sinaliza a autora em relação às recentes manifestações juvenis nas ruas das principais cidades do país, num cenário potencialmente aberto e indefinido.

Carolina Jiménez Martín, docente da Universidad Nacional da Colômbia e membro do Comitê Diretivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

(Clacso), parte em seu artigo da complexa dinâmica política de seu país para chegar às mobilizações de massa que agitaram as ruas da América Latina em 2019, como se viu no Chile, Equador, Haiti, México, na Costa Rica, Argentina e na própria Colômbia. Jiménez discorre, de um lado, sobre os esforços de pacificação empreendidos por diversos atores políticos colombianos nos últimos muitos anos e, de outro, sobre a deterioração das condições sociais do país, a partir da crise econômica de 2007. A autora aponta para a resposta ultraconservadora que o Estado colombiano tem dado a essa problemática, numa estratégia em que o aumento da repressão é a outra face da adoção de medidas econômicas que penalizam, uma vez mais, os mais pobres. Apesar do cenário sombrio, Jiménez vislumbra nas mobilizações sociais recentes na região uma esperança por tempos melhores para a América Latina.

O escritor e jornalista paraguaio Idilio Méndez Grimaldi brinda as leitoras e os leitores com um texto abrangente que aponta para inúmeras dimensões da realidade latino-americana contemporânea. O autor parte da crise global do capitalismo, cuja erupção evidenciou-se em 2008, para refletir sobre a ascensão da China e seus impactos sobre a América Latina, bem como sobre os avanços e retrocessos das instituições democráticas em nossa região, tendo como exemplos Bolívia e Chile. Méndez Grimaldi cita ainda as relações tortuosas entre Brasil e o seu Paraguai ao longo da História, e por fim chama a atenção para a ascensão dos discursos religiosos como uma nova velha forma da política latino-americana.

Anarella Vélez Osejo, historiadora e docente da Universidad Nacional Autónoma de Honduras, traz em seu texto um panorama bastante atual da conjuntura política daquele país centro-americano. A autora aborda o longo período ditatorial das décadas de 1960 e 1970 e o recente período de construção da democracia iniciado em 1980, para chegar ao golpe que destituiu o ex-presidente Manuel Zelaya, em 2009. Apesar de reconhecer que se está diante de um cenário bastante negativo, Vélez Osejo joga luz sobre a mobilização da sociedade civil, desde então, pelo reestabelecimento do regime democrático, e destaca as estratégias de luta de grupos socialmente marginalizados e geralmente excluídos do jogo institucional, como as comunidades LGBTQIA+, os movimentos feministas, os coletivos de cultura e de juventude, apontando para eles como um promissor farol para o futuro de seu país.

Diógenes Díaz Campos, antropólogo e docente da Universidad de Carabobo, na Venezuela, nos remete em seu texto a uma dura constatação: não há democracia com racismo. Refletindo sobre os tantos rostos ausentes da democracia na América Latina e no Caribe, o autor demonstra a contradição entre um discurso que reputa, à democracia, a representação de maiorias e uma realidade que relega milhões de pessoas à invisibilidade. Com foco na atuação da Articulação Regional de Afrodescendentes das Américas e do Caribe, Díaz Campos convida leitoras e leitores a refletir sobre estratégias de luta que deem protagonismo político às maiorias e possam, efetivamente, fazer avançar a democracia na região para além de seus aspectos mais formais, combatendo a exclusão social e todas as formas de opressão de classe, gênero, orientação sexual, raça/etnia e territorialidade.

Rute Alonso, advogada, militante da União de Mulheres de São Paulo e coordenadora do curso de Promotoras Legais Populares, conta em seu artigo sobre a experiência da militância feminista na maior cidade do Brasil, por meio de uma organização não governamental surgida nos estertores do regime militar, ainda na década de 1980, que, da luta pela redemocratização, expandiu suas ações para o combate às desigualdades de gênero e raça/etnia na sociedade brasileira. A experiência das Promotoras Legais Populares e de seu fazer político, conforme explica Alonso, constitui-se numa das mais bem-sucedidas iniciativas de ampliação de direitos e de consolidação da democracia oriundas da luta das mulheres no Brasil.

Amaral Arévalo, pós-doutor em Medicina Social e pesquisador salvadorenho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), traz em seu artigo uma ampla discussão sobre a ascensão das esquerdas latino-americanas aos governos de diversos países da região na primeira década deste século e

as dificuldades na construção de políticas públicas de promoção da cidadania voltadas às populações LGBTQIA+, a partir do estudo de caso de El Salvador. Traçando um longo panorama histórico sobre a vida política da nação centro-americana nas últimas décadas, desde sucessivos governos de direita até a chegada ao poder da Frente Farabundo Marti para la Liberación Nacional (FMLN), Arévalo ressalta como as populações LGBTQIA+ permanecem vítimas de variadas formas de violência concreta ou simbólica, seja através da eliminação de seus corpos, seja por meio de seu silenciamento, numa evidência real de como as democracias da região têm demonstrado limitações quando se trata de avançar dos aspectos formais e procedimentais para a efetivação de direitos e garantias de segmentos historicamente perseguidos.

Em texto que parte do diagnóstico da crise da democracia representativa no espaço ibero-americano, Diego López Garrido, vice-presidente da Fundación Alternativas, da Espanha, discorre sobre os impactos políticos da crise econômica de 2008 e da recente crise desencadeada pela pandemia. Diante da percepção de que as instituições não conseguem mais dar respostas às tarefas que o momento histórico requer, o autor propõe um decálogo de ações para o campo progressista, que vai da adoção de instrumentos neokeynesianos de política econômica como alternativa ao esgotamento das medidas neoliberais até aqui em curso à construção de um multilateralismo progressista estruturado sob as premissas da igualdade, dos Direitos Humanos, do combate aos populismos e do fortalecimento do Estado e da esfera pública.

Finalmente, o artigo de Ramon Torres Galarza, poeta e diplomata equatoriano, fecha com uma reflexão provocadora esta edição da revista. Partindo do contraponto entre o ideal utópico de sociedades pautadas em igualdade e justiça, de um lado, e a crua realidade distópica de comunidades imersas na descrença política, na ausência de estratégias coletivas e nas mais variadas dificuldades cotidianas, de outro, o autor convida leitoras e leitores a refletir se há, ainda, na América Latina, possibilidades de reinvenção da política e de construção de uma outra democracia, a partir do sentido do comum. Uma democracia baseada nos direitos de sociedades – e também de territórios, culturas, povos e de todas as formas de vida – destinada a superar uma era de destruição em todas as esferas tal como a atual. Uma democracia, enfim, conforme sustenta Torres Galarza em seu texto de estilo quase poético, estruturada sob o socialismo do Buen Vivir.

Ao trazer este sétimo número de *Politika,* a Fundação João Mangabeira proporciona ao público, assim como nas edições anteriores da revista, uma discussão ampla sobre algumas das mais importantes questões políticas da atualidade. Nesta edição em particular, a revista cumpre papel adicional, de fundamental importância, que é promover, no Brasil, a ampliação da reflexão sobre a realidade latino-americana. Infelizmente, como se sabe, nós brasileiros temos pouco conhecimento sobre a História e a contemporaneidade dos nossos vizinhos, dos nossos países irmãos. Para além de um passado colonial em comum, marcado pela escravidão, pela subalternidade econômica em relação às grandes potências e pela exclusão social, o Brasil tem, com as demais nações da América Latina, um presente e um futuro em comum. A construção de dias melhores para nosso país passa também pela maior integração com os demais povos da nossa região.

Notas

[1] Doutor em Sociologia e professor do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP).

[2] Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Panorama Social da América Latina, 2019. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020.

[3] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório do desenvolvimento humano 2019*. Nova York, 2019.

[4] OXFAM BRASIL. *Quem paga a conta:* Taxas a riqueza para enfrentar a crise da covid-19 na América Latina e no Caribe. São Paulo, 2020.

[5] Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal do México. Las 50 ciudades más violentas del mundo 2018. Disponível em: http://seguridadjusticiaypaz.org.mx/files/estudio.pdf.

Gerardo Caetano[1]

Demandas democráticas para um progressismo latino-americano do século XXI

As democracias desafiadas do século XXI

As democracias estão em mutação, no mundo em geral e no nosso continente em particular. Caso restasse dúvida, o que aconteceu nos últimos meses no Peru, na Guatemala, no Chile, na Bolívia, bem como o que vem acontecendo há tempos no Brasil, na Venezuela, Nicarágua, Honduras e no México, entre outros países do nosso continente – a lista poderia ser muito mais longa –, confirma dramaticamente essa percepção de muta-

ção política que, como veremos, não deve necessariamente ter desfechos autoritários ou ditatoriais.[2] No entanto, na Europa e na América Latina, as mutações com sentido negativo tendem a predominar. E não adentremos a questão das recentes eleições estadunidenses, com o saudável triunfo democrata, mas também com a impressionante demonstração de força do "trumpismo".

Não se trata somente da ruptura do "acordo de regime" que tínhamos – ou acreditávamos ter – em relação a uma definição básica daquilo que entendemos por democracia. Há muita história e debate por trás desse conceito, que também se refere a um regime político que só pode viver na mudança e por meio da mudança.[3] No entanto, como parte da crise civilizacional – que a pandemia aprofundou e acelerou, mas de forma alguma criou –, as profundas mutações da política democrática parecem configurar um signo do nosso tempo.

Essa hipótese norteadora já estava inscrita há mais de uma década em análises gerais que propunham, em chave latino-americana e até mesmo ocidental, que o conceito de "mutação política" se referia em sentido amplo a uma mudança de época que supunha transformações de maior profundidade. A esse respeito e à guisa de síntese conceitual, Isidoro Cheresky assinalava em 2012:

> Podemos reconhecer a continuidade da democracia na preservação de seus princípios característicos, mas estes estão sofrendo uma reviravolta. (...) Enfatizamos a reconfiguração da forma de sociedade – a democracia em mutação para um novo momento –, cujo signo imediato é precisamente a fluidez das formas: o processo contínuo de instituição e destituição (...) que subverte a dimensão aristocrática do regime político. (...) Em outras palavras, o regime misto – igualdade democrática/privilégios das elites – veria seu equilíbrio alterado (...). A mutação democrática caminha então na direção de uma democracia contínua, o ato eleitoral persiste como decisivo para a consagração de governantes legítimos, mas se obscurece diante da emergência de outras representações e legitimidades que alimentam uma vida política ininterrupta. (CHERESKY, 2012, p. 23-24;29)

No quadro dessa hipótese geral, intelectuais do mundo todo têm focado seu olhar analítico no registro de distintos fenômenos e processos que comporiam essa mutação: "lideranças encarnadas" ou "de opinião", com fortalezas inéditas e intimamente as-

sociadas a projetos políticos com perspectiva histórica; "cidadanias pulverizadas e constantes"; "representações cidadãs contingentes e episódicas"; "eleições como promotoras da constituição de cenas com indução de identidades"; "desprestígio dos partidos" e sua substituição por "formações breves e filiadas a lideranças de diverso porte"; entre outros fenômenos que poderíamos citar e sobre os quais muito escreveram diversos pesquisadores latino-americanos especializados nesses temas.

Mas o que seria a mutação política em uma democracia? Voltemos por um momento à conceituação de Cheresky (2012, p. 29):

A mutação democrática caminha então na direção de uma democracia contínua, o ato eleitoral persiste como decisivo para a consagração de governantes legítimos, mas se obscurece diante da emergência de outras representações e legitimidades que alimentam uma vida política ininterrupta, na qual os cidadãos avaliam permanentemente os governantes e vetam aquelas decisões não argumentadas de forma convincente ou não satisfatórias. [É a] mutação em direção a uma democracia de cidadãos autônomos que desafiam os líderes. Estes buscam estabelecer laços instituintes, visando à conformação de coalizões necessariamente heterogêneas, uma vez que aglutinam os resquícios das formas organizacionais precedentes.

No entanto, embora haja consenso na identificação genérica do processo, a determinação de suas causas e consequências não é tão convergente. Alguns autores já clássicos, como Bernard Manin, apontam como elemento central desse processo a "crise de representação" explicitada na "erosão das fidelidades partidárias", nas transformações que "a crescente volatilidade do ambiente" gera nos próprios partidos, o que os torna "mais flexíveis e mais reativos do que eram no passado, (...) mais atentos à opinião e às expectativas dos cidadãos". Em sua perspectiva de análise, o "aumento da participação política não institucionalizada" também opera nessa direção, associado à emergência de "novas formas de ativismo" (MANIN, 2015).

Dada a complexidade do momento atual, que, entre outros indicadores, pode ser claramente ilustrada com uma referência às várias dezenas de Estados nacionais que no mundo de hoje podem ser qualificados como autoritários, mas cujos governos têm origem eleitoral, a primeira coisa que talvez se deva fazer – especialmente em uma perspectiva de esquerda – é entender o que realmente está acontecendo e identificar as "ideias-força" que parecem emergir para as tarefas mais imediatas. Nesse sentido, uma hipótese que julgamos válida sugere que não basta atentar, com preocupação e espírito de resistência, para os fenômenos autoritários emergentes. Devemos também atentar para suas causas profundas, rever os erros cometidos e, talvez sobretudo, refletir sobre os grandes desafios de transformação que estes novos tempos trazem para a esquerda e para os progressismos.

Entre os tropismos autoritários e os tempos da "contrademocracia" disruptiva

Para o estudo desses processos, outro autor clássico, Pierre Rosanvallon, introduziu o conceito de "contrademocracia", definido em primeiro lugar como uma expressão política da "sociedade da desconfiança".

A história das democracias reais é indissociável de uma tensão e um questionamento permanentes. […] (Em virtude disso), formou-se todo um entrelaçamento de práticas, [...] de contrapoderes sociais informais e também de instituições, *destinadas a compensar a erosão da confiança por meio de uma organização da desconfiança*. Não é possível pensar sobre democracia e refazer sua história sem lidar com essas últimas formas. [...] Para situar o problema de maneira adequada, é necessário assinalar previamente que a expressão dessa desconfiança tomou dois rumos principais, o liberal e o democrático. A desconfiança liberal em relação ao poder tem sido teorizada e frequentemente comentada. [...] Mais democracia significa, bem mecanicamente neste caso, mais suspeita em relação aos poderes. [...] Há outro enfoque, de tipo democrático, da

desconfiança [...], com três modalidades principais: os poderes de controle, as formas de obstrução e o teste por meio de um julgamento. À sombra da democracia eleitoral representativa, esses três contrapoderes desenham os contornos daquilo que proponho chamar de *contrademocracia*. Essa contrademocracia não é o contrário da democracia; é, antes, uma forma de democracia que se opõe a outra, é a democracia dos poderes indiretos disseminados pelo corpo social, a democracia da desconfiança organizada contra a democracia da legitimidade eleitoral. (ROSANVALLON, 2007, p. 21-27)

Nessa perspectiva de Rosanvallon, é imperativo que os atores democráticos reformulem suas práticas e ideias sobre como fazer política nos novos contextos. Dito de forma simples, os partidos e movimentos democráticos, sem qualquer espírito monopolista, devem renovar seus papéis tradicionais, mas também devem passar a admitir e mesmo abrigar em seu bojo formas de abertura às exigências dessa "democracia da desconfiança organizada", com todas as suas implicações de diversa índole. A "legitimidade da origem" deve ser permanentemente renovada na "legitimidade do exercício".

Cabe notar que se trata da primazia emergente de um espectro disperso e fragmentado de iniciativas, que não raro estimula um caminho errático e até arriscado, o que se engata facilmente com uma época de maior fluidez política. Traduzida sobretudo nas guinadas do pronunciamento eleitoral e na força cada vez mais expressiva – e influente – da volatilidade dos "humores" da opinião pública, a mudança cidadã torna-se assim uma usina fortalecida, de expressão "contínua", com percurso complexo e por vezes instável, mas com um tropismo que visa à desinstalação de práticas e ideias estabelecidas. Aqueles que ignoram essas manifestações de mudança mais profunda ou simplesmente as estigmatizam, aqueles que as confrontam valendo-se de lógicas simplificadoras, com a nostalgia pela relativa estabilidade dos resultados eleitorais nas décadas passadas, certamente se enganarão em suas previsões sobre os possíveis futuros da política na América Latina e no Caribe, sobretudo caso desconsiderem o arraigamento desses fenômenos nos níveis subnacional e local.

Apesar dessa necessidade central de transformações impostergáveis nos partidos e organizações, não devemos menosprezar a força de vários tropismos autoritários que influem na América Latina contemporânea. Em termos de um simples panorama, assinalemos alguns dos mais relevantes: i) as **tentações "populistas" e polarizadoras**, que tendem a pressupor que não pode haver transformações estruturais significativas sem o estabelecimento discursivo de "oposições irredutíveis", com a unificação da "nação" e do "povo", enfrentados contra seus "inimigos" tradicionais ou emergentes; ii) as **derivas autoritárias dos governos**, com especial ênfase no desempenho das direitas alternativas e seus programas de restauração de "arcádias regressivas", mas também incorporando o indispensável registro de guinadas ditatoriais e opressoras em regimes autodefinidos como "progressistas" ou "nacional-populares"; iii) o claro **empoderamento militar** no continente, refletido – para além das hipóteses de golpe mais ou menos disponíveis – na expansão dos papéis propriamente políticos das Forças Armadas (por vezes como fiadores decisivos da continuidade dos governos), sua incorporação direta em funções governamentais ou por meio do surgimento de lideranças e partidos "militares" que comparecem às urnas; iv) o surgimento de **lideranças messiânicas**, geralmente *outsiders* – embora nem sempre – que alcançam popularidade por meio da antipolítica e de discursos radicais, com agendas extremistas e regressivas, muitas vezes amplificadas pelas redes sociais e com penetração nos setores marginais.

Os casos registrados no passado mais recente de processos de cunho autoritário na América Latina ilustram sua diversidade e heterogeneidade. Por outro lado, frequentemente nos encontramos com situações de protesto social legítimo, com forte capacidade de destituição e difíceis de articular em projetos de síntese alternativos. A "revolução chilena de outubro de 2019"[4] expressa, por exemplo, o que pode acontecer em um país economicamente

bem-sucedido, mas extraordinariamente desigual na distribuição do crescimento, cujo sistema político (como um todo, não apenas o governo Piñera) não termina de entender o que ocorre em sua sociedade. O que aconteceu mais recentemente na Guatemala, no Peru ou na Bolívia também pode delinear convergências e divergências de processos distintos que, no entanto, tiveram um elemento comum: sua eclosão "surpreendeu" os principais atores políticos de cada país, de direita e de esquerda, em todas suas gradações. Essa inadvertência tem se reiterado nas previsões do que poderia acontecer e na crise de liderança dos partidos e organizações sociais tradicionais para orientar mobilizações populares com enorme força destituinte. As referências a exemplos de processos semelhantes podem ser muito extensas, tanto na America Latina e Caribe (ALC) como na Europa.

Autores como o paraguaio Benjamin Arditi (2011) têm registado a produção desses "eventos" que ocorrem de forma inesperada e que não são "políticos no sentido convencional", mas sim novos "mecanismos não eleitorais" que empoderam os cidadãos e que podem ser orientados em sentidos muito variáveis, dada sua força destituinte e fraqueza instituinte. Frequentemente, toda essa espécie de novas formas de irrupção da sociedade civil na política se combina com sinais inequívocos de um *mal-estar que não pode ser canalizado pelas instituições tradicionais*. Para autores como Rosanvallon, o cidadão que participa por meio dessas novas modalidades não institucionalizadas "sente que ganha parte da soberania que perde como cidadão eleitor".[5]

Ainda na opinião desse autor, no centro de muitas dessas mudanças está seu conceito de "impolítica", ou o que outros chamam de "antipolítica":

> O problema contemporâneo não é o da passividade, mas sim o da impolítica, isto é, da falta de apreensão global dos problemas ligados à organização de um mundo comum... que leva ao aumento da distância entre a sociedade civil e as instituições. (ROSANVALLON, 2007, p. 38)

Para ser ainda mais explícito, assinala:

> Essa contrademocracia impolítica tem, portanto, a característica distintiva de sobrepor uma atividade democrática e efeitos não políticos. Por esse motivo, não se enquadra nas classificações usuais dos regimes e constitui uma forma original que escapa às oposições tradicionais (…) entre governo representativo e democracia direta. (ROSANVALLON, 2007, p. 39)

Como podem os partidos e organizações tradicionais da sociedade civil acolher esse novo tipo de ativismo baseado na "democracia da desconfiança"? Como podem fazê-lo sem trair seus papéis mais clássicos, que em um momento de profunda renovação ainda são importantes nos novos contextos? Como podem combinar, ao mesmo tempo, essas duas dinâmicas aparentemente irreconciliáveis, particularmente a partir de papéis governamentais ou de perspectivas de oposição construtiva? Essas e outras questões que surgem após o diagnóstico não são simples de responder com responsabilidade. No entanto, algumas pistas abertas à discussão podem ser insinuadas: seria sensato evitar a resposta automática e negativa quanto à legitimidade desse tipo de protesto; também seria razoável não ter aspirações monopolistas em termos de representação institucional ou informal dos cidadãos, com uma lógica de maior abertura a uma política democrática mais ampla, fluida e certamente imprevisível em muitos de seus aspectos; aliás, também será inevitável a abertura a novas formas de liderança, organização, mobilização e elaboração programática; entre outras. E, para que tudo isso ocorra, será indispensável a incorporação dos jovens. Devemos começar por admitir que essa incorporação não está acontecendo, ao menos não nos termos radicais que os novos contextos exigem.

Democratizar a democracia com os jovens

É bom lembrar que, na América Latina, as discussões sobre os novos conceitos de cidadania e democracia têm se vinculado à perda do "acordo de regime" no continente e às controvérsias polarizadoras que isso

gerou. Para vários analistas, essa articulação constituiu um fator decisivo para promover a mudança de ciclo político na América Latina, no contexto de uma nova realidade econômica regional e internacional que estimulou a restauração de vários governos de cunho conservador. Muitas perguntas surgem da consideração desses temas, especialmente em um continente diverso e complexo como a América Latina, mas também em uma perspectiva mais global. Uma delas é particularmente premente: como todos esses processos contemporâneos aludidos impactaram as camadas mais jovens da população, submetidas a contextos de violência e a mudanças profundas em seus estilos de convivência com os mais velhos?

Por definição, como já foi assinalado, toda construção democrática é sempre inacabada e inacabável. *Democratizar a democracia* constitui uma tarefa complexa, que certamente exigirá reformas políticas e sociais no curto prazo. Mas deverá também enfatizar as dimensões do poder exercido nos diferentes níveis da sociedade; a satisfação de demandas urgentes e concretas relacionadas aos dramas da pobreza e da indigência; o enfrentamento dos desafios de uma desigualdade cada vez mais insultante em um continente com riquezas estratégicas concentradas em poucas mãos; uma educação mais moderna e integral; bem como a reafirmação e renovação de aspectos substantivos de uma nova cultura política dos direitos humanos.

Certamente também são necessárias mudanças estruturais mais profundas e concretas, dentro das quais é necessário incluir propostas (específicas e não meramente enunciativas) sobre como implementar uma democracia inclusiva que possa ao mesmo tempo ser mais efetivamente participativa e melhorar a qualidade das políticas públicas e da representação que lhes outorga legitimidade. Mas as exigências são maiores: pretende-se que a trajetória das democracias latino-americanas priorize a rearticulação de sua solidez institucional, com a satisfação dos direitos humanos e a superação da pobreza e da desigualdade como pilares de novos modelos de desenvolvimento e de crescimento sustentável com equidade. O aproveitamento acrítico do "boom de commodities" por meio de políticas extrativistas ou de qualquer forma de exercício autoritário do poder (inclusive a partir de lógicas paternalistas e assistencialistas), como se viu na última década e meia, apesar das melhorias na redistribuição, se não apontam para mudanças estruturais que também tenham a ver com reformas institucionais de aprofundamento da democracia, acabam não consolidando essa direção. E as demandas sociais por uma democratização integral da região são prementes: segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal), a América Latina continua sendo a região mais desigual do planeta; além disso, os impactos negativos que receberá da pandemia estarão entre os maiores do mundo.[6]

Caso enfoquemos nossa análise no impacto de todos esses processos e realidades para os latino-americanos mais jovens, seguindo em vários aspectos os estudos de Martín Hopenhayn,[7] deveremos começar por observar que, em um clima de época que favorece um culto à juventude talvez inédito, os jovens "realmente existentes" tornam-se "eternos suspeitos" em relação aos adultos. Revisemos alguns estigmas frequentes: são condensadores de medos enquanto concorrentes pelo trabalho escasso; são mais aptos a adaptar-se rapidamente aos desafios dos novos paradigmas tecnoeconômicos; são objeto de desconfiança e de repressão policial enquanto expressão de hipotéticas condutas ou práticas que extrapolam o poder estabelecido. Esses novos jovens também expressam múltiplos paradoxos. Segundo Hopenhayn, eles têm mais acesso à educação, mas menos ao emprego; têm mais acesso à informação, mas menos possibilidades de exercício do poder; contam com maior destreza para a autonomia, mas têm menos possibilidades de concretizá-la; são mais coesos internamente, porém mais segmentados em grupos heterogêneos e com maior impermeabilidade ao exterior; entre outros.

Todas essas características têm uma expressão muito concreta nos sistemas políticos. Os adultos tendem a desqualificar os jovens como apolíticos, resignados com a ordem estabelecida e pouco comprometidos com a mudança da sociedade em que vivem. No

entanto, os estudos que analisam com rigor esses "novos jovens" e sua relação com a política encontram situações muito diferentes. São muito mais atuantes nas chamadas "democracias de audiência" ou "contínuas", são muito mais hábeis na incorporação das redes sociais e da tecnossociabilidade como instrumentos eficazes de fazer política, mostram-se distantes das formas políticas tradicionais – como os partidos políticos –, mas participam fortemente dos novos espaços da política, bem como dos renovados debates sobre participação, representação e comunidade.

Há uma década, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou um relatório com foco no desenvolvimento humano dos jovens no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Os dados que emergiram desse trabalho foram surpreendentes. Embora os jovens entrevistados apresentassem em média altos níveis de exclusão (maior desemprego, mais informalidade, muito maior exposição à insegurança, etc.), a grande maioria manifestava fortes preocupações políticas, ainda que muito diferentes, em suas concepções, daquelas dos mais velhos. Utilizavam a tecnossociabilidade como instrumento propício à mobilização e ao protesto; preferiam as ações micro, locais, concretas e episódicas; valorizavam muito mais os projetos coletivos de curto prazo; tendiam a desconfiar das convocações prioritariamente ideológicas e canalizadas em chave institucional. Ostentavam forte sensibilidade ambiental e consistente proclividade em participar de projetos e grupos culturais; delineavam uma sensibilidade "alterglobalizante" com críticas ao consumismo e à política tradicional (PNUD, 2009).

Como se pode observar, a postura e a disposição política dos jovens claramente se articulam com as tensões e os desafios que os regimes democráticos enfrentam hoje. Em seu concurso reside um instrumento transformador de grande força. Os partidos e instituições atuais são suficientemente hospitaleiros para eles? Buscamos facilitar e promover o protagonismo autêntico e plenamente independente desses jovens?

Ciclos políticos na América Latina na história recente

O que aconteceu durante o século XXI no panorama político latino-americano tem a ver, em princípio, com a continuidade geral – com alguns casos excepcionais, preocupantes e crescentes – das "democracias eleitorais" no continente. Dada a história latino-americana, essa circunstância não é um fato menor. No entanto, como mencionado, não se deve ignorar a persistência de situações de crescente instabilidade política, referentes à sucessão de "golpes brandos", derivas autoritárias de governos eleitos, processos de confrontação política de cunho excludente, crise dos parti-

dos e das formas de representação, processos crescentes de personalização da política, com desprestígio das instituições democráticas em geral. Como observado, as legitimidades de "origem" têm se distanciado das de "exercício". E esse fenômeno atravessou governos de direita e de esquerda, para além das oscilações das retóricas variáveis em torno ao "populismo" por parte de ambas.

Há muito tempo, isso não é um problema exclusivo das elites, mas vem se aprofundando na opinião pública das sociedades, como têm indicado, ano após ano, diferentes medições internacionais. Em consonância com fenômenos cada vez mais frequentes em todo o mundo, os itinerários no continente quanto ao nível de "apoio à democracia" e "satisfação" com seu funcionamento marcaram derivas de instabilidade nas últimas décadas, tendência essa que se aprofundou no último lustro. Esse quadro de desencanto e receio, essa maré antipolítica tão propensa ao surgimento de "lideranças redentoras", com suas "arcádias regressivas", tendeu a se radicalizar nos últimos anos, conforme indicam vários estudos sobre "simpatia" e "prestígio" de atores, instituições e comportamentos tradicionalmente associados à plenitude da vida democrática.[8]

Na América Latina, as discussões sobre os desafios da "questão democrática" estiveram vinculadas nas últimas décadas a três momentos históricos muito distintos: i) a interpelação e os efeitos residuais dos processos de transição para a democracia após as ditaduras de Segurança Nacional; ii) o desencanto com os trâmites de *"reação antipolítica"* e das *"democracias limitadas"* dos anos 1990, com suas ortodoxias e desigualdades renovadas após as crises econômicas; e iii) nos contextos atuais, os processos de crise mais ou menos radical dos governos de cunho progressista que ascenderam nas últimas décadas, especialmente na América do Sul. Com base no que se acumulou nesses três momentos de natureza tão díspar, a perda do "acordo de regime" sobre a democracia tendeu a coincidir no último lustro na região com a crescente hegemonia de direitas radicais no campo conservador, alentadas pela reorientação extremista da política hemisférica dos Estados Unidos, protagonizada pelo governo Trump e seus falcões.

O "centro político" (que, devemos recordar, não necessariamente coincide com o "centro ideológico") tende a desaparecer, e as direitas tradicionais enfrentam a tentação de se tornarem (ou serem vencidas por) extremas direitas. Os exemplos de Jair Bolsonaro no Brasil, Iván Duque na Colômbia ou Juan Orlando Hernández em Honduras referem-se a essa combinação tensa entre "neopatriotismo" e "ultraliberalismo" na esfera econômica, forte conservadorismo social e moral e crescente "militarização" na política e na conduta do Estado.[9] Essa nova equação

busca associar-se ao impacto de diversos processos, tais como: a nova realidade econômica regional e internacional com suas reorientações liberais; o auge dos chamados "agronegócios" e de seu modelo extrativista, voltado para a exportação de alimentos e minerais não processados; a mudança ideológica de alcance ainda incerto na região e no mundo; a crescente influência no continente das correntes neopentecostais, com sua agenda regressiva no campo dos direitos; a implosão dos regionalismos e da aspiração de desempenhar papéis de autonomia no contexto global. Nesse quadro, as coalizões "sociodesenvolvimentistas" presentes em vários países do continente durante a "década de ouro" (2004-2014) parecem ter expirado.

Em uma perspectiva histórica que vincule os três *"momentos constitucionais"* – em referência à teoria de Ackerman (1993) – delineados acima, sem menosprezar a influência central de outros fatores de poder indubitavelmente decisivos, cabe perguntar o quanto dessa nova realidade latino-americana de guinada à direita não foi facilitada por déficits políticos inegáveis que marcaram a experiência dos governos progressistas nas últimas décadas. Muitas questões surgem nessa direção, especialmente a partir de experiências que não são suscetíveis de uma consideração uniforme.

De que forma se buscou redefinir os vínculos entre cidadania e política nos , contextos "progressistas"? Sob quais formas, instituições e procedimentos os novos pactos de cidadania tenderam a se estabelecer em sociedades impactadas pelas redes sociais e por fortes poderes fáticos extrainstitucionais? Foram radicalmente respondidas as contas pendentes das ditaduras, relativas à verdade e justiça, redemocratização das Forças Armadas, renovação dos sistemas judiciários, em consonância com as novas realidades e com o Direito Internacional dos Direitos Humanos? Como o conceito de homogeneidade cultural próprio do modelo clássico e universalista de cidadania, os desafios emergentes do multiculturalismo, dos estados "plurinacionais" e dos novos ativismos próprios do que Rosanvallon chamou de "contra-democracia" tendem a se rearticular na região? Que lugar efetivo foi dado à chamada "agenda dos novos direitos", vinculada à situação de atores e coletivos há muito negligenciados e invisibilizados? Como a perspectiva dos direitos humanos e dos direitos sociais foi reformulada para incluir, de forma central, uma consideração mais integral da pobreza, da indigência e seus vetores de desigualdade radical no continente mais desigual do planeta? A agenda de gênero, dos jovens, das minorias LGTBI, da diversidade étnica e territorial foi assumida em sua totalidade? Tentou-se reformular a noção de Estado, dos modelos de desenvolvimento e das políticas públicas para dar sustento consistente a essas demandas impostergáveis? Foi combatido categoricamente o fenômeno devastador e generalizado da corrupção, que na atualidade mais próxima constitui uma fonte irreprimível de desprestígio dos políticos e até mesmo de desencanto em torno aos valores democráticos?

A propósito, esse panorama (ainda incompleto) de perguntas radicais interpela o conjunto das sociedades e sistemas políticos do continente. Mas, desde a oportunidade de exercício do governo (em alguns casos pela primeira vez) e de suas promessas de mudanças profundas, não há dúvida de que a interpelação era mais decisiva para a esquerda e os progressismos latino-americanos. Não era preciso saber o que aconteceria após o "*boom* das *commodities*" e sua bonança para perceber que, na disputa pela liderança do aprofundamento democrático, esses atores tinham uma tarefa estratégica.

Entre "golpes brandos" e guinadas de "progressismo autoritário"

A partir do alarme produzido por acontecimentos recentes vividos ou ainda em curso em vários países (Peru, Bolívia, Chile, Venezuela, Nicarágua, Brasil, Honduras, Guatemala, El Salvador, Paraguai, entre outros) e pelos perfis autoritários e confrontadores exibidos pelos contextos políticos de outros processos latino-americanos, a hipótese anteriormente descartada de um continente que poderia deslizar progressivamente para uma nova

era de ditaduras ou autoritarismos civil-militares (diferentes daqueles dos anos 1970) infelizmente voltou como hipótese à agenda de debate. Como se viu, nessa perspectiva inquietante convergem a deriva autoritária de vários governos (de direita e de esquerda, conservadores e "progressistas"), bem como o crescente empoderamento dos exércitos e o surgimento de forças paramilitares como último sustento de regimes esgotados. Também atuam nessa direção os embates polarizadores de oposições irredutíveis, o avanço profundamente deslegitimante dos fenômenos de corrupção generalizada, bem como o retorno acelerado daquelas que, no final do século XX e início do XXI, já eram chamadas de "democracias de baixa intensidade" ou "democracias incertas". Conforme afirmava o relatório sobre o estado da democracia na América Latina apresentado pelo PNUD há 15 anos, no início da "década de ouro" na América do Sul,

> [...] mesmo em regiões onde o sistema jurídico tem alcance, este é geralmente aplicado com viés discriminatório contra várias minorias e também maiorias, tais como mulheres, certos grupos étnicos e os pobres. Esse sistema jurídico truncado gera o que se denomina cidadania de baixa intensidade. (PNUD, 2004, p. 48)

Quase uma década depois, e com a guinada política "contrarreformista" a todo vapor no continente, seus apontamentos de então parecem revestidos de certo perfil profético. Os progressismos, apesar de suas conquistas inegáveis em campos como redistribuição econômica e políticas sociais, em outras áreas decisivas preferiram roteiros menos desafiadores, como nas reformas políticas de aprofundamento genuinamente democrático (sem trapaças ou confusões), nas alternativas regionalistas de inserção internacional ou na exigência de novas ideias e projetos para um desenvolvimento diferente, que combinasse sustentabilidade ambiental e econômica com equidade social (CAETANO, 2018).

Embora os processos sejam variáveis e instáveis, como revelam os acontecimentos dos últimos tempos na Bolívia, no Chile, na Argentina ou mesmo no México, com o impacto adicional das consequências da pandemia, foram acrescentadas certas evidências de que o deslocamento para a direita e o rumo de "contrarreforma" que nele se vislumbra não parecem configurar uma simples alternância mais, própria de toda democracia, na história contemporânea da América Latina. Registam-se propostas e orientações, em muitos casos extremistas, que parecem apostar na destruição do que foi deixado pelo "ciclo progressista" e consolidar a construção de regimes de ruptura, de carácter democrático muito duvidoso. Mais uma vez, a questão é se as fragilidades e omissões dos governos progressistas em questões fundamentais da mudança política, econômica e social que propunham não convergiram para facilitar esta guinada atual.

Ao contrário de algumas propostas simplistas, as demandas constituintes por uma nova liderança democrática da esquerda e dos progressismos latino-americanos não se esgotam no apelo – muitas vezes retórico – a maiores canais de participação social, como forma de configurar uma "democracia participativa" que gradualmente tenderia a substituir a "democracia representativa" clássica. Como antecipamos, uma democracia mais participativa não é alcançada empoderando (e cooptando) militantes e grupos afins contra uma oposição estigmatizada. Tampouco se constrói multiplicando os pronunciamentos plebiscitários (muitas vezes manipulados e até mesmo descumpridos quando os resultados são adversos), nem colocando os âmbitos de representação em xeque. Muito menos tentando construir lógicas de decisão comunalistas contrárias ao império da soberania popular (MAYA, 2018).

Qualquer forma autoritária e exclusiva de exercício de poder (mesmo com lógicas assistencialistas), como se viu na última década e meia, apesar das melhorias na redistribuição, se não aponta para mudanças estruturais que também tenham a ver com reformas institucionais de aprofundamento democrático e acordos de regime com os adversários, termina por não consolidar as transformações.

Em vários países do chamado grupo "bolivariano" (Venezuela, Equador, Bolívia, Nicarágua, entre outros), a ascensão de governos progressistas após as "de-

mocracias limitadas" da década de 1990 foi legitimada, entre outras coisas, pela proposta de mudanças constitucionais de perfil refundador, com fortes modificações – em certos aspectos, em chave de ruptura – em relação às institucionalidades anteriores. Com base em vários elementos convergentes (como a institucionalização de "lideranças encarnadas" por meio do reforço do presidencialismo, o recurso em alguns casos à reeleição indefinida, a adoção de mecanismos mais participativos, entre outros), as soluções constitucionais e as práxis que delas decorreram não foram, no entanto, idênticas.

Para além do fato de que, quase sempre com intencionalidade estigmatizante, todas as esquerdas e os progressismos latino-americanos muitas vezes foram descritos como "populismos", até mesmo as experiências dos regimes refundadores apresentaram diferenças. Nesse sentido, é equivocado incluir em um pacote homogêneo a chamada "democracia participativa e protagonista" do "chavismo" e sobretudo a do "madurismo", o "Estado plurinacional" da Bolívia de Evo Morales e a "revolução cidadã" de Rafael Correa, quebrada por seu sucessor rapidamente afastado, Lenín Moreno.

Em todo caso, apesar de sua diversidade, todas essas experiências apresentaram inegáveis "déficits democráticos". A título de exemplo: os problemas de sucessão e forjamento de personalismos autoritários após o fenômeno das "lideranças encarnadas" (em que o projeto tende a se identificar com um líder de perfil messiânico); a erosão de princípios democráticos essenciais, como a "soberania popular" e as restrições diante da concentração de poder, por meio de práticas de manipulação e arbitrariedade; a retirada de autonomia e até mesmo o não reconhecimento da independência de movimentos e agentes da sociedade civil; os frequentes enfrentamentos com o Poder Judiciário; o empoderamento dos militares e a afirmação – legal ou extralegal – dos corpos paramilitares, apresentados como os garantes últimos da continuidade dos regimes classificados como "cívico-militares"; a persistente deslegitimação e o não reconhecimento pleno da interlocução de partidos e movimentos de oposição; entre outros.

> "Sob o prestigioso rótulo de democracia "se mascaram" conteúdos e práticas muito pouco democráticas, o que redobra a necessidade de um olhar rigoroso e atento. Na América Latina, como muitos processos contemporâneos provam de maneira confiável, a 'confusão democrática' converge em um forte 'desacordo de regime' sobre a democracia, que até corre o risco - como já foi assinalado - de evoluir em vários países latino-americanos em direção a hipóteses de 'ruptura de regime' em chave antidemocrática."

O que aconteceu recentemente em 2020 na Bolívia, digno de comemoração enfática, também deixa lições que não devem ser esquecidas: entre outras, a de que o projeto deve sempre transcender as lideranças pessoais, por mais populares que estas sejam. A reeleição indefinida ou prolongada

nunca é a solução na perspectiva das transformações democráticas.

Mas a questão dos déficits democráticos também abarcou a experiência de outros governos de esquerda ou progressismos "nacional-populares" mais clássicos. Em meio a uma verdadeira "pandemia" continental que antecipou a verdadeira pandemia do coronavírus, os fenômenos de corrupção afetaram transversalmente os sistemas políticos, com envolvimento pelo menos parcial no Brasil e na Argentina, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores e do kirchnerismo. Para além dos abusos e perseguições judiciais, que existiram e continuam existindo,[10] há evidências fortes e comprovadas de episódios graves a esse respeito. Isso ratifica o dito tão antigo de que "a corrupção não é nem de esquerda nem de direita", mas também que seus impactos sobre a primeira são sempre muito mais devastadores e duradouros em termos de deslegitimação política.

No Brasil, os governos Lula e Dilma não puderam – nem souberam – avançar na reforma política, que é claramente indispensável para construir um formato de governabilidade sustentável diante da fragmentação geral do sistema partidário e da existência de bancadas transversais (como a "ruralista" ou a "evangélica"), por sinal muito adversas. No Chile, para além dos balanços que se façam sobre as três grandes reformas do segundo governo Bachelet ("constitucional", "educacional" e "fiscal"), o último governo da "Nova Maioria" terminou com uma nova divisão das esquerdas chilenas[11] e com o que Joaquín Brunner eloquentemente chamou de "o fim da ilusão" (BRUNNER, 2016).

Na Nicarágua, a trajetória do "regime Ortega-Murillo", com políticas neoliberais e práticas de terrorismo de Estado contra seus opositores, ameaça apagar o legado da revolução sandinista de 1979.[11] Em El Salvador, a espetacular ascensão do novo presidente Nayib Bukele, oriundo da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), mas que mais tarde formou um novo partido ligado às novas direitas, rompeu com a continuidade do bipartidarismo tradicional vigente há três décadas. Até mesmo no Uruguai, muitas vezes apresentado como "exceção" no quadro dos governos progressistas, a derrota eleitoral de 2019 também teve a ver – entre outros fatores multicausais e complexos – com múltiplos descontentamentos com o terceiro governo da Frente Ampla (CAETANO, 2017).

O quadro catastrófico apresentado pela situação na Venezuela – cujo desfecho ainda é incerto no momento da redação deste artigo –, assim como o novo "beco sem saída" em que parece ter entrado Cuba, sem dúvida impulsionado pela política do governo Trump e sua obsessão com o derrocamento da chamada "tripla tirania",[13] tornam ainda mais prementes os desafios de curto e médio prazo para a ação da esquerda e dos movimentos progressistas latino-americanos.

Esquerda, progressismos e novos filtros conceituais para evitar a "confusão democrática"

Como se sabe, os eternos debates acadêmicos e ideológicos sobre as definições de democracia vivem em nossos tempos uma conjuntura especialmente agitada. Hoje é preciso enfrentar um novo problema que Sartori (ANO) descreveu décadas atrás como o da "confusão democrática": Levando em conta as dificuldades e a inconveniência de qualquer posição absolutista ou puramente "normativa" nas sociedades democráticas, o respeito à heterogeneidade da América Latina contemporânea não nos permite aspirar a receitas aplicáveis a contextos tão diversos. O que se pode (e é cada vez mais imprescindível) fazer é a renovação de uma discussão político-intelectual com projeção efetivamente internacional e continental, em que seja possível debater de forma consistente e sem ambiguidades sobre certos "filtros conceituais" indispensáveis para a qualificação de uma democracia genuína (ROSANVALLON, 2012).

Isso inclui, por exemplo, precisar com rigor o que pertence ou não ao âmbito da política democrática; como incorporar as dimensões de idade, de gênero, territoriais, comunitárias e étnicas à forja de novos sistemas políticos que possam legitimamente reivindicar sua condição inclusiva; quais regras e comportamentos preservam a possibilidade do exercício pleno da sobera-

nia popular, a não concentração de poder, a independência dos Poderes, a prestação de contas e a "normalização" da alternância de governos. Também envolve analisar a que democracia aspiramos e como aquelas que existem se tornaram o que são por meio das vicissitudes de nossas histórias. Significa, em sua dimensão mais profunda, a rediscussão da legitimidade do poder e de seu exercício concreto no dia a dia, com uma abertura muito maior à legitimação responsável desses novos ativismos emergentes, sem ingenuidade, mas com a máxima grandeza.

Devemos, ainda, repensar o papel dos regionalismos e seus instrumentos para preservar as democracias ameaçadas e as pressões imperiais, com as lições aprendidas do atual processo de máxima desintegração e deriva intervencionista da Organização dos Estados Americanos (OEA) por Luis Almagro. Depois de tudo o que aconteceu na região e no mundo nas últimas décadas, os usos conceituais da *democracia* requerem limites e alcances mais precisos e profundos do que nas décadas anteriores. E isso tem a ver, entre outras coisas, com o fato de que se tornou mais difícil argumentar pela centralidade da demanda democrática. Podemos ainda não conhecer os traços que definirão as novas democracias do século XXI, mas decididamente sabemos o que não podem ser.

Os índices definidores e operacionais de uma democracia enfrentam atualmente desafios importantes e, em certos aspectos, inéditos. Os indicadores tradicionais de autores clássicos como Robert Dahl (1991) – direito de voto, direito de ser eleito, direito à competição política, eleições livres e justas, liberdade de associação, liberdade de expressão, existência de fontes alternativas de informação, solidez das instituições, sustentabilidade das políticas públicas, etc. – enfrentam exigências renovadas quanto à sua aplicabilidade concreta às condições de muitos países do planeta.

Se é bastante claro que, em um continente como a América Latina, as definições procedimentais minimalistas são sempre importantes, mas também insuficientes, a aplicabilidade e a conceituação das definições de democracia a partir de opções ampliadas ou maximalistas (que incorporam outros indicadores, como as exigências de que os governantes eleitos tenham poder efetivo de governar, que existam certos níveis básicos de equidade socioeconômica e altos níveis de participação popular, que se integrem novas formas de controle sobre o poder a partir das cidadanias da desconfiança que surgiram em rejeição aos processos de corrupção e abuso inadmissíveis) também se veem desafiadas hoje por diversas perspectivas.

As mutações da democracia na América Latina – inscritas, aliás, em processos que são globais, mas que têm particularidades regionais – tornam-se, em suma, desafios novos e incertos, e também radicais. Na erosão das convicções democráticas, na renúncia à ética como princípio de identidade e no respaldo internacional dado a regimes nitidamente ditatoriais, a esquerda e os progressismos latino-americanos podem perder a legitimidade duramente conquistada durante décadas na promoção das lutas populares e na resistência às ditaduras do terrorismo de Estado.

Como foi assinalado, a questão democrática volta a se tornar um eixo central de interpelação, e aquilo que for feito diante de situações dramáticas como a da Venezuela de hoje pode comprometer por muitos anos o futuro da esquerda no continente. E isso está acontecendo precisamente quando é mais indispensável uma liderança democrática indiscutível e irrestrita, sem relativismos nem dupla moral, num momento em que o que está outra vez em jogo no continente é precisamente isto: a democracia política e social como sustento da convivência e dos direitos, das liberdades e da igualdade, principalmente para os mais necessitados. Nenhum partido ou movimento que se proclame progressista ou de esquerda pode dar as costas a essas demandas renovadas.

Notas

[1] Docente de la Universidad de La Republica – Uruguai

[2] Os fenômenos de mutação política podem derivar de ou orientar-se para processos políticos muito diferentes, até mesmo opostos. Podem facilitar a queda tanto de ditaduras quanto de governos legítimos; podem ser catalisadores tanto da ascensão de correntes "neopatriotas" de extrema direita quanto de governos de signo ideológico progressista. Não convém abordar o estudo desses processos a partir de perspectivas normativas ou valorativas rígidas.

[3] Para um estudo sobre a ressignificação do conceito de "democracia" na América Ibérica desde a segunda metade do século XVIII até 1900, vide: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.); Caetano, Gerardo (ed.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Democracia. Iberconceptos II. Tomo II. Madri: Universidad del País Vasco-Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

[4] A referência, tão chamativa para nossos tempos, alude ao título do recente livro: ASENJO, Manuel Acuña; VALENZUELA, José. *La revolución chilena de octubre de 2019*. Santiago de Chile: Editorial Senda, 2020.

[5] Essas ideias são de Osvaldo Iazzetta.

[6] Cf. dados emanados do Observatório Covid-19 na América Latina e Caribe. Impacto econômico e social. Disponível em: https://www.cepal.org/es/temas/covid-19.

[7] Cf. em particular: HOPENHAYN, Martín. *América Latina desigual y descentrada*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.

[8] Vide *rankings* como os da *Freedom House* (http://www.freedomhouse.org/); *Polity Project* (http://www.cidcm.umd.edu/polity/index.html); os dados da corporação Latinobarômetro (http://www.latinobarometro.org/); os indicadores de *Governance do World Bank* (http://www.worldbank.org/wbi/governance/govdata2010/); entre outros.

[9] Sobre esse último tema, vide: ¿Otra vez los militares? Democracia, inseguridad, ciudadanía. *Nueva Sociedad*, n. 278, nov.-dez. 2018.

[10] A propósito do caso Lula, vide: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; RICOBOM, Giselle; DORNELLES, João Ricardo (org.). *Comentarios a una sentencia anunciada:* el proceso Lula. Buenos Aires: CLACSO-Praxis, 2018.

[11] Isso derivou em três candidaturas no primeiro turno: Alejandro Guillier (pela coalizão então oficialista), Beatriz Sánchez (pela nova coalizão "Frente Ampla") e novamente Marco Enríquez Ominami (pelo Partido Progressista).

[12] Devemos advertir a presença de um sandinismo dissidente há duas décadas, com figuras centrais da revolução sandinista, como Ernesto Cardenal, Sergio Ramírez e Mónica Toledano, entre outros. A propósito, vide: https://memoriasdelaluchasandinista.org.

[13] Com essa alegação, o governo Trump e seus falcões da política externa para a América Latina priorizaram seus objetivos de curto prazo na Venezuela, Nicarágua e Cuba.

Referências

ACKERMAN, Bruce. *We the People*. Foundations. Harvard University Press, Cambridge, 1993.

ARDITI, Benjamín. El reencantamiento de la política como espacio de participación ciudadana. *In: Sentido de pertenencia en sociedades fragmentadas*. A. Latina desde una perspectiva global. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

BRUNNER, José Joaquín. *Nueva Mayoría*. Fin de una ilusión. Santiago de Chile: Ediciones B, 2016.

CAETANO, Gerardo. ¿Milagro en Uruguay? Apuntes sobre los gobiernos del Frente Amplio. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 272, pp. 13-28, nov.-dez. 2017.

CAETANO, Gerardo. Desigualdad, desarrollo e inserción internacional. Una mirada crítica obre la 'década social' y el 'ciclo progresista' en América Latina. *Revista Estudios Interdisciplinarios en América Latina y el Caribe (EIAL)*, v. 29, n. 1, pp. 60-92. The Sverdlin Institute for Latin American History and Culture. Tel Aviv University, 2018.

CHERESKY, Isidoro. Mutación democrática: otra ciudadanía, otras representaciones. *In*: _____ (comp.). *¿Qué democracia en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO-Prometeo, 2012.

DAHL, Robert A. Dahl, *La democracia y sus críticos*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

MANIN, Bernard. La democracia de audiencia revisitada. *In:* ANNUNZIATA, Rocío. *¿Hacia una mutación de la democracia?* Buenos Aires: Prometeo, 2015. pp. 19-41.

MAYA, Margarita López. Socialismo y comunas en Venezuela. *Nueva Sociedad*, "Venezuela: el ocaso de la revolución", Buenos Aires, n. 274, pp. 59-70, mar.-abr. 2018.

PNUD. *Informe sobre Desarrollo Humano para el Mercosur*. 2009-2010. Innovar para incluir: jóvenes y desarrollo humano. Buenos Aires: Ediciones del Zorzal, 2009.

_____. *La democracia en América Latina*. Buenos Aires: PNUD, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. *La contrademocracia*. La política en la era de la desconfianza. Buenos Aires: Manantial, 2007.

_____. *La sociedad de iguales*. Buenos Aires: Manantial, 2012.

SARTORI

María Isabel Domínguez[1]

A democracia na América Latina e no Caribe: Ciclos políticos ou disputa de poder

O presente trabalho foi elaborado para o Seminário Internacional Crises da Democracia e as Respostas do Campo Progressista na América Latina e no Caribe, como parte do painel "Ciclos políticos, econômicos e sociais na América Latina", organizado pela Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro, a quem agradeço o convite.

O tema da crise da democracia e das respostas do campo progressista é uma questão central no mundo de hoje, com particular destaque para a região da América Latina e Caribe (ALC), porque qualquer análise, para ser válida, deve estar situada, então é necessário esclarecer o lugar de enunciação do qual se parte.

O discurso hegemônico impôs a consideração da ordem democrática associada à alternância no jogo eleitoral e ao livre mercado, e não como um ordenamento social geral, como um modelo único de alcance mundial, o que leva à preeminência da noção de ciclos políticos para explicar o funcionamento da democracia.

Embora a noção de ciclo — ciclos políticos, econômicos e sociais — na ALC seja um recurso para caracterizar e periodizar os acontecimentos, ela pode trazer várias armadilhas. Uma é ver a região em bloco, o que é uma aspiração legítima, mas essa Nossa América com que sonhava José Martí não é uma realidade, embora predominem tendências que caracterizam o que se pode chamar de ciclos. Outra é focar-se nos ciclos, segundo a natureza dos governos no poder, e minimizar o significado das forças que o disputam.

Concordo com o pesquisador colombiano Jairo Estrada (2020) quando afirma que, mais do que ciclos, o que tem caracterizado a região nas últimas décadas é a disputa pela reconfiguração do poder sem que se consiga consolidar uma tendência geral, definitiva e irreversível.

Trata-se da existência de um poder hegemônico, o do capitalismo, em sua expressão neoliberal e transnacional, confrontado por movimentos e forças contra-hegemônicas que, em determinados momentos e lugares, conseguem ganhar espaço, cercados e acossados pelo poder do capital, que ativa seus recursos para recuperá-los para seu domínio.

No caso da ALC, essa disputa foi marcada diretamente pelo conflito entre as pretensões de dominação dos Estados Unidos desde sua constituição como nação, favorecidas pelas elites governantes a seu serviço, e forças populares interessadas em projetos emancipatórios e soberanos. A Doutrina Monroe já em 1823 proclamava "a América para os americanos", base dos interesses estadunidenses de dominação sobre todo o continente, que marcaram em grande medida a dinâmica dos ciclos políticos nesses territórios.

Ao longo do século XX, qualquer tentativa de oposição a esse domínio foi sufocada e não exatamente com métodos democráticos, mas com violência e derramamento de sangue: Guatemala (1956); Chile (1973);

Manifestação de apoio ao governo Pinochet ocorrida no dia 11 de setembro de 1976 em frente ao prédio Diego Portales - Chile. Fonte: Wikimedia Commons

Che Guevara e Fidel Castro. Fonte: Wikimedia Commons - Foto: Alberto Korda

Fuzileiros navais da Companhia D, 2º Batalhão de Infantaria Blindada Leve, montam guarda com seus veículos blindados leves LAV-25 do lado de fora de um edifício destruído da Força de Defesa do Panamá durante o primeiro dia da Operação Justa Causa. Fonte: Wikimedia Commons

Helicóptero Sea Stallion Sikorsky CH-53D do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA paira acima do solo perto de uma arma antiaérea ZU-23 soviética antes de pegá-la durante a "Operação Fúria Urgente", a invasão dos EUA em Granada em outubro de 1983. Fonte: Wikimedia Commons

Granada (1980); o apoio à "guerra suja" na América Central na década de 1980; Panamá (1989-1990), entre os fatos mais conhecidos. A Revolução Cubana, primeira a romper a dependência dos Estados Unidos e frustrar todas as tentativas de reverter seu projeto, foi duramente castigada com isolamento, difamação, bloqueio e agressões diversas.

A chegada ao poder de vários governos progressistas na primeira década do século atual levou um conjunto de países a empreender outros caminhos, não à margem do sistema capitalista, mas sim do neocolonialismo estadunidense, abrindo caminho pela primeira vez na história aos processos de integração latino-americana e caribenha sem a tutela e presença dos Estados Unidos, sob os princípios do latino-americanismo e não do pan-americanismo.

A desaceleração econômica na ALC devido à queda nos preços das *commodities* afetou os países que levavam adiante projetos alternativos, mas que não haviam conseguido — muitos nem sequer se haviam proposto — fazer mudanças estruturais em suas matrizes produtivas ou em sua estrutura de classes. Junto com a prevalência e fortalecimento de um modelo sociocultural próprio do capitalismo, com o centro das aspirações no consumo e no individualismo; a forte campanha de acusações à má gestão e à corrupção por parte dos governos progressistas; e a instalação do medo da perda das condições conquistadas e das liberdades individuais, ressuscitando o fantasma do comunismo, foi esse o contexto em que se elegeram os novos governos da região. Com isso, o panorama foi modificado, nem sempre pela via eleitoral, mas também por golpes de Estado duros ou brandos, a partir de uma rearticulação das forças de direita com alcance transnacional, em estreito vínculo com os interesses dos Estados Unidos, reforçados pela chegada de Donald Trump à Casa Branca. O objetivo era dificultar ou destruir qualquer projeto alternativo que representasse um obstáculo às pretensões hegemônicas do grande capital.

Esse novo cenário foi complementado pelo enfraquecimento e até mesmo desmantelamento dos avanços integracionistas da etapa anterior e pela criação de novos espaços de concertação sob os interesses de Washington.

O cenário global, caracterizado pela permanência da crise do capitalismo, não só econômico-financeira, mas também política, social, cultural e ambiental, continua deteriorando as condições econômicas e as relações sociais e com o meio ambiente. Nesse ponto — como já ocorrera em outros momentos da história da humanidade —, acentua-se a disputa por hegemonia e poder, que globalmente tem sua expressão máxima nas tensões comerciais, financeiras, tecnológicas e de zonas de influência entre os Estados Unidos e a China.

Como tampouco é novidade na história, a recomposição das potências hegemônicas no plano internacional suscita disputas acirradas, embora a forma como estas se expressam varie ao longo do tempo, e a ALC volta a estar no epicentro desses conflitos. A região, que era a zona de influência mais segura dos Estados Unidos, que nela teve seu poder garantido durante mais de um século, poderia estar escapando de suas mãos.

Mais recentemente, o panorama parece começar a mudar novamente. As vitórias eleitorais de Andrés Manuel López Obrador no México (2018) e de Alberto Fernández na Argentina (2019) começaram a reverter a tendência direitista. O triunfo do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia e do "sim" no plebiscito do Chile (2020) para iniciar o processo constituinte, junto com a mudança de governo nos Estados Unidos, poderia abrir uma nova etapa. Mas o que seria isso, um novo ciclo? Qual poderia ser sua duração e seu alcance?

Não podemos deixar de considerar que, na disputa pela reconfiguração do poder, a questão da democracia e dos direitos ocupa um lugar central, com alcance não só político, mas também econômico, social e cultural. A alternância resultante dos processos eleitorais foi santificada como o funcionamento democrático *per se*, juntamente com a economia de livre mercado, e todo processo que não siga essas regras políticas e econômicas é rotulado como autoritário e antidemocrático, legitimando-se o uso de todas as vias, inclusive as da força, para alcançar a chamada "transição democrática".

A legitimação do conceito de democracia, do que é democrá-

tico ou não, não mais a partir de suas fontes liberais, mas a partir da interpretação capitalista neoliberal transnacional, supostamente maximiza os direitos civis e políticos em uma lógica individualista e elitista que não entra em contradição com a crescente desigualdade social e deixa de fora os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos coletivos dos povos.

Isso contribui para a imagem dos ciclos, porque de fato há uma correlação entre a natureza política dos governos e a evolução da economia e os indicadores sociais. Às etapas dos governos de direita correspondem, no âmbito econômico, o crescimento das privatizações, do trabalho informal, das desigualdades, da pobreza e da exclusão; no âmbito social, a estigmatização e discriminação com base em classe, nível socioeconômico, etnia, raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero ou zona de residência; no âmbito ideológico e cultural, extremismos e fundamentalismos também estigmatizantes e discriminatórios, justificando a violência e a repressão. Um exemplo é o ocorrido na Bolívia com o golpe de Estado de 2019 e a instauração de um governo *de facto* que violou a ordem democrática pela suposta defesa da democracia, levou o país ao ódio étnico e racial, aos massacres de camponeses e de ser o de maior crescimento econômico da região a uma queda de 11% no Produto Interno Bruto (PIB) em apenas um ano.

Em seguida devemos nos deter, portanto, no aspecto cultural, que é chave para o domínio hegemônico porque penetra muito profundamente ao se associar às liberdades individuais e à competitividade, estimulando o consumismo como o principal esteio da individualização, em oposição às alternativas de projetos coletivos e do bem comum. É isso o que explica em boa medida o triunfo da direita nos processos eleitorais com o voto de setores populares e de classes médias, estimulados pela aspiração ao êxito pessoal.

Uma noção liberal de democracia representativa foi imposta como valor absoluto, e passou a predominar a noção de inevitabilidade dos ciclos políticos, que tenta convencer as pessoas de que essas são as transformações possíveis da sociedade e que essa é a forma de atuar como sujeito ativo, com capacidade de agência e portador de todas as liberdades, quando na realidade encobre a profunda crise que o modelo civilizador do capitalismo encerra. Se não houver uma participação real dos cidadãos em condições de igualdade, não só no momento eleitoral, mas também na concepção, na implementação e no controle de políticas governamentais e estatais e que garanta a hegemonia popular, será difícil considerar uma ordem democrática como genuína.

Ao mesmo tempo, a hegemonia desse modelo e suas matrizes midiáticas apoiam as tentativas de eliminar os projetos alternativos de sociedade, que são desvalorizados e desprestigiados porque não se ajustam ao modelo da democracia representativa liberal, sendo qualificados de "ditadura", o que justifica o emprego de todos os tipos de procedimentos para restaurar a ordem capitalista neoliberal.

É essa a experiência vivida por Cuba, bloqueada economicamente, acossada politicamente e sofrendo ações intervencionistas que buscam provocar desestabilização interna. Cuba resistiu ao assédio, manteve-se e procurou desenvolver-se, embora a condição de lugar sitiado tenha um custo muito elevado. O país fez uma revolução que conquistou a independência e a soberania, colocou o poder a serviço dos setores populares e assumiu o compromisso de um desenvolvimento democrático participativo com equidade e justiça social. Foram muitos os avanços conquistados nesse desenvolvimento ao longo de seis décadas, com particular destaque para as conquistas sociais em educação, saúde e segurança cidadã, além da preservação da independência conquistada apesar dos fortes ataques para miná-la.

Isso não significa que tenha sido alcançada a meta da democracia participativa plena e, portanto, o projeto de país revitaliza o propósito de alcançar um *socialismo próspero, democrático e sustentável*. O sociólogo cubano Juan Valdés Paz (2021), ao se referir ao tema, enumerava três tipos de obstáculos à sua implementação total: primeiro, o cenário de permanente hostilidade dos Estados Unidos em seu afã de dominação; em segundo lugar, as insuficiências próprias da ordem institucional, que incluem a alta centralização e a burocratização; e, em terceiro lugar, a debilidade da cultura democrática.

No entanto, democracia é também, e sobretudo, aquela que se produz nos espaços de participação dos territórios, das comunidades, das organizações de bairro, dos sindicatos; ali onde se participa da tomada de decisões que concernem ao indivíduo, ao grupo, à coletividade. Em Cuba existe um forte tecido social a partir do qual se dá essa participação, e que atualmente se fortalece com uma prioridade organizacional e jurídica ao desenvolvimento local.

É precisamente o funcionamento democrático nas condições trazidas pela Revolução que favorece a reflexão crítica sobre o caminho por recorrer e os obstáculos que o limitam, em um cenário em que o fortalecimento do ordenamento jurídico converge com a promulgação de uma nova constituição (2019), debatida, enriquecida e posteriormente referendada pela participação popular, com uma maior exigência dos cidadãos, em particular dos jovens, de inclusão nos processos de tomada de decisão.

A experiência cubana, insuficientemente conhecida ou manipulada em contextos externos ao país, oferece à região elementos valiosos para a análise de outras formas de ordenamento democrático, a partir de outros pressupostos, e para o aprendizado com seus acertos e limitações. É necessário contribuir para a conscientização de que o discurso liberal da democracia é insuficiente se não propõe projetos alternativos de sociedade que acompanhem as lutas populares, camponesas, indígenas, feministas, de grupos sexualmente diversos, etc. Esses são a única opção viável para Nossa América, e essa é uma responsabilidade das forças políticas de esquerda e das ciências sociais críticas e transformadoras.

A democracia na ALC implica projetos emancipatórios e descoloniais que permitam reduzir a pobreza e as desigualdades; que enfrentem o racismo, a homofobia e a violência patriarcal e criem condições para a inclusão social de crianças e jovens em um quadro de relações intergeracionais colaborativas.

Por esse motivo, as forças da esquerda têm o desafio de ressemantizar o conceito de democracia, dotando-o de um novo sentido anticapitalista. Isso requer a construção de uma estratégia que se desligue da noção de ciclo e desenhe uma alternativa de médio e longo prazo; requer a integração regional diante do capital transnacional; requer a articulação de diversos atores, levando em consideração a heterogeneidade do sujeito popular atual; e requer que essas alternativas proponham mudanças estruturais profundas que nos permitam falar de democracia revolucionária ou de revoluções democráticas.

Notas

[1] Centro de Pesquisas Psicológicas e Sociológicas Havana, Cuba

[2] Nesse período se constituíram mecanismos de integração como Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP –2004), União de Nações Sul-Americanas (Unasur – 2008) e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac – 2010). Esta última, que reuniu os países da região para além de suas diferenças políticas, favoreceu a proclamação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz em sua segunda cúpula, celebrada em Havana em 2014.

[3] Em dois anos, sete dos doze países integrantes da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) saíram e rapidamente criaram um novo mecanismo, o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosur), com uma clara afinidade política entre seus membros e uma agenda orientada a desmantelar qualquer proposta alternativa ao capitalismo transnacional. Nesses novos espaços, havia a presença dos Estados Unidos, seja diretamente, seja por meio de seus governos afins e/ou da Organização dos Estados Americanos (OEA), que recuperou seu papel legitimador das ações imperiais. Esses mecanismos foram acompanhados pelo Grupo de Lima e pelo ressuscitado Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar).

Referências

CUBA. Constituição da República de Cuba. *Gaceta Oficial de la Republica de Cuba*, 10 abr., 2019. Disponível em: www.gacetaoficial.gob.cu.

ESTRADA, J. La intensificación de las luchas por la (re)configuración del poder en Nuestra América y las estrategias de la derecha. In: ESTRADA, J.; JIMÉNEZ, C.; PUELLO-SOCARRÁS, J. F. *Contra Nuestra América: estrategias de la derecha en el siglo XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2020. pp. 19-50.

VALDÉS PAZ, J. El ojo del canario es el poder revolucionario. *La Tizza*, 30 dez. 2020. Disponível em: https://medium.com/la-tiza/el-ojo-del-canario-es-el-poder-revolucionario-bc5a138bc6f6.

Jean Jacques Kourliandsky[1]

Crise Democrática na América Latina

...como no resto do mundo..

A América Latina atravessa um momento de dúvidas democráticas. Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru, El Salvador e Venezuela expressam-no hoje com espetaculares evidências em seu cotidiano político-institucional. Guatemala, Honduras e Paraguai até certo ponto o anunciaram há alguns anos.

Impressiona a universalidade dessa crise de valores e princípios democráticos. Hungria, Polônia, Rússia e Turquia participam desse fenômeno, mas também democracias que são consideradas mais estabelecidas, como Estados Unidos e França. "O que parecia uma mera regressão aqui e ali", escreve o filósofo Frédéric Worms (2017, p. 17), "transformou-se em uma onda mundial, [...] na própria França alguns contestam o Estado de direito".

No caso latino-americano, surpreende essa tendência, que parece passar de conjuntural a estrutural. Esse mesmo subcontinente não foi, há pouco tempo, na década de 1990, um espaço modelo de transições democráticas?[2] Como entender que em 2021 seja considerado, com cada vez mais motivos, um espaço político de crescentes dúvidas democráticas?

Essas questões são as que queremos abordar neste breve artigo, sem pretender resolvê-las, mas oferecendo pistas para tentar compreender aquilo que aparece como um paradoxo democrático desestabilizador.

O que aconteceu com as transições democráticas?

A primeira questão a ser enfrentada é efetivamente esta: o que aconteceu com as transições democráticas? As dúvidas atuais provavelmente têm algo a ver com as transições da década de 1990, que não corresponderam às esperanças nelas depositadas.

Qual foi o motor dessas transições? Por que, no limiar do final da década de 1980, quase todos os países da região romperam, em efeito dominó, com suas ditaduras, fossem elas tradicionais, como no Paraguai, de segurança nacional, como na Argentina, no Brasil, Chile e Uruguai, ou "perfeitas", no caso do México, como definido politicamente por Mario Vargas Llosa?[3] É preciso lembrar que foi de fato uma mudança democrática global e radical em um curto espaço de tempo: Nicarágua em 1979, Argentina em 1983, Brasil e Uruguai em 1985, Chile em 1990, El Salvador em 1992, Paraguai em 1992, Panamá em 1994, Guatemala em 1996, México e Peru em 2000.

Em todos esses países houve pressões populares; por vezes, movimentos armados a favor da democratização. Formaram-se alianças de forças, partidos e sindicatos que, apesar de suas diferenças ideológicas, somaram esforços para forçar uma mudança libertadora, como a "Concertação" do Chile ou a "Frente Ampla" do Uruguai[4]. Esse importante elemento não foi suficiente. Somente na Nicarágua a ditadu-

ra caiu pela ação dos soldados da mudança, que forçaram Somoza ao exílio.

O fator principal que permitiu encerrar as ditaduras e abrir dinâmicas locais de libertação foi externo: o fim da Guerra Fria. A disputa pelo controle mundial entre a União Soviética e os Estados Unidos teve efeito negativo na mecânica social e política dos países latino-americanos. Isso foi publicamente reconhecido pela representante dos Estados Unidos de Ronald Reagan na Organização das Nações Unidas (ONU), Jeane Kirkpatrick (1979): "Apoiamos ditaduras. Mas nossas ditaduras são reversíveis"[5]. Efetivamente, foram reversíveis... depois do fim da União Soviética. A ausência duradoura de risco competitivo no Hemisfério Ocidental afastou a necessidade de encadear os sistemas políticos. Um mês depois da queda do Muro de Berlim, Washington assobiava o fim de jogo para generais, militares e outros ditadores; em 20 de dezembro de 1989, invadiu o Panamá militarmente de forma brutal, para fazê-lo entender a chegada dos novos tempos[6]. Durante a cúpula continental de Santiago do Chile em 1998, os Estados Unidos apresentaram um pedido de desculpas público pelo apoio dado a regimes liberticidas no passado.

O que aconteceu naqueles anos na América Latina aconteceu, por motivos idênticos, no resto do mundo. O *apartheid* desapareceu na África do Sul. Nelson Mandela foi eleito presidente da nova democracia sul-africana. O presidente francês, François Mitterrand, na conferência franco-africana em La Baule, em 1990, fez um clamor público para que os chefes de Estado africanos apostassem claramente na democracia. No sul da Europa, as ditaduras da Espanha, Grécia e de Portugal desapareceram. Na Europa central, uma onda democratizante rompeu com as "ditaduras populares" impostas pela URSS. Entre 1990 e 1991, Armênia, Bulgária, Estônia, Geórgia, Hungria, Letônia, Lituânia, Moldávia, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia, Ucrânia e a própria Rússia repentinamente adotaram sistemas políticos democráticos liberais.

> "Apoiamos ditaduras. Mas nossas ditaduras são reversíveis."

Essas mudanças, possibilitadas pela ruptura de blocos antagônicos e alimentadas por movimentos políticos e sociais locais, contaram com apoios internacionais que desempenharam um papel importante. Na Europa, internacionais partidárias articulando os dois movimentos de libertação, o da Europa Central e o da América Latina, facilitaram material e politicamente esses processos. As internacionais democrata-cristã e socialista desempenharam um papel estratégico em alguns momentos decisivos entre a resistência do passado e a mudança para a abertura democrática. A Internacional Socialista (IS) fomentou seus parceiros latino-americanos e organizou numerosos encontros com a presença de seus líderes, Willy Brandt (Alemanha), François Mitterrand (França), Olof Palme (Suécia) e, posteriormente, Felipe González (Espanha) e Mário Soares (Portugal).

Seguindo esse modelo, surgiram as organizações interpartidárias puramente latino-americanas. A Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Copppal), por iniciativa mexicana (do Partido Revolucionário Institucional – PRI), em 1979; a Coordenação Socialista Latino-Americana (CSLA) em 1986; o Foro de São Paulo (FSP), criado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro em 1990. A Copppal reúne 54 partidos comprometidos em "defender a democracia" (art. 8º do Estatuto). A CSLA reúne dez formações que "lutam pela democracia" (art. 2º do Estatuto). O FSP é integrado por 141 partidos e movimentos unidos por seu "compromisso com a democracia e a luta pelas liberdades" (ponto 3, "Os valores e princípios que nos unem", FSP-janeiro de 2017).

Em suma, entre os anos 1985 e 2000, o fim das coações externas permitiu que lógicas libertadoras forçassem mudanças democráticas, apoiadas por organizações democratizadoras internacionais e pela construção de alianças partidárias em cada um dos países,

bem como de interpartidárias latino-americanas.

Das transições às dúvidas democráticas

As esperanças de consolidação democrática se firmaram apenas parcialmente. Sinais tanto eleitorais quanto sociais foram surgindo progressivamente, expressando certa incapacidade de encontrar soluções negociadas, pactuadas de forma pacífica, para os conflitos ou crises que dividiam ou opunham diferentes partidos políticos ou grupos sociais.

As repetidas alternâncias eleitorais expressavam um estado febril com uma crescente incerteza. De uma eleição a outra, um país passava da direita para a esquerda, e da esquerda para a direita. A Argentina teve, assim, governos justicialistas, com Néstor e Cristina Kirchner, seguidos de uma presidência de direita com Mauricio Macri, para voltar a ter um Executivo justicialista com Alberto Fernández. O Chile experimentou alternâncias entre Michelle Bachelet (centro-esquerda), Sebastián Piñera (direita), Michelle Bachelet novamente e, depois, Sebastián Piñera. O Peru é um caso particular por sua desordem institucional quase estrutural e sua ausência de partidos consolidados, o que gera um clima de democracia gasosa. Houve, desde 2000, alternâncias em cada uma das eleições presidenciais, seguidas de ações judiciais que afastaram os ex-chefes de Estado de qualquer vida política ativa. Alejandro Toledo fugiu do país. A justiça peruana apresentou um pedido de extradição às autoridades dos Estados Unidos, onde ele reside. Alan García suicidou-se. Ollanta Humala e Pedro Pablo Kuczynski aguardam decisões judiciais. Finalmente, Martín Vizcarra foi afastado de seu cargo em 2020[7].

Ao mesmo tempo, as tensões sociais aumentaram. Movimentos de protesto, por vezes muito violentos, começaram com reclamações materiais concretas, depois do aumento do preço do transporte público no Brasil (2013) e Chile (2019), e da gasolina no Equador (2019). As manifestações rapidamente assumiram uma dimensão claramente antissistema, levantando demandas políticas. No Chile, chegaram a provocar mudanças constitucionais destinadas a desativar uma contestação indefinidamente prolongada.

Movimentos sociopolíticos semelhantes foram observados em outras partes do mundo. Na Europa, as instituições democráticas de alguns países entraram em colapso. A Bélgica permaneceu sem governo por meses; a Espanha, sem orçamento votado por seu parlamento durante mais de dois anos; a Itália foi desestabilizada pelo surgimento de partidos antissistema; e o Reino Unido, por uma crise de identidade nacional. Eleitores na França, aproveitando a não obrigatoriedade do voto, passaram a ignorar cada vez mais as eleições. Sociólogos chegaram a caracterizar a França como uma "democracia da abstenção" (BRACONNIER, 2007). As violências sociais aumentaram tanto em expressão quanto em durabilidade. Basta lembrar o surgimento do Movimento dos Indignados na Espanha em 2011 e, na França, a rebelião dos subúrbios em 2005 e o surgimento dos "coletes amarelos" em 2019.

Ao acompanhar o mal-estar popular com suas respectivas democracias, tanto na América Latina como na Europa, observamos o desenvolvimento de uma contestação, pela "nuvem" (*cloud)* neoliberal, do Estado de direito, sem, portanto, mudar o regime e sem golpes militares. O que se busca é a alteração significativa de um ou mais elementos que fundam a democracia. O Poder Judiciário perde sua independência. Na Bolívia, no Brasil e na Venezuela, parte dos juízes atuam a serviço do Executivo. Maiorias parlamentares, como no Brasil em 2016 ou no Peru em 2020, impõem sua interpretação da Constituição para destituir, por oportunismo político, o chefe de Estado. Presidentes mobilizam as forças armadas, pondo-as a serviço de sua política partidária. O peso da instituição militar é especialmente forte na governabilidade do Brasil, do México e da Venezuela. O presidente salvadorenho, Nayib Bukele, impôs-se ao Congresso ingressado em seu edifício em 9 de fevereiro de 2020 acompanhado por militares armados. Comentários similares poderiam ser feitos sobre o uso do controle de infor-

mações para orientar o voto dos cidadãos. Em alguns casos, como o da Venezuela, o Estado regula a existência e a difusão de informações em seu favor. Em outros, o governo atua em coordenação com grandes grupos privados de imprensa. Cada vez mais, candidatos que se beneficiam de um forte apoio financeiro ignoram os meios de comunicação clássicos (imprensa escrita, televisão), privilegiando a difusão maciça de mensagens ideologicamente unilaterais e notícias falsas por meio das redes sociais. Desaparecem o debate contraditório e a disponibilização, ao eleitor, de informações que lhe permitam expressar seu voto de forma fundamentada. Essa modalidade, usada na Bolívia em 2002[8], foi aplicada de maneira maciça no Brasil em 2018 pelo candidato vencedor, Jair Bolsonaro (DUNKER, 2019).

Essas evoluções também apareceram na Europa. Os governos da Hungria e da Polônia politizaram o "Poder" Judiciário em seus respectivos países. Reduziram, além disso, a liberdade de imprensa. Em outros países, como a França, as leis adotadas após episódios terroristas estão reduzindo, em nome da segurança cidadã, as liberdades fundamentais (KOURLIANDSKY, 2016).

Como compreender essas regressões democráticas

A regressão democrática, na América Latina como em outras partes do mundo, é um dado que deve ser medido com exatidão. Não chega, como nos anos 1970/1980, a uma ruptura institucional e ética frontal. Não estão aparecendo ditaduras assumidas como tais. Pelo contrário, aparece uma forma híbrida de governo que mantém elementos da vida democrática, enquanto incorpora outros que os negam; daí a necessidade de identificar fatores que nos permitam tentar compreender o que está acontecendo.

O contexto internacional do dia seguinte à Guerra Fria, diferente do anterior, sem dúvida incide nas realidades institucionais que estamos investigando. Gerou um consenso ideológico universalizado pela potência vitoriosa, os Estados Unidos, e seus aliados "ocidentais", integrando os da Ásia: portanto, os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), mais Coreia, Japão, Cingapura e Tailândia. Esse novo mundo foi definido, por Francis Fukuyama (1992), como estabilizado pelo fim da/sua história; um mundo articulado pela combinação de liberdades políticas e econômicas. Na América Latina, esse consenso foi generalizado, em 1990, sob o nome de Consenso de Washington. Uniu as duas liberdades, condenando moralmente, politicamente e impedindo qualquer forma de regressão ditatorial, bem como de estatização e regulação econômica. As tentativas de regressão a um passado ditatorial, como na Venezuela em 1992 e em 2002; em Honduras em 2009; e no Paraguai em 2012 foram condenadas. Apesar do caráter ambíguo dessas reprovações, Fukuyama (2006, p. 28) propôs o seguinte comentário: "quanto às perspectivas gerais para a América Latina [...], embora o processo de consolidação institucional não tenha sido [...] como se gostaria, [...] há motivos para ter esperança".

A força desse consenso legitimou o caminho democrático, mas também impôs um "corralito", impedindo qualquer outro caminho que não o liberal em seu duplo sentido, político e econômico. Os governos de esquerda que chegaram ao poder a partir de 1998, eleitos por cidadãos críticos às democracias que não conseguiam integrar os mais pobres, permaneceram prisioneiros desse consenso de duas maneiras, que aliás nos permitem entender a situação atual. Aproveitaram a bonança conjuntural dos preços dos produtos primários exportados (agrícolas, energéticos, minerais) para inventar novas políticas sociais (MIDAGLIA; ORDOÑEZ; VALENCIA, 2018). Políticas que conseguiram efetivamente reduzir o índice de pobreza sem ter que tocar no modelo liberal. Não houve política fiscal socialmente ambiciosa que aumentasse a tributação dos indivíduos mais ricos e das empresas, nem nos 20 anos da Venezuela bolivariana, nem hoje em dia no México da 4T (ou seja, da quarta transformação). Além disso, esses governos não investiram, ao menos não de maneira decisiva, parte dos benefícios obtidos com as exportações de produtos primários em setores de forte ou maior valor agregado.

Com a queda nas exportações e nos preços dos produtos exportados, esses governos ficaram sem alternativas para continuar financiando suas políticas sociais, causando um progressivo descontentamento popular, que se expressou (vide acima) em uma febrilidade eleitoral crescente e manifestações sociais maciças.

Por outro lado, na América Latina como no resto do mundo, o fim da luta entre os blocos "Leste" e "Oeste" deixou sem contrapeso a ideologia liberal econômica e financeira dos vencedores, que difundiram um discurso que buscava transformar cidadãos em consumidores, estimulando o individualismo e fragmentando todas as formas de sociabilidade. Soberania, culturas nacionais e bens comuns foram apresentados pelos defensores do livre mercado e da supranacionalidade econômica como fatores regressivos e conservadores. Fabricaram-se novos critérios de valores, privilegiando o global, associando liberdades à ausência de controles, a formas de vida libertárias e auto-organizadas, expressando uma rejeição ao Estado regulador e à democracia representativa, uma preferência pela sociedade civil, pelas fundações sem fins lucrativos criadas por corporações que não pagam impostos, e pelas redes sociais como uma forma moderna de solidariedade que conecta indivíduos. As elites do dinheiro se afastaram de seus compatriotas. "Hoje não vemos no México um 'projeto de nação'", escreveu o cientista político Lorenzo Meyer, "mas, na realidade, a nação como um projeto de poucos, [...] um projeto neoliberal de poucos para poucos" (MEYER, 2016, p. 111). Esse fenômeno foi evidenciado nos Estados Unidos por Christopher Lasch (2020) e, na França, por Christophe Guilluy (2018). É revelador dessa legitimação superior de uma suposta ordem liberal transfronteiriça um livro "*mainstream*" publicado em 2006, um ano depois da rejeição da "Constituição" europeia pelos eleitores franceses, que critica aquilo que o autor qualifica de "estranheza francesa" (D'IRIBARNE, 2006). Já segundo o sociólogo francês Alain Touraine (2013), estamos assistindo ao "fim das sociedades", da convivência democrática.

As novas tecnologias estão aumentando o fosso democrático. A sociedade de mercado sem barreiras morais e geopolíticas está criando uma nova forma de fazer política, que poderíamos chamar de política-mercado, individualizando as escolhas, assemelhadas a competições de futebol, centradas no perfil dos candidatos, minimizando seus programas. Mais do que em propostas, as campanhas eleitorais centram-se na importância de impor um relato (SALMON, 2008), tendência que foi ampliada pela tecnologia digital. Os eleitores agora recebem em seus *smartphones*, pelo WhatsApp, mensagens curtas e unilaterais, repetidamente. Conforme indicado acima, desaparece a essência de toda vida democrática, a construção de uma opinião cidadã baseada em informações contraditórias. Essa "cultura" digital corrói a capacidade crítica, desenvolvendo uma perda crescente da atenção necessária a todas as formas de pensamento (PATINO, 2019).

Essas formas de regressão democrática mantêm as aparências institucionais. Mas, como vimos, a essência da democracia perde e perdeu seu significado. Para definir este momento paradoxal, não existe uma terminologia universal. O estadunidense Yasha Mounk (2018) fala de uma "democracia hierárquica" e também de uma "democracia antiliberal". O juiz brasileiro Rubens Casara (2017) propõe um "Estado pós-democrático". Para o sociólogo, também brasileiro, Wanderley Santos (2017), estaríamos em tempos de uma "democracia impedida". Seu colega francês, Alain Rouquié (2016, p. 11), propôs outra terminologia, a de "democracia hegemônica", para qualificar uma forma de diagnóstico compartilhado "na classificação dos regimes contemporâneos [...], forma de governo singular, tanto autocrática quanto representativa". Uma forma, então, contida no contexto do pós-Guerra Fria, descrita pelo filósofo alemão Hermann Heller, às vésperas da chegada de Adolf Hitler ao poder, como "liberalismo autoritário" (SCHMITT; HELLER, 2020). Nestas democracias do tipo 2021, qualquer que seja a terminologia, resume Casara (2017, p. 66), "há um espaço de poder que sempre escapa à lei [...] para ilegalidades, que funcionam como afirmações da 'lei do mais forte'".

Como os atores tradicionais da democracia responderam a esse desafio? Os partidos políticos, seus dirigentes e seus cargos eleitos? Principalmente aqueles que se dizem e se consideram de esquerda ou centro-esquerda? Em geral se adaptaram aos tempos, sem buscar reverter a tendência. Seria interessante entender o porquê dessa atitude conformista. Vamos nos limitar a expor brevemente algumas das "respostas". Uma primeira resposta, teorizada pelo trabalhismo inglês e estendida às social-democracias alemã e espanhola, foi a chamada "terceira via"[9], que reduz as demandas igualitárias e privilegia a equidade. Juntaram-se a essa opção, no continente americano, os democratas estadunidenses, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) brasileiro e o liberalismo colombiano. Ao mesmo tempo, de forma não concertada, um número muito importante de formações progressistas priorizou as demandas societais em seus programas. A questão social foi relegada, mais pela ausência de uma resposta verossímil e factível do que por uma reflexão programática. Esse recuo consentido, sem ser planejado, foi acompanhado de adaptações, também elas mais sofridas do que pensadas. O comércio político e a comunicação política tomaram um espaço crescente. Um testemunho revelador dessa orientação foi o livro do profissional espanhol de publicidade comercial e política, Juan Capmany, que descreve o sucesso de seu trabalho, inspirado na campanha de sua empresa feita para uma marca de automóveis, para fazer com que o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) vencesse as eleições parlamentares de 2004 (CAPMANY, 2005). Os partidos de esquerda também participaram da popularização de uma concepção neoliberal de política, dando espaço central à individualização das problemáticas políticas. Em particular, ao colocar a luta contra a corrupção no centro do discurso progressista. "Como não se sabe nem se define com precisão o que é corrupção [...], [ela] passa a ser uma construção arbitrária daquilo que o inimigo político faz", explica o sociólogo brasileiro Jessé Souza (2016, p. 12). De maneira que não se pode deixar de notar com perplexidade as convergências de fato entre os objetivos prioritários de governos tão distintos como os de Jair Bolsonaro no Brasil (à direita) e de Andrés Manuel López Obrador no México (progressista), associando a corrupção a seus adversários políticos.

De fato, ao aceitar submeter-se às correntes dominantes ligadas ao liberalismo extremo, a esquerda perdeu sua identidade e, assim, as fronteiras eleitorais foram apagadas. Divisões e polêmicas surgiram na esquerda, centradas antes em pessoas do que em debates contraditórios, uma evolução notada no Brasil e no Chile. Essa confusão e essas divisões foram instrumentalizadas por forças liberais tanto econômica quanto socialmente, além de conservadoras. Isso permite compreender ou ao menos oferecer uma resposta explicativa à febrilidade dos eleitorados e

sua permeabilidade às mensagens unilaterais que vêm daqueles que tentam, com algum sucesso, orientar e revisar o funcionamento da democracia.

Reverter a decadência da democracia e da esquerda

Não se trata aqui de oferecer remédios universais e definitivos, mas, de maneira mais modesta, trazer algumas reflexões finais oferecendo horizontes sujeitos a debate. Essas propostas são apresentadas sem uma hierarquia particular.

Aqueles que desejem restaurar a democracia e o retorno da esquerda em um debate político contraditório e racional devem recuperar a capacidade de pensar o real, a sociedade tal qual funciona num dado momento.

Devem, então, superar os conceitos presentistas da vida política para tentar pensar o presente a partir do passado a fim de buscar futuros democráticos e progressistas. Afastar, portanto, a política das aparências, da sociedade do espetáculo, inscrita nos valores de mercado. Ir ao coração dos problemas sociais e econômicos, esquecendo-se do populismo, sempre do outro, bode expiatório confuso, instrumento demagógico de denúncias sem conteúdo senão a polêmica.

Trata-se de encontrar as condições para recriar discursos e políticas, revalorizando a cidadania, o Estado, a Nação e sua soberania popular, permitindo, assim, a recomposição de um coletivo democrático, integrando os mais ricos e também os mais pobres, dando-lhes um espaço eficiente de regulação de seus conflitos; de relegitimar o fato de se fazer sociedade, regulando os excessos destrutivos do individualismo-consumidor e de seus instrumentos digitais.

Isso significa, para a esquerda, recolocar o social, a luta contra as desigualdades, no cerne de seu discurso, sem esquecer, portanto, o societal. Esse horizonte exige integrar o fato de que a democracia não pode sobreviver a desigualdades extremas. Como tampouco podem existir políticas sociais sem economias diversificadas. Esse horizonte exige também repensar o societal, inspirando-se no que escreveu a esse respeito o ensaísta estadunidense Mark Lilla (2017), no estimulante livro intitulado *A esquerda identitária*.

Para quem aposta na reconstrução de uma democracia racional, crítica, aberta a debates pacíficos e compromissos negociados, os partidos políticos têm de recobrar seu papel de atores estratégicos de qualquer vida democrática autêntica e realista. O ensaio publicado no Peru sobre a destruição dos partidos políticos e suas consequências (LEVITSKY; ZAVALETA, 2019) é uma ferramenta especialmente útil para compreendê-lo. A luta contra a corrupção tem aqui um lugar privilegiado, com foco no reconhecimento da necessidade prioritária de romper a relação existente entre dinheiro e vida política e eleitoral. A democracia tem um custo que os poderes públicos, e somente eles, têm que assumir.

Por fim, as forças que pretendem contribuir para objetivos semelhantes devem abandonar os conceitos de política-mercado, que privilegia o patriotismo partidário e as competições entre seus responsáveis. Devem recuperar a capacidade que demonstraram, no princípio das transições democráticas, de dialogar, definir objetivos comuns e articular alianças eleitorais em programas.

Em última análise, não se trata de nada revolucionário. Quase tudo foi escrito e votado no início das transições; por exemplo, na Constituição brasileira de 1988.

Notas

[1] Jean Jacques Kourliandsky é diretor do Observatório Latino-Americano da Fundação Jean Jaurès (Paris), colaborador permanente da revista *Nouveaux Espaces Latinos* (Lyon) e pesquisador associado do IRIS (Paris).

[2] Ver o livro patrocinado pela OEA, PNUD, IFE e agências de cooperação canadense e espanhola, reivindicando as transições. CAPUTO, Dante. OCAMPO, José Antonio (dir.). *Nuestra democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

[3] Em *El País*, Madri, 1º set. 1990.

[4] Concertação: DC+PRC+PPD+PS; Frente Ampla: agrupa 29 partidos e movimentos.

[5] Ver posição argumentada em: KIRKPATRICK, Jeane. Dictatorships and Double Standards. *Commentary*, nov. 1979.

[6] "Operação Justa Causa".

[7] Alejandro Toledo, presidente (2001/2006); Alan García (2006/2011); Ollanta Humala (2011/2016); Pedro Pablo Kuczynski (2016/2018); Martin Vizcarra (2018/2020).

[8] Ver o documentário de Rachel Boynton, *Our Brand is Crisis* (ed. brasileira, *Crise é nosso negócio*. Manaus: Polo industrial, 2007).

Referências

BRACONNIER, Céline; DORMAGEN, Jean-Yves. *La démocratie de l'abstention*. Paris: Folio actuel, n. 129, 2007.

CAPMANY, Juan. *El efecto ZP, 1000 días de campaña para llegar a la Moncloa*. Barcelona: Planeta, 2005.

CASARA, Rubens R. R. *Estado Pós-democrático*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

D'IRIBARNE, Philippe. *L'étrangetyé française*. Seuil: Points n. 606, 2006.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. *Democracia em Risco?* 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FUKUYAMA, Francis (compilador). *La brecha entre América Latina y Estados Unidos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. *La fin de l'histoire et le dernier homme*. Paris: Flammarion, 1992.

GUILLUY, Christophe. *No Society*. Paris: Champ-Flammarion, 2018.

KIRKPATRICK, Jeane. Dictatorships and Double Standards. *Commentary*, nov. 1979.

KOURLIANDSKY, Jean Jacques. Attentats de 2015 en France, sécurité globalisée et repli. Desafios, Bogotá, Universidad del Rosario, n. 28-II, pp. 413/426, segundo semestre 2016.

LASCH, Christopher. *La révolte des élites*. Paris: Champ-Flammarion, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZAVALETA, Mauricio. *Por qué no hay hay partidos políticos en Perú?*. Lima: Planeta, 2019.

LILLA, Mark. *The Once and Future Liberal After Identity Politics*. La gauche identitaire, l'Amérique en miette. Paris: Stock, 2017.

MEYER, Lorenzo. *Distopía mexicana*. Cidade do México: Debate, 2016.

MIDAGLIA, Carmen; ORDOÑEZ, Gerardo; VALENCIA, Enrique (coord.). *Políticas sociales en América Latina en los inicios del siglo XXI*. Buenos Aires: El Colegio de la Frontera Norte-Clacso, 2018.

MOUNK, Yasha. *The people vs. Democracy* – Why Our Freedom is in Danger & How to Save It. Cambridge-Massachusetts-Londres: Harvard University Press, 2018.

PATINO, Bruno. *La civilisation du poisson rouge, petit traité sur le marché de l'attention*. Paris: Grasset, LP n. 35732, 2019.

ROUQUIÉ, Alain. *Le siècle de Perón, essai sur les démocraties hégémoniques*. Paris: Seuil, 2016.

SALMON, Christian. *Storytelling*. Paris: La Découverte, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A Democracia Impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHMITT, Carl; HELLER, Hermann. *Du libéralisme autoritaire*. Paris: Zones, 2020.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TOURAINE, Alain. *La fin des sociétés*. Paris: Seuil, 2013.

WORMS, Frédéric. *Les maladies chroniques de la démocratie*. Paris: Desclée de Brouwer, 2020.

Dr. Jaime A. Preciado Coronado[I]

Geopolíticas dos pactos nacionais pela igualdade e desenvolvimento sustentável na América Latina (Cepal)

O debate sobre desigualdade social e democracia

Introdução

Em face do aumento das desigualdades sociais ocasionado pela pandemia de covid-19 – aumento da pobreza, desemprego, riscos associados à saúde, seguridade social e pensões; além da precarização econômica, do crescimento da informalidade e da deterioração geral dos bens públicos sociais, junto com uma crise ambiental sem precedentes –, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) lançou uma proposta de longo alcance: promover "pactos políticos e sociais para a igualdade e o desenvolvi-

mento sustentável na América Latina e no Caribe na recuperação pós-covid-19". Seu objetivo é construir com a participação dos mais diversos atores, que permitam universalizar a proteção social e a saúde e, sobretudo, que reorientem o desenvolvimento com base na igualdade e nas políticas fiscais, industriais e ambientais para a sustentabilidade. Os pactos devem ter o objetivo de lançar as bases para a construção de um Estado de bem-estar. (CEPAL, 2020, p. 1)

O funcionamento desses pactos requer esclarecer os debates que vinculam a desigualdade social à democracia. A questão social foi despolitizada durante a década perdida em nossa região e, embora os processos de transição ou redemocratização, principalmente no Cone Sul, e as lutas de libertação nacional na América Central tenham aberto novas diretrizes institucionais para a visibilidade de diversas agendas sociais, a viabilidade do Estado de bem-estar permanece pendente.

Por sua vez, a onda progressista iniciada na última década do século XX, hoje presente em vários países, reuniu dinâmicas sociais e políticas traduzidas em pactos sociais como constituintes pacíficas, incidindo em novos formatos de democracia participativa que incluíram políticas contra a desigualdade social por meio da criação de um Estado que buscou superar o paradigma do bem-estar: a plurinacionalidade; o Estado do Bem Viver; e a inclusão da "felicidade" como intersubjetividade superadora do dilema entre crescimento e desenvolvimento.

O debate em torno da desigualdade social e da democracia foi enriquecido por essas experiências; no entanto, uma abordagem crítica identifica as raízes da desigualdade em sua conformação histórica estrutural. Para além da naturalização da desigualdade promovida pela modernidade liberal, cujo relato dominante é fundamentalmente proprietarista, empresarial e meritocrático, alguns autores vinculam o regime político e o regime de propriedade. Esping-Andersen (1990) constata que a agenda social contra a iniquidade se configura em vários "regimes de bem-estar"; Piketty (2019) utiliza o conceito de "regime desigualitário", que engloba tanto o conceito de regime político quanto o de regime de propriedade (incluindo os conceitos de sistema educacional e fiscal); Rosanvallon (2012) argumenta que, na "sociedade de iguais", a democracia – incluindo os processos eleitorais – afirma sua vitalidade como regime político no momento em que declina como forma de sociedade.

A questão que permeia o tratamento da desigualdade é a justiça social. Alguns a entendem como uma política de (re)distribuição do acesso aos mercados básicos da terra, do trabalho e do capital (REYGADAS, 2020); alguns enfatizam a sincronização entre cidadania política e cidadania social (ROSANVALLON, 2012); e outros a entendem como um poder contra-hegemônico de movimentos sociais como o "Estado novíssimo" do século XXI (SOUSA, 2006).

Em particular, as desigualdades sociais e o funcionamento democrático dos pactos políticos e sociais pela igualdade e desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe enfrentam as condicionantes geopolíticas impostas pelo agravamento da crise global e sistêmica no contexto da pandemia: as contradições globais do regime de acumulação capitalista financeirizado, que privilegia a austeridade sobre a vida; as heranças coloniais reprodutoras de nacionalismos e integrismos supremacistas e racistas; a extensão e o aprofundamento da dominação patriarcal sobre os corpos femininos e o espaço doméstico; a depredação da natureza, sua biodiversidade e ecossistemas por meio do extrativismo e da acumulação por expropriação.

Essa conjunção de múltiplas crises, acentuada pelo coronavírus, deteriorou os espaços multilaterais de cooperação internacional, reforçou as abordagens estatocêntricas e suas fronteiras nacionais, desencadeou contradições e rivalidades entre regiões e centros de poder nacional. Por um lado, domesticou a política local por meio de tendências autoritárias de controle social; mas, por outro lado, os movimentos sociais, herdeiros de um amplo leque de ações coletivas de eclosões e insurgências emergidas em 2019, ampliam o repertório de resistências e de criação de alternativas articuladas com as diversas escalas geopolíticas: global, regionais, nacionais e locais.

A pergunta que anima este trabalho é se os pactos políticos e sociais pela igualdade social e desenvolvimento sustentável da Cepal são uma alternativa que se aproxima daquilo que Piketty (2020) concebe para superar o capitalismo e construir uma sociedade justa baseada no "socialismo participativo" e no "federalismo social", com base nas inovações sociais registradas com originalidade na América Latina e no Caribe.

Concepção da Cepal sobre os pactos políticos e sociais pós-covid-19

O diagnóstico da Cepal sobre a conjuntura da pandemia é feito a partir de um (neo)estruturalismo que enriqueceu a abordagem proposta por seu fundador, Raúl Prebisch, ou seja, o paradigma do desenvolvimento social capaz de combinar crescimento e equidade a partir de uma inserção na economia global enquadrada em um regionalismo aberto. Seus fundamentos teóricos repousam no ideário do desenvolvimento humano; estão em consonância, portanto, com o projeto das Nações Unidas sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Incorporam em seus diagnósticos a ideia de justiça social em uma perspectiva integral, na qual se concebem limites e potencialidades de uma política com ênfase na produção industrial, de uma política fiscal redistributiva progressiva que incida sobre quem tenha mais renda, de uma política ambiental sustentável, e de uma política social voltada a eliminar a pobreza extrema, mitigar os processos de empobrecimento e modificar a iniquidade produzida pelas fontes estruturais da desigualdade social.

A Cepal parte de um enfoque estatocêntrico em que as políticas públicas nacionais gravitam em torno do Estado nacional, por isso propõe fortalecer as coalizões políticas de inspiração democrática capazes de promover programas de desenvolvimento humano igualitários, sob a orientação de critérios tecnocráticos e sociais. Por essa razão, os pactos políticos e sociais pós-covid-19 propostos pela Cepal são eminentemente pactos nacionais, embora amparados por uma visão multilateralista que atende, sobretudo, o sistema das Nações Unidas, a partir do qual se estabelecem vínculos com as instituições financeiras internacionais e regionais.

O diagnóstico que deu origem aos pactos políticos e sociais constata que um grande número de países está longe de controlar a crise sanitária, econômica, ambiental e política trazida pela pandemia: "em 3 de outubro de 2020 se haviam registrado cerca de 9,4 milhões de casos de covid-19 e mais de 340.000 mortes" (OMS, 2020). Os Estados-nação não conseguiram achatar a curva de contágios e mortes. Embora o diagnóstico registre que há diferenças notáveis no impacto e na gestão da pandemia, a pandemia também evidenciou algumas vulnerabilidades preexistentes, como as dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (Peid), que estão altamente endividados, são vulneráveis à mudança climática e aos furacões, têm economias frágeis que dependem principalmente do turismo e contam com acesso limitado ao financiamento devido à sua classificação como países de renda média. (CEPAL, 2020)

Destacamos os fatores que tornam a região vulnerável:

• Elevado índice de informalidade laboral: segundo o diagnóstico da Cepal, "na região, os mercados de trabalho tendem a ser precários: há uma alta proporção de empregos informais (53,1% em 2016, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018)). Em 2018, apenas 47,4% das pessoas ocupadas contribuíam para o sistema de pensões, e mais de 20% das pessoas ocupadas viviam na pobreza. Mulheres, jovens, indígenas, afrodescendentes e migrantes estão sobrerrepresentados entre os trabalhadores informais". A taxa de informalidade entre os trabalhadores indígenas da América Latina e do Caribe é de 82,6%, 31,5 pontos percentuais a mais que a da população não indígena, que é de 51,1%.

• Baixa produtividade da economia; urbanização precária. Segundo a Cepal (2020b), a queda de 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento do desemprego, que, segundo as pro-

jeções será de 5,4 pontos percentuais, "significarão um aumento de 45,4 milhões no número de pessoas em situação de pobreza; com isso, o número total de pessoas nessa condição passaria de 185,5 milhões em 2019 a 230,9 milhões em 2020, uma cifra que representa 37,3% da população latino-americana". A maior parte dela se concentra em cidades precarizadas e com déficit de bens públicos.

• Elevado grau de pobreza e desigualdade social. O número de pessoas em extrema pobreza aumentaria em 28,5 milhões, passando de 67,7 milhões em 2019 para 96,2 milhões em 2020, uma cifra que equivale a 15,5% da população total. "Oito em cada dez pessoas na região viverão com renda inferior a três linhas de pobreza, ou seja, 500 dólares por mês." Um dos indicadores da desigualdade social é o aumento da desigualdade na distribuição de renda: a Cepal projeta que o coeficiente de Gini aumentará entre 1% e 8%, sendo que as maiores economias da região apresentarão os piores resultados.

• Disparidade de gênero crescente e sistemas de saúde e seguridade social frágeis e fragmentados: 78% das mulheres ocupadas da região trabalham nos setores da economia mais vulneráveis ao risco de desemprego. Em seu diagnóstico, a Cepal estabelece: "além disso, as medidas de contenção, as quarentenas, o fechamento de escolas e o aumento da quantidade de enfermos aprofundam as desigualdades de gênero, considerando que 72,8% do total de pessoas ocupadas no setor da saúde são mulheres e que elas dedicam, diariamente, três vezes o tempo que os homens dedicam ao trabalho doméstico e ao cuidado não remunerado na região". Com a pandemia, aumenta a violência doméstica, o que acentua a vulnerabilidade de mulheres e meninas e enfraquece sua autonomia.

Estabelece-se que a centralidade da crise sanitária aprofunda e desencadeia a crise global e sistêmica (do capitalismo), o que acentua a desigualdade social e traz à cena os riscos de uma crise alimentar e humanitária. A crise atravessada pela região em 2020, ano em que o PIB cairá 9,1% segundo projeções da Cepal em outubro desse ano, será a pior de toda sua história. De acordo com esse diagnóstico, os pactos políticos e sociais propostos pela Cepal:

• Apostam na reconstrução do Estado de bem-estar com direitos humanos, em que se universalize a proteção social e a saúde, reorientando o desenvolvimento com base na equidade: políticas fiscais redistributivas, políticas industriais que aumentem a produtividade e políticas ambientais com gestão sustentável dos "recursos naturais". O investimento público e o privado devem ser aumentados e diversificados, condicionados à melhor provisão de bens e serviços públicos, incluindo uma Cesta Básica Digital e uma renda universal de emergência, equivalente a 1 linha de pobreza, financiada pelos governos centrais.

• São concebidos em parâmetros neoinstitucionalistas. Acordos de longo prazo que resultem em novos processos constitucionais (contratuais). Que promovam a eficiência na tomada de decisões: escuta e negociação de conflitos, instrumentalização de formatos de e-governo. Promoção de uma estratégia de *Tripla Hélice*: governo-sociedade-conhecimento, que articule um polo tecnocrático entre academia, política e atores sociais. Esses pactos nacionais instrumentalizam políticas públicas voltadas ao fomento do capital social e do capital humano, embora não seja clara a separação de estratégias entre os dois conceitos.

• Reconhecem a falta de uma liderança política conciliatória entre parlamentarismo e presidencialismo, que ofereça canais de participação a uma ampla gama de atores, organizações e movimentos sociais, feministas, indígenas, afrodescendentes, camponeses, precarizados urbanos e que inclua a comunidade científica e tecnológica na concepção e avaliação de políticas públicas. Os pactos políticos e sociais promovem, por meio dos Estados nacionais, a solidariedade regional e internacional com valores comuns, responsabilidade partilhada e progresso inclusivo.

• Fortalecem as capacidades e atribuições que estimulam os governos subnacionais a estar na primeira linha de contenção da pandemia. Aí se encontra o espaço de legitimidade pela proximidade com organizações sociais e direitos de cidadania que, no entanto,

passam por conflitos entre localidades, regiões e governos centrais, acentuados pela pandemia. O diagnóstico da Cepal registra uma luta crescente pela redefinição de atribuições e competências entre os diferentes níveis de governo. Nos governos subnacionais está a dimensão do *locus* privilegiado da luta social, da autonomia, da resistência e da eclosão social.

• Cenários definidores dos pactos políticos e sociais. Propõe-se o aumento das exigências de qualidade democrática: transparência, prestação de contas e combate à corrupção como condicionantes da governabilidade democrática, na qual se baseia a capacidade de implementar novos pactos ou contratos sociais. Neles se dá especial atenção à avaliação do desempenho dos sistemas de saúde, já que esses constituem arenas políticas de punição ou recompensa pela boa liderança, pelo "bom governo". No cenário global, há duas considerações: uma se refere à urgência climática como estratégia global-local em torno dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas; a outra é dedicada à promoção do multilateralismo, em que a voz regional contribuirá com características específicas para a "Nova Normalidade".

Fontes da desigualdade social: Quatro consensos neoliberais

Os obstáculos estruturais, ideológicos e até intersubjetivos enfrentados pelos pactos políticos e sociais propostos pela Cepal são colossais. Destacam-se quatro relatos ou narrativas em torno das quais se elaboram discursos públicos que visam legitimar as práticas de acumulação capitalista, considerando sua posição diante da desigualdade social:

O **relato consensual que naturaliza a desigualdade social**: parte do individualismo meritocrático como forma de superação sem observar que isso desemboca no egoísmo das elites; seu horizonte de progresso é anglo-eurocêntrico e fundamentado no pensamento único. Nele coincidem as instituições financeiras internacionais, cuja visão é sustentada pelo bloco liberal corporativo global, bem como por populismos autoritários nacionalistas.

A **narrativa do Consenso e pós-Consenso de Washington** enfatiza as reformas de mercado: privatização, desregulamentação do poder público, flexibilização do trabalho, reforma gerencial do Estado, subordinação da democracia liberal aos imperativos da acumulação capitalista. Considera que a desigualdade se reduz à pobreza e que sua superação depende de que a concentração da riqueza flua de cima para baixo por meio da expansão do consumo que garante a produtividade industrial.

O **Consenso democrático liberal** está na base do regime político supostamente universal; sua narrativa gira em torno ao desempenho do rito eleitoral baseado em um ideário democrático minimalista e elitista em coalizão com o poder tecnocrático, que reproduz a exclusão, a desigualdade e a injustiça social. Sua inação diante das raízes da desigualdade social coexiste com Estados mafiosos, violência criminal, insegurança pública, impunidade e corrupção não extirpadas.

O regime político que sintetiza a desigualdade social é o do **Consenso da impolítica social**: privilegiar o crescimento econômico sobre o desenvolvimento social inclusivo implica o desmantelamento do Estado de bem-estar e, quando há espaço para políticas públicas reformistas, instauram-se regimes de bem-estar parciais e fragmentados na universalização de direitos de cidadania equitativos. Impõe-se o império da precariedade, da deterioração da produção e dos serviços de bens públicos e comunitários, o que atenta contra as políticas sociais justas e redistributivas.

Esses quatro consensos se enquadram nas **geopolíticas da desigualdade social**, em torno das quais há um jogo de escalas que inclui, mas ultrapassa, o Estado-nação, em sua interação entre o local, o regional subnacional, o nacional, o supranacional regional e o global. Espaços e territórios nos quais os sistemas de atores extrapolam a dimensão pública estatal: atores sociais extralocais transnacionais. Embora os pactos políticos e sociais (Cepal) objetivem articular consensos democráticos nas escalas locais, subnacionais e nacionais por meio da

geração de capacidades contratuais nos atores do regime político nacional, apenas se registram medidas tímidas que atuem em torno das geopolíticas da desigualdade social, que se acentuam no quadro da pandemia:

• Financeirização global via coalizão tecnocrática produz austericídio contra a vida: morrem mais as pessoas excluídas.

• Colonialismo do poder, imposição do racismo e supremacismo branco: morrem mais os afrodescendentes, indígenas, excluídos da terra.

• Dominação patriarcal sobre os corpos, principalmente de mulheres, e sobre o espaço doméstico e familiar: morrem mais as mulheres, e as famílias empobrecidas são as mais afetadas.

• Depredação da biodiversidade e dos ecossistemas acelera as mudanças climáticas. Modelo econômico baseado na acumulação por espoliação e dependência do neoextrativismo.

• Enfoque estatocêntrico enviesado que socializa as perdas e privatiza os ganhos, deteriorando a qualidade de vida e impactando no bem-estar da população.

• Democracia minimalista, procedimental e elitista que recompensa coalizões tecnocráticas. Coexistem tendências liberais e iliberais que abrem espaços formalmente democráticos ao conservadorismo e às várias formas de autoritarismo.

Tudo isso se concatena com um regime político proprietarista, rentista e meritocrático que reproduz a desigualdade social em suas diversas manifestações e que é cada vez mais incapaz de ultrapassar o teto estrutural imposto pelos consensos neoliberais no quadro da geopolítica da desigualdade. Reina a empresarização com hegemonia política baseada no produtivismo e no consumismo, além da especulação financeira; daqui se depreende a fonte da desigualdade no emprego, salário e benefícios.

Um regime político meritocrático individualista, cujo ideal de progresso se baseia na superação pessoal, graças à funcionalidade do capital humano – que transforma tudo em recursos para a acumulação – e do capital social – cujo valor extraeconômico é recuperado pelo capital –, que mercantilizam as relações sociais a todo custo. Um regime político que instaura um Estado punitivista, que castiga pobres e perdedorxs e premia a concentração crescente da riqueza.

Debate entre democracia e desigualdade

Neste debate, ganham especial importância as pesquisas existentes sobre pobreza, desigualdade social, cidadania e comunalidade diante dos diversos regimes políticos caracterizados por sua ancoragem geopolítica. Alguns autores relacionam o regime político e o regime de propriedade. Esping-Andersen (1990) constata que a agenda social contra a iniquidade se configura em diversos "regimes de previdência"; Piketty (2019) utiliza o conceito de "regime desigualitário", que engloba tanto o conceito de regime político quanto o de regime de propriedade (incluindo os conceitos de sistema educacional e fiscal); Rosanvallon (2012) argumenta que, na "sociedade de iguais", a democracia – incluindo os processos eleitorais – afirma sua vitalidade como regime político no momento em que declina como forma de sociedade. Uma ampla gama de autorxs latino-americanxs aborda o tema da desigualdade com enfoques decoloniais e do pensamento crítico, distanciando-se da abordagem anglo-eurocêntrica dominante e participando de propostas de epistemologias do Sul.

No **Quadro 1** é apresentado o debate estabelecido entre Esping-Andersen, Thomas Piketty e Pierre Rosanvallon em torno dos seguintes aspectos: o regime político democrático é capaz de combater a desigualdade? Qual é sua finalidade? Conservar/Reformar/Mudar as fontes de desigualdade social? Um regime "proprietarista", empreendedor e meritocrático pode coexistir com expectativas de ascensão e mobilidade social? Quais são as condições da política social que viabilizam a justiça socioambiental, a qualidade de vida, a dignidade humana-satisfação-felicidade?

Quadro 1 – Debate entre democracia e desigualdade (I)

O regime político democrático pode combater a desigualdade?	Conservar / Reformar / Mudar as fontes de desigualdade social	Pode um regime "proprietarista", empresarialista e meritocrático coexistir com expectativas de ascensão e mobilidade social?	Condições de política social de Direitos Sociais, Culturais, Ambientais (Desca) que viabilizam: • Justiça socioambiental • Qualidade de vida • Dignidade humana-satisfação-felicidade
Gosta Esping-Andersen	Regimes de bem-estar 4 mundos: 1. Social-democrático 2. Conservador 3. Liberal 4. "Mediterrâneo (regime híbrido)	Graduação e articulação de políticas sociais voltadas à criação de direitos universais, dualistas ou exclusivos	A política social é a condição prévia para a economia social: • Reformismo parlamentar • Coalizão política tecnocrática • Solidariedade e desmercantilização
Thomas Piketty	Caráter rentista e especulação capitalista produzem: regimes "desigualitários"	Regime político que empodera o regime de propriedade, desemboca em formatos liberais ou iliberais de democracia	Políticas de redistribuição dos mercados básicos: acesso à terra, capital e sistema educacional formal. Horizonte crítico: • Socialismo participativo • Federalismo social
Pierre Rosanvallon	Sociedade dos iguais	A democracia eleitoral afirma sua vitalidade como regime político em um momento em que a sociedade igualitária está declinando substancialmente	Enfatiza a sincronização da cidadania política e da cidadania social: • Melhorar a qualidade da democracia • Aumentar a participação dos invisibilizados

Fonte: próprio autor

Seguindo o mesmo padrão, no **Quadro 2** são reunidos alguns dos debates sobre democracia e desigualdade que surgem de uma epistemologia do Sul, cuja rica e original produção teórica levanta algumas alternativas ao debate proposto.

Quadro 2 – Debate entre democracia e desigualdade (II)

O regime político democrático pode combater a desigualdade?	Conservar / Reformar / Mudar as fontes de desigualdade social	Pode um regime "proprietarista", empresarialista e meritocrático coexistir com expectativas de ascensão e mobilidade social?	Condições de política social (Desca) que viabilizam: • Justiça socioambiental • Qualidade de vida • Dignidade humana-satisfação-felicidade
Teorias críticas a partir das epistemologias do sul	A desigualdade social é inerente ao regime de acumulação capitalista	3 debates em ALeC: • Entre progressismo e populismo • Entre reforma e revolução • Resistência, rebeldia e papel (ou negação) do Estado social	O regime liberal democrático é incapaz de processar o desacordo A representação-delegação parlamentar cria desencanto político Democracia participativa não é o mesmo que democracia direta Falta de democracia comunitária com direitos culturais à diferença Tensão permanente entre movimentos sociais/estado/governo É possível pensar sem o Estado?

Fonte: próprio autor

Coalizões políticas e regimes desigualitários na América Latina e no Caribe

Nesta parte, o **Quadro 3** traz a análise do processo de constituição da coalizão política dominante que prevalece em cada país da nossa região, o regime político desigualitário predominante em cada um deles e a capacidade de pacto político e social que se apresenta diante dos desafios dos movimentos sociais no regime político imperante. Assumem particular importância as eclosões sociais registradas antes, durante e depois da pandemia de covid-19.

Quadro 3 – Coalizões políticas e regimes desigualitários na América Latina e no Caribe

Coalizão Política Dominante	Regime Político Desigualitário Predominante	Capacidade de Pacto Político e Social	Desafios dos Movimentos Sociais ao Regime Político: Surtos sociais, antes, durante e depois da Covid-19
Neoliberal social-democrático (Costa Rica, El Salvador, Panamá, Equador, Uruguai, Chile, República Dominicana, Porto Rico)	Dualista + Mercantil Menos universal	Contratualista eleitoral, com hegemonia elitista	1. Movimentos instituintes-destituintes-constituintes **Chile**: constituinte pacífico, socioambiental, mapuche, feminista, jovem **Equador**: contra a política de austeridade internacional-nacional, poder indígena com iniciativa social e opção eleitoral **Colômbia**: contra o austericídio, violência, criminalização do protesto, por respeito aos Acordos de Paz. Lideranças indígenas e afrodescendentes, antirracista **Haiti**: contra o austericídio, o racismo, o autoritarismo e pela autonomia contra a intervenção militar **Porto Rico**: contra o autoritarismo fiscal estadunidense, com debate sobre o estatuto político: Estado livre e associado, integração à União Americana ou independência nacional **Bolívia**: triunfo contra o autoritarismo eleitoral e a judicialização da política (*lawfare*). Reconstrução do Estado plurinacional 2. Permanência e expansão territorial e transversal de movimentos sociais Feministas, socioambientais, afrodescendentes, indígenas, camponeses, precaristas urbanos, direitos humanos, sem horizonte de solução no curto prazo 3. Dilemas e desencontros entre luta social e *lucha* eleitoral com fragmentação política nacional e local (Exemplo: eleições municipais em Brasil, novembro de 2020) 4. Desconexão entre integração regional (vista como assunto intergovernamental) e movimentos sociais Articulação diferenciada em torno de agendas globais: mudança climática e *New Green Deal*, questão eleitoral e Internacional Progressista *vs.* Internacional Anarquista. Sem agenda de esquerda frente à Internacional reacionária
Neoliberal conservadora (Guatemala, Honduras, Colômbia, Peru, Paraguai, Brasil, Haiti)	Excludente + Mercantilização	Autoritarismo eleitoral judicializado	
Coalizão híbrida Populismo-progressismo (Argentina, Bolívia e México)	Dualista + Universalização Menos mercantilista	Contratualismo eleitoral em tensão com a democracia participativa	
Coalizão socialista Público-Estatal (Cuba, Venezuela, Nicarágua)	Universalista com déficit financeiro Espaço público social frágil	Pacto público Estado-Partido	

Fonte: próprio autor

CONCLUSÕES

Os pactos políticos e sociais pós-covid 19 (Cepal), embora privilegiem acordos nacionais, também fazem propostas para evitar a deterioração do multilateralismo, buscando novos formatos de cooperação inter-

nacional em função dos ODS da Agenda 2030 Nações Unidas. No entanto, apenas apontam medidas tímidas quanto à renegociação da dívida externa, não têm agenda contra o austericídio provocado pela financeirização e sua aposta é acrítica quanto à economia digital e o auge do neoextrativismo.

A crítica ao fortalecimento do enfoque estatocêntrico é muito valiosa, embora os pactos nacionais estejam circunscritos a abordagens neoinstitucionais concebidas com base na reengenharia da "tomada de decisões", sem crítica à democracia minimalista. É também muito positivo que se proponham ajustes à política industrial, ao teto fiscal e à promoção de bens e serviços públicos, bem como a revalorização do nível local como espaço de legitimidade pela proximidade e de dinâmicas de baixo para cima. Os pactos (Cepal) reconhecem as lideranças locais e o entendimento entre governo, organizações sociais (públicas e privadas), ciência e conhecimento, embora não acomodem os saberes populares.

Os pactos propostos pela Cepal são marcados pelo crescente distanciamento entre o instituinte, representado por movimentos sociais e dinâmicas políticas de baixo para cima, e o instituído por governos, Estados nacionais e instituições supranacionais, de acordo com os fatores a seguir.

Uma base social confrontada por megatendências políticas em processo de configuração, às vezes à margem dos partidos e do sistema político: a Internacional Socialista, a Internacional Progressista, a Internacional Reacionária (teologia da prosperidade), a Internacional Anarquista.

Cresce o fosso entre o instituinte e o instituído, entre luta social e luta eleitoral, entre os direitos sociais liberais e os direitos comunitários, entre democracia direta e democracia participativa.

Confrontam-se imaginários e práticas societais sobre justiça social, paz, dignidade; há desacordo sobre o papel da dimensão pública social perante a dimensão estatal e governamental (a dimensão público estatal) *versus* o imaginário comunitarista de Nossa Afro-América Abya Yala.

Há dinâmicas separadas entre a integração social e comunitária (horizontal) e a integração regional intergovernamental, bem como divergências entre agendas estatais e agendas não estatais sobre mudança climática, feminismo antipatriarcal, política antirracista, direitos humanos.

Há desentendimento entre forças políticas e governos quanto às políticas de identidade, políticas de reconhecimento e quanto ao sentido do horizonte civilizatório a ser perseguido na definição de regimes de bem-estar e de políticas sociais voltadas à supressão da pobreza e ao combate da desigualdade em um quadro reivindicativo de justiça socioambiental.

Notas

1 Professor pesquisador, *Universidad de Guadalajara*

Referências

CEPAL. Pactos políticos y sociales para la igualdad y el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe en la recuperación pos-covid-19. *Informe Especial,* n. 8, Covid-19, 15 out. 2020.

ESPING-ANDERSEN, G. The *Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Pluto Press, 1990.

PIKETTY, Thomas. *Capital e Ideología*. Espanha: Ediciones Deusto, 2019.

REYGADAS, Luis. La desigualdad siempre es política. *Revista Encartes*, v. 2, n. 4, pp.48-57, set. 2019-mar. 2020. Disponível em: https://encartesantropologicos.mx/desigualdad-politica/.

ROSANVALLON, Pierre. *La sociedad de iguales*. Buenos Aires, Argentina: Ed. Manantial, 2012.

SOUSA, Boaventura de. *Conocer desde el Sur*. Para una cultura política emancipatoria. Lima, Peru: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales / Unidad de Posgrado, 2006.

Democracia e Crise na América Latina e no Caribe

Nossa América na encruzilhada da crise capitalista mundial e da pandemia de coronavírus

> O problema obviamente não é simplesmente o da democracia, nem o da democracia como uma essência filosófica, mas o de como incorporar o máximo de democracia para o povo no processo de transformação radical da realidade.
>
> (Agustín Cueva)

> A acumulação de riqueza em um polo é, então, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormentos do trabalho, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no polo oposto, ou seja, onde se encontra a classe que produz seu próprio produto como capital.
>
> (Karl Marx)

Neste artigo, partimos dos dados disponíveis sobre as condições de desigualdade social, pobreza, indigência, precariedade laboral, desemprego, etc., que, em conjunto, fazem parte das variáveis que explicam por que Nossa América se tornou, desde junho de 2020, o epicentro da pandemia de covid-19. No entanto, os meros dados estatísticos não constituem uma explicação *per se* e, em nossa perspectiva, precisamos da teoria crítica marxista e de seu método dialético para acessar as conexões internas que os tornam inteligíveis. Nesse sentido, apresentamos um breve percurso teórico-metodológico que contribui para a compreensão das condições de desigualdade social inerentes às relações sociais de produção e reprodução capitalistas regionais, isto é, em seu desenvolvimento dependente e subordinado às necessidades de valorização do capital procedente das formações sociais centrais e imperialistas.

Por fim, alertamos para a profundidade da atual crise econômica mundial, enfatizando o perigo que a crise exacerba, tanto global quanto regionalmente, de assistirmos a restaurações conservadoras, antidemocráticas, patriarcais, autoritárias e/ou neofascistas. Forças políticas globais antidemocráticas e autoritárias que, a fim de resolver os problemas de rentabilidade do capital em crise, intensificam em cada país a espoliação-destruição dos recursos naturais,

esmagam as conquistas laborais e sociais, as liberdades cidadãs e os direitos democráticos dos povos. Não obstante, consideramos que esse avanço conservador não constitui um processo histórico linear e inexorável, como o evidenciam as múltiplas resistências e rebeliões emergentes, apesar do isolamento imposto pela pandemia em toda a Nossa América.

A magnitude da devastação social

A região da América Latina e Caribe – Nossa América, como a chamou José Martí[2] – atravessa momentos históricos de enorme complexidade e incerteza. Desde meados de 2020, tornou-se o epicentro da pandemia de covid-19[3] e está imersa em uma profunda crise sanitária e econômica, mas também política, ecológica, alimentar e social. Uma verdadeira crise civilizacional.

Sem dúvida, a razão pela qual Nossa América se tornou o epicentro da pandemia de coronavírus tem a ver com as condições em que vivem e trabalham as grandes maiorias populares da região.

> Alguns dos fatores que tornaram a região particularmente vulnerável são o elevado nível de informalidade do trabalho, a baixa produtividade, a urbanização precária, o alto grau de pobreza e desigualdade e a grande disparidade de gênero, bem como o fato de que seus sistemas de saúde e proteção social são frágeis e fragmentados. (CEPAL, 2020a)

Desde antes da pandemia, Nossa América despontava como uma das regiões mais desiguais do planeta e, ao mesmo tempo, uma das mais violentas. Enquanto as fortunas das classes dominantes locais crescem – cerca de 14.805 multimilionários concentram um patrimônio líquido superior a 30 milhões de dólares ou mais –, a grande maioria dos latino-americanos não tem acesso aos serviços sociais básicos necessários para uma vida material e ambiental digna (OXFAM, 2015). E, ano após ano, são brutalmente assassinados líderes sociais, sindicalistas, lideranças populares, trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas, populações indígenas e afro-latinas, jovens e mulheres, como é dramaticamente atestado pelas centenas de casos registrados nos últimos tempos na Bolívia, no Brasil, na Colômbia, no Chile, Equador, em Honduras, México, Peru e Paraguai, entre outros países latino-americanos.

"Não é por acaso que a América Latina e o Caribe são ao mesmo tempo a região mais desigual do mundo e a mais insegura fora das zonas de guerra [...]. A concentração de riqueza, terras e renda é extrema na região" (OXFAM, 2015, p. 10). A desigualdade supera a dos países da África Subsaariana. Os 10% mais ricos acumulam 71% da riqueza e do patrimônio, enquanto os 70% mais pobres concentram apenas 10% da riqueza e do patrimônio. O relatório *Perspectivas Econômicas para a América Latina 2019* (CEPAL, 2019) informa que a região tem um coeficiente de Gini[4] de 46,2, o que a coloca 9,7 pontos acima dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).[5] Embora sejam dados médios (que ocultam muitas diferenças regionais, étnicas, de idade e de gênero), constatam a existência de uma maior desigualdade de renda na região.

Desde o início dos confinamentos, os multimilionários latino-americanos têm aumentado suas fortunas, ao mesmo tempo que milhões de pessoas são arrastadas a uma situação de pobreza, indigência[6] e desemprego:

> [...] *8 novos bilionários* na região, ou seja, 1 novo bilionário a cada duas semanas, enquanto se estima que até 52 milhões de pessoas se converterão em pobres e 40 milhões perderão seus empregos neste ano. A riqueza dessa elite de supermilionários da região cresceu 17% desde meados de março. (RUIZ, 2020, p. 3)

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) (2020) alertam que, até 2020, cerca de 28 milhões de pessoas cairão na indigência, o que implica um aumento significativo dos níveis de fome. Um dado paradoxal, quando um único país como a Argentina tem capacidade para produzir alimentos para 400 milhões de pessoas, mais da metade da população da região.[7]

Da mesma forma, a atual crise econômica mundial – muito

mais profunda do que a grande depressão dos anos 1930 – afeta particularmente a região. O relatório da Cepal (2020b) projeta que o nível do Produto Interno Bruto (PIB) regional em 2020 será semelhante ao registrado em 2010.[8] Essa redução da atividade econômica afetará os níveis de emprego[9] em praticamente todos os países da América Latina e do Caribe:

> Espera-se que a taxa de desemprego fique em torno dos 13,5% no final de 2020, o que representa uma revisão à alta (2 pontos percentuais) da estimativa apresentada em abril de 2020 e um aumento de 5,4 pontos percentuais em relação ao valor registado em 2019 (8,1%) […]. Com a nova estimativa, o número de desempregados atingiria 44,1 milhões de pessoas, o que representa um aumento de cerca de 18 milhões em relação ao nível de 2019 (26,1 milhões de desempregados) (CEPAL, 2020b, p. 10).

Em suma, em plena pandemia e crise econômica, as elites continuam aumentando suas fortunas,[10] enquanto milhões de latino-americanos atravessam condições de pobreza, indigência, precariedade no trabalho e desemprego.

Por sua vez, como observamos anteriormente, essas condições persistentes de desigualdade social, pobreza, indigência e informalidade do trabalho, bem como a fragilidade dos sistemas de saúde, que se registram em praticamente todos os países da América Latina e do Caribe, com exceção de Cuba, fazem parte das variáveis que explicam a rápida expansão da pandemia de coronavírus.

Perguntamos, então, por que se perpetuam as condições de desigualdade social, pobreza, indigência, vulnerabilidade do trabalho, entre outras, em Nossa América? Depois de tantos "programas de desenvolvimento" e "combate à pobreza" implementados ao longo das décadas a pedido de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)!

Do nosso ponto de vista, essas condições persistentes de desigualdade social e econômica não são produto da casualidade, do azar ou da idiossincrasia latino-americana, nem de instituições públicas frágeis ou outras razões endógenas, mas são uma consequência do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, em cada um dos países, como dependentes e subordinadas aos desígnios de acumulação capitalista mundial. Ou seja, para compreender a persistente e crescente polarização social, é preciso avançar no conhecimento de como se expressa a lei geral da acumulação capitalista global, uma vez que ela engendra um desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo ou "formações sociais distintas" (MARINI, [1973] 2015, p. 159), uma divisão do trabalho que acarreta uma distribuição desigual dos padrões de vida da população mundial e o exercício desigual da soberania política entre os países centrais imperialistas e os países periféricos dependentes.

Um percurso teórico-metodológico para compreender as problemáticas sociais da região

Na análise social, o enfoque metodológico e teórico deve ser explicitado. Trata-se de uma interpretação que se refere, portanto, à forma de estudar os processos sociais e ao método de análise que possibilita uma compreensão plenamente rigorosa, já que a mera descrição de fenômenos sociais, como desigualdade social, pobreza e indigência, não constitui uma explicação *per se*. O material empírico resulta incompreensível se não forem acessadas as conexões internas e as relações sociais essenciais que se ocultam sob as manifestações externas (ARRIZABALO, 2014).

> Os inconvenientes dessa metodologia são evidentes. Ao ser essencialmente descritiva, não permite a possibilidade explicativa e, portanto, o resultado a que chega constitui uma perfeita tautologia: uma economia apresenta determinados indicadores porque é subdesenvolvida, e é subdesenvolvida porque apresenta esses indicadores. Girando em círculo, a análise somente pode aspirar a estabelecer correlações verificáveis, que por si mesmas não esclarecem as questões de causa e efeito. (MARINI, 1993, p. 13)

Do nosso ponto de vista, a teoria crítica marxista e seu método dialético nos permitem ir além da mera descrição ou enumeração de dados estatísticos sobre população, pobreza, indigência,

desigualdade social, alfabetização, expectativa de vida, precarização do trabalho, bem como taxas de inflação, balança de pagamentos, crescimento do PIB, etc., e separar "a essência das coisas de suas manifestações" (ENGELS, [1859] 2008, p. 338).

Ou seja, o método dialético nos fornece os instrumentos para transcender os fenômenos observáveis e encontrar as relações sociais essenciais veladas – suas regularidades e tendências gerais – que os tornam compreensíveis. Assim, permite-nos analisar a complexidade dos diversos países como formações sociais de desenvolvimento desigual que fazem parte de uma totalidade concreta contraditória: o sistema capitalista mundial. Nesse sentido, três categorias histórico-concretas de análise são fundamentais: a) totalidade concreta, b) desenvolvimento desigual, e c) análise das relações de força. Essa última foi desenvolvida por Antonio Gramsci em seu caderno número XIII, escrito após a crise de 1929, em que argumenta que, para compreender a sociedade capitalista, é necessário partir das relações de forças, em seus diferentes momentos e graus, entre as frações das classes sociais.

A categoria de totalidade concreta permite considerar "a realidade como um todo estruturado e dialético" (KOSIK, 1976, p. 55), em outras palavras, como uma unidade de sentido estruturada e dialética na qual qualquer fenômeno social pode ser compreendido racionalmente. O conhecimento da totalidade não significa que possamos atingir um conhecimento completo de tudo o que acontece na sociedade, mas sim dos elementos que articulam, organizam e hierarquizam a vida em sociedade e que possibilitam que ela seja reproduzida material e socialmente de uma determinada forma.

> Os fatos são conhecimento da realidade se forem compreendidos como fatos de um todo dialético, isto é, se não forem átomos imutáveis, indivisíveis e inderiváveis, cuja conjunção constitui a realidade, mas forem concebidos como partes estruturais do todo [...]. Sem a compreensão de que a realidade é uma totalidade concreta que se torna uma estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos, o conhecimento da realidade concreta não passa de algo místico, ou da incognoscível coisa em si. (KOSIK, 1976, pp. 55-56)

Portanto, para compreender a evolução sócio-histórica das formações sociais latino-americanas (persistência da desigualdade social, das condições de pobreza, precariedade do trabalho, urbanização e infraestrutura precárias, etc.), deve-se partir da totalidade contraditória: *a acumulação mundial capitalista* que permite captar as tendências do desenvolvimento capitalista das formações sociais (os países), como centrais e dependentes, em suas mútuas inter-relações dialéticas. No sentido advertido por Marini (2015, pp. 25-26):

> Parece-nos que nenhuma explicação de um fenômeno político é boa se o reduzir a apenas um de seus elementos, e que é decididamente má se tomar como chave justamente um fator que o condiciona de fora. Num mundo caracterizado pela interdependência e, mais do que isso, pela integração, ninguém nega a influência dos fatores internacionais nas questões internas, especialmente quando se está na presença de uma economia dita central, dominante ou metropolitana, e de um país periférico e subdesenvolvido. Mas até que ponto essa influência é exercida? Que força tem contra os fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua?

A expansão do mercado mundial sujeitou todas as regiões do planeta: atualmente, não há praticamente nenhum espaço geográfico alheio às relações capitalistas de produção, distribuição e consumo (SMITH, 2015). No entanto, a expansão mundial do sistema capitalista não homogeneizou todas as sociedades que o compõem, mas as polarizou entre centros desenvolvidos e imperialistas e regiões periféricas subdesenvolvidas e dependentes.[11]

Ao mesmo tempo, as exigências de acumulação capitalista dos centros desenvolvidos subordinam o desenvolvimento capitalista das sociedades periféricas. Historicamente, a extensão das relações sociais capitalistas nas sociedades periféricas não foi realizada em função das possibilidades estruturais internas destas; em vez disso, o desenvolvimento do capitalismo está estruturalmente condicionado e/ou subordinado às necessidades de valorização do

capital procedente das formações sociais centrais e imperialistas. Portanto, o subdesenvolvimento (ou dependência) não se trata de um atraso temporário no desenvolvimento capitalista, que poderia ser corrigido com a implementação de determinadas medidas econômicas e políticas; na verdade, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem a totalidade histórica do capitalismo mundial.

Por sua vez, em cada território nacional operam relações de forças políticas que, na transcendência dos interesses meramente econômico-corporativos, confrontam-se pela construção de hegemonia. Isso leva o Estado a uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados: "equilíbrios em que prevalecem os interesses do grupo dominante até certo ponto, isto é, não até o grosseiro interesse econômico-corporativo" (GRAMSCI, 1999, p. 37). Enquanto isso, nas sociedades capitalistas dependentes, segmentos das classes dominantes disputam a hegemonia em associações, de maior ou menor autonomia, com as classes dominantes imperialistas. "Uma relação entre forças internacionais e forças nacionais [...] que incide no jogo local" (GRAMSCI, 1999, p. 37).

Em meados do século passado, os intelectuais da Teoria Marxista da Dependência, como Marini, Bambirra, Caputo e Dos Santos, entre outros, expuseram, a partir desse percurso metodológico, uma compreensão dos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais dos países latino-americanos, em referência à economia mundial capitalista como uma totalidade concreta, que ordena de forma polarizada, desigual e hierarquizada os centros imperialistas e as periferias subdesenvolvidas. Atualmente, a mundialização da produção, da distribuição e dos padrões de consumo nos leva a recuperar esses avanços teóricos para analisar as problemáticas dos países em suas mútuas inter-relações com as transformações da economia mundial capitalista.

Desse modo, a partir desses instrumentos metodológicos, pode-se observar que a economia mundial capitalista acarreta uma divisão social do trabalho global e, consequentemente, um desenvolvimento desigual. Isso impôs um padrão de reprodução produtivo agrominerador e exportador na região. Nesse contexto, os recursos das economias nacionais são cada vez mais estrangeirizados. E, por meio das empresas transnacionais, expandem-se as atividades extrativistas de nossos bens comuns, como a mineração a céu aberto, o *fracking*, a pesca predatória e o agronegócio. Todas essas atividades se voltam ao mercado externo, em detrimento do mercado interno, e são, além disso, responsáveis pelos incorretamente chamados desastres "naturais", que fazem milhares de vítimas e destroem as frágeis infraestruturas existentes.

Ao mesmo tempo, os Estados latino-americanos se veem cerceados na implementação de políticas econômicas e sociais autônomas, entre outros mecanismos, pela enorme drenagem de recursos que implica a dívida externa, que na realidade se perpetua. "Desde a eclosão da dívida (1982), a América Latina tem enviado aos países industrializados uma cifra que representa, em valores reais, algo como o equivalente a dois ou três planos Marshall" (BORÓN, 1997, p. 237). E, além disso, pelas condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e por credores externos, como as contrarreformas previdenciárias, tributárias e trabalhistas ou a privatização da educação, saúde e outros serviços públicos, a abertura externa indiscriminada e a orientação da atividade econômica para as exportações com o objetivo de obter um saldo superavitário na balança comercial que permita pagar a dívida, isto é, manter a sangria econômica que possibilita a transferência maciça de recursos do país ao capital financeiro dominante. Por sua vez, o FMI se assegura de fazer revisões periódicas das economias nacionais, o que implica um claro caso de ingerência e tutela do processo de acumulação capitalista em cada país.

Em suma, as condições de desigualdade, pobreza e indigência e a distribuição desigual da riqueza derivam inequivocamente das relações capitalistas de produção-reprodução (baseadas na reprimarização produtiva com orientação exportadora e assentadas nas condições de superexploração de

amplos setores da força de trabalho), subordinadas às exigências da acumulação capitalista mundial em crise.

A totalidade concreta: a ordem mundial capitalista em crise

A crise econômica atravessada pela região, com suas múltiplas dimensões e contradições, está relacionada à crise capitalista mundial.

Sabemos que a pandemia eclodiu em um contexto econômico de recessão global.

Não estamos testemunhando uma crise cíclica como as muitas que a economia capitalista mundial teve no passado. Não é simplesmente uma crise econômica, financeira ou comercial. Em vez disso, a crise em curso é muito mais profunda do que a dos anos 1930, muito mais profunda do que a dos anos 1970 e muito mais profunda do que a de 2007-08.

As medidas econômicas que permitiram a saída da crise (embora não tenham conseguido abrir um período caracterizado como expansivo) no início da década de 1980 estiveram marcadas pela lógica da valorização do capital, ou seja, visavam recuperar o aumento da rentabilidade mundial. A resposta do capital à crise dos anos 1970 é conhecida pelos planos de ajuste, privatizações, desregulamentação, abertura externa acelerada e contrarreformas que buscavam a desvalorização direta e indireta da força de trabalho.

Essas medidas inauguraram uma nova etapa do capitalismo global, que, por sua vez, apresentou um comportamento regional diferenciado. No Ocidente, houve baixo crescimento com deslocalização da produção industrial, enquanto se expandia no Oriente, principalmente na China, graças à industrialização, embora isso não tenha sido suficiente para motorizar a economia mundial (KATZ, 2020). Na América do Sul, com particularidades nacionais, ocorreu um processo de desindustrialização e reprimarização da produção para exportação, enquanto na América Central se assistia a uma especialização produtiva nos elos mais baixos das cadeias globais de valor – as chamadas "empresas maquiladoras", controladas por empresas transnacionais.

No entanto, as medidas que foram aplicadas em resposta à crise dos anos 1970 contribuí-

ram para uma crise ainda maior. As origens da crise mundial de 2007-08 residem na impossibilidade do capitalismo global de superar suas próprias dificuldades de valorização. Em outras palavras, a eclosão da crise de 2007-08 revela que as medidas de ajuste não só não conseguiram abrir uma fase expansiva da economia mundial, como também contribuíram para que a economia mundial desembocasse numa nova crise. "É a crise da política de liberalização na ordem capitalista [...], que se denominou "neoliberalismo", como corrente hegemônica da política econômica no sistema mundial" (GAMBINA, 2020).

Desde 2007-08, o capitalismo mundial não consegue resolver sua crise. Sua esperada eclosão seguinte se adiantou fortemente devido à paralisia produtiva derivada da pandemia. O próprio FMI prognostica que a atual crise econômica será a mais profunda desde a Grande Depressão do século passado. Nas palavras de sua diretora-gerente, Georgieva:

> Hoje, o mundo teme o pior colapso econômico dos últimos 80 anos. É uma crise sanitária e econômica ao mesmo tempo, que afeta tanto o lado da oferta quanto o da demanda e que castigou todas as grandes potências. Uma crise como nenhuma outra. (MARS, 2020, parágrafo 4)

Portanto, a crise não é exclusivamente produto da paralisia produtiva resultante da pandemia; na verdade, esta última se antecipou a uma crise que estava em curso e cujas raízes estão nos limites históricos que o capital global enfrenta para se valorizar.

Antes da pandemia, analistas identificavam o iminente surgimento da crise no fraco crescimento da economia mundial, que só se sustentava pela expansão econômica da China e de outros países "emergentes", e também nos processos de desaceleração e no superendividamento de Estados, empresas e famílias (CAPUTO; GALARCE, 2019).

É uma crise econômica que se expressa de forma multidimensional, pois contém uma série de contradições antagônicas coexistentes: ecológica, sanitária, financeira, alimentar, social e política. Em suma, é uma crise civilizacional da ordem social do capital.

Em especial, a crise ecológica (que se origina na destruição imposta pelo capital aos recursos naturais) é responsável pela proliferação de vírus e doenças. Junto, é claro, com a destruição dos sistemas públicos de saúde, a privatização da pesquisa científica, a superlotação urbana e a precarização do emprego.

As próprias relações sociais de produção capitalista contêm uma dinâmica de destruição e desperdício – não apenas por meio das guerras, mas também por causa de suas práticas produtivas-destrutivas, que colocam em risco os fundamentos naturais da vida humana no planeta. A lógica da valorização faz com que a produção se baseie, cada vez mais, na expropriação do meio ambiente, poluição do ar, da água potável e dos solos, incidindo no aquecimento global e na destruição dos ecossistemas e da biodiversidade, o que, por sua vez, multiplica as catástrofes erroneamente chamadas de naturais, como secas, inundações, furacões e incêndios incontroláveis.

Como exemplo, o aumento da incidência de vírus está intimamente ligado ao modelo de agronegócio que transformou as condições da produção de alimentos para aumentar a lucratividade das corporações A produção de animais passa de uma atividade de pequenos e médios produtores para uma atividade intensiva controlada por poucas empresas, que concentram todos os pontos de produção. As fazendas de criação concentram grande quantidade de animais abarrotados de antibióticos e antivirais em espaços confinados, fumigados com pesticidas para prevenir doenças e promover a engorda acelerada. Isso permite, por exemplo, que o ciclo de produção de suínos passe de uma a três ninhadas por ano. Dessa forma, as fazendas se tornam locais propícios para a proliferação de vírus e bactérias, cada vez mais resistentes a antivirais e antibióticos, em contato próximo com os seres humanos: "uma ecologia quase perfeita para a evolução de múltiplas cepas de influenza" (CAJIGAS, 2020, parágrafo 10).

Ao mesmo tempo, a expansão da fronteira agrícola por meio de monoculturas transgênicas e agrotóxicos destrói os *habitats* dos animais silvestres (como morce-

gos e mosquitos, reservatórios de vírus que circulam dentro de suas próprias espécies), que são forçados a trasladar-se para outros lugares e entrar em contato com outras cepas de vírus e com os seres humanos.

Segundo a jornalista especializada Sonia Shah:

> A maioria dos patógenos que surgiram desde 1940 se originou em corpos de animais e entrou em populações humanas não porque estes nos invadiram, mas porque nós invadimos seus *habitats*. Ao invadir pântanos e derrubar florestas, forçamos os animais selvagens a se amontoarem em pedaços cada vez menores de *habitat*, colocando-os em contato íntimo com as populações humanas. É essa proximidade, que forçamos por meio da destruição dos *habitats* da vida selvagem, que permite a muitos micróbios animais encontrarem seu caminho até o corpo humano. (SHAH, 2020, parágrafo 16)

A origem desse perigo ecológico não está em uma maldade humana intrínseca. A origem dessa crise está diretamente relacionada às próprias relações sociais da produção capitalista, que colocaram todo o planeta em risco de vida.

A ordem pós-pandêmica e os perigos para a democracia

Historicamente, as classes dominantes globais testaram vários repertórios – o *New Deal*, o nazismo, entre muitos outros – diante das crises. Antonio Gramsci constrói o conceito de revolução passiva para designar as transformações ou reformas realizadas pelas frações dominantes com um sentido integral de "restauração": isto é, para manter o *status quo*.

Nesse sentido, alguns intelectuais neokeynesianos apostam na saída da crise mundial por meio da implementação de medidas do tipo reformista. Expressam sua preocupação, dado que o aumento da desigualdade social em todo o mundo, em sua opinião, põe em risco a reprodução "normal" do capitalismo global e, ao mesmo tempo, constitui um terreno fértil para forças políticas de extrema direita e/ou fascistas. Mesmo sendo uma referência para o capital financeiro, o economista J. Stiglitz (2020, parágrafo 1) argumenta que "o mundo precisa de um novo contrato social que busque um equilíbrio entre o mercado, o Estado e a sociedade para acabar com a desigualdade e os protestos, com a advertência de que a extrema direita não funciona".

No entanto, as classes dominantes mundiais implementam "saídas" para a crise que estão longe desses postulados reformistas. Na busca de uma solução para os problemas de rentabilidade do capital, apostam no aprofundamento de uma divisão global do trabalho que intensifica a espoliação dos recursos naturais (bens comuns), bem como no aprofundamento das transformações produtivas que lhes permitem aumentar a exploração das classes assalariadas. Além de impor, cada vez mais, restrições aos direitos sociais e democráticos dos povos, a diminuição das liberdades civis e o reforço dos aparatos repressivos dos Estados para garantir esse aumento da exploração.

As condições de isolamento impostas pela pandemia têm constituído uma oportunidade, em nível global, para que as classes dominantes reforcem procedimentos cada vez mais antidemocráticos e/ou formas autoritárias. Os aparatos repressivos estatais são fortalecidos, conferindo-lhes maior capacidade de ação, em particular aos serviços encarregados das tarefas mais coercitivas do Estado. Ao mesmo tempo se faz avançar um arsenal jurídico que poderia facilmente banir organizações sociais e políticas, suspender as liberdades públicas, prender opositores políticos, etc.

Nesse sentido, recentemente se declarou "estado de alarme" na Espanha; "estado de sítio" na França e na Grécia; e medidas semelhantes na Inglaterra, Irlanda do Norte, Holanda, Bélgica, Portugal e Alemanha, entre outros. Assim, enquanto as atividades econômicas são mantidas em funcionamento, impõem-se medidas extraordinárias de restrição à mobilidade dos cidadãos e diminuição das liberdades individuais. Com o pretexto da pandemia, promove-se a naturalização da restrição dos direitos civis e políticos, bem como o tratamento arbitrário e violento contra os "outros perigosos": migrantes, pobres, etc.

Com efeito, na França houve mobilizações maciças de repúdio à nova "lei de segurança global", que proíbe a gravação e divulgação de imagens das forças policiais. Na Espanha, no calor do "estado de alarme", é mantida a "Lei da Mordaça", que infringe os direitos dos cidadãos à reunião e à manifestação e proíbe a filmagem da polícia em ação, entre vários outros abusos das liberdades democráticas. Recentemente, nesse país, foi aplicada uma "lei de segurança digital", segundo a qual o acesso à Internet pode ser cortado em circunstâncias consideradas "excepcionais" que possam afetar a ordem pública, a segurança pública e a segurança nacional.[12]

Nossa América não permanece alheia a esse processo; as forças sociais aliadas ao imperialismo, incluindo as chamadas *novas direitas* e os neofascismos à la Bolsonaro, mas também outras mais clássicas, articulam esse avanço autoritário. Expressões políticas de extrema direita ou neofascistas ganham simpatia e apoio – sempre instável – das classes trabalhadoras e médias, que sofrem com a deterioração de suas condições de vida em muitos países da região. Essas forças políticas exaltam ideias conservadoras, como machismo, sexismo, patriarcado, racismo, xenofobia e autoritarismo, ao mesmo tempo que abraçam as ideias de livre mercado, meritocracia (falaciosamente, porque na verdade se apoiam, entre outros, nas linhagens) e desigualdade social.[13]

Dessa forma, as forças políticas de direita tornam-se uma síntese das tradições conservadoras e liberais, reduzindo a democracia burguesa à expressão mínima da formalidade do exercício eleitoral e afastando qualquer possibilidade de deliberação e protagonismo popular. Reforçam os mecanismos que impedem interferências democráticas e políticas no livre jogo da "economia" e/ou da "liberdade de mercado".

Na realidade, as forças políticas de direita não desistiram de suas aspirações de recuperar o controle do poder político nos países onde ocorreu a virada dos governos progressistas no início do século XXI. Governos ditos progressistas que, além de uma maior ou menor radicalidade em termos das reformas políticas e sociais implementadas, não reverteram as transformações estruturais impostas a partir das ditaduras latino-americanas dos anos 1970, que possibilitam maior ingerência do capital estrangeiro, a pilhagem dos recursos naturais e a superexploração da mão de obra, entre outras coisas.

Nos últimos anos, as forças sociais de direita retomaram a iniciativa política e, em vários países, recuperaram o controle do Estado nos processos eleitorais ou se impuseram diretamente por meio dos chamados golpes parlamentares – ou "*soft power*" – e de golpes tradicionais, como evidenciado pelo golpe cívico-militar-policial e, sobretudo, imperialista na Bolívia em 2019.[14] A direita regional – a serviço do imperialismo estadunidense – aprofunda a inserção subordinada dos países no sistema capitalista mundial.

A mão do imperialismo estadunidense esteve por trás das diversas modalidades de golpe (brandos ou duros) e processos de destituição. Mostrou, ainda, apoio aberto às forças políticas de direita que ganharam eleições, como evidenciado na Argentina com o empréstimo excepcional do FMI – com o qual também foram feitos negócios privados – ao governo do empresário Mauricio Macri, para ajudá-lo a renovar um segundo mandato presidencial.[15]

No entanto, esse processo histórico e social de avanço conservador não é inexorável, como demonstram as eleições no México em 2018, com o triunfo de López Obrador; o triunfo de Fernández em 2019 na Argentina; e, principalmente, as maciças mobilizações que permitiram o triunfo eleitoral do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia em 2020. Desde 2019, irromperam maciças mobilizações contra as políticas de ajuste e aumentos tarifários – impostas no âmbito das condicionalidades do FMI – no Equador, no Chile, na Colômbia, no Panamá e em Porto Rico. Rebeliões que continuaram apesar das restrições impostas pelo isolamento preventivo devido à pandemia e apesar do endurecimento da repressão, como recentemente testemunhado no Chile, na Colômbia, no Peru e na Guatemala. Proliferaram, ainda, rebeliões da população negra contra a violência racial e a nefas-

ta gestão da pandemia no próprio território dos Estados Unidos.

Reflexões finais

As persistentes problemáticas de desigualdade social, pobreza e indigência, bem como o retrocesso das conquistas democráticas atravessado por Nossa América, relacionam-se à lógica de fuga para adiante da crise capitalista e, em particular, às dimensões imperialistas de seu desdobramento.

A hecatombe da pandemia de coronavírus amplifica e ratifica a trajetória prévia de contínua deterioração das condições de vida e de trabalho das maiorias populares da região. Isso cria um ambiente social e cultural receptivo para projetos políticos autoritários, conservadores, patriarcais, racistas e neofascistas, já que a direita exibe uma reação conservadora que encontra eco no mal-estar social e na incapacidade das organizações populares, sindicatos, movimentos sociais e forças da esquerda em defender os interesses das maiorias.

É urgente unir forças com todos os setores que defendem as demandas trabalhistas, sociais e democráticas, bem como os direitos dos povos indígenas, mulheres, movimentos LGTBI, da natureza, enfim, as legítimas aspirações das massas populares, para derrotar a ofensiva conservadora da direita em nosso continente. Mas a luta não deve se limitar à questão eleitoral, e sim recriar as condições para a mobilização do povo, com sua pluralidade de formas de organização coordenadas em uma frente única anti-imperialista em busca da mudança social com sentido emancipatório. A política emancipatória, como nos recorda Fisher (2018, p. 42), "pede que destruamos a aparência de toda 'ordem natural', que revelemos que aquilo que se apresenta como necessário e inevitável nada mais é que mera contingência e, ao mesmo tempo, que aquilo que se apresenta como impossível se revele acessível".

A conflitividade social continua presente diante dos ajustes e autoritarismos. A questão é se ela será capaz de organizar uma força social popular que promova um projeto alternativo, igualitário, solidário e internacionalista. E se, sobre a base de uma democracia ampla, organizará sociedades que não se constituam em nome dos interesses da propriedade privada e do capital, e sim pela defesa da vida humana e do planeta, com a perspectiva de iniciar, assim, uma transição socialista.

Notas

[1]Coordenadora do GT *Crise e Economia Mundial*, Clacso
Docente da Faculdade de Ciências Sociais, UBA – Argentina
Pesquisadora da *Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas* (FISyP)

[2] Cf. Mm 1891, José Martí (1853-1895), escritor, político e libertador cubano, publicou seu ensaio, "Nuestra América", na *Revista Ilustrada de Nova Iorque*, em que fez uma análise aguda das sociedades latino-americanas, suas culturas e suas histórias. Cf. Martí (2005).

[3] Desde 1º de junho de 2020, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a região tornou-se o epicentro da crise de saúde, com as infecções diárias e as taxas de expansão superando as da Europa e dos Estados Unidos, e registra mais da metade das infecções do continente americano. Até 3 de dezembro de 2020, um total de 13.189.470 casos de covid-19 haviam sido reconhecidos. O Brasil é o país mais afetado pela pandemia, com mais de 6,4 milhões de casos confirmados. A Argentina está em segundo lugar, com cerca de 1,44 milhão de infectados, enquanto o México registrou um total de 1,13 milhão de casos. Por sua vez, a rápida disseminação em países como Chile, Peru, Colômbia, Panamá, Bolívia e Paraguai, entre outros, sobrecarregou os precários sistemas de saúde. O Peru ocupa o segundo lugar no mundo no índice de mais falecimentos por milhão de habitantes, com mais de 36.400 mortes e mais de 976.000 infecções. Porém, com a chegada do inverno no hemisfério norte, os surtos estão aumentando fortemente nos EUA, no Canadá e na Europa.

[4] O índice de Gini é um indicador que mede a desigualdade de renda; quanto mais longe de zero, maior é a desigualdade de um país.

[5] Sete países estão acima e sete abaixo da média regional (46,2). Assim, Brasil (51,3), Colômbia (50,8) e Panamá (50,4) são os países com maior desigualdade na região, enquanto Argentina (42,4), El Salvador (40) e Uruguai (39,7) apresentam a menor desigualdade de renda na América Latina.

[6] "O número de pessoas em situação de pobreza aumentará em 45 milhões em 2020, e com isso o número total de pessoas em situação de pobreza passará de 185 milhões em 2019 para 230

milhões em 2020, cifra que representa 37% da população latino-americana Nesse grupo, o número de pessoas em situação de extrema pobreza aumentaria em 28 milhões, passando de 67 milhões de pessoas em 2019 para 96 milhões de pessoas em 2020, cifra que significa que 15% do total da população latino-americana passa fome." (CEPAL, 2020b, p. 10).

[7] O dado é ilustrativo das capacidades produtivas do país e abstrai: a) que a maior parte do que se produz (soja e milho) não é para consumo humano, mas sim de animais, b) as condições de propriedade latifundista da terra, e c) o esquema altamente concentrado de comercialização de grãos nas mãos de oligopólios estrangeiros. "Os técnicos do Ministério da Agricultura, ao tomarem as principais cadeias de valor e os dados de produção tanto de matérias-primas quanto de produtos transformados, estimaram em 2015 uma produção próxima a 120 milhões de toneladas, com as quais poderiam ser atendidas as necessidades calóricas de cerca de 400 milhões de pessoas." (SLIPCZUK, 2019).

[8] [...] para a região como um todo, queda média do PIB de 9,1% em 2020, com reduções de 9,4% na América do Sul, 8,4% na América Central e México, e 7,9% no Caribe, excluindo-se a Guiana, cujo forte crescimento leva o total sub-regional a uma queda de 5,4% (CEPAL, 2020b, p. 9).

[9] O impacto nos mercados de trabalho de cada país da região dependerá, entre outras coisas, da estrutura produtiva e da composição do emprego em cada setor. Entre as áreas que serão gravemente afetadas estão aquelas relacionadas ao turismo (companhias aéreas, hospedagem, restaurantes e hotéis), comércio e indústria manufatureira, bem como atividades imobiliárias e administrativas. Esses setores são intensivos em mão de obra e alguns, como o comércio, concentram uma alta proporção de emprego informal. Outros setores que sofrerão impacto médio-alto são transporte e armazenamento e atividades culturais e de entretenimento. Os trabalhadores desses setores serão particularmente afetados pelo risco econômico (CEPAL; OIT, 2020, p. 8).

[10] A título de exemplo, o empresário argentino Marcos Galperín tinha em março de 2020 uma fortuna de 2 bilhões de dólares e ocupava o posto 1063º da revista Forbes. Em julho de 2020, estava classificado em 518º na Forbes, com uma fortuna de 4,5 bilhões. O dono do Mercado Livre (empresa de comércio eletrônico) elevou sua fortuna de 2 para 4,5 bilhões de dólares, ao mesmo tempo em que evita pagar impostos ao Estado argentino estabelecendo domicílio fiscal no exterior. Além disso, Galperín se declarou publicamente a favor de "fazer uma reforma trabalhista como no Brasil" e mantém cerca de 6.500 trabalhadores (a quem chama de colaboradores) sob diversas formas de contratação precária: terceirizados, independentes, etc.

[11] "O capitalismo tem a propriedade de tender continuamente à expansão econômica [...] e, assim, aproximar, igualar o nível econômico e cultural dos países mais avançados e mais atrasados [...]. Mas, ao aproximar os países e igualar seu nível de desenvolvimento, o capitalismo opera com seus métodos, ou seja, com métodos anárquicos, que continuamente solapam seu próprio trabalho, opondo um país e um ramo da produção a outro, favorecendo o desenvolvimento de certas partes da economia mundial, desacelerando ou paralisando o de outras. Somente a combinação dessas duas tendências fundamentais, centrípeta e centrífuga, nivelamento e desigualdade, ambas consequências da natureza do capitalismo, explica o vivo entrelaçamento do processo histórico." (TROTSKY, 2017, p. 38).

[12] A verdade é que, em vários países europeus, medidas autoritárias desse tipo já vêm sendo aplicadas há alguns anos com o pretexto do perigo jihadista.

[13] Como Friedrich Hayek [1944] (2008), que concebia a desigualdade econômica e social como o motor do progresso, já que a desigualdade levaria à inovação, ao desejo de melhorar, à competição, à emulação do outro privilegiado, etc.

[14] Em julho de 2020, o magnata estadunidense Elon Musk reivindicou o golpe de Estado na Bolívia, país que possui uma das maiores reservas de lítio (ELON…, 2020).

[15] "O FMI concedeu ao governo Macri, no segundo semestre de 2018, um empréstimo de US$ 57 bilhões, dos quais desembolsou US$ 44 bilhões. Mauricio Claver, o mais importante funcionário do presidente Trump dos Estados Unidos para a América Latina, explicou em um fórum diplomático a decisão geopolítica tomada pela Casa Branca para facilitar os créditos *stand-by* e sustentar o programa econômico da aliança *Cambiemos* antes das eleições." (LEJTMAN, 2020).

Referências

AMIN, S. *Los desafíos de la mundialización*. México: Siglo XXI editores, 1997.

_____. Capitalismo, Imperialismo, Mundialización. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. *Resistencias Mundiales (De Seattle a Porto Alegre)*. Buenos Aires-Argentina: Clacso, 2001.

ARRIZABALO, X. *Capitalismo y economía mundial*. Madri: Instituto Marxista de Economia (IME), Universidad de Arte y Ciencias Sociales (ARCIS) e Universidad de Concepción (UdeC), 2014.

CAJIGAS, Eva. ¿Por qué las grandes granjas producen gripes?. Ecoportal, 22 abr. 2020. Disponível em: https://www.ecoportal.net/temas-especiales/granjas-animales-gripe/.

CAPUTO, O.; GALARCE, G. Estados unidos: la eventual nueva crisis de la economía mundial. Nuestra América XXI. *Desafios y alternativas*, n. 33, 2-5, jul. 2019. Disponível em: https://www.clacso.org/33-boletin-nuestra-america-xxi-desafios-y-alternativas/.

CEPAL. *Perspectivas económicas de América Latina 2019*. Santiago de Chile: Cepal, 2019.

_____. *Pactos políticos y sociales para la igualdad y el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe en la recuperación pos-COVID-19*. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2020a.

_____. *Informe especial covid-19*, n. 5. Santiago de Chile: Cepal, 2020b. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45782/1/S2000471_es.pdf.

____; FAO. *Millones de personas pueden caer en la pobreza extrema y el hambre en 2020 en América Latina y el Caribe debido al impacto de la pandemia*. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2020. Disponível em: https://www.cepal.org/es/comunicados/fao-cepal-millones-personas-pueden-caer-la-pobreza-extrema-hambre-2020-america-latina.

____; OIT. *Coyuntura laboral en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Cepal, OIT, 2020.

ELON Musk reivindicó el golpe en Bolivia y Evo Morales lo cruzó. *Página 12*, 25 jul. 2020. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/280818-elon-musk-reivindico-el-golpe-en-bolivia-y-evo-morales-lo-cr.

ENGELS, F. La contribución a la crítica de la economía política de Karl Marx. *In:* MARX, K. *Contribución a la crítica de la economía política*. México: Siglo XXI editores, [1859] 2008.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

GAMBINA, Julio *Crisis del Capital (2007/2013)*. La crisis capitalista contemporánea y el debate de las alternativas. Buenos Aire: FISyP, 2013.

GRAMSCI, A. *Cuaderno XIII*. Notas breves sobre la política de Maquiavelo (1932-1934). México: Era, 1999.

HAYEK, F. *Camino de servidumbre:* Textos y documentos. Espanha: Biblioteca de la Libertad, 2008.

KOSIK, K. *Dialéctica de lo concreto*. México: Grijalbo, 1976.

LEJTMAN, R. Un asesor de Trump reveló por qué ayudaron al gobierno de Macri a acceder a un rescate del Fondo Monetario Internacional. *Infobae*, 28 jul. 2020. Disponível em: https://www.infobae.com/politica/2020/07/28/un-asesor-de-trump-revelo-por-que-ayudaron-al-gobierno-de-macri-a-acceder-a-un-rescate-del-fondo-monetario-internacional/.

MARINI, R. M. *América Latina*: integración y democracia. Caracas, Venezuela: Nueva Sociedad, 1993.

_____. *América Latina, dependencia y globalización (antología)*. Buenos Aires: Clacso, Siglo XXI editores, 2015.

MARS, A. La directora del FMI, a gobiernos y bancos centrales: "gasten cuanto puedan, pero guarden los recibos". El País, 15 abr. 2020. Disponível em: https://elpais.com/economia/2020-04-15/georgieva-fmi-a-gobiernos-y-bancos-centrales-gasten-cuanto-puedan-pero-guarden-los-recibos.html.

MARTÍ, J. *Nuestra América*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. *La ideología alemana*. Havana, Cuba: Pueblo y Educación, [1845-1846] 1982.

OSORIO, J. Crítica a la ciencia vulgar. Sobre método y epistemología en Marx. *Herramienta*, 26, jul. 2004.

OXFAM. *Privilegios que niegan derechos*. Desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y El Caribe. Reino Unido: Editora Búho, 2015.

RUIZ, S. *¿Quién paga la cuenta?* Gravar la riqueza para enfrentar la crisis de la Covid.19 en América Latina y el Caribe. s/d: OXFAM internacional, 2020.

SHAH, S. Es hora de contar una nueva historia sobre el Coronavirus: nuestras vidas dependen de ello. *Viento Sur*, 28 jul. 2020. Disponível em: https://vientosur.info/es-hora-de-contar-una-nueva-historia-sobre-el-coronavirus-nuestras-vidas-dependen-de-ello/.

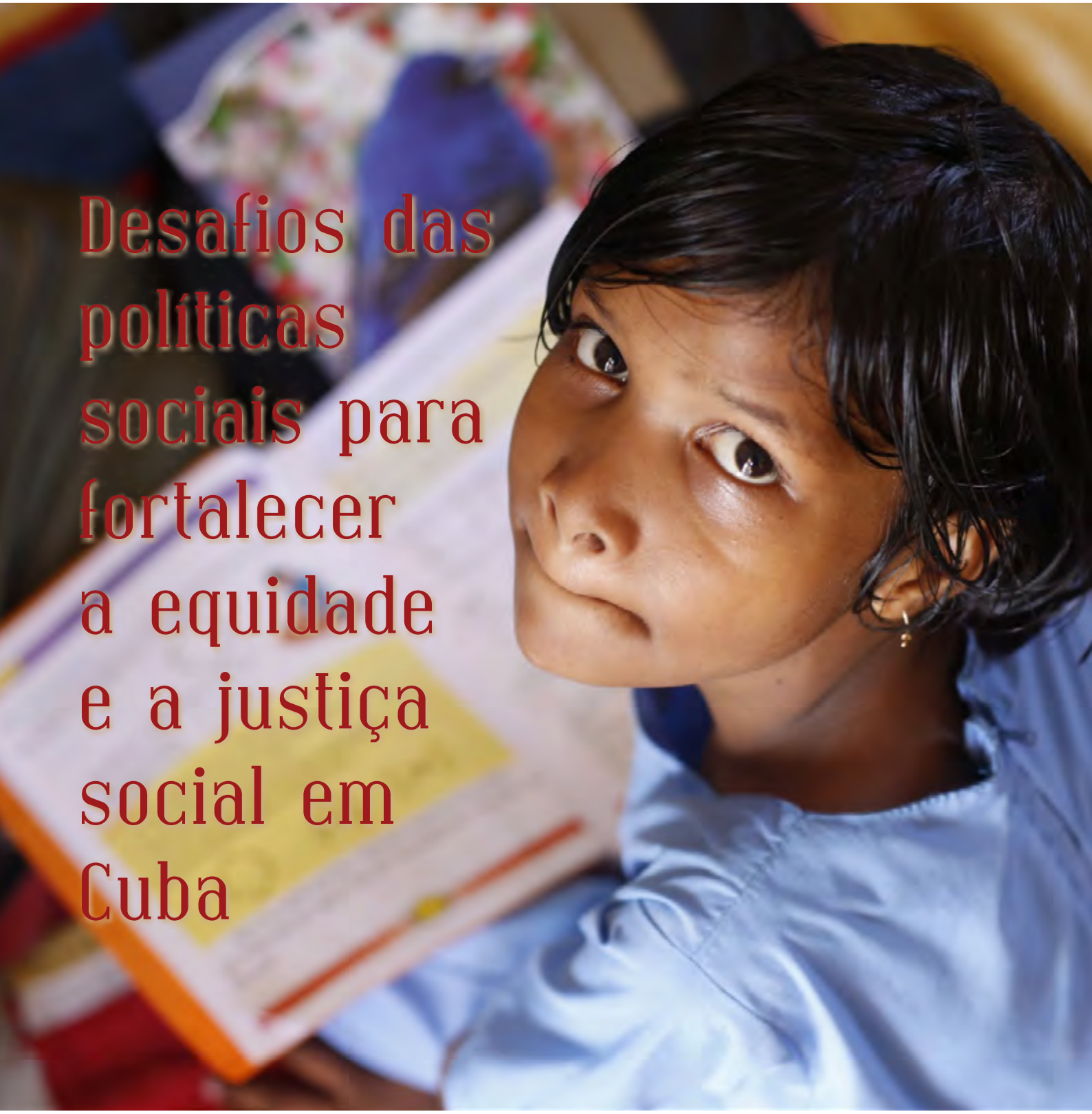
SLIPCZUK, M. ¿La Argentina produce alimentos para 400 millones de personas? *Chequeado*, 25 nov. 2019. Disponível em: https://chequeado.com/el-explicador/la-argentina-produce-alimentos-para-400-millones-de-personas/.

SMITH, J. Imperialismo en el siglo XXI. *Monthly Review*, 67, pp. 82-97, 1o jul. 2015.

STIGLITZ, J. Un nuevo "contrato social" para acabar con la desigualdad. *Agencia EFE*. (J. Gil Ángel, entrevistador), 2 fev. 2020. Disponível em: https://www.efe.com/efe/america/economia/joseph-stiglitz-reclama-un-nuevo-contrato-social-para-acabar-con-la-desigualdad/20000011-4164110.

TROTSKY, L. *La Internacional Comunista después de Lenin (y anexos)*. Valencia, Espanha: Edicions Internacionals Sedov, 2017.

María del Carmen Zabala Arguelles[1]



Desafios das políticas sociais para fortalecer a equidade e a justiça social em Cuba

Introdução

Desigualdade e pobreza são fenômenos que chamam a atenção da pesquisa social e das políticas sociais, particularmente na América Latina, a região mais desigual do planeta. Em meio à crise econômica, social e política reforçada pela covid-19, esses fenômenos atingem máxima relevância e atualidade.

Durante 60 anos, Cuba viveu um processo de profundas transformações econômicas, políticas e sociais que em sua integralidade constituem uma experiência de desenvolvimento alternativo, voltado à promoção do desenvolvimento social e humano, com base nos pilares da equidade e justiça social. Apesar do desempenho econômico desfavorável e da persistência e intensificação do bloqueio econômico, comercial e financeiro pelo governo dos Estados Unidos, os avanços no desenvolvimento humano se sustentam principalmente na educação e saúde da população.

O objetivo deste trabalho é analisar os desafios das políticas sociais para fortalecer a equidade e a justiça social em Cuba; para tanto, a primeira seção apresenta um breve panorama das políticas sociais, seguida pelas transformações ocorridas no contexto de atualização do modelo econômico e, por fim, os desafios das políticas sociais na atualidade.

Políticas sociais, pobreza e vulnerabilidade em Cuba

As políticas sociais ocupam um lugar central na estratégia de desenvolvimento em Cuba; entre seus princípios e características fundamentais, estão: inclusão, equidade e justiça social; cobertura universal do acesso a serviços sociais e proteção social – incluindo a gratuidade da saúde e da educação em todos os níveis; articulação da política social e econômica; papel central do Estado na concepção, no financiamento e na gestão da política; e participação popular em sua implementação. Essas características são coerentes com uma concepção integral de desenvolvimento, na qual se articulam os aspectos econômicos e sociais, bem como a transformação simultânea das condições materiais de vida e o desenvolvimento das capacidades humanas, dos valores, comportamentos e relações sociais.

A equidade social constitui um pilar básico da política social cubana e é concebida de forma multidimensional, em relação à: igualdade de oportunidades e direitos para todos os grupos sociais quanto à satisfação das necessidades; oferta de maiores oportunidades aos grupos que apresentam algum tipo de desvantagem que limita ou impede seu aproveitamento; igualdade de oportunidades de acesso ao capital humano e à proteção social (ÁLVAREZ; MATTAR, 2004).

Após três décadas de avanços na situação de equidade do país, a crise e a reforma econômica dos anos 1990 significaram, além da deterioração da qualidade de vida de toda a população, a ampliação da diferenciação socioeconômica[2] e o aumento da pobreza e da vulnerabilidade. Essa difícil conjuntura de crise não significou a renúncia aos objetivos de justiça social e desenvolvimento: o Estado administrou a crise

seguindo o princípio de preservar as conquistas sociais, garantiu a proteção social de toda a população, mantendo a política social como eixo da estratégia de desenvolvimento e a equidade como princípio orientador da política social. No entanto, algumas de suas características constituíram limitações para a atenção à pobreza e à vulnerabilidade; assim, por exemplo, a ênfase excessiva na igualdade, na homogeneidade e no universalismo (ESPINA, 2010) limitava as experiências e opções de direcionamento; a excessiva estatalidade e centralização (ESPINA, 2010) restringia a participação da população e de atores locais no tratamento desses fenômenos; por outro lado, a baixa sustentabilidade dos recursos limitava as opções de políticas possíveis em um momento de penúria econômica.

Estudos realizados durante a década de 1990, por meio de pesquisas domiciliares nacionais, constataram o aumento da população urbana em situação de risco, que em 1999 chegava a 20% da população urbana, bem como a ampliação da distância entre a renda dessa população em risco e a linha de pobreza (FERRIOL et al., 1997; 2004). Essas estimativas incluíram apenas a dimensão econômica (renda) da pobreza, condicionado pela deterioração do salário real da população, pela dualidade monetária e pela segmentação de mercados de bens e serviços de consumo; no entanto, não permitem conhecer outras dimensões, relacionadas à satisfação das necessidades básicas, incluindo moradia e *habitat*, nem a possível conexão entre ambas as situações.

Para o contexto cubano, os elementos essenciais que configurariam a condição de pobreza na sociedade são: baixos níveis de renda, insuficientes para cobrir o custo da cesta básica; insuficiência de outros bens, principalmente moradia, tanto pelo déficit habitacional como por sua progressiva deterioração; enquanto um conjunto de necessidades básicas é satisfeito por meio da proteção social que todos os setores da população recebem — gratuidade e acesso a serviços de saúde, educação e seguridade social, garantias de emprego, salário e alimentação básica, regime de propriedade e pagamento da moradia —, possibilitando elevados níveis de inclusão social (ZABALA, 2010). Estudos de caso realizados após a crise dos anos 1990 mostram a persistência de situações de pobreza e vulnerabilidade e destacam dimensões emergentes a elas vinculadas: problemas ambientais e influência dos desastres naturais, insuficiências na gestão local e participação social, limitações ao consumo cultural, relação com as migrações, bem como interconexões com questões de gênero, família, saúde, subjetividade e processos de exclusão social.[3]

Uma perspectiva diferente de medição, que destaca o valor dos indicadores sociais, é aquela oferecida pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), cujo valor estimado para Cuba é de 0,0005, e a taxa de 0,15% da população em 2017. São 16.482 pessoas multidimensionalmente pobres — população privada de um terço ou mais dos indicadores ponderados. Nos 10 indicadores estudados, as dimensões saúde, educação, condições de vida, mortalidade infantil, acesso à eletricidade e frequência escolar apresentam os menores percentuais de população com privações; os três indicadores com maior percentual da população com privações são: posse de bens, tipo de combustível para cozinhar e acesso a saneamento adequado.[4]

A utilização do conceito "pobreza" tem sido controversa na sociedade cubana por vários motivos. As indiscutíveis conquistas sociais alcançadas — especialmente na saúde, educação e seguridade social — e as características *sui generis* do fenômeno, entre elas a inexistência de pobreza crítica ou extrema, com suas consequências de desnutrição, insalubridade, analfabetismo, insegurança e exclusão social, ou de pobreza sem amparo. Por outro lado, o conceito como tal tem sido criticado pela academia, devido a sua ênfase na situação de carência ou precariedade material — especialmente econômica —, subestimando as dimensões psicossocial, cultural e política, e seu destaque aos aspectos estáticos — magnitude e intensidade —, sem uma análise das dinâmicas e dos processos que condicionam esse fenômeno (ZABALA, 2010).

Em contrapartida, o enfoque da vulnerabilidade evidencia o caráter multidimensional do fenômeno, o nexo entre as características das pessoas ou domicílios e suas possibilidades de

usufruto dos direitos humanos e de enfrentamento de situações adversas. Segundo Kaztman (1999), trata-se de uma noção para a abordagem de questões sociais que supera as da geração anterior — como pobreza de renda, alguns indicadores sociais, marginalização e exclusão social[5] —, e que, nos seus vários desdobramentos, está ligada a situações de risco, insegurança e indefesa diante de crises e calamidades — naturais, sociais, econômicas ou outras (BUSSO, 2001); situações intermediárias entre as dinâmicas de exclusão e inclusão social e econômica que condicionam um risco permanente de empobrecimento (MINUJIN, 1992); assincronia entre o controle e a posse de ativos e acesso à estrutura de oportunidades (KAZTMAN, 1999).

Independentemente das atribuições terminológicas, é relevante destacar que a atenção à pobreza e vulnerabilidade em Cuba se insere em um conjunto de políticas voltadas à equidade, justiça social, integração social e à promoção do desenvolvimento social de toda a população.

Panorama mais recente: a atualização do modelo econômico cubano

A entrada da sociedade cubana no chamado "processo de atualização do modelo econômico"[6] ocorre com a marca dos efeitos da crise e das reformas econômicas dos anos 1990, comentadas na seção anterior.

Os documentos que regulam o processo de atualização reafirmam a centralidade da política social.

A resolução sobre as Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução aprovada em 2011 ratifica os princípios do projeto social cubano: igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, proteção social para a população e, especificamente, para setores em desvantagem social, garantia de serviços sociais básicos. Esse compromisso geral com a equidade se concretiza em várias diretrizes gerais e específicas, relativas à não concentração da propriedade nas formas de gestão não estatais, à contribuição do sistema tributário para a redistribuição da renda, à estabilidade dos preços das ofertas não estatais e ao aperfeiçoamento da educação, saúde, cultura e esporte. Ao mesmo tempo, e sob esses princípios, são estabelecidas reduções nos gastos sociais do Estado: redimensionamento de valores e prioridades, eliminação gradual de subsídios excessivos a produtos e serviços, diminuição do orçamento do Estado no financiamento da seguridade social, revisão dos beneficiários da assistência social e um uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

As Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução aprovadas em 2016 reafirmam esses preceitos. Na "Conceituação do modelo econômico e social cubano de desenvolvimento socialista", a Política Social é identificada como uma força em termos de garantia de direitos de acesso a serviços sociais e inclusão social (PCC, 2017). No Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030, o "Desenvolvimento humano, equidade e justiça social" é incorporado como eixo estratégico; entre seus objetivos estão: reduzir gradativamente a desigualdade econômica e social, preservar as políticas universais; assegurar um sistema universal de seguridade e assistência social contra os riscos associados a velhice, invalidez, doença e outros; bem como desenhar políticas diferenciadas de atenção específica a grupos com necessidades especiais: *população vulnerável ou em risco* quanto a alimentação, idosos e pessoas com deficiência.

Em relação a etapas precedentes, identificam-se como continuidades a igualdade de direitos e de oportunidades, o acesso universal e gratuito aos serviços sociais básicos, a equidade como eixo da estratégia de desenvolvimento e a universalidade da política social. Entre as mudanças mais importantes está a ênfase na sustentabilidade econômica da política social, que se concretiza na redução dos gastos sociais e dos beneficiários, no uso mais eficiente dos recursos, na eliminação de gratuidades indevidas e subsídios excessivos, no maior espaço para a focalização[7] e na ampliação do sistema tributário. Outra transformação relevante é a maior presença da família e do mercado como supridores de necessidades e do bem-estar (PENA, 2017).

Embora ambas as transformações digam respeito a questões identificadas pela academia cubana — sustentabilidade econômica frágil da política social e sua baixa harmonização com a economia (ESPINA, 2015) e maior participação das famílias (CIPS, 2010) —, não se podem ignorar os desafios que elas acarretam, ao condicionar, em certa medida, o desenvolvimento social ao crescimento e à eficiência econômicos, bem como ao situar famílias com recursos e ativos distintos em igualdade de condições para a gestão das oportunidades existentes.

Essa visão da vulnerabilidade, presente nos documentos que regem a política social, poderia ser complementada com alguns elementos: identificação de diversas situações de risco, do tempo de exposição a elas e sua sobreposição, que podem produzir afetações de diferente tipo e intensidade; inclusão, na população vulnerável, de grupos sociais com desvantagens — famílias com renda e ativos insuficientes, população negra ou mestiça, chefes de família, aposentados, que vivem em zonas desfavorecidas, assentamentos ilegais ou periféricos, migrantes ilegais; intersecção entre diversas características e situações de vulnerabilidade que reforçam desvantagens para alguns grupos específicos; identificação de processos produtores ou reprodutores das condições de pobreza e vulnerabilidade: históricos, estruturais, conjunturais, familiares e locais.

Desafios das políticas sociais para fortalecer a equidade e a justiça social em Cuba

O contexto em que se dá a atualização do modelo econômico cubano se caracteriza por uma complexa conjuntura externa — como consequência da crise estrutural sistêmica e da intensificação sem precedentes do bloqueio econômico, comercial e financeiro do governo dos Estados Unidos — e interna, dada a situação econômica e demográfica.[8] Essa conjuntura implica oportunidades e desafios para a preservação dos níveis de equidade social alcançados e para a atenção à pobreza como expressão das desigualdades sociais.

As diretrizes introduzem elementos de eficiência e sustentabilidade econômica na gestão da política social; o maior desafio é o equilíbrio entre política social e econômica na busca de alcançar eficiência econômica e equidade social simultaneamente, fundamentada em uma concepção integral do desenvolvimento em Cuba, que promoveu o crescimento econômico junto com uma distribuição mais equitativa da riqueza, acesso universal aos serviços sociais básicos e atenção aos problemas sociais existentes. Qualquer medida econômica deve ser pensada a partir da lógica de preservar a equidade e proteger/empoderar todos os setores da população, principalmente os mais vulneráveis; e com vistas a alcançar a necessária sustentabilidade econômica da política social.

É prioritário dar continuidade às políticas universais, redistributivas e preventivas implementadas ao longo do processo revolucionário, que garantem bem-estar, igualdade de oportunidades, acesso e distribuição de consumo, riqueza e capital humano a toda a população, bem como ampliar as políticas focalizadas — compensatórias ou assistenciais — com o objetivo de proporcionar tratamento diferenciado e específico aos grupos em situação de desvantagem, o que requer a identificação precisa dos destinatários das ações, incorporando, se necessário, a discriminação positiva para os grupos socialmente desfavorecidos, de modo que seus pontos de partida inferiores não se tornem obstáculos irreversíveis para acessar a estrutura de oportunidades existente. Dessa forma, negocia-se a complementaridade entre políticas preventivas ou de desenvolvimento, compensatórias ou assistenciais e redistributivas (TAVARES, 1999); e entre o enfoque de integração social/estilo de universalismo e enfoque seletivo/estilo de focalização (ESPINA, 2011).

Esse tratamento diferenciado requer: a identificação precisa dos grupos em posição desvantajosa e a caracterização de suas necessidades, a fim de desenhar e implementar as ações pertinentes; a diversificação dos instrumentos de política social, de maneira que sejam mais sensíveis às situações de pobreza e vulnerabilidade com diferentes causas, duração e intensidade e atuem de forma radical sobre seus processos de produção e reprodu-

ção; a criação de condições que permitam o desenvolvimento de capacidades, empoderamento, autonomia e participação das famílias nas decisões que impactam suas vidas e seu ambiente. Isso transcende a esfera econômica e política e incursiona na esfera da subjetividade e da cultura, pois requer a sensibilização e formação de atores e tomadores de decisão, com vistas ao reconhecimento desses fenômenos, bem como sua problematização construtiva com o objetivo de ativar a agência social em todos os atores envolvidos.

A identificação dessas situações deve partir do pressuposto de que os grupos populacionais — mulheres, crianças, idosos, etc. — são heterogêneos e seu desenvolvimento é cruzado por múltiplas condições. Quanto às ações necessárias para enfrentar tais situações, é necessário um universalismo sensível às diferenças (CEPAL, 2019), que ao mesmo tempo garanta a universalidade no acesso aos serviços sociais e supere as lacunas existentes por meio de ações afirmativas direcionadas aos grupos desfavorecidos ou em situações de discriminação e exclusão.

A complexidade dessas problemáticas e o próprio caráter multidimensional do fenômeno da vulnerabilidade requerem uma análise a partir de um enfoque integral e a formulação e im-

plementação de ações, programas e políticas a partir de uma prática intersetorial baseada nos recursos e potencialidades territoriais, embora seja necessário continuar aperfeiçoando as políticas setoriais que garantem o acesso a recursos e ao consumo — habitação, emprego, salários, segurança e assistência social, entre outros — e o desenvolvimento humano, sensibilidade e reconhecimento — políticas educacionais, culturais, comunicativas, de saúde, etc. Isso representa um grande desafio no contexto cubano, já que as instituições funcionam a partir de lógicas setoriais; no entanto, a oportunidade atualmente reside nas capacidades criadas e no fortalecimento da autogestão local, um processo que deve potencializar a articulação dos atores sociais e a participação social da população.

Um último desafio diz respeito à necessidade de desenvolver metodologias de avaliação das políticas sociais, em particular dos efeitos e impactos das atuais transformações sobre os grupos vulneráveis, considerando os critérios dos seus beneficiários diretos, bem como ampliar as bases de informação a diferentes escalas e seu acesso público com vistas a uma maior precisão na identificação dos grupos-alvo.

As oportunidades concernem basicamente ao compromisso do Estado e do governo cubano com a equidade, a justiça e a proteção social, que se materializa na prestação de serviços sociais de cobertura universal, bem como na implementação de medidas específicas para a proteção social da "população vulnerável ou em risco"; também, na expansão e diversificação de atores, espaços e iniciativas locais com algum efeito sobre a promoção da equidade.

O diálogo entre a academia e os formuladores/gestores de políticas é essencial para enfrentar esses desafios. Constata-se como convergência o compromisso com os princípios de inclusão, equidade e justiça social e com a proteção social dos setores vulneráveis, que a partir da política são identificados como população em situação de risco alimentar, idosos e pessoas com deficiência, enquanto a academia também inclui situações de pobreza e de déficit ou limitação de ativos, bem como situações díspares derivadas dos tipos de risco, do tempo de exposição a eles e sua sobreposição. Outra convergência é o reconhecimento da importância da preservação de políticas universais e da necessidade de políticas diferenciadas para a atenção específica aos grupos vulneráveis; de maneira complementar, a academia enfatiza a necessidade de ampliar os instrumentos focalizados para o atendimento das condições decorrentes da intersecção entre diversas situações de vulnerabilidade, desvantagens históricas e situações mais críticas, incluindo, para tanto, a implementação de ações afirmativas.

Notas

[1] Docente de la Universidad de La Habana – Cuba

[2] Além da maior heterogeneidade social, ocorre a produção ou reprodução de lacunas na equidade, principalmente devido ao gênero, à idade e cor da pele, desigualdades inter- e intraterritoriais e espaciais, e em áreas específicas — renda, consumo, emprego, moradia e habitat, entre outras.

[3] Para uma reflexão aprofundada sobre o tema, ver: ZABALA, María del Carmen (comp.). Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores. Havana: Flacso/ Publicaciones Acuario, 2014.

[4] Ver: CUBA. Informe nacional sobre la implementación de la Agenda 2030. Informe voluntario de Cuba 2019.

[5] Conferência apresentada durante o Seminário Permanente de Políticas Sociais, junho de 2018.

[6] As bases desse processo estão plasmadas nos seguintes documentos: Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução (2011), Documento Base da 1ª Conferência Nacional do Partido Comunista de Cuba (2011), Conceituação do Modelo Econômico e Social Cubano de Desenvolvimento Socialista (2016); Bases do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030: Visão da Nação, Eixos e Setores Estratégicos (2016); Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução para o período 2016-2021 (2016).

[7] Nas Diretrizes aprovadas em 2011, estabeleceu-se como princípio "indenizar as pessoas necessitadas e não subsidiar produtos, de forma geral" (L 173). Essa passagem para um sistema de subsídio com foco em famílias vulneráveis ou em risco — incluindo a eliminação gradual da carteira de abastecimento — não foi concluída.

[8] De acordo com o Censo Populacional e Habitacional de 2012, as pessoas com 60 anos ou mais representavam 18,3% da população total; atualmente, representam 20% da população cubana. O processo sustentado de envelhecimento da população gera maior demanda sobre o sistema de seguridade e assistência social, os serviços sociais e os cuidados específicos para a terceira idade.

Referências

ÁLVAREZ, Elena; MATTAR, J. (coords.). *Política social y reformas estructurales*: Cuba a principios del siglo XXI. México: CEPAL/INIE/PNUD, 2004.

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicios del siglo XXI. Documento elaborado para o Seminário Internacional "Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe, CEPAL-CELADE", Santiago de Chile, 20-21 jun. 2001.

CEPAL. *Propuesta de agenda regional de desarrollo social inclusivo*. 3ª Reunião da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América latina y do Caribe, 2019.

COLETIVO DE AUTORES. Las *Familias Cubanas en el parteaguas de dos siglos*. Colômbia: CIPS, 2010.

ESPINA, Mayra. Reforma económica y política social de equidad en Cuba. *In:* ESPINA, M.; ECHEVARRÍA, D. (coords.). *Cuba:* los correlatos socioculturales del cambio económico. Havana: Ruth Casa Editorial, 2015.

ESPINA, M. Nuevas circunstancias para la política social en América Latina. ¿Péndulo o renovación? *In*: VALDÉS, J.; ESPINA, M. (eds.). *América Latina y el Caribe: La política social en el nuevo contexto* – Enfoques y experiencias. FLACSO-UNESCO, 2011.

ESPINA, 2004

FERRIOL, A.; RAMOS, M.; AÑÉ, L. *Reforma económica y población en riesgo en Ciudad de La Habana*. Relatório de pesquisa, INIE-CEPDE-ONE, 2004.

FERRIOL, A.; CARRIAZO, G.; U-ECHAVARRÍA, O. *et al*. *Efectos de políticas macroeconómicas y sociales sobre los niveles de pobreza*. El caso de Cuba en los años 90. Havana: INIE / CIEM, 1997.

GOVERNO DE CUBA. Informe nacional sobre la implementación de la Agenda 2030. *Informe voluntario de Cuba*, 2019.

KAZTMAN, Rubén (coord.). Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Documento elaborado pela Oficina da Cepal, do projeto Apoio à Implementação do Programa de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Montevidéu, 1999.

_____. Conferência apresentada durante o Seminário Permanente de Políticas Sociais, jun. 2018.

MINUJIN, Alberto. Vulnerabilidad y exclusión en América Latina. *In*: BUSTELO, Eduardo;

MINUJIN, Alberto (eds.). *Todos entran*. Propuesta para sociedades incluyentes. Bogotá: UNICEF/Santillana, 1992.

ONEI. C*enso Populacional e Habitacional de 2012*, 2013.

PCC. *Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*, 2017.

PEÑA, Angela. Vulnerabilidad ambiental y reproducción de la pobreza urbana. Algunas reflexiones sobre su relación en territorios periféricos de Ciudad de La Habana. In: ZABALA, María del C. (comp.). *Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores*. Havana: Flacso / Publicaciones Acuario, 2014.

_____. *Regímenes de bienestar y pobreza familiar en Cuba*. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 2017.

TAVARES, L. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

ZABALA, María del Carmen. *Familia y pobreza en Cuba. Estudio de casos*. Havana: Publicaciones Acuario/Centro Félix Varela, 2010.

_____ (comp.). A*lgunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores*. Havana: Flacso / Publicaciones Acuario, 2014.

Ariela Ruiz Caro[1]

Neoliberalismo, corrupção e crise política no Peru

Em seus quase 200 anos de vida republicana, o Estado peruano esteve capturado por grupos de poder que o construíram na medida de suas necessidades, desvinculado dos setores pobres da sociedade. Mas a vigência do modelo neoliberal da economia durante os últimos 30 anos indubitavelmente significou o controle pleno e sem atenuantes do Estado pelo poder econômico.

Esse modelo possibilitou uma macroeconomia estável, crescimento econômico a uma taxa média de 5% ao ano nas últimas três décadas — um dos mais dinâmicos da América Latina — e a redução da pobreza, mas abrigou profundas desigualdades, uma profunda desconexão do Estado com os cidadãos, altos níveis de informalidade no trabalho, serviços públicos deficientes e níveis de corrupção altos, jamais vistos, na cúpula governamental e nos partidos políticos.

Os dados sobre corrupção começaram a ser divulgados em 2016, em um período presidencial (2016-2021) em que houve quatro presidentes e a dissolução do Congresso. Embora um partido de direita tenha vencido, o governo ficou dividido por não ter o controle do Congresso. Essa etapa coincidiu com uma perda de dinamismo do crescimento económico, uma diminuição sustentada do fluxo de investimentos estrangeiros, bem como do comércio internacional. O menor dinamismo teve um correlato na região, que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) descreve como "meia década perdida". No Peru, as contas fiscais e a macroeconomia mantiveram seu equilíbrio, mas o custo foi cobrado em menor investimento social e em níveis crescentes de informalidade no trabalho.

A pandemia de covid-19 significou uma catástrofe para o Peru. A economia terá uma contração de 14% em 2020, a segunda maior da região, precedida apenas pela Venezuela, o que deteriorou severamente as condições sociais da população. Ambos os fatores, somados à corrupção generalizada, exacerbaram a crise do regime político que data de 1990, ano em que foram eleitos como presidente e como prefeito de Lima dois *outsiders* dos partidos políticos: Alberto Fujimori e Ricardo Belmont, respectivamente. Cresce a rejeição à atividade partidária, bem como a falta de representatividade dos cidadãos nos numerosos (20), mas ao mesmo tempo insignificantes, partidos políticos que disputarão as eleições em abril de 2021. Tudo isso em um contexto em que o modelo econômico começa a ser questionado.

Três décadas de neoliberalismo e corrupção

Desde que Alberto Fujimori assumiu a presidência do Peru, em 1990, iniciou-se um processo de liberalização da economia que se aprofundou ao longo de seus dez anos de governo. Ao contrário de vários países da América do Sul, como Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai, em que surgiram governos de centro-esquerda que tentaram reverter a corrente neoliberal, durante a primeira década do novo milênio, a política econômica do Peru permaneceu inalterada durante os governos posteriores a Fujimori.

Apesar de ter vencido as eleições com um discurso antiliberal com o qual derrotou no segundo turno seu adversário, o laureado escritor Mario Vargas Llosa, da liberal Frente Democrática, Alberto Fujimori (1990-2000) aplicou à risca os princípios do Consenso de Washington (RUIZ CARO, 2002). Como na maioria dos países da região, privatizou empresas estatais, adotou o Plano Brady de redução da dívida, reduziu tarifas sobre as importações, eliminou restrições ao investimento estrangeiro e assinou cerca de 20 Tratados Bilaterais de Investimento com diversos países para garantir, entre outros, que empresas estrangeiras pudessem processar o governo em tribunais internacionais, como o Centro Internacional para a Solução de Controvérsias Relativas aos Investimentos (ICSID) em caso de discrepância.

Quando Fujimori assumiu o governo, o Peru passava por uma grave recessão econômica, com uma hiperinflação acumulada durante o primeiro governo de Alan García Pérez (1985-1990) de 2,5 milhões por cento, elevados níveis de déficit fiscal, determinados em parte pela crise da dívida externa dos anos 1980 na América Latina, à qual se somava a ação do grupo terrorista mais violento de todo o hemisfério: Sendero Luminoso. Esse grupo, que iniciou a luta armada em 1980, ocasionou 25 mil mortes e mais de 10 mil desaparecimentos.

Para implementar as medidas econômicas mencionadas e combater o grupo terrorista Sendero Luminoso, sem qualquer tipo de fiscalização, **Fujimori deu um autogolpe em 5 de abril de 1992,** dissolvendo o Congresso e suspendendo a Constituição vigente, promulgada em 1979. A ruptura da ordem constitucional teve algum respaldo interno, mas foi criticada pela comunidade internacional, que pressionou o governo para garantir o equilíbrio de poderes. Dois meses depois, em 17 de junho, Fujimori convocou um Congresso Constituinte Democrático, em cuja eleição, em 22 de novembro de 1992, triunfou o oficialismo. Dois meses antes da eleição, em setembro de 1992, Abimael

Guzmán, líder do Sendero Luminoso, havia sido capturado por um grupo de agentes do Grupo Especial de Inteligência da Polícia Nacional. Essa captura desativou a atuação do Sendero Luminoso, e o país entrou em um relativo caminho de paz.

A mudança mais importante da constituição vigente desde 1993 foi aquela incluída no capítulo econômico, a mesma que serviu de arcabouço para continuar avançando com as reformas. Assim, instalou-se o princípio do papel subsidiário do Estado na atividade empresarial, o que restringe sua participação às atividades que não sejam rentáveis para o capital privado. Esse princípio constitui o núcleo sobre o qual foi engendrado o modelo de crescimento econômico do país. Garantias ao investimento, estabilidade tributária, convenções coletivas com caráter constitucional e equilíbrio das contas fiscais e macroeconômicas foram os lemas que uma eficiente tecnocracia conseguiu manter em ordem.

Em 1995, Fujimori foi reeleito com forte apoio popular. Nessa ocasião, derrotou seu adversário, o ex-secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuéllar, líder da agrupação União pelo Peru. Durante essa etapa, consolidou as reformas, mas cooptou os poderes do Estado, além da imprensa, e ocorreram atos de corrupção, especialmente no processo de privatização das empresas públicas. No âmbito econômico, a crise financeira asiática de 1997 teve impacto sobre o crescimento do país ao derrubar os preços das matérias-primas, e a situação financeira dos agentes privados deteriorou significativamente. Sua gestão passou a ser cada vez mais questionada no âmbito das liberdades e do respeito aos direitos humanos.

Em 2000, Fujimori se candidatou novamente, apesar de a Constituição permitir apenas uma reeleição. Seu adversário, Alejandro Toledo, decidiu não participar do segundo turno eleitoral, e foi organizada a chamada *Marcha de los Cuatro Suyos*, que partiu de vários pontos do país e convergiu em Lima. O objetivo era impedir que Fujimori assumisse a presidência. Na época, haviam vazados vídeos do ex-chefe do serviço de inteligência e braço direito de Fujimori, Vladimiro Montesinos, em que se viam os subornos feitos a políticos, juízes e à imprensa.

Fujimori, então, aproveitou sua participação em uma cúpula do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) para fugir do país com malas carregadas de vídeos que apreendeu na casa de seu assessor, Vladimiro Montesinos, que já estava foragido. O então presidente peruano se exilou no Japão e enviou sua renúncia por fax ao Congresso da República, que não a aceitou. Seu cargo foi declarado vacante por incapacidade moral ou física permanente, a mesma causa aplicada ao presidente Martín Vizcarra duas décadas depois.

Até 2005 viveu no Japão. Então, durante uma viagem ao Chile, foi capturado por agentes da polícia do país, o que culminou com sua deportação ao Peru, onde tinha processos abertos. Fujimori escolheu especificamente o Chile para o início de seu retorno triunfal ao Peru, não só "porque estaria muito perto de seu país, mas também [porque] tinha antecedentes que lhe permitiriam planejar bem: dois de seus colaboradores próximos estavam radicados no Chile, e seus respectivos processos de extradição solicitados pelo governo do Peru haviam fracassado" (PARRA, 2017).

Em 2010, a Suprema Corte de Justiça do Peru condenou Fujimori pelos delitos de homicídio qualificado, sequestro agravado e lesões graves. Foi imputado pelos crimes devido a dois massacres e dois sequestros, perpetrados por um esquadrão da morte conhecido como Grupo Colina, que, segundo a sentença, agia sob ordens do mandatário. Era a primeira vez que um ex-presidente constitucional da América Latina era julgado e condenado em seu próprio país por crimes de lesa-humanidade. Desde então, cumpre pena de 25 anos na prisão, com acusações e penas semelhantes às de seu principal assessor, Vladimiro Montesinos. Ambos também foram condenados por corrupção.

Depois de sua fuga para o Japão em 2000, e com mediação da Organização dos Estados Americanos (OEA), **em 22 de novembro de 2000 foi nomeado um governo de transição**, durante nove meses, pre-

sidido por Valentín Paniagua, membro de um tradicional partido de centro-direita, Ação Popular. Paniagua era presidente do Congresso e conformou um gabinete com figuras de prestígio, presidido por Javier Pérez de Cuéllar, cuja função principal era convocar eleições. Durante essa etapa, começaram a "limpeza" da corrupção e as investigações de generais e outras pessoas do entorno de Fujimori.

O governo de transição teve uma gestão exitosa e convocou eleições presidenciais, nas quais foi eleito **Alejandro Toledo (2001-2006)**, que continuou promovendo as investigações sobre os delitos cometidos por membros do governo presidido por Fujimori. Embora hoje estejam estagnadas, tiveram o mérito de promover um processo de descentralização. Essa foi uma das reformas mais importantes na estrutura do Estado e da Constituição de 1993. Com efeito, reformou todo o capítulo sobre descentralização da referida Constituição e criou novas instâncias de governo no nível regional, eleitas por voto popular, que neutralizaram a hipercentralização promovida pelo governo Fujimori.

Apesar dessas medidas e da liderança que teve para acabar com um governo corrupto e autoritário, o apoio a Toledo não durou muito. Um escândalo ao se recusar a reconhecer uma filha fora do casamento, o uso do avião presidencial para ir de férias às exclusivas praias na fronteira com o Equador e uma atitude ostensiva de sua família golpearam seus índices de aprovação. Tampouco foi bem visto seu estilo obsequioso com o governo dos Estados Unidos ao negociar o Tratado de Livre Comércio (TLC) com o país, embora o *establishment* impulsionasse e apoiasse o Tratado com uma grande campanha midiática custeada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). As negociações começaram em 2004 e o TLC, que era o primeiro a ser negociado pelo Peru, foi amplamente debatido pelos cidadãos (RUIZ CARO, 2006). Assim, Toledo concluiu seu mandato sem penas nem glória.

Em janeiro de 2017, a justiça peruana estava prestes a decretar sua prisão preventiva em decorrência das investigações por ter recebido 20 milhões de dólares da empresa Odebrecht para a construção da Rodovia Interoceânica Sul. Toledo então fugiu para os Estados Unidos e, dois anos depois, em julho de 2019, foi preso na Califórnia a pedido do Ministério Público do Peru. No entanto, em março de 2020, as autoridades estadunidenses o libertaram sob fiança, considerando que havia baixo risco de fuga em meio à pandemia de covid-19. Sua extradição para o Peru continua sendo tramitada.

As eleições seguintes foram vencidas pelo líder do partido social-democrata APRA, **Alan García Pérez (2006-2011)**, com uma condução política neoliberal e leal a Washington, ao contrário de seu primeiro mandato (1985-1990). Em seu governo, iniciaram-se as negociações de TLCs com diversos países, e o Congresso aprovou a assinatura do TLC com os Estados Unidos, que entrou em vigor em 2009. Para isso, seu governo teve de aprovar um grande número de medidas em diversos âmbitos da economia para os adaptar às exigências do Tratado. Algumas delas — 11 decretos legislativos chamados de "lei da selva" — faziam parte da política de investimentos do TLC e favoreciam a concessão de territórios amazônicos a empresas de petróleo, gás e mineração, bem como o cerceamento dos direitos das comunidades indígenas.

Segundo a organização não governamental (ONG) *Save America's Forests*, entre 2006 e 2009, "o número de hectares concedidos a empresas de petróleo e gás na região passou de 15 a 72%. Inclusive, uma mineradora (Afrodite) pretendia ocupar uma área legalmente protegida, o que despertou a revolta dos moradores" (JIMÉNEZ, 2009). Em um artigo de jornal, o presidente García referiu-se aos moradores da região como os "cachorros do jardineiro", pois considerava que dar a propriedade de grandes lotes da Amazônia para grandes empresas lhes daria lucro, mas também criaria centenas de milhares de empregos formais para os peruanos que vivem nas áreas mais pobres. As tensões levaram à eclosão de incidentes na região amazonense de Bagua (PÉREZ, 2007).

Em 5 de junho de 2009, agentes da Direção Nacional de Operações Especiais (Dinoes),

com o apoio das Forças Armadas, entraram em confronto com centenas de nativos que se haviam entrincheirado por mais de 50 dias, ocasionando 33 mortes, incluindo 23 policiais e indígenas Awajun e Wampís, centenas de feridos e graves violações de direitos humanos. O processo de investigação durou mais de sete anos e culminou em 22 de setembro de 2016 com a absolvição de todas as acusações aos indígenas. A decisão foi unânime.

Em novembro de 2018, a justiça peruana proibiu o ex-presidente de deixar o país por 18 meses no âmbito de uma investigação sobre suposta lavagem de dinheiro e conluio agravado, derivada do caso de corrupção da construtora Odebrecht, vencedora da licitação da linha 1 do metrô de Lima. Dias depois, García Pérez tentou pedir asilo na Embaixada do Uruguai, opção que foi rejeitada. Em 19 de abril de 2019, cometeu suicídio no momento em que um promotor e a polícia chegavam a sua casa para levá-lo à prisão preventiva por dez dias como parte da investigação.

O apoio das forças políticas de esquerda levou à presidência **Ollanta Humala (2011-2016)**. Depois de três meses de governo, foi cooptado por grupos do poder econômico e desfez-se de seu gabinete composto por políticos e técnicos que haviam apoiado sua campanha e elaborado seu plano de governo. Humala, que havia vencido as eleições contra Keiko Fujimori, filha de Alberto Fujimori, colocou o modelo econômico no piloto automático, nas mãos de tecnocratas que exercem o poder político. No entanto, deu atenção à inclusão social. Criou o Ministério da Inclusão Social e alguns programas, como *Pensión 65*, *Beca 18*, *Qali Warma*, *Cuna Más* e *Haku Wiñay*. Outro fato importante de seu governo foi a aprovação da lei de consulta prévia para cumprir a Convenção 69 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, com altos e baixos, continua a ser aplicada. No plano da política externa, manteve, ao menos como discurso, uma posição mais latino-americanista.

Em julho de 2017, o Poder Judiciário ditou 18 meses de prisão preventiva para o ex-presidente Ollanta Humala e sua esposa Nadine Heredia. Ambos são indiciados por supostos delitos de lavagem de dinheiro, pelas contribuições recebidas pelo Partido Nacionalista por parte do governo da Venezuela para a primeira campanha de 2006 e das construtoras OAS e Odebrecht para a campanha de 2011; além disso, por associação ilícita para cometer um crime em prejuízo do Estado peruano. Em maio de 2018, o Tribunal Constitucional determinou a liberação de ambos até a emissão da sentença.

Um governo de direita sem controle do Congresso

Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018) foi eleito presidente em segundo turno, com o apoio da líder da esquerdista Frente Ampla, Verónika Mendoza, que ficou em terceiro lugar, muito perto de Kuczynski. Graças a esse apoio para barrar o caminho ao fujimorismo, Kuczynski conseguiu derrotar Keiko Fujimori por apenas 0,2% dos votos. Durante os vinte meses que durou seu governo, Kuczynski formou um gabinete "técnico", composto por importantes empresários e representantes do mundo financeiro sem experiência política. Essa imperícia o impediu de enfrentar a Força Popular, o avassalador partido de Keiko Fujimori, que detinha a maioria no Congresso. Durante o curto governo de Kuczynski, Força Popular não cedeu em suas tentativas de enfraquecê-lo, apesar de representarem o mesmo modelo econômico. Keiko nunca se conformou com a derrota em junho de 2016, nem com a anterior, também em segundo turno, contra Ollanta Humala.

Em dezembro de 2017, a Força Popular aderiu à moção de vacância presidencial por incapacidade moral apresentada pela esquerdista Frente Ampla, já que a Comissão Lava-Jato do Congresso tinha obtido evidências que revelavam que Kuczynski recebera dinheiro da Odebrecht por meio das empresas First Capital e Westfield Capital — esta última, de sua propriedade — quando foi duas vezes ministro da Economia e uma vez primeiro-ministro no governo do ex-presidente foragido Alejandro Toledo. Para evitar a vacância, Kuczynski negociou o indulto ao ex-presidente Alberto Fujimori com seu filho Kenji, congressista do mesmo partido

de sua irmã Keiko. De maneira surpreendente, Kenji conseguiu que dez parlamentares da Força Popular se abstivessem na votação final, evitando a vacância. Assim, em plena véspera de Natal, 72 horas após o respaldo de Kenji e seus autodenominados *avengers* ("vingadores"), Kuczynski indultou Alberto Fujimori, utilizando um conjunto de procedimentos seriamente questionados para apresentá-lo como um perdão humanitário. Essa negociação, feita pelas costas da irmã, enfureceu Keiko Fujimori que, embora não o dissesse, preferia que o pai estivesse preso.

O então presidente não só perdoou a sentença de 25 anos que Fujimori estava cumprindo na prisão por violações aos direitos humanos, como também lhe concedeu um direito de graça para que não pudesse ser julgado nos processos ainda pendentes nos quais se julgam os responsáveis pelo assassinato de seis pessoas em 1992. Seus eleitores qualificaram essas medidas de traição, principalmente a esquerdista Frente Ampla, ao descumprir a promessa de campanha que lhe havia permitido derrotar Keiko Fujimori no segundo turno eleitoral.

Os familiares das vítimas assassinadas solicitaram à Corte Interamericana de Direitos Humanos que revogasse o indulto concedido, como parte de seu trabalho de supervisão de outras sentenças. Por sua vez, a Sala Penal Nacional do Poder Judiciário rejeitou, em fevereiro de 2018, o direito de graça concedido a Fujimori. Deveria, portanto, prosseguir o processo no qual ele é acusado de autoria mediata do crime contra os seis comuneiros; a pena solicitada é de 25 anos de prisão.

O surgimento de novos documentos e de um relatório da Unidade de Inteligência Financeira que mostrou como as empresas First Capital e Westfield Capital recebiam verbas de fornecedores do Estado, inclusive a Odebrecht, enquanto Kuczynski exercia cargos públicos relevantes, além da confirmação do ex-representante da Odebrecht no Peru, Jorge Barata, de ter fornecido fundos para a campanha eleitoral de 2011 de Kuczynski por meio da então embaixadora no Reino Unido, determinou a apresentação de uma nova moção multipartidária para declarar vacante a presidência. No entanto, ele renunciou em 21 de março, antes que ocorresse a vacância, diante das evidências mostradas em vídeos apresentados pela Força Popular.

Nesses vídeos é possível ver como Kenji Fujimori e dois congressistas de seu grupo de *avengers* incitam, em nome do governo, um deputado da Força Popular (do bando de sua irmã Keiko), Moisés Mamani, a votar contra a vacância presidencial em troca da aprovação de obras para Puno, sua região de origem, nas quais ele poderia receber pelo menos 5% de "dinheiro fresquinho", além de poder nomear pessoas importantes de sua confiança para cargos públicos para ter o controle político de sua região. Também se divulga um áudio em que o ministro dos Transportes e Comunicações, Bruno Giuffra, pactua com este uma reunião na residência de Kuczynski, dizendo "você já sabe como é a noz".

Mas a "noz" explodiu na cara do governo como uma granada. Não imaginaram que o congressista desconhecido, Moisés Mamani, era um perito em técnicas de segurança e espionagem e que, no melhor estilo Fujimori-Montesinos, havia instalado uma armadilha para seus subornadores. É nesse cenário que Kuczynski renuncia à presidência, então assumida por seu vice-presidente, Martín Vizcarra (RUIZ CARO, 2018).

Kenji Fujimori e os dois parlamentares que tentaram subornar Mamani foram desaforados do Congresso em junho de 2018 e, em 3 de outubro de 2018, o Poder Judiciário determinou a anulação do indulto ao ex-presidente Fujimori e seu reingresso à penitenciária. Desde abril de 2018, Kuczynski cumpre prisão domiciliar por 36 meses como parte da investigação do caso Odebrecht, devido aos contratos que sua empresa, Westfield Capital, assinou com a construtora brasileira durante o governo de Alejandro Toledo.

Por outro lado, em outubro do mesmo ano, o Judiciário decretou a prisão preventiva por 36 meses de Keiko Fujimori, junto com 19 pessoas ligadas ao seu partido, Força Popular. Eram investigados por suposta lavagem de dinheiro, fruto de contribuições irregulares à sua campanha eleitoral de 2006

e 2011 por importantes empresas peruanas, assim como da brasileira Odebrecht e obstrução à justiça, entre outros delitos.

Em novembro de 2019, depois de estar detida por mais de um ano, o Tribunal Constitucional declarou procedente um recurso judicial visando à liberdade de Keiko Fujimori, o qual foi concedido com restrições. Dois meses depois, em janeiro de 2020, voltou à prisão por uma ordem de prisão preventiva de 15 meses enquanto a investigação continuava. Em maio de 2020, um tribunal de apelações concedeu-lhe liberdade sob fiança devido ao risco de contrair covid-19. As investigações continuam em curso.

A presidência de Vizcarra (2018-2020) e a dissolução do Congresso

Martín Vizcarra assumiu a presidência em 23 de março de 2018. Propôs aos congressistas um pacto social para combater a corrupção e exortou que se colocasse um ponto final à política de confronto que propiciava a instabilidade e agitação institucional que se vivia desde o início do governo Kuczynski. Vizcarra assumiu o comando do governo com a aceitação do fujimorismo, porque finalmente se conseguira retirar da presidência aquele que, com o apoio da esquerda no segundo turno, ganhara a presidência de sua rival, Keiko Fujimori, por uma diferença mínima.

Mas as tensões com o Congresso, no qual o partido Força Popular tinha maioria, não cessaram. Alguns eventos o distanciaram de Vizcarra, como a aprovação do regulamento da Lei de Alimentação Saudável, que obriga todos os produtos processados no Peru a ter um rótulo em forma de octógono com informações sobre o conteúdo elevado de açúcar, sódio, gordura saturada ou gordura trans (OCTÓGONOS..., 2019). O fujimorismo opôs-se fortemente devido à sua estreita relação com a Sociedade Nacional de Indústrias, que buscava a revogação da norma. Mais tarde se soube que Keiko Fujimori havia recebido milhões de dólares para revogar a lei por meio de seus correligionários no Congresso. Também os distanciou a apresentação, pelo Poder Executivo, de uma ação de inconstitucionalidade contra uma lei aprovada pelo Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) — partido do falecido Alan García — e pela Força Popular (de Keiko Fujimori) que proibia a publicidade do Estado em meios privados.

Mas o fator determinante deu-se em julho daquele ano, quando foram descobertos os áudios dos chamados Colarinhos Brancos do Porto, que mostravam a existência de uma rede criminosa que incluía membros do Conselho Nacional de Magistratura — entidade que designa e destitui juízes e procuradores —, do Tribunal Superior de Callao e de vários juízes e procuradores supremos, bem como muitos outros de menor hierarquia, além de políticos. Os áudios mostraram sua estreita relação com o fujimorismo e com um setor do Apra.

O escândalo foi enorme, e o governo nomeou uma comissão que, no prazo de três semanas, armou propostas para a reformar a justiça, apresentadas por Vizcarra em 28 de julho de 2018 em sua mensagem à nação, juntamente com reformas políticas como a não reeleição imediata de congressistas, o retorno ao bicameralismo e a regulação do financiamento dos partidos políticos. O conflito com o fujimorismo se intensificou, mas a pressão de Vizcarra e dos cidadãos foi tão grande que se viram forçados a aprovar as reformas no Congresso — embora alterando trechos de algumas delas — em prazos suficientes para a realização do referendo determinado pela Constituição quando se trata de modificações na Carta Política. O referendo foi convocado para 9 de dezembro de 2018 e resultou em reformas constitucionais em alguns desses aspectos.

Após o referendo, em que obteve um decidido apoio, Vizcarra nomeou a chamada Comissão Tuesta para aprofundar a reforma política, o que resultou na apresentação de 12 projetos para aprovação do Congresso, que os ignorou. O presidente optou por insistir em pelo menos seis deles e obteve a aprovação de quatro projetos relacionados aos partidos políticos: novas regras para seu registro, financiamento indevido e democracia interna, bem como paridade (igual número de homens e mulheres) e alternân-

cia (um homem, uma mulher nas candidaturas).

Em meio à discussão dessas reformas, iniciou-se a investigação dos Colarinhos Brancos, e os cidadãos testemunharam a descarada blindagem do fujimorismo e do Apra aos acusados, já que, por se tratarem de cargos altos, era necessário que o Congresso afastasse sua imunidade para que pudessem ser processados pelo Ministério Público. A aliança dessas duas forças políticas data do segundo governo de Alan García (2006-2011), quando este ganhou as eleições, no segundo turno, contra Ollanta Humala, e fortaleceu-se no início do governo Kuczynski com o objetivo de encobrir seus líderes e obstruir as investigações de corrupção.

Em setembro de 2019, a bancada fujimorista, em aliança com o Apra, decidiu eleger, em tempo recorde e na medida dos seus interesses, seis dos sete membros do Tribunal Constitucional, órgão máximo de interpretação da constitucionalidade das normas e atos no Peru, cujos mandatos haviam expirado. Caberia a esse Tribunal decidir muito em breve a libertação de Keiko Fujimori, que se encontrava em prisão preventiva. Sem tempo para que os cidadãos conhecessem os candidatos ou apresentassem suas contestações, o presidente do Congresso convocou o plenário para nomear um novo Tribunal Constitucional na primeira hora do dia 30 de setembro.

Para evitar essa manipulação na nomeação dos magistrados, o presidente Vizcarra decidiu enviar um projeto de lei ao Congresso para aprovar a modificação dos procedimentos para sua eleição. Ele argumentou que a falta de participação e transparência no processo seletivo afetava o combate à corrupção. E anunciou que faria *questão de confiança* a esse respeito.

A *questão de confiança* é um mecanismo constitucional pelo qual o Poder Executivo pode consultar o Congresso sobre uma matéria que julgar conveniente, caso conte com sua confiança para continuar governando. Se o Congresso negar a confiança ao presidente do Conselho de Ministros, todo o gabinete ministerial deve renunciar e ser recomposto. Quando rejeitada pela segunda vez no mesmo período presidencial, o presidente pode dissolver o Parlamento e convocar imediatamente novas eleições parlamentares. O Congresso já havia negado confiança ao gabinete presidido por Fernando Zavala em 2017.

Assim, a decisão de Vizcarra de apresentar uma questão de confiança sobre o mecanismo de eleição dos magistrados do Tribunal Constitucional implicava forte pressão. Caso o Congresso não a aprovasse, o presidente teria a faculdade de fechá-lo. Era, pois, urgente que a questão de confiança fosse apresentada pelo presidente do Conselho de Ministros antes da eleição dos magistrados. Era a última carta que restava para impedir que o fujimorismo, em aliança com o Apra, controlasse o Tribunal Constitucional.

É nessas circunstâncias que Vizcarra, em um ato estritamente constitucional, dissolve o Congresso da República e convoca eleições legislativas para 26 de janeiro de 2020. Os deputados eleitos deveriam completar o mandato dos destituídos até 28 de julho de 2021 e não poderiam ser reeleitos. Vizcarra não liderava nenhum partido político e, portanto, não tinha representantes no Congresso. Com a medida, pôs fim a uma relação insustentável entre seu governo e o Congresso da República, com esmagadora maioria da aliança entre o Apra e o partido dos Fujimori, Força Popular, cuja atuação prepotente e obstrucionista boicotava permanentemente a gestão do Executivo, impedindo a execução das propostas de reforma política e judiciária apresentadas por este e tentando assumir outros poderes do Estado e sabotar as investigações dos casos de corrupção, especialmente aqueles vinculados às operações conhecidas como Lava-Jato e Colarinhos Brancos do Porto (RUIZ CARO, 2019).

O golpe de Estado contra Vizcarra

O novo Congresso instalado em março de 2020 é o que declarou vacante a presidência de Martín Vizcarra no passado 9 de novembro quando faltavam apenas cinco meses para as eleições presidenciais e parlamentares que já haviam sido convocadas. A primeira tentativa de vacância, em setembro, não obtivera votos suficientes. Os congressistas

aproveitaram a figura imprecisa da vacância por "incapacidade moral permanente", prevista no artigo 113 da Constituição, para destituir o presidente com base em alegações de aspirantes a colaboradores eficazes que apontavam que Vizcarra recebeu subornos quando era governador de Moquegua (2011-2014), uma região no sul do Peru. As acusações estavam sendo investigadas pelo Ministério Público.

A Constituição do Peru não prevê a vacância por delito enquanto o presidente estiver cumprindo mandato. Somente pode ocorrer a destituição do cargo por traição à pátria; por impedir eleições presidenciais, parlamentares, regionais ou municipais; por dissolver o Congresso — exceto nos casos previstos no artigo 134 da Constituição, utilizado por Vizcarra; e por impedir sua reunião ou funcionamento. A vacância foi, portanto, ilegítima (RUIZ CARO, 2020a).

Em substituição a Vizcarra, Manuel Merino de Lama, um obscuro congressista do partido de centro-direita Ação Popular, assumiu a presidência na qualidade de presidente do Congresso. Até mesmo a OEA não reconheceu esse presidente e condicionou seu reconhecimento à decisão do Tribunal Constitucional.

Por trás da vacância de Vizcarra havia um conjunto de interesses espúrios dos congressistas, que necessitavam um novo gabinete e um novo presidente, que não se opusesse a seus projetos de lei. A questão que mais preocupava o Congresso era a substituição de seis dos sete magistrados do Tribunal Constitucional — cujos mandatos haviam expirado — de acordo com seus interesses. Além disso, a postergação das eleições para manter a imunidade parlamentar. Sessenta e oito parlamentares, do total de 130 que conformam o Congresso unicameral da República, têm julgamentos pendentes.

Outra questão que interessava ao Congresso, assim como ao Gabinete presidido por Merino, consistia em modificar a reforma universitária e permitir que as universidades privadas continuassem a proliferar sem padrões de qualidade. Nos cinco anos anteriores, 47 universidades haviam sido fechadas por descumprimento de padrões mínimos. Vários dos dirigentes dos grupos políticos que promoveram o afastamento de Vizcarra eram proprietários, autoridades ou professores desses estabelecimentos e tentavam utilizar o Parlamento para retirar poderes ao órgão de fiscalização das universidades.

Assim que assumiu o cargo, o novo presidente do Conselho de Ministros nomeado por Merino, Antero Flores-Aráoz, advogado desse tipo de universidades, anunciou que aquelas que não tiveram suas licenças aprovadas deveriam ter uma segunda oportunidade. Os mesmos interesses tinham os fujimoristas, que tinham recebido financiamento e candidatos dessas universidades. O governo de Alberto Fujimori havia estendido as medidas neoliberais ao campo da educação, especialmente com a criação de universidades privadas, um negócio muito lucrativo. Os requisitos para sua constituição foram flexibilizados, e estas proliferaram como lojas de doces.

Aos integrantes de outros partidos, como a Aliança para o Progresso (APP), por exemplo, interessava incentivar a mineração ilegal e enfraquecer as normas de qualidade ambiental. Assim, nos poucos dias que durou o governo Merino, chegaram a apresentar um projeto de lei para modificar a Lei do Sistema Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental.

Mas Merino e seu gabinete não tiveram a oportunidade de atingir seus objetivos. O protesto dos cidadãos forçou-os a renunciar em menos de uma semana (RUIZ CARO, 2020b). Antes do golpe, Vizcarra tinha 50% de aprovação e 80% dos cidadãos rejeitavam a possibilidade de vacância. No meio de uma pandemia, e já convocadas as eleições gerais para o dia 11 de abril, a opinião pública considerava que Vizcarra deveria ser julgado após seu mandato.

Os protestos sociais realizados simultaneamente em todo o país para derrubar o governo golpista foram organizados por jovens, a maioria deles com menos de 30 anos, unidos pelo fato de terem nascido sob a aura de corrupção de todos os governos, a começar por Fujimori, e pelas informações que compartilham nas redes sociais. Foram eles que saíram às ruas, mas ao mesmo tempo conseguiram articular e vincular outras gerações por meio de pa-

nelaços e buzinaços em horários determinados por eles.

Essa não foi a primeira vez que os jovens demonstraram e alcançaram os fins que perseguiam. No final de 2014, durante o governo de Ollanta Humala, foi alterada a lei de trabalho juvenil, cujo objetivo era que jovens de 18 a 25 anos ingressassem no mercado de trabalho formal, mas sem benefícios trabalhistas como reconhecimento de gratificações, compensação por tempo de serviços e férias. Os protestos maciços dos chamados "pulpines", em alusão à marca de jogos infantis Pulp, conseguiram reverter a lei, que foi batizada nas ruas de Lei Pulpin.

A militância partidária lhes é tão alheia como lhes é próxima a conexão *online* por meio da qual se informam, se coordenam e se reúnem. A chamada Geração do Bicentenário, em referência ao bicentenário da independência do Peru, é a artífice de lemas como "Ninguém nos cala", "Fora, velhos lésbicos[1]", "Peru, não durma nunca mais", entre outros.

Durante as manifestações, a polícia reprimiu brutalmente jovens agachados atrás de seus cartazes de papelão para se protegerem das balas de metal e bombas de gás lacrimogêneo que tiraram a vida de dois estudantes, de 22 e 24 anos. Então, com mais de uma centena de feridos, alguns gravemente, começaram as renúncias dos ministros nomeados apenas três dias antes pelo novo presidente, Merino de Lama.

Sem gabinete e sem mesa diretora no Congresso — seus membros também renunciaram —, Merino não teve escolha a não ser fazer o mesmo. O país mergulhou em um vácuo de poder que foi resolvido considerando os nomes dos 19 parlamentares que votaram contra a vacância para formar uma nova mesa diretora no Congresso. Seu presidente assumiria imediatamente a presidência da República até 28 de julho de 2021. O escolhido foi Francisco Sagasti Hochhausler, das fileiras do Partido Morado, único grupo político que votou em bloco contra a vacância. Convertido no terceiro presidente em uma semana, Sagasti assumiu o cargo em 17 de novembro.

Liberal de centro, com uma trajetória acadêmica e profissional impecável — vinculada à inovação, ao desenvolvimento tecnológico e ao planejamento estratégico —, esse engenheiro industrial de 76 anos formou um gabinete de ampla base, a maioria com experiência no setor público. Durante seu discurso ao assumir a presidência, Sagasti saudou a vocação de protesto dos jovens e, em nome do Estado, pediu perdão aos familiares dos falecidos e feridos. Reconheceu que "nossa classe política não soube escutar e responder às aspirações legítimas da grande maioria dos peruanos de receber igualdade de tratamento e oportunidades". Ele acrescentou que os jovens se tornaram os protagonistas deste grande movimento que exige representação e espaços de participação política. Prometeu que não haveria impunidade para os responsáveis pelas ações violentas sofridas pelos manifestantes. A procuradora da nação já abriu uma investigação. O ex-presidente Merino, o ex-presidente do Conselho de Ministros, o ex-ministro do Interior e todo o comando policial estão implicados em processos penais por diversos crimes (homicídio, sequestro qualificado e ferimentos leves e graves) que acarretam penas severas.

As palavras do presidente designado para governar até 28 de julho, quando entregará o comando ao candidato eleito em abril, foram recebidas pelos jovens que faziam vigília nas ruas — e pelos cidadãos em geral — como uma luz de esperança em meio às trevas da semana de protestos contra o breve governo de Manuel Merino. Mas isso não durou muito.

Em 19 de novembro, o Tribunal Constitucional tomou a lamentável decisão de não se pronunciar nem dar conteúdo ao impreciso conceito de "incapacidade moral permanente", motivo da vacância de Martín Vizcarra. Com essa decisão, perdeu-se a oportunidade histórica de emitir uma sentença que definisse claramente o conceito e, assim, evitar seu uso arbitrário. Ao não se pronunciar, deixou nas mãos do Congresso uma ferramenta poderosa para destituir qualquer presidente que não tenha maioria no Congresso. Além disso, deu mais um elemento àqueles cidadãos que consideram necessário redigir uma nova Constituição que modifique o capítulo econômico

e elimine o papel subsidiário do Estado na atividade empresarial.

Os presidentes mudam, o modelo econômico não

O "sucesso" do Peru foi ter mantido invariável o modelo econômico neoliberal. Equilíbrio das contas fiscais e macroeconômicas, atração de investimentos sem qualquer orientação eram os lemas que uma tecnocracia eficiente conseguiu manter em ordem. O resto era feito pelo mercado, com uma pequena ajuda da receita do narcotráfico e da venda ilegal de ouro. Agências de classificação de risco, organizações financeiras multilaterais e grupos de poder econômico local celebravam o caminho de desenvolvimento que o Peru havia encontrado. Consideravam que, para garantir o crescimento, a economia devia ser colocada em piloto automático. A política não era importante, desde que o modelo não mudasse. E assim foi feito. A penetração dos infalíveis tecnocratas e burocratas no aparato estatal e seus graus de interconexão sempre conseguiram se impor aos partidos políticos.

Os mais de 20 tratados de livre comércio assinados a partir de 2005 consolidaram esse modelo, pondo um cadeado na política econômica vigente. O poder financeiro internacional considerou esses tratados internacionais como garantia de estabilidade e responsabilidade na gestão econômica. Assim, em torno desses preceitos, Peru, Chile, Colômbia e México, considerados países estrela, formaram a Aliança do Pacífico em 2011.

Por trás dos fogos de artifício do poder midiático, a desigualdade tornou-se mais aguda. O Peru é provavelmente o caso mais extremo, em que os gastos sociais foram relegados à sua expressão mínima. A informalidade foi a forma que 72% dos trabalhadores encontraram para sobreviver em uma sociedade governada por poucas famílias por meio das lideranças políticas da vez, alinhadas com seus interesses. Os trabalhadores do setor informal estão excluídos do sistema de seguridade social, e seu nível de inclusão financeira é mínimo. O Estado não tem um cadastro adequado das pessoas pertencentes a esse setor, nem daquelas mais vulneráveis.

Os princípios que converteram o Estado em uma entidade liliputiana foram consagrados na citada Constituição de 1993, promovida por Alberto Fujimori. O ex-presidente não só se desprendeu das empresas públicas, como também favoreceu a expansão do setor privado nas áreas de saúde e educação, tornando-as um negócio atraente, enquanto reduzia os gastos do governo com esses serviços. Assim, criou saúde e educação de primeiro mundo para alguns poucos e sistemas precários para a vasta maioria da população (RUIZ CARO, 2020c).

A falta de investimento em serviços sociais é a outra face da força das finanças públicas. O país tem reservas internacionais líquidas de mais de 70 bilhões de dólares, dívida pública de 27% do Produto Interno Bruto (PIB), baixa inflação, uma das moedas menos voláteis da região e, antes da pandemia, déficit fiscal inferior a 2%. No entanto, este último é resultado de um baixo nível de gastos correntes e investimentos, entre os quais aparecem em primeira linha os setores de saúde, educação e infraestrutura social. O gasto público com saúde é um dos mais baixos da região e explica a precariedade dos serviços de atenção primária à saúde e a insuficiente capacidade hospitalar do país. O Peru é o segundo país com mais casos de tuberculose na América Latina; o terceiro com as maiores taxas de anemia infantil (34%), precedido apenas por Haiti e Bolívia; e está entre os sete países com os maiores níveis de desnutrição infantil crônica (15%).

A solidez macroeconômica e a estabilidade jurídica oferecidas às grandes empresas durante as três décadas desse modelo começam a mostrar suas fragilidades. Como na história *A roupa nova do imperador*, de Hans Christian Andersen, o esgotamento do modelo econômico neoliberal, a catástrofe sanitária decorrente da covid-19, a insolência com que se deu um golpe nas circunstâncias descritas e os tentáculos da corrupção propagados desde 2016 despiram um Estado vestido de ilusória eficiência, que esconde uma profunda desigualdade e uma população vulnerável e excluída dos serviços básicos. Esses fatores são, por sua vez, a causa da crise

do regime político e da falta de representatividade dos cidadãos no sistema partidário.

As manifestações de jovens sem militância partidária que saíram às ruas e derrubaram um governo usurpador despertaram uma eclosão de reivindicações salariais e de direitos trabalhistas, reprimidas por anos, em diferentes setores produtivos que se manifestam com bloqueios de estradas em diferentes áreas do país, o que deixou feridos e novas mortes. Aos conflitos latentes do setor de mineração, disseminados por todo o Peru, recentemente se acrescentaram os do setor agroexportador.

A crise sanitária e econômica evidenciada pela pandemia deu mostras ostensivas do esgotamento do modelo econômico neoliberal e da necessidade de uma maior presença do Estado. A implementação de Parcerias Público-Privadas como esquema de desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura tem sido uma fonte imensurável de corrupção. A questão da reforma constitucional, tanto no capítulo econômico quanto no regime político, antes mencionada apenas pelos partidos de esquerda, hoje faz parte da agenda política nacional.

Isso ocorre em um cenário de crise dos partidos políticos que não representam os cidadãos e são apenas conchas, uma espécie de barriga de aluguel ou franquia de grupos com interesses definidos (universidades, mineradoras ilegais, entre outros), que procuram candidatos para chegar ao Congresso. Não apenas não representam a população, como também não prestam contas a ninguém. Não surpreendentemente, o Peru é um dos países com menor confiança no sistema político: de acordo com o Barômetro das Américas, o apoio à democracia caiu de 63% em 2008 para 49% em 2019, um dos mais baixos do continente.

Notas

[1] Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (desco) – Peru

[2] Ver Cállese viejo lesbiano Merino / Antero Flores-Araoz - Marcha Perú 12 de noviembre. *YouTube*, 12 nov. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uw1dJZog18o.

Referências

JIMÉNEZ, B. Los perros del hortelano muerden a Alan García. *Diario El Mundo*, Madri, 11 jun. 2019. Disponível em: https://www.elmundo.es/elmundo/2009/06/11/internacional/1244692437.html.

OCTÓGONOS: Estos son los productos que los peruanos dejarían de consumir con el etiquetado. *Radio Programas del Perú*, Lima, 25 abr. 2019. Disponível em: https://rpp.pe/economia/economia/octogonos-estos-son-los-productos-que-seran-mas-afectados-con-el-etiquetado-noticia-1193606.

PARRA, F. Los controversiales años de Alberto Fujimori en Chile. elDesconcierto, Santiago do Chile, 27 dez. 2017. Disponível em: https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2017/12/27/los-controversiales-anos-de-alberto-fujimori-en-chile.html.

PÉREZ, A. G. El síndrome del perro hortelano. *Diario El Comercio*, Lima, 28 out. 2007. Disponível em: https://indigenasdelperu.files.wordpress.com/2015/09/26539211-alan-garcia-perez-y-el-perro-del-hortelano.pdf.

RUIZ CARO, A. El proceso de privatizaciones en el Perú durante el período 1991-2002. *Serie Gestión Pública* n. 22, Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), 2002. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/7273.

_____. Pedro Pablo Kuczynski: tú sabes cómo es la nuez. The Americas Program, Washington D.C., 27 mar. 2018. Disponível em: https://www.americas.org/es/pedro-pablo-kuczynski-tu-sabes-como-es-la-nuez/.

_____. La disolución del Congreso en Perú, un paso adelante en la lucha contra la corrupción. The Americas Program, Washington D.C., 21 out. 2019. Disponível em: https://www.americas.org/es/la-disolucion-del-congreso-en-peru-es-un-paso-adelante-en-la-lucha-contra-la-corrupcion/.

_____. Cuando morir es mejor que vivir. El Cohete a la luna, Buenos Aires, 12 jul. 2020a. Disponível em: https://www.elcohetealaluna.com/cuando-morir-es-mejor-que-vivir/.

_____. Golpe de Estado en el Perú. El Cohete a la luna, Buenos Aires, 15 nov. 2020b. Disponível em: https://www.elcohetealaluna.com/golpe-de-estado-en-peru/.

_____. Cómo la protesta popular revirtió el golpe de Estado en el Perú. The Americas Program, Washington D.C., 25 nov. 2020c. Disponível em: https://www.americas.org/es/como-la-protesta-popular-revirtio-el-golpe-de-estado-en-el-peru/.

Carolina Jiménez Martín[1]

Crise hegemônica e mobilizações sociais em Nossa América - Uma perspectiva do caso colombiano

Apresentação

Nos últimos anos, testemunhamos o desenrolar de um importante processo de mobilização social em Nossa América. Diversas expressões do movimento popular têm saído às ruas para manifestar seu repúdio à desapropriação, ao autoritarismo, à violência e à precarização das condições de vida de que é vítima o povo latino-americano. Lembremos, entre outras, as mobilizações realizadas durante 2019 no Haiti, no Equador, no Chile, na Colômbia, na Costa Rica, na Argentina e no México, e retomadas, apesar do cenário de confinamento derivado da pandemia de covid-19, durante o segundo semestre de 2020.

Apesar da diversidade das demandas e do alcance estratégico dessas lutas sociais, é possível afirmar que elas expressam uma resistência social, popular, étnica, camponesa, juvenil e feminista à hegemonia do modelo neoliberal e à forma de gestão da crise do capitalismo mundial. Por essa razão, foram violentamente reprimidas pelas forças armadas do Estado, deixando um saldo dramático em termos de violações dos direitos humanos.

As lutas sociais vividas na Colômbia desde 21 de novembro de 2019 se inscrevem nesse cenário. Diversas expressões do movimento social, popular e sindical tomaram as ruas para expressar sua rejeição ao governo de Iván Duque, especialmente à sua política de guerra, criminalização do protesto e defesa do neoliberalismo. Entre os elementos articuladores da disputa estão: a rejeição do chamado "pacotão neoliberal"; a reivindicação do direito à paz, da defesa da vida e do cumprimento dos acordos de Havana; o cuidado dos bens comuns e a defesa da natureza; e o cumprimento dos acordos firmados em 2018 no quadro de uma ampla mobilização em defesa das universidades públicas.

Essas mobilizações denotam um novo momento do protesto e parecem indicar a abertura de um processo constituinte que recupera o agregado de lutas históricas pela construção de uma nova organização da vida para a Colômbia e Nossa América. Como em outros países da região, esse protesto pacífico e legítimo foi perseguido e criminalizado pelo governo nacional. A força pública reprimiu os manifestantes, violando o direito humano ao protesto. O terrorismo de Estado ganhou as ruas

e o saldo em termos de violação dos direitos humanos é alarmante. O presidente Iván Duque invisibilizou o alcance do que foi levantado nas ruas, ignorou as justas demandas da massa popular e se negou a construir cenários efetivos e com garantias para o diálogo e a negociação.

Assistimos, então, ao desenrolar de lutas de baixo para cima com importantes pretensões de promover transformações significativas na ordem social vigente. Assim, apesar das características fascistas da ação política de muitos governos de Nossa América[2], a vitalidade e a força das pessoas comuns abrem um cenário promissor para a construção de tempos melhores.

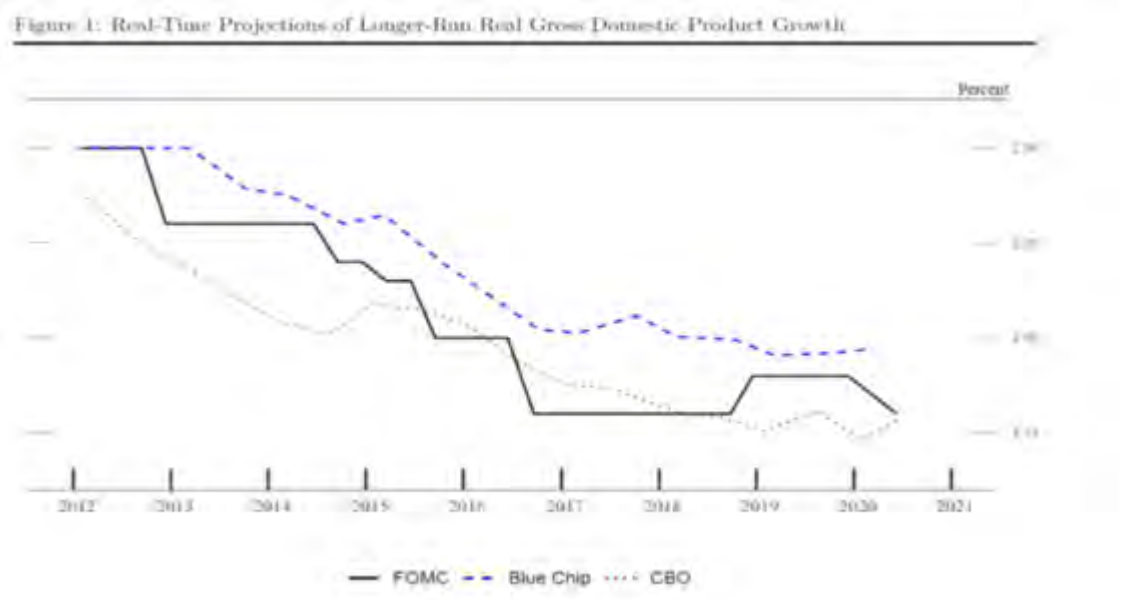
Considerando esse contexto, este artigo tem como objetivo propor algumas leituras sobre o amplo processo de mobilização social que a região atravessa há dois anos, com especial ênfase no caso colombiano, e avaliar as possibilidades disruptivas que delas advêm. A reflexão se inscreve no contexto da crise capitalista mundial e dos impactos desta na sustentabilidade do projeto hegemônico das classes dominantes.

O artigo está organizado em três momentos. O primeiro apresenta uma avaliação geral da gestão governamental dos Estados latino-americanos diante da crise do capitalismo mundial. O segundo momento coloca essa ação estatal em diálogo com as mobilizações sociais da região e suas agendas e repertórios de luta, com especial destaque para o caso colombiano. E, finalmente, apresentamos algumas conclusões gerais sobre as possibilidades sociais e políticas que se abrem na região.

Crise capitalista e consolidação de respostas ultraconservadoras

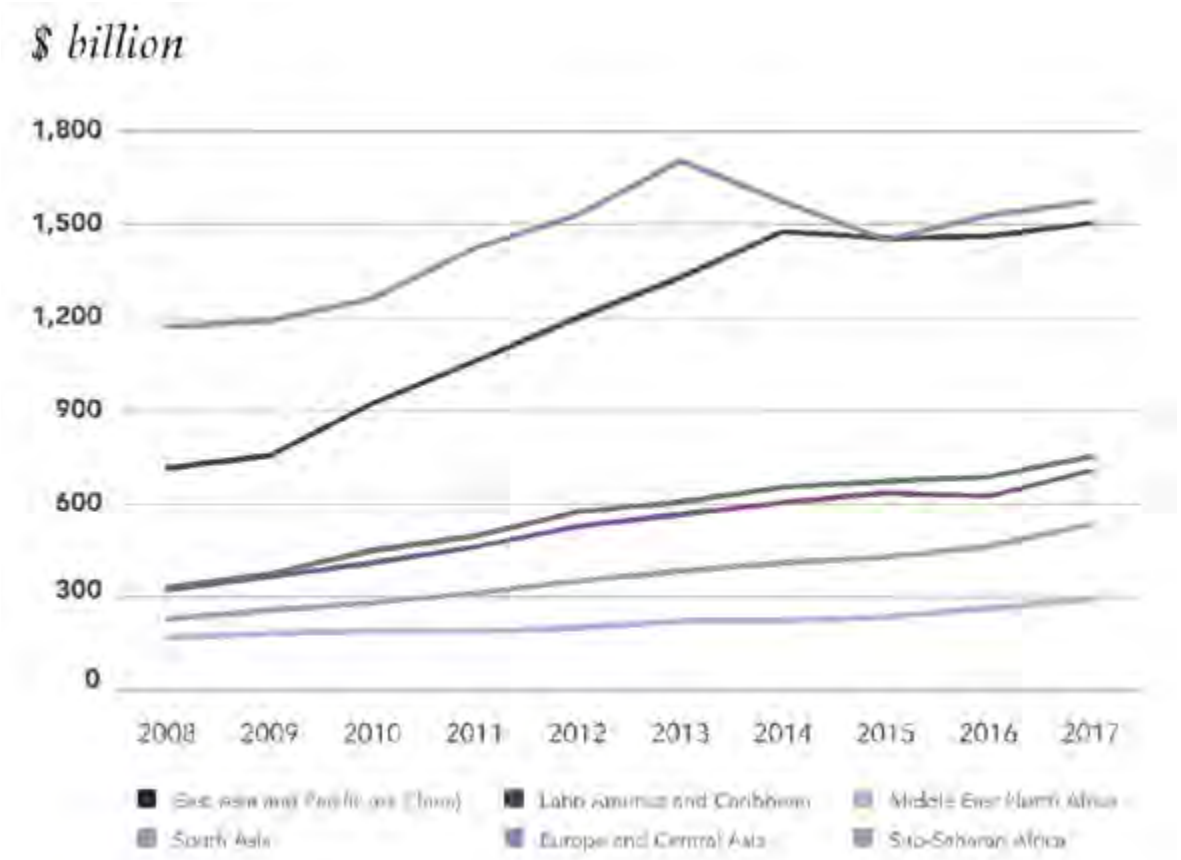
A crise capitalista de 2007 impactou profundamente a vida de milhões de pessoas em todo o planeta Terra. A queda nas taxas de crescimento econômico, o aumento exacerbado da dívida externa, o declínio dos preços das commodities e a redução na arrecadação fiscal dos Estados ampliaram as distâncias e exclusões sociais e aprofundaram os níveis de desigualdade no mundo todo. Como se pode observar no Gráfico 1, há uma queda significativa no crescimento econômico, que se correlaciona, conforme registrado no Gráfico 2, a um aumento da dívida externa.

Gráfico 1 – Projeções em tempo real do crescimento do produto interno bruto (PIB) em longo prazo



Fonte: Reserva Federal dos Estados Unidos (GAMBINA, 2020).

Gráfico 2 – Saldos de dívida externa: tendências regionais – 2008-2017



Fonte: Banco Mundial (2018).

As respostas à crise têm sido brutais. Na tentativa de resgatar o grande capital, castigaram-se os salários e as condições de reprodução da existência dos grupos sociais mais vulneráveis sob a ordem do capitalismo neoliberal: as classes trabalhadoras, as mulheres, os jovens, a população afrodescendente e indígena e os migrantes. Esse processo revelou que as condições de crise exacerbam o caráter racista, machista e espoliador das classes dominantes no poder.

Na América Latina e no Caribe, a crise teve profundo impacto nos gastos sociais e, consequentemente, levou ao aumento das taxas de pobreza (Gráfico 3). Diante da redução da arrecadação fiscal dos Estados, explicada principalmente pela queda abrupta nos preços das *commodities*, a decisão política foi cortar e flexibilizar as condições de trabalho (JIMÉNEZ, 2020). Esse cenário deu margem importante para os triunfos eleitorais dos governos de direita na região a partir de 2015, com Mauricio Macri na Argentina (2015-2019), Sebastián Piñera no Chile (2018-), Iván Duque na Colômbia (2018-), Jair Bolsonaro no Brasil (2019-), entre outros. Esses governos se alinharam às políticas fascistas promovidas pelo presidente estadunidense, Donald Trump (2017-2021).

Gráfico 3 – América Latina, evolução do PIB e da pobreza

Fonte: Cepal (GAMBINA, 2020).

Essa contraofensiva estratégica da direita na região acarretou o desdobramento de uma série de ações políticas que garantiram uma gestão conservadora e reacionária da crise capitalista mundial e da emergência sanitária de covid-19. O ideário da ação foi: socializar as perdas, concentrar os lucros, resgatar o grande capital e conter e criminalizar as resistências sociais.

Entre as ações políticas, econômicas e militares que caracterizam a gestão desses governos se destacam[3]:

• *Ajuste fiscal e cortes nos gastos públicos:* buscou-se resolver a redução da receita tributária por meio de cortes nos gastos públicos e transferência de custos sociais às classes trabalhadoras. Medidas como o aumento do preço do transporte público, eliminação dos subsídios aos combustíveis, cortes no sistema de educação e saúde e aumento das tarifas dos serviços públicos, vivenciadas no Chile, no Equador e na Argentina, ilustram essa situação.

• *Privilégio ao pagamento da dívida:* apesar da crise mundial, os governos têm mantido o pagamento oneroso da dívida externa, argumentando que isso permitirá avançar em uma estabilidade nominal (tipo de câmbio e inflação) das economias. No entanto, o aprofundamento da contração econômica levou até o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) a considerar que é necessário considerar alguns ajustes[4].

• *Reformas trabalhistas, previdenciárias e tributárias*: na Colômbia, foi proposta a promoção de uma reforma previdenciária que levasse a um aumento gradual da taxa de contribuição (de 16% para 20%). Para a reforma trabalhista, a Associação Nacional de Instituições Financeiras (Anif) propôs pagar à população jovem 75% do salário mínimo mensal vigente. No Brasil, está sendo promovida, desde julho de 2020, uma reforma tributária que unificaria impostos e desoneraria custos da mão de obra para os empresários.

• *Legislação via poderes de exceção:* esses governos de direita fizeram uso abusivo das figuras de exceção para legislar em detrimento dos processos democráticos e da autonomia da divisão de poderes. No caso colombiano, Uprinmy (2020) destaca que, em poucos meses, Duque expediu 115 decretos legislativos, ou seja, com força de lei, o que equivale a aproximadamente um terço de todos os 386 decretos legislativos expedidos durante os 20 anos da Constituição de 1991. Ninguém legislou tanto por decreto como este Governo.

No caso de El Salvador, o presidente Bukele promoveu a prisão de 1.200 pessoas por desacato ao confinamento, detenções essas que foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal de Justiça (VERDES, 2020).

• *Repressão e criminalização do protesto social:* esses governos de direita têm fortalecido a atuação das forças militares do Estado como medida de "preservação da ordem" e contenção do protesto social. Essa atuação tem promovido a violação sistemática dos direitos humanos da população e dos manifestantes e tem procurado conter o exercício do legítimo direito ao protesto social.

• *Militarização territorial e extensão do domínio imperialista dos Estados Unidos na região:* o presidente Donald Trump tentou recompor a geopolítica continental apoiado por esses governos de direita. Portanto, durante 2020, uma militarização (marítima, terrestre e aérea) foi promovida no Mar do Caribe e no Pacífico Oriental no âmbito das chamadas *Enhanced Counter-Narcotic Operations* (Operações Antinarcóticas Aprimoradas). Na Colômbia, essas ações de militarização foram apoiadas pelo destacamento de pessoal do Comando Sul no âmbito da chamada Assistência das Forças de Segurança para assessorar na "luta contra os narcóticos" (JIMÉNEZ; ESTRADA, 2020).

Dessa forma, os setores mais reacionários do bloco no poder buscam contornar a crise hegemônica com políticas de ajuste e austeridade, autoritarismo e contenção do protesto social. A esse respeito, Estrada, Jiménez e Puello (2020, p. 12-14) assinalam:

> O autoritarismo de nova geração registrado durante a segunda década deste milênio definitivamente se exacerbou. Figuras presidenciais emergentes, por via eleitoral ou pela inércia herdada dos "golpes brandos" institucionais, permitem uma rememoração direta das últimas (e mais sangrentas) ditaduras cívico-militares e dos governos autoritários que se impuseram na região. […] Essa matriz vem se fortalecendo, por um lado, no âmbito econômico, apesar de variações sutis conforme o caso, a partir da renovação – como menciona Ruy Mauro Marini – da antiga aliança técnico-militar na composição dos governos em cargos-chave (Brasil, Paraguai e Colômbia são exemplos paradigmáticos); essa questão tem incidido no restabelecimento de enfoques e referências em diferentes ações estatais com marcas autoritárias, próprias da doutrina de "segurança nacional" ou da recriação da "ameaça comunista", ao mesmo tempo que reforça o imaginário do Estado empreendedor, agora conduzido sem mediações, diretamente por empresários (a chamada "CEOcracia").

A gestão da crise capitalista em nível mundial revelou algumas fissuras no bloco de poder transnacionalizado. Por um lado, estão os setores mais reacionários, liderados por uma ala do Partido Republicano dos Estados Unidos, que promoveram uma gestão governamental que resguarda os interesses econômico-corporativos de uma fração da burguesia militar-industrial. Esse setor alentou um discurso ultranacionalista, xenófobo, racista, machista e aparentemente antiglobalização e defendeu a necessidade de promover ajustes na geometria do poder mundial para assegurar a contenção do poder chinês. A leitura proposta por Noam Chomsky sobre o governo de Donald Trump é ilustrativa quanto a essas questões:

> É bastante notório o serviço abjeto aos ricos por parte do Partido Republicano de Trump-McConnell, inclusive para os padrões neoliberais de exaltação da cobiça. Isso fica evidente no exemplo dado pelos principais especialistas em política fiscal, os economistas Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. Eles descrevem que, em 2018, após a fraude fiscal que pode ser considerada a única conquista legislativa de Trump-McConnell, "pela primeira vez nos últimos cem anos, bilionários pagaram menos [impostos] do que metalúrgicos, professores e aposentados", o que fez desaparecer "um século de história tributária". "Em 2018, pela primeira vez na história moderna dos Estados Unidos, o capital foi menos tributado do que o trabalho", o que constitui uma vitória realmente impressionante da guerra de classes, chamada de "liberdade" pela doutrina hegemônica. (CHOMSKY, 2020, p. 34-35)

Por outro lado, destaca-se um setor considerado mais heterodoxo dentro do bloco no poder, que, diante da magnitude da crise, sugeriu ajustes e certas concessões que não põem em xeque os eixos estruturais do modo de produção capitalista, mas que permitiriam recuperar a legitimidade, conter resistências e forjar um capitalismo com um rosto mais humano. Nessa linha encontramos setores do Partido Democrata, importantes conglomerados transnacio-

nais e acadêmicos proeminentes, como Stiglitz e Krugman.

> Precisamos de melhores regulações para proteger o meio ambiente e nos proteger contra a exploração, contra o poder do mercado em toda uma série de áreas onde ele não funciona. Depois, mais investimento público em educação, infraestrutura e tecnologia. É preciso mudar as regras da economia, que agora minam os direitos dos trabalhadores, aumentam o poder das corporações, permitem a poluição excessiva e que os diretores extraiam muito dinheiro das empresas. Precisamos de mais ação coletiva [...]. Ninguém esperava que ele fosse melhor do que é, mas sim que o Partido Republicano o controlasse. Essa foi a grande decepção. Transformou-o em um partido para o nativismo populista extremo que divide os estadunidenses. Trump não entende o que é necessário para que a democracia funcione, nem que a maioria dos líderes tenta criar coesão social. Em vez disso, sua vontade é governar dividindo o país (STIGLITZ, 2020).

Essa fissura se expressou claramente nos rumos tomados pelo processo eleitoral nos Estados Unidos.

Esse cenário alerta para a complexidade social em que vivemos. Uma crise civilizacional que põe em risco nossa permanência no planeta. Um bloco no poder que, apesar de suas fissuras, busca saídas que permitam a estabilização sistêmica, seja pelo caminho ultraconservador, seja pelo reformista. E é justamente nesse cenário que se situam as disputas pela recondução popular de Nossa América.

Lutas sociais na Colômbia e em Nossa América

Em janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) propôs uma guerra contra o neoliberalismo e a rejeição às suas formas de exploração transnacional encarnadas em figuras como os tratados de livre comércio. A luta política proposta pelo movimento indígena expressava uma reivindicação por dignidade, democracia e bem viver para os povos; elementos negados pelo modelo nascente.

Após o grito de rebeldia da selva Laconda, diversas e intensas mobilizações contra o neoliberalismo e em defesa dos bens comuns eclodiram em toda a região. Entre as mais significativas estão as lutas indígenas no Equador e na Bolívia, dos *piqueteros* na Argentina e dos trabalhadores e trabalhadoras e camponeses sem-terra no Brasil, para citar algumas.

Essas resistências levaram a uma série de vitórias eleitorais que possibilitaram a chegada ao poder de projetos políticos que desafiavam o neoliberalismo, apelando a horizontes socialistas, do bem viver ou ao neodesenvolvimentismo.

Não obstante, apesar dos avanços conquistados, no início da segunda década do século XXI, assistimos a um movimento eleitoral que resultou no triunfo dos setores mais reacionários da direita continental no Chile, no Brasil, na Argentina, na Colômbia, entre outros.

E é justamente contra esses governos e em resposta ao esgotamento social e à deterioração do sistema hegemônico do capitalismo neoliberal que um intenso processo de mobilização se desdobra novamente em Nossa América.

Essas mobilizações expressam um horizonte disruptivo e transformador da ordem social vigente. Assim, parecem indicar a configuração de um novo momento constituinte na região, que se sustenta nos aprendizados acumulados das lutas históricas de nossos povos e na vitalidade e força do movimento juvenil e feminista.

Desde outubro de 2019, assistimos no Chile à configuração de um movimento constituinte que obteve uma importante vitória em 25 de outubro de 2020 no plebiscito nacional em que ganhou de forma esmagadora o "sim" por uma nova constituição. Esse processo abre as portas para reformar uma constituição que contém os fundamentos jurídicos da ordem neoliberal no país austral. No Equador, houve uma intensa mobilização em outubro de 2019 em repúdio ao aumento nos preços dos combustíveis e ao pacote de medidas elaborado pelo FMI, e o protesto permitiu conter a implementação dessas medidas.

No Haiti, um movimento cidadão exige, desde junho de 2019, reformas que resolvam as condições de precarização social de grande parte de sua população e que ponham fim à presença da

Missão de Estabilização da ONU no Haiti (Minustah) em seu território. A resposta estatal foi a repressão nas ruas. Na Argentina, professores promoveram uma importante mobilização em defesa da educação pública em 2020. Entre os eixos da disputa estão: reajuste salarial pela inflação, ressarcimento de despesas geradas pelo ensino a distância e melhores condições salariais.

A Costa Rica está testemunhando uma mobilização inusitada em rejeição ao acordo com o FMI e às restrições em termos de política social que dele resultariam. No Peru, as pessoas saíram às ruas para protestar contra a decisão do Congresso da República de destituir o presidente Martín Vizcarra, decisão que tem como pano de fundo os interesses de determinados grupos político-econômicos com assento no Legislativo. Na Guatemala, em resposta à atual crise social e ao crescente descumprimento dos acordos de paz, ocorreram várias manifestações, que incluíram a queima do Congresso. E, finalmente, na Bolívia, o golpe cívico-militar foi revertido pelo triunfo eleitoral de Luis Arce.

As classes no poder responderam a esse cenário disruptivo da ordem dominante com o mais amplo exercício de violência destrutiva, como demonstra a repressão sofrida no Chile, na Colômbia, no Equador, na Guatemala e no Haiti. Diante do esgotamento do consenso ao redor de seu projeto hegemônico, privilegia-se a coerção, o emprego puro e indisfarçado da violência física.

Colômbia: A paz negada[5]

Quatro anos se passaram desde a assinatura do Acordo Final de Paz (AFP) na Colômbia, e o saldo é desolador. A violação sistemática dos direitos humanos não apenas não parou, como também se aprofundou. Desde 2016, 243 ex-combatentes que assinaram o acordo e 1.010 lideranças sociais foram assassinados. Em 2020, foram cometidos pelo menos 60 massacres, que custaram a vida

de importantes líderes sociais e de jovens comprometidos com o processo de construção da paz.

O Estado colombiano, embora com nuances entre os governos de Santos e Duque, tem sistematicamente falhado em cumprir o acordado. O processo de implementação padece de diversos problemas, entre os quais se destacam: 1. Ausência de desenvolvimentos normativos fundamentais para a materialização da paz; 2. Não financiamento de políticas, planos e programas estabelecidos no acordo; 3. Inexistência de garantias de segurança nos territórios, e uma resposta institucional sustentada por uma maior militarização, estratégia ineficaz e contrária ao espírito dos acordos; 4. Pretensões governamentais de reformar o que foi acordado, especialmente no que diz respeito ao sistema integral de verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição; 5. Distorções na implementação de alguns dos programas estratégicos, como os Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial.

Esses e outros elementos permitem concluir que existe uma estratégia para destruir o processo de paz por parte dos setores mais reacionários do bloco no poder[6].

Essa situação, somada à precarização das condições de vida da maior parte da população colombiana, motivou uma importante mobilização social desde novembro de 2019. Entre os eixos que impulsionaram a greve de 21 de novembro, estavam: a rejeição ao chamado "pacotão neoliberal"; a reivindicação do direito à paz, da defesa da vida e do cumprimento dos acordos de Havana; o cuidado dos bens comuns e a defesa da natureza, reivindicação que se explica pela deterioração ambiental e comunal produzida pelo modelo de acumulação agroexportador apoiado na exploração indiscriminada dos recursos mineiros e energéticos; o cumprimento dos acordos firmados há um ano no contexto de uma ampla mobilização em defesa das universidades públicas.

Essas resistências expressam a crise do neoliberalismo e do capitalismo; parecem, além disso, indicar a configuração de um novo momento constituinte que recupera as lutas históricas acumuladas pela construção de uma nova organização da vida para a Colômbia e Nossa América. Por isso, muitos comparam essa mobilização à greve cívica de 1977.

Essas mobilizações foram retomadas durante o segundo semestre de 2020, destacando-se de forma especial a Minga – grupo social e comunitário pela defesa da vida, do território, da democracia e da paz. Esse processo de resistência, promovido pelos povos indígenas e por organizações sociais populares do sudoeste do país, tem conseguido articular sindicalismo, coletivos feministas, movimento estudantil, os sem-teto, os defensores e as defensoras dos Direitos Humanos, entre outras expressões do movimento popular. A Minga exigiu do Estado o cumprimento dos direitos à vida (desmonte do paramilitarismo e reforma da doutrina militar), ao território (reforma agrária, não extrativismo e construção democrática do território), à democracia (garantias de protesto, mobilização e participação) e à paz (desmilitarização territorial, cumprimento dos acordos sociais, implementação do AFP e diálogo com o ELN)[7].

Esses elementos nos permitem assinalar que o bloco no poder reafirma sua decisão de negar o direito à paz aos colombianos e às colombianas.

Algumas conclusões

A crise capitalista mundial, aprofundada pela emergência sanitária de 2020, tornou bastante visíveis as contradições do sistema social capitalista. Revelou as profundas desigualdades e condições de exploração e discriminação sob as quais este se reproduz. Dessa forma, a gestão da crise consolidou ações e processos políticos com traços fascistas que põem em xeque a sobrevivência das já decadentes democracias.

Diante desse cenário, diversas lutas têm se desenrolado em Nossa América com importantes pretensões de promover transformações significativas na ordem social vigente. Assim, apesar das marcas fascistas na ação política de muitos governos da região, a vitalidade e a força das pessoas comuns abrem um cenário promissor para a construção de tempos melhores.

Notas

[1] Professora e diretora do departamento de ciência política da Universidad Nacional de Colombia. Pesquisadora do GT Crise e Economia Mundial e do grupo THESEUS. Integrante da Sociedad de Economía Política y Pensamiento Crítico de América Latina (Sepla) e do Comitê Diretivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Contato: carolinajimenezm@gmail.com.

[2] Sergio de Zubiría (2020, p. 182) indicou que "os sintomas do retorno ou persistência do fascismo no alvorecer do século 21 são avassaladores, ignorar essa presença torna-se um dispositivo de poder para a cumplicidade e o negacionismo. A questão não pode ser limitada a uma disputa de termos (neofascismo, Ur-fascismo, protofascismo, novo fascismo, fascismo societário, etc.), mas [deve incluir] a consciência iminente de seu perigo social e político. Temos que evocar as lúcidas antecipações filosóficas de Benjamin ao chamá-lo de o maior "inimigo histórico" a derrotar e de Foucault, [que o chamava] de "adversário estratégico". Para isso, é necessário abandonar a suposta antítese entre "democracia" e "fascismo". A América Latina e o Caribe constituem, ao mesmo tempo, por um lado, um espaço de implantação do fascismo com novas e velhas faces e, por outro lado, um cenário privilegiado para as lutas políticas por formas de subjetivação não fascistas. Ao lado das resistências ao poder político, social, moral e religioso, contra todas as formas de exploração capitalista, emergem em nosso continente novos campos de luta contra as formas tradicionais e fascistas de subjetivação".

[3] Alguns dos elementos mencionados foram descritos em Jiménez (2019; 2020).

[4] "[...] várias economias de mercado emergentes e em desenvolvimento – em particular países de baixa renda – necessitam respaldo da comunidade internacional por meio do alívio da dívida, doações e financiamento com condições concessionais. Nos casos em que a reestruturação da dívida é necessária, credores e países de baixa renda e mercados emergentes devedores deveriam acordar condições mutuamente aceitáveis sem demora. [...] Se as regras fiscais limitam a margem de manobra, é justificado suspendê-las provisoriamente [...]. Embora seja difícil adotar novas medidas de arrecadação tributária durante a crise, os governos talvez devam considerar a possibilidade de aumentar os impostos progressivos aplicados a particulares mais ricos e àqueles relativamente menos afetados pela crise [...]. Como a transição poderia levar tempo, os trabalhadores dispensados precisarão de um apoio à renda prolongado enquanto se preparam para o trabalho e procuram outros empregos. [...] Além disso, à medida que se retraiam as linhas de resgate, os gastos sociais deveriam ser ampliados para proteger a população mais vulnerável quando haja lacunas na rede de proteção. Nesses casos, as autoridades poderiam melhorar as licenças por doença e cuidado familiar, expandir o acesso ao seguro-desemprego e fortalecer a cobertura dos benefícios de saúde conforme necessário." (FMI, 2020)

[5] No seminário internacional Quatro anos do Acordo de Paz na Colômbia – Visões sobre a Perspectiva, o prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel observou que há muitos interesses aos que a paz não convém e que querem aprofundar a guerra; por isso, é possível afirmar que a paz foi negada na Colômbia.

[6] Nas palavras do senador Iván Cepeda (2020): "no quadro do debate contra as armadilhas ao processo de paz, aqui, mais do que uma violação à aplicação do acordo, mais do que uma política mesquinha contra este ou aquele ponto que deveria ter sido cumprido pelo Estado, durante esses 4 anos enfrentamos uma estratégia para destruir o processo de paz, que contou com todos os tipos de elementos e táticas e estratégias, inteligência ilegal sobre as equipes de negociação desde o momento em que estavam na mesa de conversações, todo tipo de artimanhas para destruir o processo de paz, sem falar nas centenas de assassinatos de lideranças sociais e ex-combatentes".

[7] *Minga social y comunitaria por la defensa de la vida, el territorio, la democracia y la paz* (Livro *Minga*). Disponível em: https://www.contagioradio.com/la-minga-sera-en-defensa-de-la-vida-el-territorio-la-democracia-y-la-paz/.

Referências

CASANOVA, Pablo. Los zapatistas del siglo XXI. *Revista OSAL*, 2001. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal4/analisis.pdf.

CEPEDA Iván. *Intervención en el seminario internacional "Cuatro años del Acuerdo de Paz en Colombia. Miradas sobre la perspectiva"*, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LnAKSxJwqFw.

CHOMSKI, Noam. I*nternacionalismo o extinción*. Buenos Aires: Biblioteca masa crítica Clacso, 2020.

DE ZUBIRÍA, Sergio. Derechas y fascismo social en la América contemporánea. *In*: ESTRADA, Jairo; JIMÉNEZ, Carolina; PUELLO, José.

Contra Nuestra América. Estrategias de la derecha en el siglo XXI. Buenos Aires: Clacso, 2020.

ESTRADA, Jairo; JIMÉNEZ, Carolina. *Geopolítica imperial. Intervenciones estadounidenses en Nuestra América en el siglo XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2020. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/ 20200811094252/ Geopolitica-imperial.pdf.

____; JIMÉNEZ, Carolina; PUELLO, José. Contra Nuestra América. Estrategias de la derecha en el siglo XXI, Buenos Aires: Clacso, 2020. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20200320011351/Contra-Nuestra-America.pdf.

FMI, 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/fmi-defende-aumento-de-tributacao-sobre-mais-ricos-para-crise-pos-pandemia/

GAMBINA, Julio. Crisis capitalista agravada por la pandemia. Debate más allá de la crisis sanitaria. In: Crisis capitalista mundial en tiempos de pandemia. Una mirada desde Nuestra América. Simpósio Virtual GT Crise e Economia Mundial, 14 e 15 out. 2020.

JIMÉNEZ, Carolina. NUESTRA AMÉRICA: Movilizaciones sociales y movimientos constituyentes en Nuestra América. *Revista Izquierda*, n. 90, 2020. Disponível em: https://revistaizquierda.com/secciones/Numero_90_Octubre_2020/izq-rev-90-nuestra-america-movilizaciones-sociales-y-movimientos-constituyentes-en-nuestra-america.

_____. Crisis capitalista y triunfos electorales de la derecha. Desafíos políticos para Nuestra América. *In*: ESTRADA, Jairo; JIMÉNEZ, Carolina; PUELLO, José. Contra Nuestra América. Estrategias de la derecha en el siglo XXI. Buenos Aires: Clacso, 2020.

_____. Movilizaciones y movimientos en Nuestra América. *Revista Izquierda*, n. 81, 2019. Disponível em: https://revistaizquierda.com/secciones/numero-81-diciembre-de-2019/movilizaciones-y-movimientos-en-nuestra-america.

STIGLITZ, Joseph. Trump es el reaganismo con esteroides. *Periódico La Vanguardia*, 6 fev. 2020. Disponível em: https://www.lavanguardia.com/cultura/20200206/473305139856/trump-es-el-reaganismo-con-esteroides.html.

UPRINMY, Rodrigo. Un Duque que quiere reinar. Dejusticia, 7 set. 2020. Disponível em: https://www.dejusticia.org/column/un-duque-que-quiere-reinar/.

VERDES, Francisco. Excepcionalidad y COVID-19: un tést democrático para América Latina, 9 jun. 2020. Disponível em: https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/06/AC-34.-2020.pdf.

Idilio Méndez Grimaldi[1]

Sem soberania, a democracia e os direitos humanos são letra morta

Os direitos humanos estão intrinsecamente entrelaçados aos destinos da soberania dos povos, das nações e suas democracias. Soberania implica liberdade de ação das nações para determinarem seus destinos. Sem liberdade, os direitos humanos são letra morta, são anulados ou estão muito restritos a declarações de expressão de desejo. Sem liberdade não há justiça e, sem justiça, não há paz. A soberania das nações é essencial para garantir a democracia e os direitos humanos. Por isso, as ingerências dos imperialismos e suas transnacionais em nossas nações devem ser combatidas em todas as suas formas.

O malfadado golpe de Estado perpetrado pelos oligarcas em novembro de 2019 na Bolívia é um exemplo diáfano do que acontece quando se perde a democracia. Com a derrubada de Evo Morales, instaurou-se uma ditadura civil com apoio militar e policial. As primeiras vítimas foram os direitos humanos da so-

ciedade civil, que protestou com indignação contra o trágico evento. Dezenas de mortos e feridos, centenas de presos e torturados, direitos de expressão e manifestação violados.

A Bolívia perdeu sua democracia porque perdeu momentaneamente sua soberania, que foi diretamente submetida pelos golpistas aos desígnios dos Estados Unidos. Somente após as eleições livres, um ano depois, em que a vasta maioria dos bolivianos e bolivianas ratificou seu voto negado um ano antes, pôde recuperar sua soberania, sua democracia e os direitos humanos fundamentais.

Isso demonstra que é a soberania, a livre determinação dos povos, que sustenta a democracia e, portanto, respalda os direitos humanos.

No entanto, diante do esgotamento dos modelos econômicos e sociais impostos a nossas nações nas últimas décadas, iniciou-se uma regeneração fascista do autoritarismo e outras formas de dominação na retaguarda do neoliberalismo — com base em um discurso macarthista —, em que o imperialismo estadunidense, as transnacionais e os oligarcas nativos se esforçam para manter o sistema de dominação.

O objetivo é continuar garantindo o saqueio dos recursos naturais, o extrativismo, sob a proteção da corrupção e da impunidade. Tudo isso, obviamente, com o único propósito de aumentar ainda mais a concentração de riqueza nas mãos de clãs familiares corporativizados.

Há evidências cada vez mais contundentes de que o pleno exercício dos direitos humanos não é possível com o neoliberalismo. O Chile, na ditadura de Pinochet, foi tomado como um paradigma dos experimentos de Milton Friedman, um dos ideólogos do Consenso de Washington, cujos resultados são visíveis hoje no país transandino (JASUE, 2020).

São essas as razões do recuo dos direitos humanos na atualidade. A ausência ou o raquitismo das democracias nega a possibilidade dos direitos fundamentais dos povos. Com a pandemia de covid-19, os direitos humanos foram ainda mais encurralados em toda a América Latina.

É necessário reler a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Atualmente, em muitos de nossos países, não se cumpre nem a metade dos 30 artigos dessa carta fundamental da humanidade, instituída sobre os escombros da civilização depois da Segunda Guerra Mundial.

Crise sistêmica multidimensional

A crise do capitalismo de 2008, que implodiu nos Estados Unidos, foi um sinal de alerta para o sistema. Aproximou toda a humanidade ainda mais do limiar de uma crise sistêmica multidimensional, cujos surtos se manifestam no esgotamento de todo o ecossistema planetário, na crise migratória, dos modelos políticos e sociais e até mesmo nas crises religiosas.

É, segundo vários analistas, a última onda de Kondratiev.[2] Não haverá mais ondas longas de prosperidade; pelo contrário, as crises desse modelo de acumulação de riqueza capitalista se sucederão com mais frequência.

Nos últimos anos, antes mesmo da covid-19, para citar apenas um exemplo da crise sistêmica, os derivados financeiros foram o componente majoritariamente decisivo da trama especulativa global.

Apenas cinco bancos dos Estados Unidos, mais o Deutsche Bank, acumularam esses frágeis ativos por cerca de 320 trilhões de dólares, equivalentes a aproximadamente 4,2 vezes o Produto Mundial Bruto (ano de 2015); isso representa 65% de todos os derivados financeiros no planeta registrados em dezembro de 2015 pelo Banco de Basileia. Essa hiperconcentração financeira deveria ser um sinal de alarme. O panorama se agrava quando constatamos que essa massa financeira está se desinflando de maneira irresistível [...]. (BEINSTEIN, 2016)

Até um ano atrás, eram comemorados os índices positivos de "desenvolvimento" anunciados por organizações internacionais; no entanto, 12 longos anos se passaram desde a crise de proporções planetárias e não

houve sequer uma tentativa de redesenhar o capitalismo. Pelo contrário, este se aprofundou em sua vertente mais selvagem — o neoliberalismo —, aumentando o saqueio de nações do terceiro mundo, destruindo suas democracias, devastando seus ecossistemas, perpetuando a corrupção e crimes de todo tipo. Paralelamente, países com relativa estabilidade, como Líbia e Síria, foram tomados de assalto.

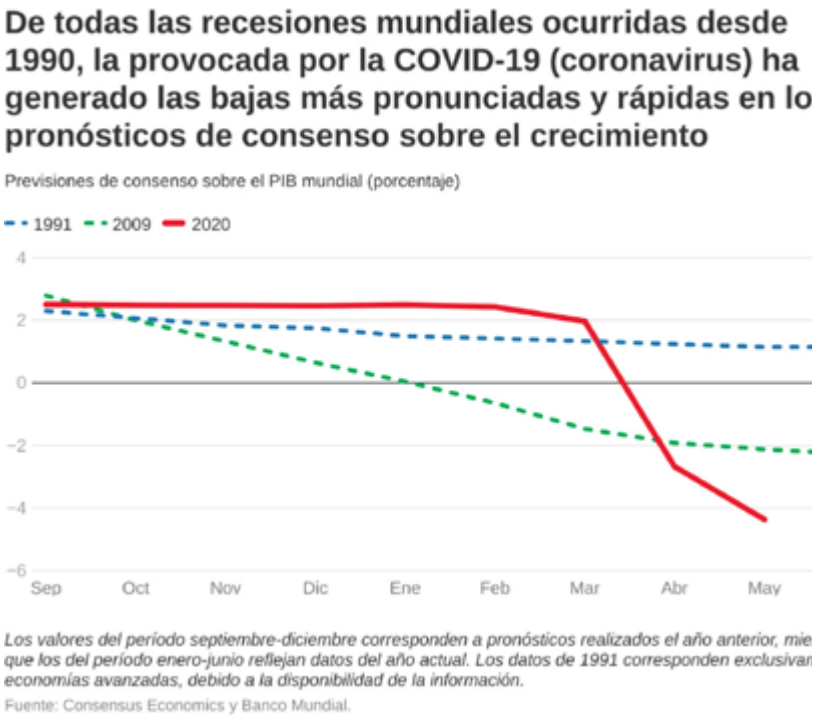
Não se trata de augurar a implosão capitalista; sua própria dinâmica é o que a leva a um beco inexorável.

Mesmo com a covid-19 sobre os ombros, o sistema projeta uma "imagem tranquilizadora", na qual os mercados voltarão à "normalidade", como estaria sendo demonstrado pelo desenrolar das bolsas de valores ao redor do mundo.

No entanto, é impossível negar a realidade. A pandemia afetou a economia mundial, que já estava na fila de espera por uma nova terapia intensiva, como ocorrera em 2008. A economia despencou 4% em todo o planeta, segundo o Banco Mundial e outras instituições multilaterais. É provável que essa crise econômica seja a mais grave em mais de 130 anos, superando até mesmo a crise dos anos 1930, que desembocou na Segunda Guerra Mundial.

O impacto da covid-19 ocasionou inúmeras comparações: com a crise financeira mundial de 2007-08, com a Segunda Guerra Mundial e inclusive com crises que só conhecemos por meio dos livros de história. Embora tais comparações possam parecer dramáticas, a pandemia teve um efeito de longo alcance em quase todos os aspectos do desenvolvimento, como poucas crises anteriores.[3]

Gráfico 1 - De todas as recessões mundiais ocorridas desde 1990, a provocada pela covid-19 (coronavírus) gerou as quedas mais acentuadas e rápidas nas previsões de consenso sobre o crescimento.



Fonte: Consensus Economics e Banco Mundial.

Nota: Previsões de consenso sobre o PIB mundial (porcentagem). Os valores do período setembro-dezembro correspondem a previsões realizadas no ano anterior, enquanto os do período janeiro-junho refletem dados do ano atual. Os dados de 1991 correspondem exclusivamente a economias avançadas, devido à disponibilidade da informação.

De acordo com o Banco Mundial, 720 milhões de pessoas viverão em extrema pobreza (menos de US$1,90 por dia). Dessas, 114 milhões são resultado direto da covid-19; ou seja, 9,4% da população mundial. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, mais de 265 milhões já estão morrendo de fome e muitas mais morrerão. E, segundo a Organização Internacional do Trabalho, 200 milhões de pessoas perderão seus empregos. (SAVIO, 2020)

Mas os Estados Unidos e seus aliados colonialistas da Europa ampliam sua contraofensiva, levando os países, especialmente da América Latina, a uma sujeição ainda maior de suas economias e sistemas políticos. O alinhamento de vários governos vassalos aos desígnios de Washington foi visto com mais nitidez no caso da Venezuela, com os governos integrantes do Grupo de Lima.

Independentemente dos erros e fracassos do governo venezuelano, a perseguição implacável e insana ao país caribenho só é comparável àquela vivida por Cuba durante mais de 50 anos de revolução. Nos últimos anos, com o governo Trump, o cerco se intensificou, com tentativas de magnicídio e incursões armadas de mercenários, concomitantemente às ações criminosas de uma oposição de aluguel, com o apoio da Colômbia e, ultimamente, do Brasil.

Quanto aos Estados Unidos, "no caso latino-americano, sua preocupação é com o petróleo e, basicamente, com a Venezuela, que tem as maiores reservas do mundo, e com o Brasil, após a descoberta do pré-sal, cuja receita está parcialmente comprometida com saúde, educação, ciência e tecnologia".[4]

Nessas condições, como é possível manter a soberania nacional e assim preservar a democracia e os direitos humanos dos povos do nosso continente?

O que aconteceu na Bolívia constitui, no entanto, um grande presságio, uma grande esperança para todos os povos de nosso continente. Em primeiro lugar, pela recuperação da soberania do país irmão, e consequentemente de sua democracia, por meios pacíficos; em segundo lugar, pela restauração dos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Mas, acima de tudo, há um sinal: os Estados Unidos, país hegemônico há mais de 100 anos, sofre uma fratura interna enorme, multifacetada e sistêmica, uma das prováveis razões pelas quais a Bolívia pôde recuperar sua soberania tão rapidamente. No passado recente, essa possibilidade teria sido uma quimera: os Estados Unidos e seus aliados, os oligarcas nativos e as transnacionais, não o teriam permitido.

Implosão?

As contradições internas dos Estados Unidos, que predicam e tentam impor sua "democracia" ao mundo todo, foram exacerbadas pelo governo Trump de forma exponencial. Porém, para a sobrevivência de nossas nações, a vitória de Trump em 2016 foi um milagre, uma vez que acelerou a contradição interna da disputa interoligárquica do império.

Já em sua campanha eleitoral de 2016, Trump declarou-se antiglobalista e, após assumir a presidência de seu país, renunciou a diversos tratados internacionais, com o discurso de "América primeiro", supostamente em defesa dos interesses dos Estados Unidos, de sua indústria e seus trabalhadores.

Entrou em confronto com as transnacionais do setor financeiro de Wall Street e as corporações do Vale do Silício, bem como com os grandes meios de comunicação aliados à indústria militar, e virou o tabuleiro da "cooperação fraterna" com os países vassalos da Europa, todos bastiões da dominação mundial. Declarou guerra comercial à China e usou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para intimidar a Rússia.

Mas não pôde ganhar da covid-19. O coronavírus fez estrago em sua plataforma eleitoral em busca da reeleição. No momento da redação deste artigo, após quase dois meses das eleições nos Estados Unidos, Trump continua negando sua derrota, argumentando que Biden, herdeiro de Obama, montou, junto com seu Partido Democrata, uma fraude eleitoral que, se fosse verdadeira, envergonharia as fraudes eleitorais do Paraguai.

Trump não vai evaporar. Há um trumpismo subjacente na sociedade americana, uma rebelião contra o esmagamento da vontade popular que se origina nas contradições de seu próprio sistema eleitoral, bem como na postergação centenária dos direitos humanos fundamentais das minorias, como os negros.

Se sua saúde permitir, ele pode muito bem concorrer às eleições presidenciais de 2024, proferindo as mesmas teorias conspiratórias sobre a fraude eleitoral em 2020 e as afirmações de que a presidência foi roubada dele. Isso significa que a fratura na política do corpo estadunidense, que não é apenas ideológica, mas também uma divisão de classes e uma polarização rural-urbana, passaria a ser mais profunda e duradoura. (ACHARYA, 2020)

O subimperialismo brasileiro

O Paraguai e outras nações da região sofrem com aquilo que, na linguagem da esquerda, é chamado subimperialismo brasileiro há pelo menos 150 anos. Em outras palavras, suas soberanias e, consequentemente, democracias e direitos humanos, são restringidas pelos desígnios de Brasília. Aos poucos, lentamente, o Brasil vai empurrando suas fronteiras nos territórios dos países vizinhos, com a penetração sustentada de seus colonos, evidentemente financiados pelas entidades financeiras do país, com o apoio tácito de seu exército e de políticos. O caso do Paraguai é um exemplo vivo desse processo.

O Paraguai sofreu uma de suas piores calamidades no século XIX, com a chamada Guerra contra a Tríplice Aliança (1865-1870), liderada pelo Brasil e secundada por Argentina e Uruguai. O país perdeu mais da metade de seus habitantes e mais de um terço dos seus territórios, milhares de quilômetros quadrados, foi anexado pela Argentina e pelo Brasil.

Entre 1850 e 1950, a superfície do Amazonas, no Brasil, dobrou às custas de seus vizinhos: Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, segundo o jornalista uruguaio Raúl Zibechi, citado no livro *Itaipu, Memória de uma Fraude*, do general paraguaio Juan Antonio Pozzo.

O mesmo autor cita o general Golbery do Couto e Silva como um dos grandes estrategistas da expansão brasileira em direção ao Pacífico no século passado, sob a tese do "destino manifesto" do Brasil, consistindo em fronteiras vivas em vez de fronteiras demarcadas por tratados internacionais. "O conceito de fronteira viva, para Couto e Silva, se resumia a que, se de um lado existe um país com alta densidade demográfica e desenvolvimento econômico e, do outro lado, um país de escassa população e pobre – como o Paraguai –, então a fronteira não existe" (POZZO, 2013, p. 37).

Golbery do Couto e Silva foi um dos artífices da ditadura militar brasileira e um dos estrategistas da derrubada do governo civil de João Goulart. Sua tese do "destino manifesto" do Brasil consistia justamente em uma aliança anticomunista com os Estados Unidos, diante do aprofundamento democrático em todo o mundo, não controlado pelo imperialismo.

Esse "destino manifesto" não escrito do Brasil é muito similar ao dos Estados Unidos, uma filosofia nacional que explica a forma como os Estados Unidos entendem seu lugar no mundo e como se relaciona com outros povos. Expressa a crença de que os Estados Unidos estão destinados a expandir-se pelos territórios não conquistados, em direção ao sul do país e, em geral, sobre o Hemisfério Ocidental, que é o que ocorre na prática com os governantes plebeus de nossos países.

Dessa maneira, e sob o amparo da Guerra Fria, o Tratado de Itaipu foi assinado em 1973, pelos governos ditatoriais de Alfredo Stroessner, do Paraguai, e Emílio Garrastazu Médici, do Brasil. Por meio dele, o Paraguai mais uma vez cedia sua soberania, dessa vez sobre a rentabilidade da grande empresa binacional, em copropriedade com o Brasil.

Anteriormente, em 1966, havia sido assinada a Ata de Iguaçu, que punha fim à tentativa do Brasil de apoderar-se, em sua totalidade, das Cataratas do Guairá, no norte do Rio ou Paraná. A ata contemplava a utilização do grande potencial hidráulico do Paraná, mediante a construção de

uma represa; a divisão em partes iguais da energia elétrica gerada por esse potencial; o justo preço da energia excedente; e o reconhecimento a cada país do direito de preferência para a aquisição da energia não utilizada.

No entanto, no Tratado de Itaipu, o direito de preferência para adquirir a energia excedente foi substituído pelo direito de aquisição, e o justo preço, por uma indenização. Dessa forma, o Paraguai recebe migalhas em comparação ao que deveria receber desde o início da geração de receita pela empresa. O Brasil desenvolveu todo o sudoeste de seu território graças à energia gerada pela represa, e o Paraguai ficou para trás até os dias de hoje.

Quando Fernando Lugo assumiu o governo do Paraguai (2008-2012), derrotando, por meio de uma aliança de partidos e movimentos sociais, o Partido Colorado que estava há mais de 60 anos no poder, e sendo então Lula da Silva o presidente do Brasil, renovaram-se as esperanças de que o Tratado de Itaipu e a penetração impetuosa de colonos brasileiros no território paraguaio sofressem modificações substanciais.

Ambos os presidentes ostentavam o título de "políticos progressistas", contrários ao neoliberalismo, ao Consenso de Washington, e de alguma forma simpatizantes do anti-imperialista Hugo Chávez da Venezuela. Era a década de ouro do "progressismo" na América Latina, quando houve um recuo do neoliberalismo e da dominação imperialista estadunidense.

Não obstante, tanto o Tratado de Itaipu quanto o avanço dos brasileiros no território paraguaio continuaram imperturbáveis. O Brasil nem sequer se dignou a devolver ao Paraguai os arquivos roubados do país durante o genocídio da Guerra de 70.

Os "companheiros"

Nesse sentido, o general quatro estrelas Luis Bareiro Spaíni, ex-ministro da Defesa de Fernando Lugo, escreveu um eloquente artigo para o jornal *Abc Color* em 15 de novembro de 2020, intitulado "A enganosa coincidência política e ideológica entre governadores em uma determinada conjuntura". Ele se referia a Lugo e Lula, que, embora em tese compartilhassem a mesma ideologia e sonhos para seus povos, na hora de estancar feridas históricas, aquele que protegia o "destino manifesto" de seu país proibiu a restituição de documentos ao Paraguai.

Um exemplo patético disso é o caso do presidente Lula da Silva, considerado um "companheiro" pelo governo paraguaio do então presidente Lugo. O governo Lula não só se opôs à devolução dos arquivos paraguaios roubados pelo Exército Brasileiro durante o genocídio da Tríplice Aliança, como também ordenou que esses arquivos "fossem mantidos em sigilo absoluto", sem possibilidade de consulta. E essa decisão foi anunciada por Dilma Rousseff, outra 'companheira ideológica', então chefe da Casa Civil da Presidência da República do Brasil e posteriormente presidenta da República. (SPAÍNI, 2020)

Esse general havia denunciado a descarada ingerência de Liliana Ayalde nos assuntos internos do Paraguai, quando atuou como embaixadora dos Estados Unidos em Assunção. A diplomata se reunia com o ex-vice-presidente paraguaio Federico Franco e outros políticos para analisar a destituição de Fernando Lugo em 2010. Ao saber do fato por meio do vice-ministro da Defesa, o ministro Bareiro enviou uma carta de protesto à embaixadora, diante do silêncio da Chancelaria. Eram os prolegômenos do golpe de Estado que finalmente derrubou Lugo em 2012.

É a mesma Liliana Ayalde que depois esteve por trás da destituição de Dilma Rousseff em Brasília, onde serviu como embaixadora após a derrubada de Lugo.

Spaíni (2020) afirma, no artigo mencionado, que, além da recusa de Lula em entregar os arquivos da Guerra de 70, "o grande roubo do Brasil ao Paraguai continua com o Tratado de Itaipu, mesmo se nos governos de Lugo e Lula se conseguiu que o Brasil pagasse um pouco mais — de 120 a 360 milhões de dólares anuais — pela exploração dos recursos da represa. O fato foi celebrado pelo governo paraguaio como uma grande conquista, "cumprindo uma de suas promessas eleitorais quanto à renegociação do Tratado de

Itaipu". Porém, com a gestão do "companheiro" Lula — acrescenta —, o que se conseguiu foi na realidade uma soma ínfima, sem tocar uma única vírgula do referido Tratado, deixando os paraguaios sem argumentos para continuar exigindo justiça na distribuição equitativa dos recursos gerados por Itaipu.

No início do atual governo de Mario Abdo Benítez, filho e homônimo daquele que fora secretário privado do ditador Stroessner por mais de 20 anos, uma trama digna de traidores foi arquitetada para negociar as riquezas de Itaipu, diante da iminência da renegociação do Tratado de Itaipu, em 2023, após 50 anos de sua vigência, conforme previsto no mesmo Tratado.

Abdo Benítez e toda sua equipe, inclusive o vice-presidente, estiveram envolvidos na assinatura de uma ata secreta com o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em maio de 2019. Na ata, o Paraguai mais uma vez renunciava a que a empresa paraguaia Ande, coproprietária de Itaipu, pudesse vender energia no mercado brasileiro, como acordado pelos governos de Lula e Lugo.

O negócio dos traidores consistia em entregar o excedente de energia do Paraguai (90% do que lhe corresponde em Itaipu) a uma empresa brasileira (Leros), ligada a Bolsonaro e seu clã, para sua comercialização no mercado brasileiro, poucos meses antes do início da renegociação do Tratado de Itaipu.

A felonia foi descoberta, e Abdo já estava diante do paredão de "fuzilamento". Seria destituído pelo Congresso por traição. Nos últimos minutos, veio em seu socorro o ex-presidente Horacio Cartes, o mesmo que ofereceu aos empresários brasileiros "usar e abusar" do Paraguai (CARTES..., 2014).

Para tanto, Alfredo "Goli" Stroessner, neto do ex-ditador, telefonou desesperado ao embaixador dos Estados Unidos, para que este falasse, por sua vez, com o embaixador de Israel em Buenos Aires, para que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu persuadisse seu amigo Cartes a respaldar Abdo Benítez. Netanyahu estava zangado com Abdo Benítez por ter retirado a embaixada do Paraguai de Jerusalém, para onde a havia trasladado Cartes, amigo e parceiro de negócios do primeiro-ministro judeu (HISTORIA... 2019).

Cartes, com os senadores e deputados que o servem, adiou o julgamento político. Bolsonaro teve que rasgar a ata já assinada; ficou sem efeito. E assim terminou, por enquanto, uma nova tentativa de roubo contra o Paraguai. Neste momento, porém, a renegociação do Tratado de Itaipu continua a portas fechadas. Certamente terminará com novas vantagens para os oligarcas brasileiros em detrimento dos povos paraguaio e brasileiro.

Paralelamente a esses roubos, o Brasil continua a expandir suas "fronteiras vivas" em território paraguaio por meio de seus colonos para o cultivo da soja. De acordo com o Censo Agropecuário Nacional de 2008 (notavelmente, até o momento não foi realizado um novo, quando deveria ter sido feito em 2018), 20% do território nacional está em mãos de estrangeiros, cerca de 7.708.200 hectares, dos quais 4.792.528 estão em poder de brasileiros. A invasão brasileira teve início na década de 1970, durante a ditadura de Stroessner, em cumprimento do "destino manifesto" do Brasil e como parte subjacente, não escrita, do Tratado de Itaipu (GLAUSER, 2009).

Muitos desses brasileiros ingressam no país sem documentação, assolam as matas e expulsam os camponeses e indígenas de suas terras, com o apoio do exército e da polícia paraguaios.

Em todos esses processos, fica evidente a perda da soberania do Paraguai em relação ao Brasil. Consequentemente, a democracia e os direitos humanos paraguaios dependem em boa medida do humor de Brasília.

Fascismo e religião

A instrumentalização da fé está na moda. É um problema que muitos teóricos não compreendem, porque não envolve apenas as ciências sociais, mas também a escatologia. E uma região como a América Latina, cuja população é majoritariamente crente, fica em grande parte órfã de uma resposta da ciência, de uma epistemologia revolucionária a partir da fé.

É por isso que a política deve ser abordada a partir da fé cristã e combinada com os desafios levantados pelas teorias materialistas. O caso do Brasil é emblemático de como o fascismo "se apoderou da fé" do povo e o instrumentalizou de maneira vil. Os teólogos progressistas têm um papel fundamental no desmantelamento dessa "obra do Diabo", que destrói os direitos humanos.

Habilmente, Bolsonaro se "infiltrou" como cristão, embora não dê a mínima para a doutrina cristã. Chegou a ser batizado no rio Jordão para mostrar sua "conversão"; tornou-se amigo das correntes mais ortodoxas do cristianismo cindido e flertou com a direita católica. Por isso, triunfou nas eleições.

"'Bolsonaro é quem melhor defende nossas bandeiras' contra o aborto e a chamada 'ideologia de gênero', a defesa da família tradicional e dos 'bons costumes', disse Josimar da Silva, presidente do Conselho dos Pastores Evangélicos de Brasília" (ARMENDÁRIZ, 2018).

Isso é o que os "progressistas" e alguns materialistas não compreendem. Promover o aborto, por exemplo, é enfrentar não só o cristianismo, mas provavelmente todas as religiões, visto que a base fundamental das religiões monoteístas é a defesa da vida em todas as suas formas. Aparecem, então, os Bolsonaros, os Áñes, os Camayos, os Trumps, etc. brandindo uma Bíblia em suposta defesa da fé. Na verdade, o que eles defendem é o grande capital, os oligarcas e as formas imperialistas de dominação.

É necessária uma abordagem muito mais profunda sobre todas essas questões, do ponto de vista da fé tanto quanto da política, e não simplesmente delegar ao Congresso, o César (Dai a César…, Mateus 22, 15-21), como fez o presidente argentino Alberto Fernández, a definição do que é vida e o que não é vida; quem vive e quem morre, etc. Dirão que misturar fé com política e/ou ciência é uma loucura. Mas é mais louco deixar os opressores livres para instrumentalizar a fé. É um problema fundamental, de direitos humanos.

China, um novo paradigma?

A mudança climática afeta claramente os direitos humanos e afetará dramaticamente as democracias em todas as suas vertentes nas próximas décadas. Uma de suas consequências diretas é o impacto sobre a produção e o comércio, infraestrutura e estabilidade das famílias e comunidades. E já é uma das principais causas do aumento exponencial das migrações. China, Estados Unidos e Europa são os principais poluidores, em grande parte responsáveis diretos pela mudança climática.

Os países devem fazer mudanças "urgentes" e "sem precedentes" para evitar que o aquecimento global ultrapasse 1,5 °C, alerta o relatório apresentado pelo Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês) na cidade sul-coreana de Incheon (CUESTIÓN..., 2018).

Todos os países desenvolvidos, cujas riquezas se baseiam em grande parte no saqueio de suas ex-colônias, no extrativismo, no desenvolvimento desigual e combinado, na divisão internacional do trabalho, etc., devem introduzir essas mudanças imperativas. No entanto, Trump havia retirado os Estados Unidos do Acordo de Paris, que define parâmetros para a redução de gases de efeito estufa. O presidente eleito Biden prometeu que o país voltará ao Acordo. Mas e a China?

Com a crise do modelo neoliberal capitalista, a China desponta em todos os âmbitos: tecnológico, militar, comercial, industrial, produtivo e um longo etecetera, além de ter a maior população do planeta: 1,4 bilhão de habitantes. De alguma forma, sustenta o capitalismo em seu vértice de livre comércio. Tornou-se a locomotiva da Organização Mundial do Comércio e até mesmo os países que a combatem dependem dela para manter os altos níveis de consumismo de suas populações, como Estados Unidos e países da Europa.

Muitos líderes internacionais odeiam a China, mas fazem negócios com o país de Mao.

"No Chile, nem a direita nem a esquerda jamais ousaram mencionar que a China invadiu o Tibete. No Chile, não se pode

falar do impedimento da democracia em Hong Kong. Por quê? A resposta são duas palavras: relações comerciais", resumiu o deputado do bloco de esquerda Frente Ampla, Gabriel Boric, em entrevista ao canal Chilevisión (ATIAS, 2020).

Tingidas pelas características de cada país, é evidente que as políticas neoliberais têm promovido a corrupção na América Latina e no Caribe, como no mundo, ao estimular a prevalência do individualismo, consumismo, desigualdade, desemprego e, em geral, a subordinação do público ao privado. Consequentemente, o domínio das oligarquias, corruptas, narcotraficantes, aliadas ao capital transnacional e leais aos Estados Unidos, continua galopante em toda a América Latina.

A relação comercial, diplomática, econômica, financeira, etc. com a China mudará esse cenário latino-americano? Veremos. A China, liderada pelo Partido Comunista há 70 anos, afirma que propõe a todos os países do mundo um comércio equitativo, sem jamais se imiscuir em seus assuntos internos.

Isso significa que a China negocia e continuará negociando com as mesmas oligarquias nativas, aliadas às transnacionais do Ocidente, que mantêm sob sua tutela as democracias e os direitos humanos de nossas nações. No longo prazo, talvez, também.

No Paraguai, por exemplo, 60% dos agroquímicos usados na produção da soja e outras *commodities* agrícolas provêm da China, sem que o Paraguai sequer tenha relações diplomáticas ou consulares com o gigante asiático.

Caso a China deseje liderar o mundo, o Partido Comunista que a dirige deve se internacionalizar. Essa é a questão fundamental. Os Estados Unidos e a Otan não se importam muito com a expansão tecnológica, econômica e militar da China, visto que fazem negócios juntos e suas transnacionais chafurdam nas mesmas misérias dos países do terceiro mundo. Preocupam-se, isso sim, com que o Partido Comunista Chinês se torne internacionalista. E se o Partido Comunista não se tornar internacionalista, perecerá com sua nação, como aconteceu com a União Soviética.

Mas a inteligência estadunidense e a europeia sabem perfeitamente que há algum tempo se iniciaram contatos com os partidos de esquerda e os movimentos sociais de nossa América Latina. Estão ensinando como o partido de Mao e Deng Xiaoping (que não ligava se o gato é preto ou branco, desde que coma o rato) dirige esta grande nação, com 5 mil anos de história. Isso faz com que muitos estrategistas do capitalismo suem frio.

No início da década de 1980, há 40 anos, 800 milhões de chineses eram pobres, representando mais de 80% da população. Atualmente, a taxa de miseráveis caiu para um dígito, ou seja, estima-se que a pobreza extrema foi reduzida para menos de 10% dos 1,4 bilhão de habitantes. Xi Jinping considera que cerca de 700 milhões de chineses foram retirados da pobreza. Essa é a grande obra do Partido Comunista de Mao Tsé-Tung, fundador da República Popular da China.

"Sê extremamente sutil, discreto, ao ponto de não ter forma. Sê completamente misterioso e confidencial, ao ponto de ser silencioso. Dessa maneira, poderás dirigir o destino de teus adversários."[5]

Conclusão

É peremptória, impostergável, a unidade do setor popular, dos progressistas, dos homens de boa vontade e daqueles que querem o bem da humanidade e, consequentemente, do planeta em que vivemos, para forjar um muro comum contra o fascismo, o assédio oligárquico e imperialista, com suas transnacionais, sob condições de programas de defesa da democracia e dos direitos do homem e da natureza.

Como nos diz o Papa Francisco em sua última encíclica, *Fratelli Tutti*, "o bem, assim como o amor, a justiça e a solidariedade, não se conquista de uma vez por todas; deve ser conquistado todos os dias", por meio da fraternidade e da solidariedade entre compatriotas e nações oprimidas pelos mesmos oligarcas, os mesmos países imperialistas, as mesmas transnacionais.

Notas

[1] Escritor e jornalista.

[2] As **ondas de Kondratiev**, também chamadas de ciclos longos da atividade econômica, são descritas como flutuações cíclicas de longo prazo, em forma senoidal, da economia mundial capitalista.

[3] Banco Mundial, 14 dez. 2020.

[4] Disponível em: https://www.rebelion.org/noticia.php?id=215067.

[5] "A suprema arte da guerra consiste em derrotar o inimigo sem atirar uma única flecha, sem derramar uma única gota de sangue", segundo Sun Tzu, general, estrategista e filósofo chinês que viveu 500 anos antes de Cristo. Sua obra-prima é conhecida como *A Arte da Guerra*.

Referências

ACHARYA, Amitav. Trump destruiu a ordem mundial ocidental, Biden não pode revivê-la por completo. [Entrevista cedida a] *Global Time*s, 18 nov. 2020.

ARMENDÁRIZ, Rubén. Jair Messías Bolsonaro, pastor del Dios dinero. *Rebelión*, 9 out. 2018. Disponível em: https://www.rebelion.org/noticia.php?id=247510.

ATIAS, Francisco Bravo. La compra que metió a Chile en un zapato chino. *Sputnik*, 18 dez. 2020. Disponível em: https://mundo.sputniknews.com/economia/202012181093885360-la-compra-que-metio-a-chile-en-un-zapato-chino/.

BEINSTEIN, Jorge. Alertas rojas: señales de implosión en la economía global. *America Latina en movimiento*, 7 jul. 2016. Disponível em: https://www.alainet.org/es/articulo/178662.

CARTES desata polémica al pedir a brasileños que "abusen" de Paraguay. *Última Hora*, 19 fev. 2014. Disponível em: https://www.ultimahora.com/cartes-desata-polemica-al-pedir-brasilenos-que-abusen-paraguay-n768032.html.

CUESTIÓN de vida o muerte: Científicos avisan que el tiempo para evitar el caos climático se acaba. RT, 8 out. 2018. Disponível em: https://actualidad.rt.com/actualidad/291276-cientificos-vida-muerte-calentamiento-global.

GLAUSER, Marcos. *Extranjerización del Territorio Paraguayo*. Assunção, 2009.

HISTORIA de una salvación. 5 dias, 5 ago. 2019. Disponível em: https://www.5dias.com.py/2019/08/historia-de-una-salvacion/.

JASUE, Daniel. Daniel Jadue: "El modelo neoliberal y la democracia son incompatibles en Chile y en el mundo entero". [Entrevista cedida a] *Sputnik*, 21 nov. 2020. Disponível em: https://mundo.sputniknews.com/entrevistas/202011211093579684-daniel-jadue-el-modelo-neoliberal-y-la-democracia-son-incompatibles-en-chile-y-en-el-mundo-entero/.

POZZO, José Antonio. *Itaipú Memoria de un Fraude*. Assunção, 2013.

SAVIO, Roberto. Millones de nuevos pobres están en camino – ¿A quién le importa?. *Other News*, 26 nov. 2020. Disponível em: https://other-news.us13.list-manage.com/track/click?u=e397bb7f243b9efb847d53922

&id=2943f0a7a2&e=208bf28e23.

SPAÍNI, Luis Bareiro. A enganosa coincidência política e ideológica entre governadores em uma determinada conjuntura. *Abc Color*, Assunção, 15 nov. 2020.

Anarella Vélez Osejo[1]

Identidades subalternas e democracia em Honduras

Neste artigo, tratamos da relação entre identidades subalternas e democracia em Honduras no período de 2009 a 2020. No entanto, começamos nossa exposição nas décadas anteriores ao golpe de 28 de junho de 2009 – o 28-J –, para compreender melhor as raízes imediatas da problemática que analisaremos; da mesma forma, mostraremos alguns dos conceitos que nos permitem estabelecer o papel que os setores subalternos – as classes sociais, as mulheres, a diversidade, os jovens – desempenham no processo de democratização da sociedade hondurenha.

Entre 1963 e 1980, Honduras sofreu uma brutal ditadura militar, que permaneceu no poder por 16 anos com o apoio das transnacionais bananeiras e do império. Nesse contexto, inicia-se a jornada de construção da democracia hondurenha contemporânea – aqui nos referimos ao período de 1980 a 2009, em que a democracia é de natureza política; até hoje, a democracia econômica e cultural tem sido habilmente negligenciada. Esse processo é o antecedente imediato do golpe de 28 de junho de 2009, uma ruptura abrupta da ordem de direito. No entanto, apesar da aparente democracia, essas décadas foram marcadas pela perseguição ao movimento social que se desenvolvia no contexto das lutas revolucionárias centro-americanas, terminando formal e essencialmente com o golpe de Estado contra o governo de Manuel Zelaya Rosales.

É preciso esclarecer que, entre os anos 1980 e 2009, observamos alguns esforços em atender aos apelos do movimento social que exigia a renovação do Estado. Um exemplo importante é a luta das feministas para atingir o objetivo de eliminar as desigualdades entre os sexos no ensino. Reconhecemos os relativos avanços na incorporação da mulher ao mercado de trabalho, bem como na esfera política. Por sua vez, o país avançou na constituição de um quadro normativo legal e constitucional para a igualdade e equidade de gênero, em resposta ao movimento de mulheres.

A história imediatamente anterior ao golpe se caracteriza pela intensificação das demandas sociais e o subsequente aumento dos conflitos e da confrontação com a ordem capitalista neoliberal. Isso implica uma propagação resoluta da ação coletiva dos setores subalternos mais mobilizados e a comunicação de suas propostas a outros grupos menos ativos e, em contrapartida, a difusão do discurso homogêneo que desqualifica sistematicamente as ações da oposição, para as quais o governo de Zelaya havia sido um bom interlocutor, uma vez que soube dar respostas a essas e outras demandas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos.

Isso teve consequências, por exemplo, na educação: a frequência escolar das mulheres é superior à dos homens, com exceção do ensino básico, frequentado por 95 meninas para cada 100 meninos (2009), com uma ligeira diminuição desse indicador no período analisado. Em relação ao ensino médio, ao longo do período 1990-2009, a taxa de frequência das mulheres foi superior à dos homens, ampliando-se ainda mais essa lacuna no ensino superior, já que mais de uma centena de mulheres frequentam as universidades para cada 100 homens.

No entanto, com o golpe de Estado, o sistema educacional hondurenho, depois de mais de uma década de aplicação de políticas neoliberais e abandono sistemático, dificultou e degradou o direito à educação de grandes setores da população. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a matrícula no ensino infantil, fundamental e médio foi de 2,28 milhões de estudantes em 2014, enquanto em 2020 diminuiu para 1,8 milhão[2], o que implica diminuição de 21% nas matrículas escolares, apesar do aumento global da população durante o mesmo período. A escolaridade média da população hondurenha continua sendo uma das mais baixas da América Latina: 8 anos.

Cerca de 1 milhão de meninas e meninos hondurenhos estão fora do sistema educacional, o que poderá causar aumento significativo na taxa de analfabetismo da população, que atualmente é de 14%. O regime, juntamente com a pilhagem flagrante de recursos do Estado, priorizou o investimento em *segurança* e reduziu cada vez mais o investimento social na educação, agravando a crise sustentada de uma década no sistema educacional e levando-o ao colapso durante a pandemia.

Os setores das mulheres, da diversidade, da cultura e das etnias continuam suas lutas pela modernização do Estado democrático, demandas essas que tiveram alguma repercussão no governo de Manuel Zelaya Rosales. Justamente, o golpe de 28 de junho impediu a adoção de políticas públicas que respondessem realmente às ações coletivas dos movimentos sociais que demandavam a radicalização da democracia.

Essa situação muda com o golpe de Estado de 2009: as instituições do estado de Honduras encarregadas da preservação, promoção e difusão da cultura, das artes e do patrimônio sofrem um processo de degradação; também se registra uma degradação da capacidade de manobra política e econômica nessas matérias por parte de todos os atores, públicos e privados, envolvidos na atividade cultural e artística do país.

A atual gestão do Estado em matéria cultural sofreu uma franca deterioração. No plano institucional, o governo do Poder Cidadão contava com uma ampla agenda de trabalho, o que havia permitido a descentralização da gestão da cultura por regiões, a criação de conselhos regionais de cultura (em resposta aos Objetivos do Milênio), "a promoção e fortalecimento das Casas de Cultura; a seleção rigorosa do material bibliográfico destinado à publicação e o estabelecimento de firmes vínculos de apoio com instituições internacionais dedicadas ao campo da cultura" (EURAQUE, 2010, p. 20-21).

No cenário posterior, assistimos ao contrário: a transformação da Secretaria de Estado em "Direção" limitou a capacidade de manobra institucional, bem como prejudicou a assinatura de potenciais cooperações diretas; os conselhos regionais de cultura deixaram de existir e procurou-se visibilizar atores e grupos organizados como se fossem um substituto ideal da presença do Estado no interior do país. As Casas de Cultura continuam existindo em vários municípios do país, mas dependem das prefeituras, entidades privadas ou voluntários. Em quatro importantes cidades de Honduras, elas não existem.[3] A pujante Direção-geral do Livro e do Documento, que publicou dezenas de livros imprescindíveis para a história e a literatura do país durante a gestão de 2006-2009, não existe mais. O escritório de publicações do Instituto Hondurenho de Antropologia e História também diminuiu a qualidade e a quantidade de suas publicações e a gestão das coleções museográficas e artísticas. A esse panorama desolador somam-se a precariedade e a permanente ameaça de fechamento de centros de ensino artístico, casas de cultura, museus e espaços culturais. Finalmente, a cooperação internacional em matéria cultural tem seguido um padrão neoliberal e corporativista, enxergando na gestão e produção cultural de Honduras um *branding* potencialmente comercializável, como uma marca, a chamada "Marca País".

As e os artistas mobilizados em *Voces Contra El Golpe* ("Vozes Contra o Golpe"), etnias, mulheres e comunidade LGTBI em resistência questionam a forma "natural" de ver o mundo – imposta pela cultura hegemônica – que neutraliza a capacidade de subversão do "senso comum" conservador; constroem suas próprias respostas, específicas das classes populares e existentes em cada sociedade, que são constituídas pelas diferentes culturas que a integram. Os processos culturais que aí se realizam pressupõem a presença de culturas distintas relacionadas entre si e que ao longo da história foram se consolidando e questionando o monopólio da cultura, produzindo uma cultura contra-hegemônica, uma cultura insurgente.

O Conselho Cívico das Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) desde seu início figurou como uma referência unitária do movimento popular do departamento de Intibucá, da luta em defesa do meio ambiente, do resgate da cultura Lenca e da melhoria das condições de vida da população da região. A organização facilita a reivindicação e o reconhecimento dos direitos políticos, sociais, culturais e econômicos dos povos originários, promovendo a melhoria das condições de vida dos povos e comunidades indígenas Lenca e de Honduras. Depois do golpe, assumiu um papel fundamental como espaço gerador de debate, análises e ações que demandam o retorno ao Estado de direito, em consonância com seus pilares de luta: anticapitalismo, antipatriarcado e antirracismo. Dessa forma, articulou seu

trabalho com diferentes movimentos de base e participou de diversos espaços de articulação nacional contra o golpe. Berta Cáceres foi a dirigente de maior destaque nessa luta.

Nesse cenário, os movimentos sociais, os setores da cultura, do feminismo, da diversidade e das etnias têm motivos para defender o Estado de direito. O golpe desencadeou suas respostas e assim nasceu o *Partido Libre*, atualmente a primeira força política de oposição no país. Não devemos esquecer que o *Libre* surge do próprio coração do movimento social de resistência ao golpe de Estado.

No entanto, a participação dos seus eleitores nos processos eleitorais foi arrebatada por fraude nas eleições de 2013 e 2017. Graças às suas reivindicações, os conflitos próprios do novo sistema de partidos políticos e do sistema eleitoral viciado foram sendo superados e foram exigidas reformas para anular a fraude eleitoral. *Libre* conseguiu participar do Tribunal Superior Eleitoral e impulsionar as demandas de suas bases em relação à reestruturação do organismo, para que este deixe de privilegiar o velho bipartidarismo tradicional.

Evidentemente, o golpe de Estado alterou a agenda dos movimentos sociais. Trata-se agora de restabelecer a democracia hondurenha, já que atualmente existe um governo ditatorial, que colocou as instituições do Estado a serviço do capital estrangeiro e do narcotráfico, e a ruptura da ordem de direito acabou com o sistema republicano. Aos antigos problemas de pobreza, exclusão e desigualdade, somaram-se outros, como o crime organizado, a corrupção, a migração em massa, o enfraquecimento das instituições do Estado, a pandemia de covid-19 e os desastres socionaturais causados pelos furacões Eta e Iota.

Os movimentos sociais e as diferentes identidades assumem uma posição crítica no contexto de crise social e política. Em face da cultura hegemônica, produzem discursos contra-hegemônicos, e os setores subalternos atuam com cautela para elucidar a relação que mantêm com as classes dominantes na democracia contemporânea. Esses setores se expressam por meio de uma espécie de urdidura de significações que busca interpretar o pensamento, o sentimento e as ações de classe, criando seus próprios signos sociais e comunicando uma cultura nova e fresca.

Nesse contexto, os grupos étnicos se organizam e se tornam catalisadores das lutas emancipatórias e revolucionárias de nossa nação; manifestam-se em uma clara ruptura com as políticas de Estado que violam seu direito à terra, contra o racismo e em oposição ao golpe de 2009 e aos acontecimentos que o seguiram, nos quais foram destruídas as instituições que antes promoviam o respeito aos seus direitos e estimulavam as artes e os criadores. Cabe destacar o papel da Organização Fraternal Negra Hondurenha (Ofraneh), organização de base que luta pelos direitos do povo Garífuna, por seus direitos coletivos sociais, econômicos, culturais e territoriais e por sua autonomia, para anular a injustiça histórica e a perda do patrimônio de seu povo, resgatar e fortalecer a identidade e espiritualidade cultural ancestral.

Além disso, a Ofraneh estabelece uma agenda: organizar-se para defender e atuar de forma a proteger os recursos naturais básicos para a sobrevivência da humanidade, pois, como afirma a organização: "acreditamos na diversidade e na responsabilidade com o nosso planeta". Por outro lado, fazem causa comum com outros setores e organizações para consolidar o amplo movimento social de Honduras, construindo alianças e articulações em nível local, nacional e internacional.

Os Garífunas acompanharam o movimento social hondurenho na demanda por justiça desde o primeiro dia do julgamento pelo assassinato da defensora dos direitos humanos hondurenha, Berta Cáceres, e pela tentativa de homicídio de Gustavo Castro.

Recorde-se que o atentado à vida de Berta ocorreu no dia 2 de março de 2016, após uma jornada de efetiva mobilização social de organizações e ativistas, promovida pela organização liderada por Cáceres, o COPINH. Essas organizações e defensores se opuseram à construção do projeto hidrelétrico *Agua Zarca* e aos impactos que teria no território do povo indígena Lenca.

O crime contra "Bertita" foi amplamente reconhecido como um caso emblemático, em que

movimentos sociais e organizações de base contestaram um megaprojeto que ameaçava ter graves impactos sobre os direitos humanos. Como resultado, esses movimentos e organizações enfrentaram uma série de represálias violentas. Desde o assassinato de Berta Cáceres, o caso tem sido monitorado de perto por vários atores da sociedade civil da América Latina, incluindo vários membros do movimento social internacional.

Honduras tem estado sob o escrutínio da comunidade internacional, especialmente porque diversas e diversos juristas e defensores de direitos humanos denunciaram violações dos direitos das vítimas durante o processo, bem como o descumprimento da legislação processual aplicável. Observadores do caso Berta Cáceres alegaram a obstrução do processo judicial por meio do Ministério Público e esforços para evitar a realização de laudos periciais, entorpecer o devido processo, ocultar informações e impossibilitar a análise de provas e pareceres de especialistas, inclusive aqueles resgatados em buscas domiciliares, que poderiam implicar a empresa DESA, proprietária do projeto *Agua Zarca*. Os Copihnes denunciaram a recusa por parte do Ministério Público de pedidos de apresentação de informações e perícias indispensáveis ao processo de apuração da verdade. Também criticaram o governo hondurenho por ter se recusado a criar uma comissão independente que garantisse investigação adequada para o processo de justiça e tornaram público que os observadores evidenciaram a recusa, pelo Tribunal de Sentença responsável pela resolução desse primeiro processo judicial, em reconhecer o COPINH como vítima, embora tenha sido estabelecido que a principal defesa dos direitos humanos diante da ameaça de *Agua Zarca* foi o coletivo indígena. Relatos alegam que o Tribunal tampouco acatou a proposição de testemunhas-chave que atestariam a atuação de funcionários da DESA em relação ao crime, precarizando, assim, todo o sistema judicial.

Os membros da *Red-DESC* exigem que o Estado de Honduras cumpra sua obrigação de fazer justiça diante das graves violações de direitos humanos. Esses deveres decorrem, entre outras fontes, dos compromissos que o Estado hondurenho assumiu no âmbito da Convenção Americana de Direitos Humanos (particularmente, em seus artigos 1.1, 8.1 e 25) e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (em particular, em seu artigo 2.3). No emblemático caso Velásquez Rodríguez *vs*. Honduras perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ficou claro que os Estados que permitem a impunidade dos danos aos direitos humanos são internacionalmente responsáveis por esses abusos. Desde 2016, o relator especial para a situação dos defensores dos direitos humanos alerta para o risco de impunidade no caso do assassinato de Berta Cáceres.

Os povos indígenas organizados realizaram ações para esclarecer os antecedentes e o contexto em que ocorreu o crime contra Berta Cáceres; o movimento social e membros de grupos subalternos demandaram que o julgamento fosse realizado com transparência e o devido respeito aos direitos das vítimas, incluindo o reconhecimento do COPINH como vítima. Exigiram que o regime hondurenho tomasse as medidas necessárias para evitar futuros atos de repressão e violência contra os defensores dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Movimentos sociais e setores subalternos em resistência declaram em uníssono que chegou a hora de Honduras ter um sistema de justiça independente que busque a legalidade e a legitimidade, que garanta os direitos

humanos, que assuma a vontade política de acabar com a impunidade dos crimes cometidos contra as defensoras e os defensores dos direitos humanos no país.

O crime contra Berta Cáceres (La Esperanza, 4 de março de 1973 – La Esperanza, 3 de março de 2016), renomada ativista feminista, líder indígena e social, fundadora do COPINH – organização em que liderou manifestações em defesa do meio ambiente –, é visto como um castigo por sua ferrenha oposição à construção de projetos hidrelétricos no oeste de seu país. Ela declarou que esses projetos atentavam contra os direitos dos povos aos recursos naturais. Sua luta em defesa dos recursos naturais foi reconhecida internacionalmente e, em 2015, recebeu o Prêmio Ambiental Goldman, o maior reconhecimento mundial para ativistas ambientais. Posteriormente, em 2016, foi assassinada por suas lutas. Esse crime despertou a reação dos setores subalternos quase em sua totalidade: ainda hoje são escritos poesia, contos e música para que o legado de Berta não seja esquecido, e a luta para que seja feita justiça continua.

A reação dos setores subalternos foi avassaladora. Feministas, defensoras dos direitos das mulheres e outros grupos se manifestaram contra as ações da oligarquia hondurenha aliada aos interesses mais sombrios de Honduras e do planeta. Os movimentos sociais organizaram manifestações nas quais denunciaram, perante as instituições internacionais e do país, perante os poderes governamentais e os chamados poderes fáticos, seu profundo descontentamento e indignação diante da situação criada pelo golpe e a deterioração do sistema de justiça; desde então, as trabalhadoras e os trabalhadores da arte e do pensamento vêm denunciando as violações dos direitos humanos cometidas contra as mulheres e contra nosso povo em nome da democracia e da defesa de interesses privados ou de pequenos grupos.

Nos anos posteriores ao golpe, não se avançou na consolidação democrática do país; houve, pelo contrário, um notório retrocesso. A evidência mais clara disso é a manipulação contínua dos processos eleitorais que, nas recentes eleições de 2013 e 2017, geraram elevados níveis de desconfiança nos cidadãos. Os resultados das eleições gerais de novembro de 2013 e 2017 não foram reconhecidos pelos partidos políticos da oposição nem pelo movimento social; jovens estudantes universitários e artistas reagiram à fraude eleitoral.

Nesta década pós-golpe, a oligarquia golpista gerou uma cultura hegemônica e de dominação que é disseminada pela mídia paga. Discursos propagados pelas instituições do Estado fazem uso dos meios de comunicação a serviço do seu projeto. Exercem, até hoje, coerção e força física para impedir as ações coletivas dos movimentos sociais que produziram e reinventaram práticas contra-hegemônicas para dificultar o predomínio das classes que se impõem ao resto da sociedade com um sistema de significados próprios. Cientistas, poetas e artistas se opõem à pretensão desses setores reacionários que buscam impor ao resto da sociedade sua noção de *como se deve estar no mundo,* de como o mundo deve ser compreendido; estes esbarram no movimento de oposição que tem sua voz em poetas como Rigoberto Paredes, Galel Cárdenas, Lety Elvir, Diana Vallejo, Fabricio Estrada, Mayra Oyuela, Samuel Trigueros; em cantores-compositores como Karla Lara e Pavel Nuñez; em jovens intelectuais como Edgar Soriano e Nathalie Roque, entre outras e outros.

A abordagem etno-histórica, eixo central desta reflexão, permi-

te-nos contrastar a radicalização das posições dos sujeitos que são objeto desta reflexão, bem como a relação entre poder e resistência, com certas imagens propagandísticas que circulam hoje sobre as e os jovens e que encontram nestes uma espécie de condensação dos "males sociais" que estariam afetando e colocando em risco o funcionamento "normal" das sociedades. Um dos exemplos dessa estratégia é o questionamento do uso do capuz entre as e os estudantes durante os protestos.

A cultura hegemônica está vinculada ao exercício do poder; manifesta-se como dominação ideológica e cultural de uma classe sobre outra, mas também de um grupo étnico sobre outros grupos étnicos, de um gênero sobre outros gêneros, de uma faixa etária sobre outras faixas etárias. Por meio da cultura hegemônica, a violência é imposta sem intimidação pelas lideranças socioculturais, sendo, assim, aceita por setores acríticos da sociedade.

No entanto, existem grupos sociais que não se sentem representados por essa cultura hegemônica e lutam contra ela. A expressão das chamadas identidades dissidentes gera uma cultura contra-hegemônica. Os setores populares – as classes sociais mais pobres e as identidades excluídas – tomam consciência de sua situação e geram respostas ao discurso dominante.

Essas identidades subalternas são constituídas por pessoas historicamente marginalizadas, que participam desafiando a ideologia dos grupos dominantes, já que não tiveram a oportunidade de forjar suas próprias ideias, sua visão de mundo, seus hábitos de consumo, etc. Esses grupos recebem o exercício do poder, mas também produzem respostas e resistências, criando uma cultura contra-hegemônica. Exemplos claros são a linguagem, os conceitos e as perspectivas que surgem do movimento feminista, da diversidade, das etnias.

Um dos grupos subalternos mais castigados depois do golpe foi o das mulheres: a cultura patriarcal se fortaleceu e criou condições para galvanizar as atribuições de papéis segundo os quais elas deveriam se encarregar dos cuidados do lar e da reprodução. Depois do golpe, a primeira medida do governo *de facto* foi a proibição do uso, venda e comercialização da PAE (pílula anticoncepcional do dia seguinte), com o Decreto ministerial 2744-2009. Atualmente se dá um duro combate contra a pretensão de converter em pétreo o artigo 67 da Constituição, que proíbe o aborto em todas as circunstâncias.

Um exemplo de como Honduras regrediu no reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres é que até o momento foi impedida a aprovação da Lei Integral de Educação Sexual proposta pela deputada do *Libre,* Scherly Arriaga. Entre 2009 e 2018, 213.602 meninas vítimas de estupro foram obrigadas a ser mães.

Feministas denunciam que em Honduras ocorrem cerca de 50 mil interrupções de gravidez a cada ano, que são estigmatizadas socialmente e penalizadas por lei, o que viola o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo.

A cultura hegemônica evolui, e a contra-hegemônica também. Em ambas, conflitos e confrontos se refletem e se reproduzem para fazer funcionar o sistema de desigualdade e dominação e, inversamente, para tornar a sociedade cada vez mais justa e aprazível. Diante da cultura hegemônica, as e os integrantes dos grupos subalternos geram as condições para a formação de movimentos de luta contra as imposições de uma forma de ver o mundo que permite a reprodução do sistema; constroem um novo discurso descolonizador e exigem um novo lugar para as mulheres, os migrantes, a diversidade, as etnias, etc.

Esses conflitos criam uma realidade metamórfica; devido aos diferentes interesses em contradição, os movimentos contra-hegemônicos em oposição à ideologia dominante assumem a realidade como uma entidade não estática, mudam e geram respostas traduzidas em greves, canções, poesia e literatura. Nas ciências e nas artes, são feitas contribuições genuínas para a construção de uma cultura contra-hegemônica própria dos grupos subalternos como base para a democratização da sociedade.

Esses setores se levantam contra a hegemonia que se impõe pela cultura e se opõem à cultura conservadora que se difunde pelo sistema educacional,

Las Vidas
GARIFUNAS
tambien
IMPORTAN

NOT YOUR
TOY

pelo sistema religioso e pela mídia. Mais recentemente, jovens poetas, como Tatiana Sánchez, Carolina Torres, Venus Ixchel e Dariela Torres; *designers,* como Andrea Fonseca; e artistas teatrais, como Laura Yanez, passaram a questionar esses dispositivos que atuam por meio da educação dos submetidos e a assumir sua forma de ver o mundo como se fosse natural, principalmente nas artes revestidas do feminismo de resistência.

Suas vozes ecoam o grito de "parem o genocídio Garífuna!" e denunciam que o desaparecimento forçado de defensores Garífunas estabelece um preocupante padrão de violência contra defensores dos direitos humanos no país. Escritoras hondurenhas emitem comunicados por meio da Associação Nacional de Escritores de Honduras; além disso, a Rede de Intelectuais, Artistas e Movimentos Sociais em Defesa da Humanidade e o Grupo Político Cultural Coquimbo condenam energicamente o desaparecimento dos ativistas Garífunas em 18 de junho de 2020 e exigem que as autoridades investiguem seu desaparecimento com celerida

Esses setores subalternos se organizam e operam posicionando-se em claro alinhamento aos interesses mais sensíveis do povo hondurenho e pronunciando-se sobre fatos como as detenções, nos Estados Unidos, de membros do regime hondurenho vinculados ao narcotráfico, como Juan Antonio Hernández, irmão do chefe de Estado de Honduras. Pronunciam-se sobre eventos recentes, como a detenção de Genaro García Luna, ex-secretário de Segurança Pública no governo de Felipe Calderón, e do general Salvador Cienfuegos, ex-secretário de Defesa Nacional condecorado pelo chefe do regime hondurenho. Denunciam os vínculos do governo de Honduras com o governo de Enrique Peña Nieto e apontam evidências que os caracterizam como corruptos a serviço de máfias vinculadas às drogas que converteram o governo em um narcogoverno; pronunciam-se, porque entendem que é esse o mecanismo para fortalecer a democracia.

Da mesma forma, artistas, intelectuais e movimentos sociais assumem a defesa do princípio da não ingerência e exigem respeito às políticas internas de Cuba, Nicarágua e Venezuela; unem-se aos povos do mundo na celebração dos resultados das eleições na Bolívia em 18 de outubro de 2020, entre outros eventos da política internacional. Declaram abertamente seu internacionalismo solidário com os povos de nossa Abya Yala. Muitas e muitos se organizam na Rede de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade.

As trabalhadoras e os trabalhadores da arte denunciam, a respeito das relações de subordinação que o regime mantém com os Estados Unidos, o papel de Honduras perante os organismos internacionais, espaços em que a adesão ao império em detrimento dos interesses dos povos irmãos da América Latina foi e é historicamente repudiável; declaram-se contra o desenho de políticas públicas que afetam os migrantes hondurenhos com o intuito de manter "práticas de boa vizinhança" e se opõem à ingerência imperialista que mantém um bloqueio criminoso contra nossas irmãs e irmãos na Venezuela, Cuba e Nicarágua.

Elas e eles incentivam, com seus versos, suas canções, seus filmes, suas obras de teatro – atualmente, o *Teatro Memorias* com Tito Ochoa à frente –, a preservação das culturas originária, as campanhas de "fora JOH" – em referência ao presidente Juan Orlando Hernández; de "NÃO a *Ciudad Jaragua*" (em Merendón); de "Não ao Condado Santa Maria" (em La Tigra); de "Onde está o dinheiro?" (em resposta ao desvio dos fundos de emergência para enfrentar a covid-19); e de *#LaVidaGarífunaTambiénImporta*.

Também se manifestaram contra as Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico (Zedes), popularmente conhecidas como "cidades-modelo"; na ocasião, denunciaram a destituição ilegal e ilegítima, pelo Congresso Nacional, de quatro magistrados da Sala de Constitucionalidade do Supremo Tribunal de Justiça por terem declarado inconstitucional, em 2012, a Lei das Zedes.

Como já descrevemos, artistas, intelectuais, movimentos sociais, em sua condição de setores subalternos, promovem processos de democratização, cada um em suas trincheiras e de forma diferente. Quando agem, lutam, resistem e deslegitimam o regime narcodita-

torial entronizado em Honduras, impedem que se aprofunde a crise das conquistas sociais. Lutam pela ampliação dos direitos humanos e, ao longo do período pós-golpe e após dois governos conservadores – Porfirio Lobo Sosa (2010-2014) e Juan Orlando Hernández (2014-2022) –, em face dos retrocessos democráticos que constituem verdadeiros processos de desdemocratização, o movimento social respondeu repetidas vezes, reinventando-se para denunciar a corrupção. Um bom exemplo disso é a campanha de protesto "Onde está o dinheiro?"

Em outros contextos, o movimento social, artistas e intelectuais se enfrentam à dinâmica econômica promovida pela indústria das *maquilas,* telecomunicações, finanças, turismo, comércio e setor financeiro, que enriquece poucos e empobrece a maioria. Expõem que esses grupos econômicos cresceram não só pelo dinamismo da economia, mas também graças a um Estado claramente neoliberal que lhes deu vantagens com as privatizações, concessões e exonerações, sendo o caso mais representativo o da família Atala e de Corrales Padilla. Tudo isso em detrimento dos setores médios e dos setores populares historicamente excluídos.

Acusam as elites e os grupos econômicos vinculados às redes de corrupção e do crime organizado, que são denunciados como responsáveis pela destruição da frágil democracia e do Estado de direito e apontados como violadores da Carta Constitucional, o que facilita o crescimento da impunidade e da corrupção, conforme evidenciado por diversos relatórios de organismos nacionais e internacionais. Da mesma forma, apontam os altos níveis de desproteção em que se encontram os cidadãos, sendo o território nacional um dos mais perigosos do mundo para o exercício do jornalismo, da liberdade de expressão, do direito ao protesto e da defesa dos direitos humanos.

Além disso, os intelectuais identificados com os setores subalternos analisam o discurso hegemônico a fim de investigar a marca e o significado contextual das mensagens que provêm do dispositivo ideológico do poder. Empregam suas próprias estratégias de interpretação acumuladas, que resultam na produção de informações documentais sobre o entorno dos grupos hegemônicos. Abordam a difusão da informação recorrendo a vários elementos teóricos da análise do discurso: definições, antecedentes, funções, interdisciplinaridade e objeto de estudo. Adotam a análise do discurso como método que pode complementar o processamento da informação e a análise de conteúdo tradicional para conseguir representar o estágio do conhecimento e as experiências dos produtores de textos da oligarquia no poder, como faz o grupo político-cultural Coquimbo.

Nestes anos de grande conflitividade, os setores sociais e políticos trabalharam e reinventaram mecanismos de criação e fortalecimento de redes de informação, ação artística cultural, coordenação e mobilização que vinculam intelectuais e artistas a fóruns sociais e lutas populares para garantir a continuidade dos esforços históricos de nossas e nossos ancestrais em defesa da Humanidade, em defesa de nosso planeta para todas e todos, em defesa da integração dos povos, em defesa de uma economia emancipadora e solidária, em defesa da soberania e da legalidade nacional e internacional, em defesa da unidade na diversidade e da cultura para todas e todos, em defesa do conhecimento para todas e todos, em defesa da memória e em defesa da paz.

Por fim, é importante enfatizar que trabalhadoras e trabalhadores da cultura, feministas e integrantes da comunidade LGTBI em Honduras entendem e assumem seu papel na urgente criação de uma trincheira de resistência diante da exclusão, alistando-se na desconstrução da cultura patriarcal que sustenta as desigualdades que nos oprimem, para construir em seu lugar uma sociedade democrática no âmbito da política, da economia e da cultura

Notas

[1] Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras

[2] "Sistema educativo hondureño a la deriva", artigo jornalístico online de Contracorriente, 3 de dezembro de 2020. Consultado em: 9 jan. 2021.

[3] El Pulso, 30 abr. 2016. Disponível em: http://elpulso.hn/casa-de-la-cultura-de-san-pedro-sula-mas-de-dos-decadas-construyendola/.

Referências

ARTEFORO. Creación, identidad y resistencia – perspectivas contrahegemónicas en la producción artística Regional, UNAH, Universidad Nacional Autónoma de Honduras, transmitido ao vivo em 14 ago. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/unahoficial/videos/78708838202726.

ARTISTAS en resistencia. *Artista em Resistência*, 26 jan. 2011. Disponível em: https://artistaresiste.wordpress.com/2011/01/26/fallece-el-companero-artista-en-resistencia-darwin-rodriguez/.

ARTISTAS populares de Honduras junto a la resistencia popular. *Cuba Debate*, 18 jul. 2019. Disponível em: http://www.cubadebate.cu/noticias/2009/07/18/artistas-populares-de-honduras-junto-a-la-resistencia-popular-video/#.X8SEbC9t-fU.

ARTISTAS populares hondureños hacen canciones para reafirmar la resistencia al golpe y obtener los cambios democráticos. *Radio Mundo Real*, 17 set. 2009. Disponível em: http://www.radiomundoreal.fm/La-resistencia-tambien-canta.

BOURDIEU, Pierre. *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

COMUNICADO Artistas en Resistencia: Socialismo o Barbarie. SoB Honduras, 7 set. 2011. Disponível em: https://www.sobhonduras.org/index.php?view=category&id=51%3Acomunicados&option=com_content&Itemid=75&limitstart=20.

COMUNICADO de Feministas en Resistencia por la muerte del artista miembro de la Comunidad de la Diversidad Renan Fajardo. *Blog Estudios de la mujer*, 12 ago. 2009. Disponível em: https://estudiosdelamujer.wordpress.com/4-feministas-en-resistencia-

ELVIR, Lety. Honduras: Golpe y Pluma, Antología de Poesía Resistente. *Youtube*, Canal Anarella Vélez, 23 out. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XqDyO-CO7XE.

comunicado-de-andeh/.

FEIXA, Carles. *De jóvenes, bandas y tribus*. Antropología de la juventud. Barcelona: Ariel, 1998.

FEMINISTAS en Resistencia. *Boletín Feministas en Resistencia*, v. 1, n. 1, 2 jul. 2009. Disponível em: https://derechosdelamujer.org/documentos/boletin-feministas-en-resistencia-no-1/.

FEMINISTAS en Resistencia. *Boletín Feministas en Resistencia*, n. 2, 4 jul. 2009. Disponível em: https://derechosdelamujer.org/documentos/boletin-feministas-en-resistencia-no-2/.

FERNÁNDEZ, Ana María. *La mujer de la ilusión*: pactos y contratos entre hombres y mujeres. Buenos Aires: Paidós, 2006.

GIRALDO, Santiago. Nota Introductoria a Gayatri Spivak: "¿Puede hablar el subalterno?". *Revista Colombiana de Antropología*, Bogotá, v. 39, jan.-dez. 2003.

GROSSBERG, Lawrence. Stuart Hall sobre raza y racismo: estudios culturales y la práctica del contextualismo. *Revista de Humanidades Tabula Rasa*, n. 005. Bogotá:

HALL, Stanley. *Adolescence*. Nova Iorque: Appleton, 1904. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2006.

HALL, Stuart. *¿Quién necesita identidad?* En Stuart Hall y Paul Du Gay: Cuestiones de identidad cultural. Madri: Amorrortu, 1996.

_____. What is black in popular culture?. *In*: GUINS, Raiford A.; CRUZ, Zaragoza (ed.). *Popular Culture*: A Reader. London: Sage Publications, 1992.

HONDURAS. Comunicado del Frente de los Artistas en Resistencia. CADTM, 8 nov. 2009. Disponível em: http://www.cadtm.org/spip.php?page=imprimer&id_article=4965.

_____. Entrevista con Artistas en Resistencia. *La Colectiva Radio*, 12 jul. 2011. Disponível em: https://lacolectiva.org.ar/honduras-entrevista-con-artistas-en-resistencia/.

INAKI. Resistencia hondureña en la voz de Karla Lara. El Telecote, 24 jul. 2010. Disponível em: http://eltecolote.org/content/es/desde-honduras-karla-lara-en-concierto-2/.

ISLA, Alejandro; MIGUEZ, Daniel. *Heridas urbanas*: violencia delictiva y transformaciones sociales en los noventa. Buenos Aires: Editorial de las Ciencias, 2003.

JOUBERT-CECI, Berta. Líderes de la resistencia hondureña prometen continuar la lucha contra el golpe militar. *Mundo Obrero*, 20 jul. 2009. Disponível em: https://www.workers.org/mo/2009/honduras_0806/.

LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolutions of Our Time*. Londres: Verso, 1990.

LAMAS, Marta. Introducción. In: _____ (compiladora). *El género*. La construcción cultural de la diferencia sexual. México: UNAM, 2000.

LANZA, Carlos; CABALLERO, Ramón. *Contrapunto de la forma*. Ensayos críticos sobre arte hondureño y centroamericano. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2012. (Edición digital a partir de Tegucigalpa, Honduras, Secretaría de Cultura, Artes y Deportes, 2007.) Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra/contrapunto-de-la-forma-ensayos-criticos-sobre-arte-hondureno-y-centroamericano/.

MADRID, Zoila; KOROL, Claudia; MARTÍNEZ, Yanet. Melissa Cardoza: 13 colores de la Resistencia Hondureña

(Costa Rica, 2010, Honduras, 2012). *Revista Internacional de Pensamiento Político*, v. 9, 2014. Disponível em: https://www.upo.es/revistas/index.php/ripp/article/view/3646/2886.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. *In*: CUBIDES, H. J; LAVERDE, M. C; VALDERRAMA, C. E. (eds.). *Viviendo a toda* – Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Bogotá: Siglo del Hombre. Departamento de Investigaciones, Universidad Central, 1998.

MDR - Movimiento de Diversidad en Resistencia, 20 mar. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimiento.de.Diversidad.en.Resistencia/photos/honduraselarte-no-solo-está-en-museos-o-en-teatros-el-arte-también-puede-tomars/1274160776093411/.

MONOD, Jean Los Barjots. *Etnologías de bandas juveniles*. Barcelona: Ariel, 1970.

ORTEGA, Emmanuel. Entrevista com Gustavo Larach, curador geral da terceira Bienal de Honduras, [s.d]. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/151582935.pdf.

POETAS españoles del Festiva de Granada solidarios con el pueblo de Honduras, 2009. *Artista Resiste*, 27 maio 2010. Disponível em: https://artistaresiste.wordpress.com/2010/05/27/poetas-espanoles-del-festival-de-granada-solidarios-con-el-pueblo-de-honduras-2009/.

QUIGLEY, Bill; RAYMOND, Laura: El Movimiento de Resistencia en Honduras muestra señales de progreso. *Rebelión*, 28 out. 2010. Disponível em: https://rebelion.org/el-movimiento-de-resistencia-en-honduras-muestra-senales-de-progreso/.

QUIOTO, Josefina Dobinger Álvarez. Realidad visible e invisible: Fosas colectivas del olvido recordadas en la memoria del cuerpo. *Innovare*, v. 7, n. 2, nov. 2018. Disponível em: https://unitec.edu/innovare/published/volume-7/number-2/7211-realidad-visible-e-invisible-fosas-colectivas-del-olvido-recordadas-en-la-memoria-del-cuerpo.pdf.

RUIZ, Gladis Torres. "Feministas en resistencia" se consolida en Honduras. *Mujeres en Red* – El Periódico Feminista, 2009. Disponível em: http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1788.

SALGADO, Renán Godofredo Valdez. Golpe de Estado y Resistencia Popular em Honduras. *Pueblos* – Revista de Información y Debate, 23 jun. 2010. Disponível em: http://www.revistapueblos.org/blog/2010/06/23/golpe-de-estado-y-resistencia-popular-en-honduras/.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. *In*: LAMAS, Marta (compiladora). *El género*. La construcción cultural de la diferencia sexual. México: UNAM, 2000.

SPIVAK, Gayatri. ¿Puede hablar el sujeto subalterno? *Orbis Tertius*, n. 6, ano 6, La Plata: Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria e Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IDIHCS), Universidad Nacional de La Plata. 1999.

SOSA, Eugenio. *Democracia y movimientos sociales en Honduras:* de la transición política a la ciudadanía indignada. Tegucigalpa: Editorial Guaymuras, 2017.

TERCO Producciones. "¿Quién dijo miedo...". *Youtube*, Canal Terco Producciones, 22 abr. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PJcRrf9QmEA.

VEJA, Monica Mateos. Filtración del chat revela intención de "desactivar" grupos artísticos. *La Jornada*, 2 dez. 2020. Disponível em: https://www.jornada.com.mx/notas/2020/12/02/cultura/artistas-denuncian-filtracion-de-cultura-por-desactivacion-de-colectivos/.

VILA, Pablo. Música e identidad. La capacidad interpeladora y narrativa de los sonidos, las letras y las actuaciones musicales. *In:* PICCINI, Mabel; MANTECÓN, Ana Rosas; SCHMILCHUK, Graciela (coord.). *Recepción artística y consumo cultural*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Instituto Nacional de Bellas Artes, Centro Nacional de Investigación, Documentación e Información de Artes Plásticas, Ediciones Casa Juan Pablos, 2000.

"Vitácora del párvulo". https://fabricioestrada.blogspot.com/2010/07/posicionamiento-del-fnrp-frente-sica-y.html

Agradecimento

Agradeço a todos que propiciaram este encontro para refletir sobre as mudanças trazidas pela participação dos grupos subalternos na construção da democracia em Nossa América. Obrigado a todos que nos aproximaram e nos vincularam para que hoje possamos repensar as questões que nos inquietam. Meus agradecimentos ao Dr. Wagner Iglecias, por convocar este Seminário Internacional, "As crises da democracia e as respostas do campo progressista na América Latina", organizado pela Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro; à nossa moderadora, Deputada Lidice Mata; à nossa curadora científica, Tamara Crantschaninov; e a Karina Saes, por seu apoio logístico e técnico.

Diogenes Diaz[1]

O ROSTO DOS AUSENTES nas democracias da América Latina e do Caribe

Não há democracia com racismo. A afirmação procede porque entendemos o racismo como um mecanismo de dominação, fruto de uma criação da civilização ocidental consolidada no modelo da sociedade capitalista. As ciências sociais e políticas se encarregaram de justificar esse dispositivo de dominação por meio de um pensamento elaborado na construção de narrativas ou imaginários sobre a naturalização das relações sociais e a justificação, ainda no século XXI, de seres humanos superiores a outros. Há uma trágica contradição nos modelos políticos chamados democráticos ou socialismos com a sobrevivência do racismo em seu interior: a prática racista é a ferramenta principal da desigualdade social. Os modelos políticos tentam não reconhecer o racismo e a discriminação como um fenômeno social que define as rotas das relações sociais e políticas; são os principais mediadores até mesmo na construção de políticas públicas. Superar as dificuldades em compreender a realidade social implica que em qualquer menção devemos reconhecer a tradição histórica das lutas dos ausentes; as lutas de nossas maiorias. A ausência nos discursos ou nas memórias institucionais do protagonismo das maiorias faz parte do imaginário que se converteu em história oficial, conseguindo desmemoriar como forma de silenciar seu protagonismo. Colocá-los como ausentes é o exercício de uma forma de dominação elaborada como reprodução dos mecanismos de controle social pelas elites políticas. É preciso reinventar a emancipação social como um percurso que reconheça a ruptura com o pensamento das ciências sociais tradicionais, consolidando a globalização alternativa como um horizonte das forças contra-hegemônicas (DE SOUSA SANTOS, 2004). O desmantelamento do esquema de pensamento dominante requer uma combinação de investigação teórica e ação política para propor uma democracia sem racismo.

O conceito de colonialidade do poder esclarece essa penumbra social. A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como uma pedra angular do sistema de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e em escala social (QUIJANO, 2007) que se sustentam no desmantelamento das dimensões das relações de poder baseadas na exploração do trabalho, racismo e dominação cultural, dominação de gênero e sexual e, por fim, castração do conhecimento. A colonialidade do poder refere-se ao prolongamento contemporâneo das bases coloniais que sustentaram a formação da ordem capitalista. A colonialidade do poder implicou a imposição de uma classificação perversa às diversas populações e culturas do mundo (PAJUELO, 2002).

Esse conceito propõe uma revisão mais abrangente das práticas racistas e sua articulação com as questões da classe social, gênero e produção de conhecimento. Todas as dimensões representam formas de dominação intimamente vinculadas enquanto mecanismo de reprodução do modelo social capitalista. A partir desse modelo conceitual, entendemos que, na contramão dos conceitos estabelecidos, a produção de conhecimento e as práticas políticas descolonizadoras tendem a desmontar todo o discurso sobre os afrodescendentes, compreender profundamente as relações de poder que geraram sua condição atual e desarmar criticamente toda as concepções sobre sua cultura, sexualidade e gênero. Falamos de uma luta acirrada contra o capitalismo como civilização, o racismo como violência, o patriarcado e o sexismo.

A luta das maiorias ausentes são também as lutas contra a exploração no trabalho, o patriarcado, a desigualdade e a exclusão social. Sem pretender fazer história, enfatizamos que as contribuições políticas dos povos indígenas e afrodescendentes na construção de nossas nações são abertamente ignoradas; o apagamento das contribuições à nossa soberania e independência é uma demonstração do domínio de um esquema de pensamento. As rebeliões das africanas e dos africanos escravizados em espaços autogeridos chamados quilombos, palenques ou *cumbes* foram ações contra o regime colonial; insurreições ocorridas antes dos processos independentistas evidenciam a apresentação de outros modelos políticos diante do sistema dominante. O próprio conceito de República é rastreado nas revoluções francesa e estadunidense,

negligenciando a Revolução Haitiana de 1804 como experiência mais próxima. Mesmo sendo a primeira nação livre e soberana de nosso continente, com importante reivindicação dos direitos dos afrodescendentes, o Haiti em nossa memória hoje não é aquele dos descendentes de africanas e africanos que derrotaram o maior exército da época; nem o das maiorias que impuseram sua versão de modelo social anticolonial. O Haiti é um país deprimido, resistindo à ofensiva do capitalismo selvagem e dando os piores exemplos de desigualdades, corrupção, repressão e extermínio nas mãos dos diversos governos da primeira nação livre do continente, com honrosas exceções.

Os tempos de mudanças e transformações em nosso continente são os melhores episódios da tradição de combate à pobreza das maiorias ausentes, compostas por povos originários, afrodescendentes, camponeses e trabalhadores urbanos. Os rostos da pobreza são indígenas e negros, principalmente perfis de mulheres. As décadas de 80 e 90 do século passado — descritas por seus legitimadores como tempos de prosperidade graças ao neoliberalismo, mudanças culturais devidas à globalização, imposição de um modelo político único depois da queda do Muro de Berlim — encontraram nas multidões empobrecidas obstáculos nas ruas para suas receitas econômicas. Longa é a epopeia escrita nas ruas de ações contra-hegemônicas; muitas foram confirmadas por inesquecíveis repressões, assassinatos e desaparecimentos. Os espaços sociais e as pausas traumáticas deixadas pelos bipolares partidos de esquerda, alguns deles órfãos, foram preenchidos pelas revoltas das incorretamente chamadas minorias. É visível a presença de novos atores sociais, de novas caras em nossa história política; movimentos de movimentos em suas lutas, reduzidas a agendas particulares ou problemáticas locais, converteram-se em uma dinâmica insurgente. Tempos de multidões.

Os rostos que sempre existiram reapareceram com iniciativas próprias. No caso dos povos originários e afrodescendentes, as identidades culturais foram as ferramentas iniciais de resistência, a experiência contra genocídios, deslocamentos e expropriação de territórios reforçou a estável pobreza inoculada pelo neoliberalismo. As múltiplas respostas a partir de cada um de seus cenários geraram ventos de mudança em nossa América Latina. O terreno conquistado pelas lutas dos movimentos sociais contra a globalização, o desmantelamento do "fim da história" e o surgimento do assexuado discurso pós-modernista, que clausurava qualquer argumento insurrecional, teve pouco tempo para celebrar sua hegemonia. As lutas dos ausentes, os verdadeiros protagonistas, prepararam a ideia de um novo horizonte político.

Destacamos a transformação dos coletivos negros: de experiências políticas locais, correntes intelectuais e sobretudo um movimento de resistência cultural, passam a movimentos sociais com discursos políticos irreverentes. A experiência das alianças de diferentes processos organizacionais negros na região tem antecedentes nas lutas heroicas contra a colônia, na consolidação das repúblicas com sua incorporação aos exércitos nacionais, nas rebeliões camponesas, lutas sindicais e insurreições armadas, mas se passaram décadas até que se apostasse na construção de uma plataforma com agendas comuns. Dá-se o salto qualitativo da defesa do seu património cultural à luta por seus direitos humanos de forma orgânica, não apenas consolidando estruturas organizacionais locais e nacionais, mas também assumindo um nível de consciência que atravessa fronteiras e estabelecendo alianças com organizações ou movimentos homólogos, compostos por criadores culturais, intelectuais, líderes comunitários e feministas; a experiência dessas articulações continentais permitiu avançar na maturidade política dos afrodescendentes.

> Em setembro de 2000, a Aliança Estratégica Afro-latino-americana foi criada em San José, Costa Rica, composta por ONGs, redes, lideranças e agrupações do continente para preparar uma agenda de trabalho para a III Conferência Universal contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância e suas Formas Conexas, a ser realizada na cidade de Durban. [...] No mês de dezembro, a Aliança Estratégica Latino-Americana, em conjunto com a *Fundación Ideas*, do Chile, promoveu, antes da Pré-Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo, a Conferência Cidadã contra o Racismo, realizada em Santiago do Chile entre 3 e 4 de dezem-

> bro de 2000, onde as novas formas de racismo foram analisadas e as ONGs do continente assumiram uma posição: a de que o racismo tinha novas formas e também se tornara mais agudo em muitos países do continente. (GARCÍA, 2001, p. 85)

A criação do termo "afrodescendente" como uma autoconstrução social surgida na mencionada conferência no Chile foi desenvolvida anteriormente em encontros como o do Rio de Janeiro, no Brasil, em 1999, do qual participou um movimento social beligerante e determinado. Significou uma ruptura com uma concepção dominante, colonialista e epistemologicamente racista, por sua condição de eurocêntrica, que se exercia para explicar a presença da africanidade e dos seus descendentes. Sua definição foi desde o início uma ferramenta política para a luta e posicionamento dos descendentes de africanos a partir de uma concepção total e complexa, descartando as simplificações que destacam uma contribuição ou uma característica. Para destacar o exposto, recorro ao denso argumento de Agustín Lao-Montes:

> O processo de Durban serviu de espaço organizacional e pedagógico para a formação e consolidação de redes afro-latinas de movimentos sociais, como a Aliança Estratégica e a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora. A Rede de Mulheres foi organizada em 1992 em um congresso na República Dominicana, o que revela um processo de organização de redes de mulheres negras que tendem a se organizar primeiro, e também indica que as mulheres afro-latinas tiveram um papel importante ao colocar a questão racial no centro do debate feminista, incluindo as conferências mundiais de mulheres, como o encontro de 1992 em Pequim. Foi nesse processo de organização hemisférica (desde as escalas local e nacional até os níveis transnacionais) que o movimento desenvolveu uma liderança coletiva e uma identidade política. Como disse Romero Rodríguez, líder da organização Mundo Afro no Uruguai, em um dos encontros mais importantes da rede, em 2000, em Santiago do Chile, "entramos Negros e saímos Afrodescendentes", querendo dizer que o movimento cunhou o termo afrodescendente como uma nova identidade política com o propósito de incluir as pessoas de descendência africana de todas as cores e apesar de uma infinidade de diferenças. O termo Afrodescendente, gestado e negociado pelas redes transnacionais do movimento negro na América Latina, foi posteriormente adotado pela ONU, por ONGs e por organismos internacionais de vários tipos (da Fundação Ford ao Banco Mundial). Como categoria política, o significante afrodescendente também representa a disposição de desenvolver laços diaspóricos com membros da diáspora africana global nas Américas e em outras partes do mundo.

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Discriminação, organizada pela Organização das Nações Unidas, em Durban, África do Sul, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, foi de enorme importância para as causas contra o racismo e para a democracia, ao mesmo tempo que foi motivo de grande controvérsia. Como observamos, o processo que levou a Durban revitalizou a agenda global antirracismo, ao mesmo tempo que facilitou o surgimento de uma arena política afrodescendente na América Latina. No entanto, os Estados Unidos (acompanhados principalmente por Canadá e Israel) abandonaram a conferência em protesto contra dois elementos que claramente deveriam ser aprovados no documento de consenso: a declaração do sionismo como forma de racismo (especificamente contra os palestinos) e a defesa de medidas de justiça reparadora baseadas no reconhecimento da escravidão transatlântica e seus efeitos históricos como crime de lesa-humanidade. A Declaração e o Plano de Ação de Durban, o documento aprovado na conferência e seus mecanismos de implementação, representam um acordo altamente democrático com um programa prático claro e viável de medidas concretas contra o racismo e em favor da justiça e equidade racial. Depois do boicote de várias potências ocidentais ao encontro de Durban e seu pacto, liderado pelos Estados Unidos, a região do mundo em que as diretrizes de Durban contra o racismo mais se destacaram foi a América Latina. (LAO-MONTES, 2009|, p. 223 - 224).

A experiência acumulada ao longo das lutas contra os planos neoliberais comprometeu os mo-

vimentos afrodescendentes com o surgimento de governos progressistas, fortalecendo as lideranças negras nos países que protagonizaram essas mudanças políticas: participaram da construção de políticas públicas, cumprindo funções em instituições criadas por mandato da declaração e do plano de ação de Durban e pela identidade política com esses novos governos. Em um balanço ainda não concluído, avançamos quanto à criação de institucionalidade e espaços alcançados pelos signatários da convenção internacional mencionada e nas propostas feitas pelos representantes das comunidades e dos povos afrodescendentes. Esse apego aos novos governos teve apenas um efeito negativo: a perda da autonomia e da agenda do movimento social que era a principal fonte de sua beligerância e geradora de iniciativas pelos seus direitos. Entendemos as dificuldades apresentadas como parte das limitações nas concepções da esquerda tradicional ou da nova esquerda formada nos velhos esquemas das escolas marxistas ortodoxas, sem permitir que outros espaços sejam considerados espaços de luta ou cenários de contradições contra o sistema capitalista. Um bom exemplo é o chamado Foro de São Paulo, plataforma de encontro de partidos de esquerda com matizes diversos, que ignorava em sua agenda a questão dos afrodescendentes ou a presença africana como problema político. Em 2012, em sua versão realizada em Caracas, fez-se uma Oficina de Afrodescendentes, um espaço para imitar o lugar dos indígenas, mulheres e jovens que realizam seus encontros políticos em sua programação. Desde 2013, foram realizados breves encontros de afrodescendentes até desaparecerem, reaparecendo depois na convocação do Foro de São Paulo 2019 na cidade de Caracas, quando ocorreu um fato lamentável que posteriormente se converteu em uma vitória dos setores afrodescendentes. Na declaração final do referido encontro, os afrodescendentes não foram mencionados, evidenciando a invisibilidade e a exclusão em nossos tempos, em sua maioria por representantes de partidos e organizações que defendem os direitos humanos, os direitos das maiorias e todas as reivindicações igualitárias. A reclamação foi imediatamente manifestada no plenário, gerando a solidariedade imediata dos povos originários e mulheres presentes. Embora o gesto discriminatório tenha sido retificado, a tensão política e o embate conceitual permaneceram na história desse espaço de esquerda.

Essa inaceitável invisibilidade política reproduz os mesmos esquemas dos setores reacionários, junto à cooptação em uma contradição aberta daqueles que propõem as diferentes versões do socialismo ou repensam a democracia na nossa região. A ignorância da esquerda sobre o tema não a exime de culpa ao cair em práticas discriminatórias e racistas; esse é um problema estrutural das nossas sociedades e dele não está isenta a sarcasticamente chamada Esquerda Branca. O debate sobre democracia e identidades deve incluir os problemas do racismo em nossa sociedade. Reitero: não há socialismo com racismo em suas entranhas.

Não deixamos de assinalar as iniciativas dos setores reacionários para especificar o principal inimigo dessa disputa entre os movimentos sociais afrodescendentes e o Estado; falamos dos espaços ou instituições formais da democracia burguesa, ou democracia representativa; do uso da chamada sociedade civil como instrumento de mediação entre as comunidades e os governos de direita, bem como os rostos daqueles que, em nome dos ausentes, assumem ou expropriam sua voz, as chamadas organizações não governamentais (ONGs). Devido à maturidade demonstrada pelos movimentos afrodescendentes em sua participação vitoriosa na Cúpula de Durban e aos espaços conquistados em certos governos progressistas, o modelo político dominante criou uma corrente dentro dos movimentos afrodescendentes para intervir em seu desenvolvimento e mediar pelos interesses das grandes corporações e castas políticas privilegiadas, especialmente nas disputas por territórios e espaços políticos a serem ocupados. O intelectual ativista Jesús Chucho García chamou essa corrente de "afrodireita":

> Temos de parar e explicar o que entendemos como afrodireita, um termo que gera reações de alguns setores de matizes políticos que estão nessa linhagem ou outros que não compartilham a sua utilização, que consideram sectária. Não há um conceito acabado, mas existem alguns elementos que definem a prática da afrodireita. Poderíamos falar, em primeiro lugar, daqueles militantes de partidos de direita e, em alguns casos, de extrema direita, que por concepção ideoló-

gica são reacionários; uma parte importante deles ocupa cargos políticos em governos de orientação neoliberal, essa casta está claramente identificada com os planos da direita internacional, sua capacidade de negociação a coloca em posições institucionais a partir das quais são gerados planos para as comunidades afrodescendentes. Outro setor é formado por certa intelectualidade de origem afro, consagrada e localizada em espaços privilegiados que manejam um discurso de reivindicação de direitos, fervorosos defensores da identidade a partir de um discurso de neutralidade e que exagera de maneira prepotente suas capacidades individuais. Normalmente o encontramos nas folhas de pagamento como assessores de programas; diríamos que são uma elite que vive do tema sem ter compromisso político. Por outro lado, encontramos certos e certas porta-vozes de organizações, fundações ou coletivos, geralmente residentes nas grandes capitais, reconhecidos por si próprios como porta-vozes das comunidades afrodescendentes, que montam os eternos projetos sociais, recebendo financiamento do governo do momento e até da USAID, muito ativos, organizadores de eventos, congressos ou qualquer tipo de espetáculo que faça barulho junto às entidades governamentais. É uma maioria importante no submundo da afrodireita; geralmente há uma cumplicidade entre esses gestores, intelectuais e funcionários para comemorar o mês afro de algum país, uma data memorável ou feriado marcante. Em suma, a questão afrodescendente se torna um grande negócio, dependendo do subgrupo a que pertencem ou dos contatos que mantêm com as elites do poder. (DÍAZ, 2013, p. 29)

Levando em consideração nosso esquema conceitual para compreender a realidade dos afrodescendentes, a postura diante da realidade política do próprio continente e as posições políticas encontradas no campo das lideranças afrodescendentes, não quisemos fazer uma avaliação da Declaração de Durban vinte anos depois, nem das conquistas da Declaração Internacional da Década 2015-2024 em desenvolvimento. Nas entrelinhas, elaboramos o tema da desigualdade social e da democracia, dos diferentes modelos políticos. A caracterização da situação das comunidades e povos afrodescendentes em estudos recentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) estabelece que há cerca de 134 milhões de pessoas de identidade afrodescendente na América Latina, representando 21% de sua população total; há casos como o do Brasil, em que representam a metade da nação, ou quase 100 milhões. Os eixos dessa desigualdade social, combinados com a desigualdade étnico-racial, são baixa renda, opção de trabalho e emprego, proteção social, educação, saúde e nutrição, usufruto de serviços básicos, acesso a tecnologias de informação e comunicação, segurança cidadã, vida livre de violência e participação na tomada de decisões. Esse último ponto, trabalhado nas entrelinhas deste artigo, leva-nos a concluir que a desigualdade social, expressa em condições de pobreza, violência contra mulheres discriminadas e jovens, produz extermínio ou genocídio (os casos da Colômbia, com os homicídios de lideranças sociais, e das favelas do Brasil, com os assassinatos de jovens por policiais militares, são emblemáticos); a incorporação aos sistemas de educação e trabalho dão um claro relato da exclusão social. Diante desse quadro, podemos falar de uma distância entre as democracias e as comunidades afrodescendentes. Sem intenção de aprofundar, o recente caso dos protestos após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos evidencia como o racismo e a pandemia aprofundaram a desigualdade social no chamado "berço da democracia", levando sua população à morte.

Há cerca de 134 milhões de pessoas de identidade afrodescendente na América Latina, representando 21% de sua população total; há casos como o do Brasil, em que representam a metade da nação.

Não é possível superar os grandes desafios que a região enfrenta, profundamente exacerbados no contexto da pandemia, e caminhar rumo à igualdade pelo caminho de um desenvolvimento inclusivo como pilar fundamental de um novo modelo de desenvolvimento sustentável sem tomar ações decisivas para avançar no reconhecimento, proteção e garantia dos direitos da população afrodescendente. Isso requer também considerar as formas múltiplas e simultâneas de desigualdade, discriminação e exclusão sofridas por mulheres afrodescendentes, crianças, adolescentes e jovens afrodescendentes, pessoas idosas e pessoas migrantes afrodescendentes, pessoas afrodescendentes com deficiência, pessoas afrodescendentes lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexuais (LGBTI), aquelas que vivem em zonas rurais, em comunidades tradicionais, em territórios atrasados e nas periferias dos grandes centros urbanos. Sem igualdade étnico-racial não há democracia efetiva nem cidadania plena e, portanto, não há desenvolvimento sustentável.

Garantir e aprofundar a democracia implica a necessidade de desmantelar a cultura do privilégio, bem como de construir e consolidar sistemas universais de educação, saúde e proteção social, ao mesmo tempo em que se amplia o acesso à moradia, o trabalho decente, a participação, a cultura e a possibilidade de viver uma vida livre de violência, avançando em direção a um Estado de bem-estar capaz de garantir os direitos de toda a população. No entanto, para que o universalismo seja efetivo e verdadeiramente inclusivo, é necessário que seja também sensível às diferenças étnico-raciais e contemple políticas e estratégias destinadas a fechar lacunas e superar barreiras de acesso que continuam afetando gravemente a população afrodescendente. As pessoas afrodescendentes se unem a essa trajetória não apenas com suas demandas de reconhecimento e reparação pelos erros do passado, mas também com sua contribuição de identidade e raízes para enfrentar os desafios do futuro da América Latina e contribuir para sua superação. (CEPAL; UNFPA, 2020, pp. 9-10)

O aprofundamento das democracias está diretamente vinculado à ampliação da participação das maiorias ausentes. A atual experiência da América Latina mostra que as velhas instituições democráticas controladas pelas elites se opõem aos protestos e lutas de rua (caso do Chile e, recentemente, do Peru). Por outro lado, a participação das maiorias foi ampliada (referimo-nos às eleições presidenciais na Bolívia em 2020 e às eleições parlamentares na Venezuela); são duas respostas ao avanço da direita que gesticula o desprezo racial. Continuamos navegando entre as correntes da extrema direita: exemplos emblemáticos dessa corrente são Bolsonaro, no Brasil, que une seus pacotes econômicos ao ódio de classe e ao racismo; e Macri, na Argentina, que o imitou muito mal, empobrecendo ainda mais os pobres. O surgimento de governos de direita significa o aniquilamento dos avanços e conquistas dos movimentos sociais afrodescendentes e o desmonte de todos os programas ou políticas sociais, bem como do olhar dirigido aos mais excluídos. Diante dessa disjuntiva ou conflito, é necessário repensar a emancipação social, democratizar a democracia, aprofundar as democracias entre tantas soluções pensadas. Contudo, os afrodescendentes exigem inclusão e participação.

Com o objetivo de propor um debate sobre a democracia e os afrodescendentes, citamos um intelectual ativista afrodescendente que define nosso horizonte:

> Há aqui uma correspondência lógica e política entre os conceitos de cidadania e democracia. A democracia liberal representativa corresponde à cidadania legal-formal, enquanto a democracia substantiva corresponde à cidadania plena e diferenciada. Em contraste com a ideia de democracia no sentido puramente formal — isto é, apenas como uma questão de discurso, reconhecimento e procedimento —, a noção de democracia substantiva nos convida a identificar as desigualdades sociais e suas raízes, a elaborar políticas públicas em favor da equidade e a auxiliar no processo de empoderamento de sujeitos e setores subalternos e excluídos. Nessa definição, a democracia implica, mais do que a simples participação nos processos eleitorais e o reconhecimento dos direitos civis contra os abusos de poder do Estado, uma participação ativa e um poder decisivo em todas as áreas da vida social e cultural. Concebida como um processo de poder coletivo ou empoderamento popular, a democracia adquire uma pluralidade de for-

> mas e definições. Portanto, para além da "democracia liberal", fala-se em "democracia participativa", "democracia deliberativa", "democracia cultural", "democracia étnico-racial" e "democracia econômica".

A "democracia substantiva", também denominada "radical", alude ao conjunto combinado de todas essas dimensões do processo democrático. Enquanto horizonte político-cultural, a democracia substantiva corresponde a uma concepção diferenciada de cidadania enquanto cidadania cultural, social, econômica, política e sexual, que por sua vez implica uma multiplicidade de direitos. Desse ponto de vista, é possível falar — como falamos hoje — de direitos humanos como direitos civis, políticos, econômicos, étnico-raciais, ecológicos, culturais, linguísticos, religiosos, sexuais e de gênero. A esse respeito, é possível argumentar que essa maneira crítica e substantiva de entender a democracia, a cidadania e os direitos humanos é uma nova cultura política que deve nortear tanto o arcabouço teórico quanto a orientação prática dos cenários de poder. Essa nova cultura política não provém do mundo acadêmico, do Estado ou do mercado, mas da produção de conhecimento e das demandas de movimentos sociais como o movimento de mulheres, o movimento LGBT e os movimentos ecológicos, operários, camponeses, afrodescendentes e indígenas. Os movimentos sociais podem ser entendidos neste contexto como as forças vivas e os atores históricos que foram os principais agentes das transformações radicais associadas à descolonialidade. (LAO-MONTES, 2013, p. 69)

Nessa mesma ordem de ideias, os movimentos sociais autodefinidos como progressistas, revolucionários e anti-imperialistas, em contraste com a afrodireita, agruparam-se em junho de 2011 em uma convocação feita em Caracas, após um acirrado debate pela realização de uma Cúpula Mundial de Afrodescendentes patrocinada pelo governo dos Estados Unidos e que seria realizada em Honduras meses depois. Foi formada a Articulação Regional de Afrodescendentes das Américas e do Caribe e, em seu primeiro manifesto, essa aliança, com um perfil insurgente e herdeira dos feitos históricos dos afrodescendentes, destacou que na carta fundacional da recém-criada Comunidade de Estados da América Latina e Caribe (Celac) se fizesse o reconhecimento dos afrodescendentes na construção de nosso continente; o fundo da Alba para o desenvolvimento dos povos afrodescendentes, o fundo de solidariedade com o Haiti, a criação do foro permanente dos afrodescendentes e a declaração da Década na Organização das Nações Unidas (ONU). A aliança, que em breve fará 10 anos, tornou-se um espaço com autonomia própria diante de governos e partidos políticos. Seus integrantes assumem seu papel de atores sociais com direitos que promovem políticas de respeito e defesa dos direitos conquistados.

Na conjuntura dos últimos meses, estabeleceu, como plataforma unitária, posturas críticas diante do binômio racismo e pandemia e, no mês de julho, emitiu um manifesto em que, em sua lista de reflexões e reclamações, deixa subentendido o usufruto de direitos na democracia:

> Aqui vale a pena perguntar, na condição de movimentos afrodescendentes das Américas e do Caribe: o que significa a crise do coronavírus para nossas agendas de trabalho e para nossas projeções de futuro? O que iremos construir para o momento pós-pandemia? Que princípios devemos esgrimir e quais objetivos estratégicos devemos promover? Como inscrever as prioridades organizacionais e as orientações que emergem da crise atual nos cenários políticos em que atuamos, tais como os espaços nacionais e regionais, mas também nas agendas globais como a Década Internacional dos Afrodescendentes?
>
> Nestes tempos em que a crise civilizacional se transforma em catástrofe planetária, em que a própria vida está em perigo, é urgente formular alternativas imediatas e de longo prazo. Em nossa condição de rede de movimentos sociais afrodescendentes, ARAAC, propomos para o curto prazo:
>
> 1. Promover a organização de base em nossos territórios e comunidades, centros de trabalho e espaços de movimento, para cultivar o cuidado coletivo, a educação popular para promover a reflexão crítica e compreender melhor este momento, e a ação coletiva pelo nosso bem-estar como povos negros, em aliança com todos os setores sociais afetados pela crise e, assim, ampliar suas possibilidades transformadoras.

2,. Demandar serviços e bens básicos, especialmente para as pessoas mais vulneráveis, como as que carecem de seguridade social, moradia, atenção à saúde e trabalho estável, entre as quais as e os Afrodescendentes estão sobrerrepresentados. Isso implica garantias de segurança alimentar, renda mínima, saúde pública e moradia. Os Estados são os principais responsáveis pela elaboração e implementação de medidas de políticas públicas que garantam a vida e o bem-estar coletivo, em especial a saúde, a renda mínima, o salário social e a moradia.

3. Zelar pela segurança das e dos mais vulneráveis diante do visível aumento de uma rede de violências, desde a violência doméstica que afetou gravemente as mulheres até a violência social e política que, em lugares como a Colômbia, resultou em um aumento no número de assassinatos de ativistas afrodescendentes, indígenas e camponeses.

4. Denunciar as iniciativas oportunistas da potência imperial estadunidense para promover a invasão da Venezuela e intensificar o bloqueio a Cuba, tentando impedir a chegada de suprimentos de saúde. Enquanto movimento afrodescendente de caráter progressista, unimo-nos aos apelos em todo o mundo pelo fim do bloqueio imperial contra Cuba e em oposição aos ataques ao processo bolivariano na Venezuela.

A crise da civilização neoliberal capitalista, transformada em catástrofe pela pandemia, torna imperativo que postulemos para o mundo os princípios que construiremos a partir desta conjuntura crítica para o planeta. À luz da gravidade da situação, ARAAC levanta os seguintes princípios que orientam tanto nossas práticas quanto nossa visão para o futuro:

1. Não buscamos retornar a uma suposta normalidade, mas sim transformar as bases da ordem mundial em que vivemos. O equilíbrio ecológico do planeta e da própria vida está em perigo. Os povos afrodescendentes e indígenas são os portadores e custódios da Mãe Terra. Tocando esse tambor, clamamos pela defesa da água doce, da soberania alimentar, do equilíbrio climático e da harmonia ecológica e espiritual entre todos os seres vivos.

2. Na contramão do individualismo e dos valores de concorrência do neoliberalismo, defendemos um novo contrato social baseado na solidariedade, cooperação, familiaridade, generosidade, comunitarismo e compaixão pelos outros. Todos esses são valores de nossas formas ancestrais de convivência e bastiões de uma ética anticapitalista.

4. Como ativistas do movimento social afrodescendente, lutamos contra a teia de opressões de classe, gênero, sexualidade, étnico-raciais, territoriais e geopolíticas enfrentada por mulheres e homens afrodescendentes e entrelaçadas na matriz de poder moderna/colonial que prevalece em um mundo dominado pela globalização capitalista neoliberal. Nessa chave, somos guiados por uma política de libertação que combate todas as correntes de opressão em coalizão com movimentos de trabalhadores, camponeses, feministas, indígenas, LGBTIQ, ecológicos, etc. Esgrimimos, assim, um projeto para reinventar a emancipação contra o capitalismo, o racismo, o imperialismo e o patriarcado.

4. Defendemos a construção coletiva de um mundo melhor, baseado na harmonia ecológica, na equidade étnico-racial e de gênero, no respeito à diversidade sexual, no comunitarismo, na solidariedade humana e na justa redistribuição das riquezas e do poder. Juntos, esses princípios nos definem como um movimento afrodescendente de caráter radical e progressista. (ARTICULAÇÃO REGIONAL DE AFRODESCENDENTES DAS AMÉRICAS E DO CARIBE, 2020, p. 16)

Quando nomeamos os rostos dos ausentes, questionamos com uma voz crítica os conceitos teóricos, pontos de vista políticos e preconceitos das elites políticas legitimadas por suas academias. A luta contra a invisibilidade das maiorias e sua exclusão social é hoje uma batalha contra o extermínio e o genocídio. Para as novas direitas, com seus discursos messiânicos, supremacia branca e ambição de poder, as maiorias são um estorvo e sua aniquilação não é um discurso. São ruas manchadas de sangue.

Nota

[1] Docente de la Universidad de Carabobo – Venezuela

Referências

ARTICULAÇÃO REGIONAL DE AFRODESCENDENTES DAS AMÉRICAS E DO CARIBE.

Manifesto ARAAC: Crise Civilizacional, Pandemia e Racismo. *Boletim Nuestra Afroamerica:* Crisis, Afrodescendientes, Movimientos, ano 1, n. 1, jun. 2020.

CEPAL; UNFPA. *Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina*: desafios para a inclusão. Santiago, Chile, 2020.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Democratizar la democracia*. Los caminos de la democracia participativa. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

DÍAZ, Diógenes. La Afroderecha também existe. *Revista América Latina en Movimiento*. Las miradas del movimiento Afrolatinoamericano, Quito, jun. 2013.

GARCÍA, Jesús Chucho. Desconstrucción, transformación y construcción de nuevos escenarios de las prácticas de la afroamericanidad. *In*: MATOS, Daniel (comp.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Caracas: CLACSO, 2001.

GARCÍA LINERA, Álvaro. I*dentidad Boliviana*. Nación, miscigenación y plurinacionalidad. La Paz: Bolívia, 2015.

LAO-MONTES, Agustín. Hacia una cartografía del Campo político afrodescendiente en las Américas. *universitas humanística no.68*, Colombia, julio-diciembre de 2009 pp: 207-245

_____.Hacia una cartografía del Campo político afrodescendiente en las Américas. *Revista Casa de las Américas, Havana*, n. 264, jul.-set. 2011.

_____. Empoderamiento, descolonización y democracia sustantiva. Afinando principios éticos-políticos para la diásporas afroamericanas. *CS*, Cali, n.12, dez. 2013.

PAJUELO, Ramón. El Lugar de la Utopía. Aportes de Aníbal Quijano sobre cultura y poder. *In*: MATOS, Daniel (comp.). *Estudios y Otras prácticas Intelectuales Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. *Unidos contra el racismo, la discriminación racial, la xenofobia y las formas conexas de intolerancia*. Nova Iorque, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (comp.). *La Colonialidad del saber*: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Caracas: CLACSO, 2000.

_____. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *In*: GÓMEZ, Santiago Castro et al. *El Giro Descolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontifi cia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

Rute Alonso[1]

O fazer político das Promotoras Legais Populares e a defesa da democracia brasileira[2]

A União de Mulheres de São Paulo (UMSP) é uma organização não governamental (ONG) feminista que existe na cidade de São Paulo há 39 anos. Foi fundada em 1981, por militantes de partidos de esquerda e ex-presas políticas brasileiras que atuaram nas lutas pelas liberdades democráticas, tais como Criméia Almeida, Amelinha Teles, Terezinha Gonzaga, Lurdinha Rodrigues e Kátia Antunes.

Essas mulheres estiveram envolvidas na luta pela democratização do país, por melhores condições de trabalho, moradia, saúde etc., mas perceberam que estas lutas não traziam as questões de gênero e raça/etnia para o centro das discussões, como questões fundamentais para enfrentar e combater as desigualdades na sociedade brasileira.

A secundarização da luta contra o machismo, a misoginia e o racismo dentro da militância tradicional da esquerda àquela época impulsionou a organização das mulheres em espaços autônomos para tratar das questões específicas de gênero. De acordo com Amelinha Teles (SOUSA JUNIOR; FONSECA; BAQUEIRO, 2019, p. 235):

> Os feminismos nascem da rebeldia contra a situação histórica de opressão das mulheres e na busca de novas construções coletivas no plano relacional, social e pessoal, em ações e intervenções de enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens, sob a elaboração constante de uma perspectiva transformadora.

Neste sentido, o ano de 1975 foi muito importante para as mulheres e impulsionou a retomada do feminismo na esfera pública, em plena ditadura brasileira (1964-1985). Naquele ano, declarado como o Ano Internacional da Mulher, ocorreu a I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México), na qual se reconheceu o direito das mulheres à integridade física, à autonomia de decisão sobre o próprio corpo e à maternidade opcional. Diante disso, o período de 1975-1985 foi declarado Década da Mulher[3]. As mulheres feministas se envolveram na luta por liberdades democráticas e multiplicaram a divulgação da *consigna* chilena: "Democracia em casa e na rua". Organizaram grupos e coletivos para vivenciarem os feminismos, experimentaram novas formas de relacionamento e, assim, se multiplicaram em todo o território nacional.

Dessa forma, as feministas que iriam fundar a UMSP passam a se auto-organizar e a articular entre si, e com outras organizações feministas, a luta contra o machismo que mata diária e intensamente as mulheres no Brasil. Propunham e participavam de formações, seminários, rodas de conversa, manifestações de rua etc.

Em maio de 1992, a União de Mulheres participou de um seminário sobre os direitos das mulheres promovido pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) em que ouviram a experiência de cursos de "capacitação legal" para mulheres desenvolvidos há anos em países da América Latina, como Peru, Argentina e Chile.

A consequência de terem ficado maravilhadas com essa proposta de nossas companheiras da América Latina foi que a União de Mulheres de São Paulo, ao lado da ONG feminista Themis, de Porto Alegre, assumiram o projeto de educação jurídica popular denominado Promotoras Legais Populares, que visa ensinar às mulheres noções básicas de direito e cidadania, a partir de uma perspectiva feminista. O objetivo

do curso não é apenas o conhecimento das leis ou do sistema jurídico, mas, especialmente, fornecer instrumentos para que as mulheres passem a se reconhecer como sujeitos políticos e a constituir um olhar sobre as relações assimétricas de gênero que perpassam seus cotidianos.

O projeto iniciou em São Paulo em 1994, quando a União de Mulheres realizou o seminário Introdução ao Curso de Promotoras Legais Populares, com o apoio da Themis (Rio Grande do Sul) e do Centro de Estudos da Procuradoria do Estado de São Paulo. Desde então, ininterruptamente, a cada ano temos uma nova turma de mulheres que compartilham os encontros desse projeto feminista em educação popular de direitos numa perspectiva de raça, classe e gênero.

Atualmente, o Projeto Promotoras Legais Populares (PLPs) se desenvolve em diversos municípios[4] do estado de São Paulo e em outros estados brasileiros. Apenas no estado de São Paulo há uma estimativa de 20 a 25 mil mulheres envolvidas, ao longo desses 26 anos, nas atividades de formação e outras correlatas.

As mulheres que participam do projeto buscam respostas feministas para as suas demandas. Algumas já têm e outras querem ter uma militância política em movimentos de moradia, de saúde, de educação e, principalmente, em defesa da cidadania e dos direitos humanos das mulheres e das pessoas historicamente oprimidas. São, em sua maioria, de poder aquisitivo baixo ou médio, trabalhadoras de serviços públicos ou conveniados, de creches e escolas fundamentais, vendedoras ambulantes de artesanatos e outros materiais, desempregadas, estudantes de ensino médio e de universidades, de sindicatos, periferias e comunidades. O projeto Promotoras Legais Populares nasceu e permanece com o propósito de transformar a igualdade de direitos em prática diária de vida.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, inaugura a igualdade entre mulheres e homens:

> Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Apesar de sabermos que a igualdade proposta na Constituição é apenas formal, ou seja, ainda necessita de implementação, foi uma conquista que devemos às feministas que convenceram os constituintes a explicitar "mulheres e homens" ao invés de "todos", pois, ao dizer "todos são iguais em direitos e obrigações", sabemos que, na prática, não necessariamente estariam incluídas as mulheres.

No entanto, essa proposta de formação política popular para mulheres com perspectiva de gênero, raça, classe e sexualidade tem impulsionado e ampliado a participação das mulheres nos espaços da política institucional. Nos últimos anos temos mapeado que, no estado de São Paulo, muitas Promotoras Legais Populares têm se apresentado às eleições para cargos, sobretudo, do Legislativo.

Na cidade de São Paulo, a Coletiva Nós Mulheres surge neste contexto, a partir da articulação de mulheres que passaram pela formação política das Promotoras Legais Populares. Em 2020, a Coletiva apresentou um projeto coletivo de candidatura à vereança da cidade de São Paulo representado por mim. No entanto, é importante registrar que a candidatura se deu como resultado de um processo de amadurecimento político que se intensificou nos últimos anos.

O golpe que a democracia brasileira sofreu com o *impeachment* da primeira presidenta brasileira eleita, Dilma Rousseff, em 2016, evidenciou a fragilidade das nossas instituições e do Estado democrático de direito. Dilma foi afastada do cargo para o qual foi eleita por 54,5 milhões de brasileiras e brasileiros[5]. O processo de destituição do poder foi feito à base de muita violência, simbólica e real, contra as mulheres e as ditas minorias: população negra, LGBTQI+[6], pessoas pobres, a classe trabalhadora etc.

A sessão de votação na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril

> [...] vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica ocupando a diversidade dos espaços.

de 2016, evidencia a motivação dos(as) deputados(as) contida no teor de seus votos[7]. Um golpe misógino e despido de legalidade estava em curso.

O governo golpista se materializou no governo Temer que esteve a serviço dos interesses dos poderosos que o colocaram no poder e, por isso, extremamente comprometido com a destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários. Dessa forma, ampliou-se a precarização das políticas públicas e, por conseguinte, o extermínio das mulheres, pessoas negras, LGBTQI+ e pobres.

No ano de 2016, ainda, tivemos eleições municipais para escolhermos quem ocuparia as prefeituras e a Câmara de Vereadores(as) dos municípios. Infelizmente, a participação das mulheres não se ampliou conforme a expectativa. De acordo com análise feita pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)[8], as mulheres, sobretudo as negras, continuam marginalizadas no processo eleitoral. Ainda assim, em 2016 houve a eleição de mulheres como Marielle Franco (Rio de Janeiro/RJ), Sâmia Bomfim (São Paulo/SP), Áurea Carolina e Cida Falabella (Belo Horizonte/MG), entre outras.

No entanto, em 14 de março de 2018, o Brasil e o mundo ficaram chocados com o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Em seu último pronunciamento, no dia 8 de março, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro[9], Marielle Franco falou sobre a violência contra as mulheres, sobretudo a violência política de gênero:

> [...] falar das mulheres que lutam por outra forma de fazer política no processo democrático é fundamental!
>
> [...] não serei interrompida, não aturo interrompimento dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita.
>
> [...] vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica ocupando a diversidade dos espaços.

O fato de, passados 2 anos e 9 meses[10], os mandantes do assassinato político de Marielle Franco ainda não terem sido formalmente identificados e condenados, é muito significativo e diz muito em relação a esse país. No Brasil convivemos diariamente com a violência contra defensores(as) de direitos humanos. Em 2017[11], a ONG britânica Global Witness apontou o Brasil como sendo o país onde mais se matou pessoas que lutam em defesa dos direitos humanos, ocupando atualmente a terceira posição no *ranking* dessas mortes[12].

Houve a tentativa evidente de silenciar Marielle e, com isso, silenciar todas as mulheres que fizessem coro com as pautas defendidas por ela, como bem exemplifica o conteúdo de seu último discurso.

Além disso, no processo eleitoral de 2018, a manipulação das informações, mentiras, *fake news*, ameaças culminaram com a vitória de um projeto de poder que sempre fez questão de explicitar seu alicerce no machismo, na misoginia, no racismo e no ódio às LGBTQI+, às pessoas pobres, às instituições, aos serviços públicos etc. Essa vitória nas urnas autorizou o aumento das violências contra as parcelas da população mais vulneráveis e apontadas como "menos humanas" na proposta desse perverso projeto de poder.

No entanto, "uma flor furou o asfalto"[13] e, em 2018, a deputada Erica Malunguinho foi eleita a primeira mulher transexual a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)[14]. Ademais, naquele ano foi eleito em Pernambuco o mandato coletivo Juntas, formado pela jornalista Carol Vergolino, pela estudante de letras Joelma Carla, pela ambulante Jô Lima, pela professora Kátia Cunha e pela advogada Robeyoncé Lima, a primeira transexual do Norte e Nordeste do país a usar o nome social na carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)[15].

Assim como as mulheres citadas, que, apesar das dificuldades,

seguiram em frente, não havia alternativa, nossa única opção era seguir lutando e transformar nosso medo e tristeza em combustível para dar continuidade aos nossos projetos de construção de políticas de vida. Logo após tomarmos conhecimento do resultado das urnas, em 2018, nos reunimos na UMSP para refletir sobre os próximos passos e, naquela ocasião, Amelinha Teles[16] nos lembrou de nosso compromisso na luta pela democracia e que ainda poderíamos defender nossa Constituição Federal e, com isso, seguir na defesa de direitos como a dignidade da vida, a igualdade entre mulheres e homens, saúde, educação etc. Não poderíamos ficar paralisadas diante do avanço da extrema direita e da perda de direitos historicamente conquistados. Apesar do medo, tínhamos de seguir na resistência.

Assim, 2019 foi um ano de muita articulação entre as companheiras e de fortalecimento de nossas lutas, sobretudo no fortalecimento das Promotoras Legais Populares. Ao longo dos últimos anos houve ampliação no número de cidades que nos solicitaram informação e apoio para iniciar o projeto em seus municípios. A proposta de educação popular em direitos para mulheres foi impulsionando as companheiras a ocuparem os espaços em suas cidades e a demandarem políticas públicas de enfrentamento às violências machistas, racistas e lgbtfóbicas nos municípios.

Durante nossa atuação política nos movimentos, algumas mulheres sentiram necessidade de ocupar também a política institucional, haja vista que estávamos sofrendo as consequências da execução de uma política feita por homens, cisgêneros, brancos, proprietários, conservadores e precisávamos ocupar estes espaços de poder. Recordando Michelle Bachelet, ex-presidenta do Chile[17]: *"quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas mulheres entram na política, muda a política"*.

Assim, em 2019 algumas mulheres Promotoras Legais Populares - PLPs decidiram mudar a política por meio da participação na política institucional partidária. Como resultado, em 2020, diante da significativa participação das PLPs nas eleições municipais no Estado de São Paulo, a coordenação estadual discutiu e elaborou uma carta de princípios com os compromissos que deveriam ser assumidos pelas candidatas PLPs[18].

Dessa forma, as mulheres que se apresentaram no processo eleitoral como PLPs deveriam de assumir

> [...] o compromisso com as lutas feministas, a atuação em defesa dos direitos e políticas públicas que eliminem a discriminação e a violência contra as mulheres, buscando a construção de uma sociedade onde predominem a paz e a justiça social; o enfrentamento às contradições sociais que colocam as mulheres em condição de inferioridade, entendendo que estas contradições estão interligadas com as desigualdades de raça, etnia, classe, orientação sexual, identidade de gênero, geracional e de pessoas com deficiência, além disso, defendemos ações afirmativas e políticas públicas de promoção da igualdade que fomentem os direitos humanos das mulheres, fortalecendo-as. (Carta Compromisso PLPs, Eleições 2020)

Ao longo da Carta, foram elencadas 26 diretrizes para uma candidatura PLP como ser anti-Bolsonarista, comprometida com a democracia, a Constituição Federal, e os direitos humanos para todas, todos e todes; feminista, antirracista, anticapacitista, lutar pelos direitos da população LGBTQI+, idosa, pessoas com deficiência; combater a violência doméstica, obstétrica e de gênero; defender o Estado laico e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; defender a saúde e a educação públicas; enfrentar a fome e a miséria; defender políticas públicas de moradia; defender o meio ambiente; entre outras.

As Promotoras Legais Populares se apresentaram nas eleições tanto por meio de candidaturas individuais quanto através de mandatos coletivos. A eleição de mandatos coletivos[19] tem sido uma inovação recente[20] que, apesar das críticas, tem possibilitado que outros corpos ocupem a política. Essa proposta enfrenta a hegemonia do homem branco, cisgênero, heterossexual e proprietário como única figura elegível. Assim, o mandato coletivo tem sido uma forma de lidar com a escassez de recursos, pois permite dividir as despesas e somar os esforços de campanha.

E foi pensando nas possibilidades de ocupação da política institucional e analisando os modelos possíveis para propor uma candidatura em 2020, que algumas mulheres que compõem a Coletiva Nós Mulheres foram até Belo Horizonte conhecer as companheiras da movimentação nomeada de Muitas. Em 2016, as Muitas apresentaram 12 candidaturas à Câmara Municipal de Belo Horizonte, cuja campanha foi feita de forma coletiva sob o lema "votou em uma, votou em todas". Essa proposta de ocupação da política institucional surgiu em 2015 e foi o resultado da organização de integrantes de movimentos, organizações, coletivos e ativistas independentes com a proposta de ocupar as eleições com cidadania e ousadia para fazer política de uma forma diferente[21].

A partir do conhecimento dessas experiências diversas de organização para a ocupação da política institucional, a Coletiva Nós Mulheres decidiu, inicialmente, por uma candidatura coletiva, compartilhada entre três companheiras que seriam cocandidatas. A Coletiva passou a realizar reuniões com um grupo de mulheres majoritariamente composto por Promotoras Legais Populares com representatividades diversas: mães, trabalhadoras, avós, pessoas com deficiências, cisgêneras, negras, lésbicas e bissexuais etc.

Visto que a construção política da Coletiva Nós Mulheres era advinda da formação PLP, desde o início, a proposta era de Educação Política em Direitos, sobretudo para mulheres, com a mobilização e articulação de nossas companheiras em seus espaços de moradia, de trabalho, militância etc.

As reuniões eram presenciais até que, em meados de março, os governos passaram a tomar algumas medidas em face da pandemia de coronavírus no Brasil e, com isso, orientava-se o distanciamento social com a suspensão de atividades que reunissem grupos de pessoas. A partir daí, vivemos alguns dias de muita incerteza em relação ao processo eleitoral brasileiro e, particularmente, à concretização da candidatura dessa Coletiva nas eleições de 2020, pois algumas das mulheres perderam seus trabalhos, outras passaram a cuidar de netos(as), de pessoas idosas ou doentes da família.

A pandemia modificou as dinâmicas familiares e sociais e, com relação à Coletiva Nós Mulheres, exigiu uma alteração da proposta de candidatura coletiva com três cocandidatas, para uma candidatura de construção coletiva com apenas uma candidata. Era necessário manter a candidatura, haja vista a velocidade com a qual os direitos, historicamente conquistados, estavam e continuam sendo destruídos no Brasil. Para além das nossas formas cotidianas de resistência, enquanto feministas e participantes, há anos, de movimentos sociais, era necessário apresentar-se à ocupação da política institucional.

Apesar de todas as situações adversas, a candidatura foi lançada. Decidiu-se que a estratégia seria fazer um processo de pré-campanha e de campanha explicitamente feminista, antirracista, em defesa dos direitos das LGBTQI+ e anticapitalista, comprometido com a Educação Popular em Direitos e com uma reflexão acerca dos privilégios da branquitude e do combate ao racismo estrutural[22].

Nesse sentido, partindo destas premissas, a campanha tinha de ser bastante responsável com a utilização de recursos e em relação à exposição ao coronavírus. A Educação em Direitos seria feita de forma virtual, por meio de transmissões ao vivo (*lives*) com a finalidade de discutir temas importantes para nossa cidade e, sobretudo, ao enfrentamento às violências sofridas, em especial, pelas mulheres e pela classe trabalhadora.

A comunicação nas redes sociais foi um grande desafio, pois o ativismo das mulheres que compunham a Coletiva, até então, não era virtual, mas presencial, no cotidiano, nas ruas, nos encontros semanais de PLPs. Se não houvesse pandemia, a campanha estaria nas ruas, indo até as mulheres, nos lugares onde elas estivessem, especialmente nas periferias da cidade.

Ademais, entre tantas desigualdades, a pandemia escancarou a desigualdade de acesso às plataformas digitais[23], problema há muito conhecido pela sociedade brasileira, que tomou então dimensões dramáticas, até mesmo impedindo que pessoas em situação de vulnerabilidade acessassem o auxílio emergencial, pois sua

solicitação/gestão foi planejada para ser feita por meio de digital.

Dessa forma, a exclusão digital impediria que a campanha, veiculada pelos meios digitais, chegasse até as mulheres que eram o alvo dessa construção política: mulheres da classe trabalhadora, residentes das periferias e que vivenciassem a política no cotidiano, apenas sofrendo as consequências das canetadas dos poderosos.

Os desafios eram muitos. As mulheres da Coletiva não tinham um histórico de atuação político-partidária, estavam em meio a uma crise política-econômica-sanitária que evidenciou e aprofundou as vulnerabilidades da sociedade brasileira. Além disso, havia a dificuldade de comunicação com o público-alvo e,

infelizmente, grande escassez de recursos econômicos inerentes às candidaturas populares.

O levantamento de recursos econômicos para a campanha poderia ser feito por meio de financiamento coletivo[24]. No entanto, com a crise pandêmica, ficaram ainda mais agudas as demandas por saneamento básico, acesso à água potável, acesso à alimentação, sobretudo à alimentação saudável etc. Diante de tantas necessidades, com tantas companheiras mobilizadas para angariar recursos básicos, não poderíamos contar com recursos excedentes para doação a uma candidatura.

A Coletiva Nós Mulheres pensou, então, em uma alternativa de financiamento da campanha mais alinhada com seu fazer político cotidiano, ou seja, a Educação Popular em Direitos, agora virtual, como possibilidade para seguir proporcionando reflexões e trocas de conhecimento de qualidade e, ainda, a ampliação de recursos à candidatura para além do fundo partidário[25] disponibilizado.

Coletivamente, a saída proposta foi a realização do seminário/evento Por uma Vida Livre de Violências, que contou com professoras convidadas que proporcionaram 16 aulas virtuais sobre temas diversos como: histórias e lutas dos feminismos, marcadores sociais da diferença, conceito de não violência da Judith Butler, direitos da população LGBTQI+, direitos sexuais e reprodutivos entre outros.

Nesta proposta de financiamento as professoras contribuíram com seu conhecimento ao disponibilizarem os temas de discussão, e as participantes doaram determinado valor monetário. Houve a preocupação também de que o valor proposto para cada aula fosse o mais acessível possível, visando ampla participação.

Para além da construção específica do seminário/evento, algumas pessoas solicitaram a conta da campanha para doação direta. Todos os demais atos da campanha se pautaram em propostas de partilha de conhecimento e informação numa perspectiva feminista, antirracista, pelos direitos da população LGBTQI+, inclusivas e anticapacitista. Esse conteúdo pode ser acessado nas redes sociais da Coletiva Nós Mulheres[26] em que há mais de 50 vídeos gravados com as discussões propostas pela Coletiva.

Numa perspectiva de Paulo Freire, de que não existe ensinar sem aprender, houve um processo de aprendizagem também junto à comunidade surda. A amplificação das vozes da Coletiva Nós Mulheres fez com que profissionais da Tradução e Interpretação de Libras fossem contratadas. A partir desse contato, houve uma construção muito rica em relação aos direitos das pessoas com deficiências, a pluralidade entre as pessoas surdas etc. Assim, mesmo com a escassez de recursos em uma candidatura pequena, houve grande esforço em buscar garantir acessibilidade em todos os momentos possíveis.

Contudo, além da ocupação das redes, foi necessário, em determinado momento, sair às ruas com o máximo de cuidado, e contatar – com distanciamento, máscara e álcool gel – algumas pessoas que estavam sendo prejudicadas pela virtualidade integral,

o que, a partir da disponibilidade delas, permitiu em alguns momentos conversar sobre direitos e políticas públicas.

No entanto, a Coletiva Nós Mulheres, apesar da campanha responsável e comprometida com a educação política, como já era esperado para uma candidatura iniciante, sem recursos financeiros e sem inserção partidária, não conseguiu ser eleita para a Câmara Municipal de São Paulo. No entanto, em 2020 outras candidaturas de luta, algumas representadas por mulheres de esquerda, permitiram um aumento importante e histórico da representatividade na Câmara de Vereadores(as).

No entanto, é evidente que as mulheres ainda sofrem muitas dificuldades para ocupar a política institucional, mesmo com a previsão de reserva de, no mínimo, 30% das candidaturas para cada gênero inserida na Lei 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições. No Brasil, embora as mulheres sejam 52,5% do eleitorado, representaram apenas 33,3% do total de candidaturas em 2020, para prefeita, vice-prefeita e vereadora. Mesmo abaixo de uma real representação da população brasileira, esses dados são um recorde para as eleições municipais: em 2016, as candidaturas femininas foram 31,9% do total e, em 2012, 31,5%.[27]

Ainda, é importante dizer que, para discutir uma ampliação da participação de mulheres na política, precisamos falar sobre mecanismos de enfrentamento da violência de gênero na política. Segundo dados da ONU Mulheres[28], 82% das mulheres em espaços políticos já sofreram violência psicológica; 45% já sofreram ameaças; 25% sofreram violência física no espaço parlamentar; 20%, assédio sexual; e 40% das mulheres afirmaram que a violência atrapalhou sua agenda legislativa.

A luta por uma vida livre de violências para as mulheres é a única possibilidade de uma vida melhor para toda a sociedade. Relembrando as palavras de Marielle Franco em seu último discurso: "falar das mulheres que lutam por outra forma de fazer política no processo democrático é fundamental".

Por isso falamos das Promotoras Legais Populares e de seu fazer político, que, por meio da Educação Política em Direitos constante, propõem novas formas criativas e coletivas, reinventando o fazer político, inclusive na política institucional, bem como a defesa da democracia brasileira em crise, investindo na construção de políticas de vida estruturadas no afeto, no respeito e na responsabilidade.

Nota

[1] Feminista e antirracista, formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Participa da União de Mulheres do município de São Paulo desde 2010 (presidenta 2015-2016/2017-2018) e é cocoordenadora do projeto Promotoras Legais Populares de São Paulo. Foi coordenadora de um Centro de Defesa e Convivência de Mulheres em São Paulo (2016-2020) e conselheira do Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2015-2016/2017-2018), além de conselheira LGBTQI+ do município de São Paulo (2013–2014). Atua diretamente na busca pela igualdade de direitos, através da participação em diversas frentes de enfrentamento aos vários tipos de violência, especialmente contra as mulheres e pessoas LGBTQI+, analisando e propondo o aprimoramento das políticas públicas para o acesso a direitos.

[2] Revisão por Anna Carolina Lanas S. Cabral, Fernanda Castro Souza Fernandes de Oliveira e Luciana Busquets Fernandes da Silva.

[3] Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais#:~:text=I%20Confer%C3%AAncia%20Mundial%20sobre%20a,como%20%22D%C3%A9cada%20da%20Mulher%22. Acesso em: 19 dez. 2020.

[4] São Paulo, Campinas, Hortolândia, Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba, Águas de Lindóia, Botucatu, Araraquara, São Carlos, São José dos Campos, Grande ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá), Ribeirão Pires, Santos, Guarujá, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, entre outros.

[5] Disponível em: http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-seg undo-turno.html. Acesso em: 20 dez. 2020.

[6] A sigla LGBTQI+, com base nas definições da Aliança Nacional LGBTI, refere-se à orientação sexual da pessoa (letras LGB), ou seja, as formas de se relacionar afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas, e a outra parte, TQI+, diz respeito à identidade de gênero, ou seja, como a pessoa se identifica, e vai além do gênero feminino ou masculino.

Disponível em: https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2020/6/18/orgulho-lgbtqi-conheca-o-significado-de-cada-letra-e-a-luta-por-respeito-a-diversidade/. Acesso em: 21 dez. 2020.

[7] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU. Acesso em: 20 dez. 2020.

[8] Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/analise_eleicoes2016_candidaturas.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

[9] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBoxTM. Acesso em: 10 dez. 2020.

[10] Artigo escrito em dezembro de 2020.

[11] Disponível em: https://vladimirherzog.org/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-defensores-de-direitos-humanos-e-ambientais/. Acesso em: 10 dez. 2020.

[12] Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/07/28/relatorio-de-ong-internacional-aponta-24-assassinatos-de-ativistas-no-brasil-em-2019-10-deles-eram-indigenas.ghtml. Acesso em: 10 dez. 2020.

[13] Alusão ao poema "A flor e a náusea", de Carlos Drummond de Andrade.

[14] Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2018/10/erica-malunguinho-sp-elege-sua-primeira-deputada-trans-e-isso-e-muito-importante/. Acesso em: 22 dez. 2020.

[15] Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/juntas-cinco-mulheres-estreiam-mandato-coletivo-na-assembleia-legislativa-de-pe.ghtml. Acesso em: 22 dez. 2020.

[16] Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-quem-foi-amelinha-telles-ditadura-militar.phtml. Acesso em: 10 dez. 2020.

[17] Disponível em: https://tribunadovale.com.br/blog/2020/01/23/mulheres-na-politica/. Acesso em: 20 dez. 2020.

[18] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ys1imfkReCs. Acesso em: 19 dez. 2020.

[19] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/11/22/mandatos-coletivos-oxigenam-casas-legislativas-e-expoem-necessi dade-de-regulamentacao. Acesso em: 20 dez. 2020.

[20] Disponível em: https://www.politize.com.br/mandato-coletivo./ Acesso em: 20 dez. 2020.

[21] Disponível em: https://gabinetona.org/site/. Acesso em: 20 dez. 2020.

[22] Disponível em: https://www.brasildedireitos.org.br/noticias/488-o-que-racismo-estrutural?utm_source=google&utm_medium=ads&utm_campaign=search&gclid=CjwKCAiAz4bBRBbEiwA5XlVVlLlOAy624xybsBf0YafGU1x1keUwMu Zq53bawM80ACVcCe61zfyoRoCZ0cQAvD_BwE. Acesso em: 22 dez. 2020.

[23] Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-insider/2020/05/negros-e-pobres-sofrem-com-exclusao-digital-durante-a-pandemia/. Acesso em: 13 dez. 2020.

[24] Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/financiamento-coletivo. Acesso em: 20 dez. 2020.

[25] Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario. Acesso em: 13 dez. 2020.

[26] Canal no YouTube: https://www.youtube.com/c/RuteAlonsoColetivaN%C3%B3sMulheres/videos; Página no Facebook: https://www.facebook.com/rutealonsonosmulheres e o site https://www.rutealonso.com.br/. Acesso em: 13 dez. 2020.

[27] Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/700664-secretaria-da-mulher-divulga-estudo-sobre-participacao-feminina-na s-eleicoes-deste-ano/. Acesso em: 13 dez. 2020.

[28] Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/693968-violencia-na-politica-afasta-as-mulheres-diz-especialista/. Acesso em: 20 dez. 2020.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

GUIA Promotoras Legais Populares – União de Mulheres de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, J. G. S. Dos encontros à união. A formação da União de Mulheres de São Paulo. *CLIO*: Revista de Pesquisa Histórica, Pernambuco, v. 31, n. 2, 19768, jul./dez. 2013.

SOUSA JUNIOR, J. G.; FONSECA, L. G. D.; BAQUEIRO, P. A. (org.). *Promotoras legais populares movimentando mulheres pelo Brasil*: análises de experiências. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 233-249.

TELES, A; MATSUDA, F. (org.). *20 Anos de Promotoras Legais Populares de São Paulo*: Concebendo a transformação. São Paulo, 2014.

Amaral Arévalo[1]

Da cidadanização aos armários institucionais:

Pessoas salvadorenhas LGBTI+ e políticas públicas entre 2010 e 2020

No quinquênio 2000-2005, vivenciou-se uma guinada à esquerda na condução do Estado em diversos países da América Latina. Esse fenômeno político encerrou seu ciclo em 2015; por essa razão, foi chamado de "década progressista" na América Latina. El Salvador entrou de forma atrasada nesse ciclo político com a eleição de Mauricio Funes (2009-2014) como presidente, sob a bandeira da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Na eleição presidencial de 2014, por uma margem estreita, a FMLN ganhou um segundo mandato presidencial (2014-2019). Esse ciclo encerrou-se em 2019 com a eleição de Nayib Bukele como presidente (2019-2024).

Neste texto, tem-se como objetivo, sem ser exaustivo, analisar os incipientes processos de gestação de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania das pessoas salvadorenhas lésbicas, *gay*, bissexuais; pessoas trans, intersexuais e com outras identidades sexuais e de gênero (LGBTI+), na década em que governou a esquerda, bem como mapear a estruturação de "armários institucionais" para as temáticas de orientação sexual, identidades e expressão de gênero nos primeiros 18 meses de governo de Nayib Bukele.

Para iniciar esta análise, realizaremos um panorama histórico das duas décadas em que a extrema-direita política governou por meio da Aliança Republicana Nacionalista (Arena), levando em consideração os fatores socioeconômicos de maior importância e os processos de visibilidade e/ou organização das pessoas LGBTI+ em cada período.

Em um segundo momento, enfocaremos a década em que a esquerda governou e a criação de políticas públicas inclusivas. A chegada da FMLN à liderança do Executivo repercutiu, em fatos simbólicos e práticos, no reconhecimento e proteção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+. Durante essa década de governo, principalmente no quinquênio 2009-2014, assistimos a um processo de diálogo entre as pessoas LGBTI+ e o Executivo.

Esse processo de abertura institucional, conjugado aos processos de incidência social realizados conjuntamente por diversas organizações da dissidência sexual e de gênero, permitiu propor políticas públicas de cidadanização das pessoas LGBTI+. No entanto, no quinquênio 2014-2019, observou-se um recuo da cidadania sexual promovida na gestão anterior da FMLN.

O terceiro bloco terá como foco a gestão Nayib Bukele. Primeiramente, será feito um breve panorama da trajetória política de Bukele e dos incentivos que deu às pessoas LGBTI+ em sua campanha pela prefeitura de San Salvador, bem como das ações de visibilidade executadas no período em que dirigiu a capital. Em segundo lugar, observaremos que, ao assumir a Presidência da República, promoveu o retrocesso na luta pelos direitos humanos em geral e das pessoas LGBTI+ em específico, recolocando nos "armários institucionais" as temáticas sobre orientação sexual, identidade e expressão de gênero nas políticas públicas.

Do armário às ruas: pessoas LGBTI+ no pós-guerra salvadorenho

Entre o ano de 1980 e janeiro de 1992, El Salvador padeceu uma guerra interna que resultou na morte de mais de 80 mil pessoas. As forças em conflito – de um lado, o Estado salvadorenho apoiado pela política contrainsurgente dos Estados Unidos e, do outro, a FMLN – não conseguiram vencer pela via armada. Em 1989, o partido político de extrema-direita Arena chegou ao Executivo, após uma gestão do Partido Democrata Cristão (PDC) que se caracterizou por inúmeros atos de corrupção. Em novembro de 1989, a FMLN realizou a ofensiva *hasta el tope* ("até o limite"), mostrando sua força militar e obrigando a uma negociação real para encerrar a guerra.

A partir de 1992, El Salvador entrou no chamado ciclo do pós-guerra. Na primeira fase desse ciclo, que pode ser denominada Acordos de Paz, a maioria dos acordos referentes ao sistema político salvadorenho foram assinados e cumpridos, entre os quais se destacava a limitação do acesso de efetivos dos corpos militares a cargos públicos e a participação na vida política da FMLN.

Paralelamente a isso, tiveram início os primeiros processos de organização de pessoas da dissidên-

cia sexual e de gênero. Homens gays e mulheres trans se organizam para dar uma resposta comunitária aos casos de HIV (ARÉVALO, 2016). Quanto às mulheres lésbicas, seus processos de organização giraram em torno do feminismo (ARÉVALO, 2017).

Entre 1995 e 1999, ocorreu uma fase de "reconstrução nacional", que coincidiu com o processo de implantação das políticas neoliberais dirigido pelo Executivo em mãos da Arena. O Legislativo estava praticamente controlado pela direita do país, embora pela primeira vez na história tivesse representação da esquerda política. Nesse período, foram vendidas as maiores empresas nacionais, da telefonia ao sistema de previdência pública; além disso, a atividade bancária em El Salvador foi privatizada e internacionalizada.

Embora os movimentos sociais tenham feito oposição a essas propostas, não foram capazes de detê-las. Os efeitos da implementação das políticas neoliberais não foram sentidos imediatamente graças à cooperação internacional, que injetou grandes somas de dinheiro para o processo de reconstrução nacional, produzindo um crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB) no período.

Por sua vez, as pessoas da dissidência sexual e de gênero começaram a estruturar coletivos e grupos por identidades. Para os homens *gays*, a Associação Salvadorenha para o Desenvolvimento Integral das Minorias Sexuais Entre Amigos foi tomada como referência; quanto às mulheres lésbicas, sua melhor expressão organizacional foi a Coletiva Lésbica-Feminista Salvadorenha da Meia Lua; e, para as mulheres trans, a Associação para a Liberdade Sexual O Nome da Rosa.

No final da década de 1990, unicamente a Associação Entre Amigos ainda funcionava, apesar das ameaças e dos ataques recebidos. No entanto, com sua perspectiva de aglutinar todas as minorias sexuais do país, Entre Amigos tornou-se um espaço de aprendizagem para uma nova geração de ativistas de diferentes identidades sexuais que viria a público na primeira década do novo milênio (ARÉVALO, 2016).

Entre Amigos na Marcha de 1º de dezembro de 1994 - Cortesia: Francisco Ortiz, Fundasida

Entre 2000 e 2009, houve um processo de consolidação e manutenção do sistema político estruturado nos períodos anteriores. A extrema-direita política manteve o controle do Executivo e a maioria em todos os projetos de lei do Legislativo. No entanto, no nível local, o número de municípios administrados pela esquerda política aumentou; inclusive a capital San Salvador e a maioria dos municípios que compõem sua área metropolitana estavam em mãos da esquerda, assim como algumas capitais departamentais.

Em 2001, a economia do país foi dolarizada. A bonança econômica prometida pela implementação das políticas neoliberais não se concretizou; pelo contrário, a crise econômica, a falta de empregos decentes e as redes de migrantes salvadorenhos no exterior promoveram processos de migração econômica permanente, principalmente para os Estados Unidos; estima-se que entre 200 e 400 salvadorenhos deixavam o país por mês nesse período.

No mesmo período houve uma diversificação das estruturas organizacionais das pessoas LGBTI+. Os homens *gays* buscaram outras opções de organização e incidência política além da Entre Amigos. As mulheres lésbicas consolidaram uma agenda política baseada na autonomia, no separatismo e no feminismo. As organizações trans conseguiram estabilizar seus processos organizacionais no final dessa década. Os locais de consumo aumentaram em San Salvador.

Paralelamente a tudo isso, houve uma modificação abrupta da agenda política do movimento de dissidência sexual e de gênero, que teve de passar das propostas de redistribuição econômica ao reconhecimento de direitos, no calor das aprovações e ratificações de reformas constitucionais discriminatórias para proibir a adoção e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. O ponto culminante desse período foi a articulação de uma entidade geral que englobava todas as organizações LGBTI+, a Aliança pela Diversidade Sexual LGBT.

Administração Funes: Expansão da cidadanização de pessoas LGBTI+

El Salvador viveu em 2009 um momento histórico de alternância política na condução do governo do Estado. A FMLN, partido de ideologia de esquerda e anteriormente um grupo insurgente nos anos 80, chegou à Presidência da República com Mauricio Funes, que personificou o lema da campanha: "mudança em El Salvador para viver melhor". Um dos primeiros pontos a serem ressaltados em sua proposta de governo foi a reversão dos processos de desigualdade social arraigados no país e potencializados pelas políticas neoliberais.

Durante esse quinquênio, diferentes políticas sociais foram promovidas com o objetivo de reduzir a pobreza extrema e relativa por meio de programas de redistribuição monetária em municípios-alvo. Da mesma forma, foram desenhadas políticas públicas que promoviam o acesso aos serviços do Estado, prioritariamente educação e saúde. Na área educacional, foram desenvolvidos programas de entrega de material escolar e eliminação de "taxas voluntárias".

Na área da saúde, foi promovida uma reforma do sistema público que buscou modificar a anterior visão mercantilista dos serviços de saúde, que deveriam ser vistos não mais como despesa ou venda de serviços, mas como um Direito Humano. Nesse período, foi promovida uma série de políticas públicas específicas para populações consideradas vulneráveis: mulheres, população LGBTI+ e idosos. Essas políticas buscavam promover a inclusão social plena e tinham na Secretaria de Inclusão Social sua instituição de referência.

O objetivo da Secretaria de Inclusão Social era transversalizar a inclusão social na administração pública, com um enfoque de direitos humanos, de pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, propiciando a erradicação de todas as formas de discriminação, inclusive as baseadas na orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Para operacionalizar essas medidas, criou-se a Direção de Diversidade Sexual (DDS) como entidade técnica que contribuiria para a identificação de práticas discriminatórias e para a correção de possíveis erros na administração pública.

Para institucionalizar esse quadro programático, a Presidência da República de El Salvador emitiu o Decreto Executivo 56,

que estabeleceu disposições para evitar qualquer forma de discriminação na administração pública por razões de identidade de gênero e/ou orientação sexual, definida como:

> Qualquer distinção, exclusão ou restrição com base na identidade de gênero e/ou orientação sexual, cujo objeto ou resultado seja a anulação ou redução do reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (EL SALVADOR, 2010)

Em relação ao Decreto Executivo 56 e à Secretaria de Inclusão Social, Vanda Pignato, primeira-dama da República e secretária de Inclusão Social, deixou claro que o decreto não promovia a homossexualidade ou a transexualidade, e que sua finalidade não deveria ser deturpada, visto que "a questão da discriminação não é negociável. O governo tem que dar o exemplo; é sua obrigação constitucional" (ROMERO, 2010, p. 18). A figura de Pignato seria o rosto da inclusão social nas políticas governamentais de ambas administrações.

Essa abertura institucional para questões de orientação sexual, identidade e expressão de gênero, embora seja uma das características que a onda progressista de governos de esquerda desenvolveu na América Latina na década de 2005-2015, respondeu, no caso salvadorenho, a fatores específicos de proximidade e afinidades políticas entre integrantes da Aliança pela Diversidade Sexual LGBT e a FMLN, como era o caso de Ana Cisneros. Isso permitiu estabelecer canais de comunicação, primeiro com o partido político e depois com o Executivo, uma situação inimaginável nos mandatos presidenciais anteriores.

Como exemplo disso, no Fórum de Inclusão Social e Diversidade Sexual, realizado em maio de 2010, em que se tornaram públicos o Decreto 56 e a DDS, Cisneros apresentou um breve resumo da Plataforma Mínima sobre Diversidade Sexual 2010-2014 El Salvador (Aliança pela Diversidade Sexual LGBT, 2010), que havia sido elaborada por diferentes organizações e ativistas LGBTI+ para ser aplicada pelo Executivo.

O objetivo da Plataforma era orientar a DDS quanto aos passos iniciais para erradicar a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero da administração pública, mas sua meta, embora não totalmente explícita, era a criação de políticas públicas inclusivas que garantissem o acesso aos Direitos Econômicos e Sociais e aos Direitos Civis e Políticos às pessoas LGBTI+ no país.

Merecem ser destacadas as seguintes ações realizadas pela DDS no período:

a) Consulta Nacional sobre Realidades LGBTI: diagnóstico que constituiu uma primeira abordagem de alcance nacional por parte da administração pública para obter informações e dados para a eventual formulação de políticas públicas.

b) Manual Autoformativo: buscou fornecer insumos básicos para que os agentes da Polícia Nacional Civil (PNC) pudessem compreender a realidade da exclusão das pessoas LGBTI+ e, por meio de um enfoque de Direitos Humanos, com perspectiva de gênero e discriminação zero, alcançar não apenas uma empatia com a realidade da diversidade humana, mas também promover agentes da mudança.

c) Linha de assistência e atendimento à diversidade sexual 131: seu objetivo era oferecer assistência, apoio psicológico e emocional, bem como informações sobre direitos e orientação em casos de discriminação por orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

Outras instituições do Estado seguiram essa dinâmica de inclusão, como o Ministério de Saúde Pública e Assistência Social, que emitiu as *Diretrizes técnicas para a abordagem da saúde das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênero* (EL SALVADOR, 2012), partindo do pressuposto de que essa normativa específica para pessoas LGBTI+ seria uma política pública efetiva para atender a todas as demandas desse grupo populacional. De novembro de 2011 a fevereiro de 2012, foi realizada a campanha publicitária de conscientização "Não me rotule"[2].

As pessoas LGBTI+ organizadas e o Estado estabeleceram um diálogo recíproco e contínuo. Para fechar esse primeiro ciclo de políticas públicas, em 2014 foi produzido

um *spot* publicitário, enquadrado na campanha internacional Livres e Iguais promovida pelo Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos[3]. No contexto salvadorenho, seu objetivo era questionar o acesso à justiça e a impunidade dos crimes motivados pela orientação sexual, expressão e identidade de gênero, refletindo-se no título do spot: "Penalize a violência, não as diferenças!".

Administração Sánchez Cerén: Recuo na cidadanização de pessoas LGBTI+

Em 2014, a administração do Executivo foi substituída após um processo eleitoral fechado, com vitória da chapa Sánchez-Ortiz da FMLN, por 6.634 votos, contra a fórmula da Arena. Aparentemente, essa substituição não implicaria modificações nas iniciativas empreendidas na gestão anterior; previa-se a continuidade em todos os setores, inclusive nas ações desenvolvidas pela DDS. Não foi o que aconteceu.

Em um esforço por se distanciar das denúncias de corrupção que se fizeram públicas contra o governo de Mauricio Funes, o governo Sánchez Cerén tentou se dissociar o máximo possível de seu antecessor. Isso implicou distanciar-se de diversas instituições, políticas públicas e projetos iniciados no governo Funes, inclusive a própria Secretaria de Inclusão Social e suas atividades concernentes às pessoas LGBTI+.

Para complexificar esse processo, no momento de transição entre as duas administrações, em 14 de março de 2014, foi realizada uma consulta a pessoas LGBTI+ para avaliar a implementação da Plataforma Mínima LGBTI proposta para o período 2009-2014. Entre as principais conclusões sobre a DDS, estavam (CISNEROS; MENJÍVAR, 2014):

- A coordenação entre a DDS e os movimentos sociais passou de fraca a nula.

- Houve uma desconexão e separação entre a Plataforma proposta e o trabalho realizado pela DDS.

- Nem todas as atividades desenvolvidas pela DDS foram divulgadas, assim como não se conhecem os produtos nem os processos de contratação e atribuição de consultorias.

- O movimento social LGBTI+ se limitou a observar os processos de transição sofridos pela DDS.

- A DDS se concentrou em dois eixos principais: Coordenações E Capacitações.

A aposta na inclusão feita por organizações e ativistas LGBTI+ na DDS não se concretizou como esperado.

A própria gestão da Direção apresentava irregularidades. Tendo em vista a denúncia feita por Cisneros e Menjívar sobre possíveis irregularidades na adjudicação de projetos e consultorias pela Direção, solicitou-se informação pública sobre as listas de candidaturas a serem avaliadas e entregues aos diversos projetos de consultoria que foram executados pela DDS entre 2010 e 2019, mas o pedido obteve uma resposta difusa e parcial (Unidade de Acesso à Informação Pública. Requerimento 034-2019). Com respeito aos dois eixos principais executados pela DDS – Coordenações e Capacitações –, na área de coordenações estas se veriam refletidas na execução de diversas iniciativas institucionais em várias pastas do Estado.

Em 2016, o Ministério de Saúde e Assistência Social apresentou uma versão atualizada das diretrizes de 2012, sob o título *Diretrizes técnicas para a atenção integral à saúde da população LGBTI* (Ministério de Saúde Pública e Assistência Social, 2016). À primeira vista, destaca-se que essas diretrizes utilizam o conceito de "atenção integral à saúde", o que levou à suposição de que não se centrariam apenas na questão do HIV e veriam as pessoas LGBTI+ de forma mais integral. Entretanto, isso não aconteceu.

O acesso aos serviços públicos de saúde não mudou significativamente para esse público. Um exemplo é a atenção limitada às pessoas trans, que se manifesta de diferentes maneiras: ignorância das questões LGBTI+ por parte dos funcionários, apatia em se informar sobre tais questões, discriminação, estigmatização, assédio sexual, violência simbólica, etc.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social,

a partir de 2014, iniciou-se um processo de inclusão social de pessoas LGBTI+ por meio de diferentes iniciativas (Unidade de Acesso à Informação Pública. Requerimento RSI-MTPS-0091-2019). As iniciativas começaram em julho de 2014, com a abertura de uma janela de empregos exclusiva para atender essa população.

Nesse sentido, foram realizadas uma feira de emprego e uma campanha de abrangência nacional para a contratação de pessoas LGTBI+, com *outdoors* e mobiliários urbanos para informação (Mupis). No Ministério do Trabalho houve uma réplica do Decreto Executivo 56, por meio do Acordo Ministerial 35. Em 2016, a então ministra do Trabalho e Previdência Social, Sandra Guevara, hasteou a bandeira do arco-íris nas dependências do Ministério do Trabalho.

Para além dos atos simbólicos, que são de suma relevância, no âmbito de um ministério, o mais importante são as iniciativas de políticas públicas que contribuem para a inclusão. Neste caso, o Ministério do Trabalho, em sua Política Nacional do Emprego Decente, identificou a população LGBTI+ como um grupo vulnerável que requer medidas específicas para conseguir inserção no mercado de trabalho. Esse grupo populacional é, portanto, objeto de proteção especial e merece uma ação prioritária dentro do programa de igualdade de oportunidades, tratamento e não discriminação das pessoas trabalhadoras no mercado de trabalho.

Em 2017, foi apresentado o Índice de Inclusão Institucional LGBTI (SAN SALVADOR, 2017), que mostrou, em termos gerais, como a temática da inclusão institucional de pessoas LGBTI+ ainda era um desafio. Prova disso é que nove instituições do Executivo não haviam replicado internamente o Decreto Executivo 56; cinco haviam-no feito parcialmente; e sete, completamente. Esse indicador explica a obtenção de uma pontuação geral média para o país de 27 pontos em 100 disponíveis. As duas instituições com maior pontuação foram o Ministério do Trabalho e Previdência Social (92 pontos) e o Ministério de Saúde e Assistência Social (82 pontos). Essas pontuações refletiam as ações realizadas por ambas instituições.

Apesar de todas essas ações, o movimento de dissidência sexual e de gênero desaprovou a gestão governamental do presidente Salvador Sánchez Cerén pela escassa atenção às populações LGBTI+. A displicência do governo Sánchez Cerén quanto às questões LGBTI+ teve maior evidência no ataque transfóbico sofrido pelo ativista Aldo Peña por parte de agentes da PNC. Aldo sofreu agressões físicas, politraumatismo no corpo e detenção policial arbitrária quando voltava para casa após participar da marcha da diversidade sexual de 2015. Após sua libertação, foi acusado judicialmente de agressão física aos policiais que o detiveram.

Em 3 de dezembro de 2015, após superar algumas irregularidades no processo judicial, Aldo foi declarado inocente de todas as acusações. Em outubro de 2016, dois dos sete acusados de agredir Peña foram condenados. No entanto, o principal responsável foi absolvido, porque o juiz determinou "que agiu em cumprimento de seu dever" (RAUDA, 2016). No momento do ataque, Aldo fazia parte do Corpo de Agentes Metropolitanos (CAM) de San Salvador. O prefeito na época era Nayib Bukele, que, em sua conta do Twitter, exigiu da PNC "a libertação IMEDIATA de nosso agente do CAM, espancado e preso por sua orientação sexual".

Nayib Bukele: Do lado certo do poder

Nayib Bukele procede de uma família de imigrantes palestinos que chegou a El Salvador no início do século XX e que, graças ao impulso comercial, conseguiu abrir seu espaço, sempre em disputa, entre a tradicional burguesia salvadorenha. Seu pai, Armando Bukele Kattán, foi um destacado empresário e eminente cientista, além de ser Imã da comunidade muçulmana salvadorenha.

Bukele era empresário em publicidade. Sua relação com a FMLN começou por meio da gestão das campanhas publicitárias do partido político. Em 2011, foi candidato a prefeito pela FMLN pelo pequeno município de Antiguo Cuscatlán, sendo eleito para o período de 2012-2015. Nesse momento, iniciou um intenso processo de *marketing* político para se pro-

mover como uma cara nova, jovem e diferente no cenário político salvadorenho.

Fazendo uso agressivo dos meios de comunicação e das redes sociais, rapidamente ganhou popularidade midiática. Cumpriu seu projeto de autopromoção e, em 2014, seu nome foi acionado para concorrer à prefeitura de San Salvador, capital do país, conseguindo ser eleito para o período 2015-2018.

Dentro de sua gestão como prefeito de San Salvador, empreendeu um processo de remodelação e higienismo social no Centro Histórico da capital. Essa ação foi a principal carta de apresentação de sua gestão, sendo promovida em todos os espaços possíveis, físicos e, sobretudo, virtuais. Nesse período, a prefeitura de San Salvador anuiu o desenvolvimento de ações para a visibilidade política das pessoas LGBTI+, como pintar uma passagem com um arco-íris próximo ao maior *shopping center* do país e permitir a abertura da marcha pela diversidade sexual, que naquele momento já era maciça, no pórtico do recém-construído Mercado Cuscatlán em 2017. Essas ações refletiam as palavras de Bukele expressas em uma reunião com diversos ativistas LGBTI+, em meio à sua campanha pela prefeitura de San Salvador, quando afirmou:

> Acredito que a luta pelos direitos civis do nosso tempo é a comunidade LGBT, e quero estar do lado certo da história, sempre disse isso, e meu temor é estar do outro lado [...]. Quero estar do lado certo da história, não estarei do lado dos discriminadores; se o nome é "heteroaliado", seria isso [...][4].

Naquele momento se vislumbrou que Bukele apoiaria os processos de cidadanização e a reivindicação dos direitos humanos das pessoas LGBTI+, o que justificaria seu *tweet* manifestando repúdio ao ataque transfóbico a Aldo Peña em junho de 2015. No entanto, sua condição de "heteroaliado" foi sendo diluída à medida que deteriorava sua relação com a FMLN.

Em meados de 2017, passou a apresentar divergências com a cúpula partidária, que se tornaram intransponíveis, levando a uma tortuosa ruptura das relações com a FMLN antes de finalizar seu mandato como prefeito de San Salvador. Nesse processo de ruptura, em vez de continuar "do lado certo da história" em sua prática política, Bukele passou a mostrar sua ambição de estar "do lado certo do poder".

Vendo a si mesmo como órfão político, Bukele criou um movimento social denominado Novas Ideias (NI), com o objetivo de participar como candidato presidencial do NI nas eleições de 2019. No entanto, uma vez que o NI não estava registrado como partido político em abril de 2018 perante o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), não atendeu à exigência da convocação de eleições internas para escolha de candidato à presidência nos prazos estipulados em lei. Para resolver esse impasse, Bukele buscou "alianças estratégicas" com outros partidos políticos já constituídos.

A primeira tentativa foi com o partido minoritário de centro-esquerda Cambio Democrático (CD). Porém, por ação do TSE, o CD foi suspenso por não ter obtido suficientes votos válidos na eleição de 2018. O cenário político era reduzido para Bukele, que então aceitou a abertura da Gran Alianza

Inauguração da Marcha pela Diversidade Sexual – 2017 - Fonte: Arquivo pessoal

Nacionalista (Gana), um partido de direita escindido da Arena, para disputar as eleições presidenciais de 2019.

Bukele fez uma campanha *millennial*, usando as redes sociais como ferramenta de comunicação unilateral com seus seguidores e fãs, especialmente os jovens. Desprezou a participação em debates políticos, ao mesmo tempo em que aproveitava o desgaste político dos partidos majoritários. Capitalizou as dificuldades para o registro de sua candidatura presidencial, classificando-as de ataques pessoais, e direcionou a seu favor tanto a separação entre os projetos políticos dos partidos tradicionais e as realidades da sociedade quanto a indignação e rejeição às alianças familiares e clientelistas que a FMLN havia constituído nos dois mandatos no Executivo. Bukele venceu em primeiro turno por ampla margem e com maioria em todos os departamentos.

Em seu discurso da vitória, afirmou que "o tempo do pós-guerra havia terminado"; que o bipartidarismo representado pela Arena e pela FMLN havia sido rompido. Com essas palavras, Bukele declarou que um novo tempo estava começando e, com seu personalismo, identificou-o como um divisor de águas na história política salvadorenha. Porém, na prática, repetiu e maximizou as estratégias clientelistas da FMLN e ressuscitou ações realizadas nos tempos das ditaduras militares.

Administração Bukele: construção de "armários institucionais"

A pensadora Eve Sedgwick afirmava em 1990 que "o armário é a estrutura definidora da opressão *gay* neste século" (1998, p. 96). A figura retórica do "armário" não se refere a um espaço físico específico, mas a um espaço social. A "opressão *gay*" a que se refere indica os temores reais ou infundados que as pessoas LGBTI+ têm quando sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero é conhecida em espaços sociais, institucionais e públicos, nos quais podem existir atos de discriminação e, no caso específico de El Salvador, atos de agressão verbal e física e até crimes de ódio.

Esse armário é constituído pela interação de dois binômios conceituais específicos: segredo/revelação e público/privado. Ambos se referem a processos sociais em tensão, seja para manter em segredo a orientação sexual, a identidade e a expressão de gênero, seja para revelá-los. No âmbito institucional, envolve desenvolver políticas públicas para fomentar os processos de cidadanização de pessoas LGBTI+ ou, ao contrário, manter essas condições de vida na esfera privada e dirigir o olhar político somente às ações da esfera heterossexual binária hegemônica.

Conforme analisado anteriormente, desde o período inicial do pós-guerra salvadorenho se começou a estruturar uma identidade política das pessoas LGBTI+. Esse desenvolvimento foi tortuoso nas décadas de 1990 e 2000. No entanto, o amadurecimento político foi alcançado, o que permitiu ao primeiro governo da FMLN entabular um diálogo com o Executivo para incorporar os conceitos de orientação sexual, identidade e expressão de gênero às políticas públicas que promovessem a inclusão de pessoas LGBTI+ no sistema político salvadorenho. Nesse momento, as instituições reconheceram esse segmento da população, outrora marginalizado e precário, como sujeito pleno de direitos. O armário institucional dava sinais de abertura.

Em 1º de junho de 2019, Nayib Bukele assumiu o Poder Executivo. Embora ao longo da campanha eleitoral Bukele tivesse afirmado que iria trabalhar de forma diferente das administrações que o precederam, na prática, viu-se a mesma "tábula rasa" feita por outras administrações ao iniciar seus mandatos. Na ânsia de se distanciar da FMLN, afastou-se da abertura institucional para promover políticas públicas de cidadanização LGBTI+ e deu início a um processo de construção de "armários institucionais" para temáticas de orientação sexual, identidade e expressão de gênero na administração pública.

Esses armários começaram a ser percebidos, de forma tímida, em plena campanha eleitoral. Embora na proposta do Plano de Governo "Plano Cuscatlán" constasse que "a abordagem baseada nos Direitos Humanos en-

foca os grupos populacionais que estão sujeitos a maior marginalização, exclusão e discriminação", quando Bukele afirmou em uma declaração pública eleitoral que "o casamento é unicamente entre um homem e uma mulher" (NÓCHEZ, 2018), essas palavras negaram claramente o avanço de políticas públicas inclusivas para o acesso sem discriminação às instituições civis do Estado por pessoas LGBTI+.

Em sua primeira semana de mandato, extinguiu a Secretaria de Inclusão Social. A extinção da instância que se encarregava de zelar por políticas públicas inclusivas teve como efeito colateral o fechamento de espaços participativos e de diálogo na construção de políticas públicas para pessoas LGBTI+, que haviam sido empreendidos, à custa de muito trabalho e diversos problemas, desde o ano 2010.

Diante da eliminação da Secretaria de Inclusão Social, ativistas perguntaram ao presidente Nayib Bukele qual órgão do Executivo seria responsável por assegurar os direitos humanos das pessoas LGBTI+. A resposta foi: "Passará para o @MICULTURASV. Tenham paciência, estamos no governo há apenas 36 horas" (ELSALVADORG, 2019).

A decisão de incorporar as responsabilidades da DDS ao Ministério da Cultura pode, à primeira vista, ser classificada como positiva, visto que se manteve em vigor a existência de uma unidade ministerial de atendimento a essa população. No entanto, deve-se mencionar que, se as ações em prol dos processos de cidadanização LGBTI+ não forem parte integrante das políticas públicas do Estado, podemos cair no risco de criar "políticas públicas personalizadas", que dependem da figura da pessoa responsável por uma instância do Estado. Se essa figura sair da instância que administra, as políticas por ela promovidas deixam de ser realizadas (ARÉVALO; SOLORZANO, 2019).

A designação do Ministério da Cultura para gerir possíveis políticas públicas a favor das pessoas LGBTI+ foi uma forma de corrigir uma consequência inesperada das decisões tomadas. Isso pode ser entendido dado o contexto de violência social epidêmica que eclipsa todas as áreas da vida nacional, colocando outras questões na periferia, como aquelas relacionadas à vida das pessoas LGBTI+.

Esse desdém situa os corpos, subjetividades e identidades LGBTI+ como "prescindíveis". Isso pode resultar na continuação dos processos de eliminação seletiva, por meio dos quais as pessoas LGBTI+ se tornam mais vulneráveis quando deixam de pactuar publicamente com o modelo hegemônico binário heterossexual.

Em 28 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto Executivo 20 (EL SALVADOR, 2019), base legal para todas as ações institucionais voltadas para as pessoas LGBTI+ que o Ministério da Cultura viria a realizar. Os considerandos para a emissão do decreto destacavam que, devido à supressão da DDS, o Ministério da Cultura deveria assumir as atribuições da anterior Direção.

O dever autoimposto do governo Bukele era o de criar condições que promovessem o desenvolvimento e a proteção da população LGBTI+ e que, ao mesmo tempo, propiciassem condições para eliminar as diferentes formas de discriminação e intolerância. Destacou-se também a formulação de políticas públicas com enfoque nos Direitos Humanos para erradicar a discriminação e a intolerância e, conforme a necessidade, implementar ações afirmativas. Ao Ministério da Cultura foi atribuída a tarefa de assessorar a Presidência da República no tocante a todas as formas de discriminação.

Como deficiências, verifica-se que o Decreto 20 não estabeleceu um quadro institucional específico de aplicação. Estaríamos diante de um marco normativo de incidência indireta que promoveria a eliminação da discriminação e da intolerância às pessoas LGBTI+ por meio de ações no campo sociocultural e, em algumas circunstâncias, quando a necessidade o justificasse, ações de caráter afirmativo, embora não se especifique quais seriam essas circunstâncias e quanta deveria ser a "urgência" para sua criação e aplicação.

A Unidade de Gênero e Diversidade foi designada como responsável direta por promover a concretização de todas as dis-

posições do Decreto e, para organizar e planejar todas as ações, foi criado o Plano Operacional Quinquenal da Unidade de Gênero e Diversidade do Ministério da Cultura (EL SALVADOR, 2020).

A transferência das ações institucionais da extinta DDS para o Ministério da Cultura está promovendo a criação de "armários institucionais". A Unidade de Gênero e Diversidade segue uma agenda programática de ações e atividades de cunho sociocultural que engloba uma gama de populações historicamente excluídas, como povos originários, pessoas com deficiência física, crianças, mulheres, população rural e pessoas LGBTI+. A "diversidade", nesse caso, inclui uma série de identidades sociais, e essa abundância pode levar a uma hierarquização das ações institucionais. Isso, por sua vez, lembrando as palavras da antropóloga Gayle Rubin (1989), pode fazer com que as pessoas LGBTI+ fiquem no último degrau de importação de identidades a serem atendidas pela Unidade. As pessoas LGBTI+ entraram no armário institucional da "diversidade".

Em consonância com o anterior, o nome da Unidade e o arcabouço teórico que evoca também podem representar um novo armário para as reivindicações de direitos das pessoas LGBTI+. De acordo com o segundo axioma de Sedgwick (1998, p. 41), "o estudo da sexualidade não é coextensivo com o estudo de gênero". Embora tenhamos pleno conhecimento de que gênero e sexualidade são categorias inextricáveis entre si, elas não são sinônimas. No caso das políticas públicas, pode-se dizer que gênero não é sinônimo de diversidade.

A Teoria de Gênero abriu espaços para a discussão de temáticas relativas a corpo, sexualidade, desejo e prazer, fora da órbita do mandato da reprodução; porém, no campo das políticas públicas, fundir as áreas de Gênero e Diversidade em uma única unidade técnica pode fazer com que as necessidades das pessoas LGBTI+ sejam absorvidas pelo desenvolvimento de atividades sobre gênero nessa unidade. As pessoas LGBTI+ entram no armário institucional do "Gênero".

O exposto acima pode ser reforçado pelas próprias palavras de Nayib Bukele: quando questionado pelo cantor René Pérez sobre sua opinião a respeito do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em pleno estado de exceção por covid-19, sua resposta foi que "o casamento é unicamente entre um homem e uma mulher". Isso mostra a permanência ideológica com tendências neoconservadoras e neopentecostais beligerantes, contrária aos avanços em matéria de direitos civis das pessoas LGBTI+. O quadro institucional criado pela gestão de Bukele de nada servirá se não for utilizado pelo próprio presidente para promover e fomentar a cultura de igualdade, inclusão, equidade de gênero e respeito à diversidade que se repete *ad nauseam* no Plano Operacional Quinquenal da Unidade de Gênero e Diversidade.

No final do século XIX, o poeta Oscar Wilde cunhou a frase "o amor que não ousa dizer seu nome" para se referir à homossexualidade. No governo Bukele, o cenário que se desenha para as populações LGBTI+ nestes 18 meses de sua gestão seria a promoção de direitos e de uma cidadania que ainda não se atrevem a dizer seu nome, e que estão sendo depositados em "arquivos institucionais", como é o caso do n. 15 da *Revista Identidades*.

O número 15 da *Revista Identidades* do Ministério da Cultura de El Salvador foi inteiramente dedicado à discussão de temáticas das pessoas LGBTI+ centro-americanas. Dado que era o primeiro número da publicação sobre esse tema, e a primeira vez que uma revista da América Central dedicava seu espaço acadêmico por completo para discutir a realidade das populações LGBTI+ – e dando o benefício da dúvida, em janeiro de 2020, à administração Bukele –, decidi participar desse projeto editorial como coeditor.

A revista lançou a convocatória de artigos, e todo o trabalho de recepção, avaliação por pares cegos e diagramação foi realizado no período mais dramático de imposição de medidas inconstitucionais de controle da epidemia de covid-19 no país (SALA DE LO CONSTITUCIONAL, 2020). Além do esforço pessoal de autores, revisores e coeditores para que saísse o número da revista, a equipe institucional do Ministério da Cultura teve que lutar para que a publicação fosse

colocada em um espaço virtual no *site* institucional do ministério[5] . Esse esforço precedeu o silêncio institucional sobre a referida publicação, que nunca foi divulgada pelo Ministério da Cultura ou seus representantes nas redes sociais institucionais. A revista ficou "escondida" em um armário virtual institucional.

Igual sorte teve a 3ª Mostra Digital de Cinema LGBTIQ+ El Salvador. A princípio, foi informado que os *links* para ver as produções audiovisuais seriam divulgados na *fanpage* do Ministério da Cultura às 20h. No dia seguinte à escassa inauguração do festival, foi noticiado que os *links* seriam enviados apenas a quem os solicitasse por mensagem privada. Isso se deveu, aparentemente, a pressões religiosas fundamentalistas que, em um esforço para "proteger a infância", pediram que o público dos audiovisuais oferecidos fosse restringido aos maiores de 21 anos; assim, a solicitação dos *links* por mensagem privada seria o "filtro" para impedir que menores de 21 anos tivessem acesso a tais materiais.

Além disso, as postagens nas redes sociais sobre a mostra foram inundadas de insultos LGBTIfóbicos, que, em vez de seguir as orientações ditadas por esta mesma administração, optaram por enviar para o "armário" a exposição pública de temáticas que promovem a eliminação da discriminação e intolerância às pessoas LGBTI+, ações institucionais essas que, por decreto executivo, o Ministério da Cultura deveria realizar.

Na toada da extinção, em agosto de 2020, a antiga Linha de Assistência e Atenção à Diversidade Sexual passou a ser uma linha de assistência médica, destinada a gestantes e crianças menores de cinco anos. Essa ação evidenciou a concepção do modelo político promovido pelo governo Bukele de reforço aos padrões heterossexuais binários hegemônicos, segundo os quais as mulheres cuidam das funções de reprodução e maternidade; e os homens, do espaço público e da liderança social.

Em pouco mais de um ano de governo Bukele, a mensagem às populações LGBTI+ de respeito e garantia de seus direitos estava na contramão do "lado correto da história" e, portanto, opunha-se aos avanços na questão dos direitos civis das pessoas LGBTI+ e a qualquer política pública que interseccionasse os direitos sexuais e reprodutivos, a sexualidade, o gênero e o corpo na agenda pública do Estado.

As ações de Bukele geraram reconfigurações no interior dos movimentos LGBTI+. Algumas pessoas e organizações LGBTI+ decidiram alinhar-se, de forma clientelista, à administração governamental. Várias retrocederam a demandas com o enfoque de redistribuição econômica exposto pela FMLN e outras optaram por seguir um caminho independente.

Reflexões finais

O movimento de dissidência sexual e de gênero depositou grandes esperanças na criação da DDS como forma de fazer avançar uma plataforma política de inclusão social. Na década de governo da esquerda em El Salvador, foram dados passos para um reconhecimento institucional restrito da dissidência sexual e de gênero, juntamente com algumas conquistas políticas nos campos de saúde, trabalho e direitos humanos. No entanto, a extinção da DDS no governo Bukele demonstrou como a cidadania sexual de pessoas LGBTI+ é suscetível de eliminação, assim como seus corpos, subjetividades e identidades.

As conquistas de cidadania sexual das pessoas LGBTI+ entre 2010 e 2019 podem ser caracterizadas como uma conquista pela metade, uma vez que resultaram antes em aspectos simbólicos do que em aspectos jurídicos e institucionais, como revelou o próprio movimento de dissidência sexual ao afirmar que a DDS exerceu mais um papel de capacitação e sensibilização do que de criação de políticas públicas inclusivas.

Devido à falta de concretização de leis como o reconhecimento da identidade de gênero ou a reconversão do Decreto 56 em lei da República, instituições que zelavam pela inclusão social das pessoas LGBTI+ ficaram suscetíveis a serem eliminadas por um novo governo.

A chegada de Bukele à Casa Presidencial significou um processo de regressão de todas as políticas públicas na esfera social. Em 2 de junho de 2019,

Bukele deu início a um processo de expurgo nas instituições estatais de estruturas criadas pela FMLN nos 10 anos em que geriu o Executivo, bem como de pessoas vinculadas a essa instituição política, para substituí-las por familiares, amigos e partidários seus (ALVARADO; LABRADOR; ARAUZ, 2020).

No mundo todo, correntes neoconservadoras utilizam os processos de cidadanização de pessoas LGBTI+ como cavalos de Troia para impulsionar projetos políticos conservadores. No caso da América Latina, a circulação da terminologia "ideologia de gênero" é utilizada como estratégia política para ganhar adeptos entre os fundamentalismos religiosos, sejam católicos ou evangélicos.

Bukele, embora não faça uso explícito dessa terminologia, em suas aparições na mídia, fala diretamente a um público fundamentalista religioso, interagindo com o "nome de Deus" em seus discursos e até afirmando que "Deus falou comigo", como forma de justificar o fracassado autogolpe parlamentar de 9 de fevereiro de 2020.

Paralelamente, desenvolve diferentes ações simbólicas e discursivas para criar uma "nova Força Armada". Bukele, da mesma maneira que os governos militares que existiram na história de El Salvador, faz um apelo às Forças Armadas como fiadoras de sua permanência e continuidade na presidência. Na prática, conduz uma militarização do país, que foi maximizada na gestão da pandemia de covid-19.

O ano de 2020 ficará marcado na história contemporânea pelas medidas que os diferentes Estados adotaram para prevenir e conter a propagação da covid-19, e El Salvador não é exceção. Desde 11 de março de 2020, entramos em uma escalada de restrição inconstitucional de direitos disfarçada de medidas sanitárias para evitar a disseminação da doença no país (SALA DE LO CONSTITUCIONAL, 2020).

Medidas de saúde pública, como respeitar o distanciamento físico, evitar aglomerações e reduzir a circulação de pessoas nas ruas e espaços públicos, eram, segundo o bom senso, as que deveriam ser adotadas; porém, a forma abrupta, alarmista e até fatalista como foram apresentadas ou justificadas pelo Executivo em todos os canais nacionais gerou estratégias de controle da população por meio da angústia, do pânico e do medo.

As restrições inconstitucionais de direitos afetaram cada pessoa de forma diferente. A maioria delas foi pensada a partir do modelo binário heterossexual hegemônico. Isso significa que se considerava que unicamente pessoas heterossexuais seriam receptoras ou beneficiárias, quando aplicável, das medidas adotadas. As pessoas que não pactuam com o modelo binário heterossexual publicamente veem-se à margem dessas políticas públicas, e seremos nós que sofreremos majoritariamente suas consequências, silenciadas no discurso da máquina publicitária governamental.

Por meio de um discurso messiânico no nível simbólico e do uso das Forças Armadas no nível concreto, buscou-se controlar o país, o que ressuscitou, em pouco mais de um ano de gestão, os fantasmas das ditaduras militares de detenções arbitrárias, tortura, perseguição política, censura, ataques a defensores dos direitos humanos e à mídia independente, tudo com o objetivo de reafirmar o controle total sobre as estruturas do Estado.

Nesse cenário, as agendas políticas dos movimentos progressistas devem tentar dirimir diferenças quanto às políticas de redistribuição ou reconhecimento e gerar uma ampla frente de resistência, luta e transformação, já que, se um novo Estado totalitário for implantado – de forma direta pela ingerência das Forças Armadas ou de forma sutil por meio de uma reforma constitucional que mine a separação dos três poderes do Estado –, não haverá, nesse horizonte neoditatorial, lugar de coexistência para dissidências sexuais e políticas, sociedade civil organizada ou feministas que não estejam alinhadas ao poder vigente.

Notas

[1] Pesquisador do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam/Uerj). Fez pós-doutorado em Medicina Social (IMS/Uerj), doutorado e mestrado em Estudos Internacionais de Paz, Conflitos e Desenvolvimento (Universitat Jaume I); é especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/Uerj) e licenciado em Ciências

da Educação (Universidad de El Salvador). Suas linhas de pesquisa são Cultura pela Paz, Violências e Estudos LGBTI+ no Istmo Centro-Americano. Consultor internacional em matéria de Emergências Internacionais de Saúde, Fundamentalismo, gestão de projetos para o desenvolvimento comunitário e educacional. Contato: amaral.palevi@gmail.com.

[2] Ministério de Saúde e Assistência Social. *No me etiquetes*. 2011. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hhD0z3zbEXM. Acesso em: 14 abr. 2017.)

[3] Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *¡Penaliza la violencia, no las diferencia!*, 2014. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZECbZ2rmQp8. Acesso em: 14 abr. 2017.)

[4] ELSALVADORG, 21 de novembro de 2014. Disponível em: https://youtu.be/edHsVm4xhVM. Acesso em: 28 jun. 2020.

[5] *Revista Identidades* 15. (Disponível em: http://www.cultura.gob.sv/revista-identidades-15/).

Referências

ALIANZA por la Diversidad Sexual. *Plataforma mínima sobre diversidad sexual 2009-2014*. San Salvador: Alianza por la Diversidad Sexual, 2010.

ALVARADO, J.; LABRADOR, G.; ARAUZ, S. El clan Bukele que gobierna con Nayib. *El Faro*, 7 jun. 2020. Disponível em: https://elfaro.net/es/202006/el_salvador/24512/El-clan-Bukele-que-gobierna-con-Nayib.htm. Acesso em: 9 nov. 2020.

ARÉVALO, A. Hilando memorias: organización de mujeres lesbianas en El Salvador. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, n. 27, p. 125-194, 2017.

____. Del gay power a la Diversidad Sexual: Politización de identidades sexuales disidentes en El Salvador. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 25, p. 99-116, 2016.

____; SOLORZANO, A. Alianzas y agencias políticas de la disidencia sexual y de género: ¿Una forma para sobrevivir en El Salvador? *Periodicus*. n. 11, v. 1, p. 87-111, 2019.

CISNEROS, A.; MENJÍVAR, A. *Informe consulta nacional LGBTI 2014*: Hagamos Ciudadanía para seguir Adelante. San Salvador: S/E, 2014.

ELSALVADORG. Ante la disolución de la Secretaría de Inclusión social, la Dirección de Diversidad Sexual, el presidente Nayib Bukele anuncia que pasará al Ministerio de Cultura, 3 jun. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/elsalvadorg/posts/2313061872266208. Acesso em: 28 jun. 2020.

EL SALVADOR. Ministério da Cultura de El Salvador. *Plan Operativo Quinquenal Unidad de Género y Diversidad*, 2020. Disponível em: https://www.transparencia.gob.sv/institutions/ministerio-de-cultura/documents/346918/download. Acesso em: 28 jun. 2020.

____. Ministério de Saúde Pública e Assistência Social. *Lineamientos técnicos para el abordaje en salud de las personas lesbianas, gays, bisexuales y trans*. San Salvador: Ministério da Saúde, 2012.

_____. *Lineamientos técnicos para la atención integral en salud de la población LGBT*. San Salvador: Ministério da Saúde, 2016.

____. Presidência da República de El Salvador. Decreto n. 56. *Diario Oficial*, Tomo 387, n. 86, p. 4-6, 12 maio 2010.

____. Decreto n. 20. Reformas al Reglamento Interno del Órgano Ejecutivo. *Diario Oficial*, Tomo 424, n. 159, p. 11-12, 28 ago. 2019.

NÓCHEZ, M. Candidato de las "nuevas ideas" se opone al matrimonio igualitario. *El Faro*, 2018. Disponível em: https://elfaro.net/es/201811/el_salvador/22660/Candidato-de-las-%E2%80%9Cnuevas-ideas%E2%80%9D-se-opone-al-matrimonio-igualitario.htm. Acesso em: 28 jun. 2020.

RAUDA, N. Justicia absuelve a principal acusado de golpiza al agente del CAM transexual. *El Faro*, 2016. Disponível em: https://www.elfaro.net/es/201610/el_salvador/19373/Justicia-absuelve-a-principal-acusado-de-golpiza-al-agente-del-CAM-transexual.htm. Acesso em: 9 dez. 2019.

ROMERO, F. Gobierno prohíbe la marginación sexual. *La Prensa Gráfica*, 14 maio 2010, p. 18.

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, C. (org.). *Placer y peligro*. Explorando la sexualidad femenina. Madri: Ed. Revolución, Madrid, 1989. p. 113-190.

SALA DE LO CONSTITUCIONAL. 21-2020/23-2020/24-2020/25-2020 Inconstitucionalidad. Tribunal Supremo de Justiça, 8 jun. 2020.

SAN SALVADOR. Secretaria de Inclusão Social. *Índice de Inclusión Institucional LGBTI 2016*. Direção de Diversidad Sexual: San Salvador, 2017.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemology of the closet. Berkeley, University of Califórnia Press, 1990

UNIDADE de Acesso à Informação Pública. Presidência da República. *Requerimento n. 034-2019*, 27 mar. 2019.

____. Ministério do Trabalho e Previsão Social. *Requerimento n. RSI-MTPS-0091-2019*, 23 maio 2019.

Diego López Garrido[1]

Democracia e crise de representação no século XXI - Dez desafios e dez propostas progressista

Introdução

Desejo iniciar este artigo com uma reflexão conceitual sobre a democracia como forma de Estado e a teoria da representação política. Para isso, reproduzirei alguns parágrafos da obra, dirigida por mim, *Lições de Direito Constitucional da Espanha e da União Europeia* (LÓPEZ GARRIDO, 2018).

A classificação contemporânea mais completa das formas de Estado é a de Hans Kelsen. Kelsen a deduz a partir do tipo de relações jurídicas entre os seres humanos: ou as normas são produzidas por aqueles que a elas se submetem (autonomia), ou são produzidas por outros (heteronomia). No plano constitucional, as normas a que se refere são as leis, o que o leva a distinguir: democracia e autocracia como sistemas políticos "puros" ou "ideais" em abstrato. Existem, então, dois sistemas políticos básicos; na prática, as formas de governo estarão mais próximas de um ou de outro.

Esse critério toma a liberdade como referência. Uma pessoa é livre caso se submeta à sua própria vontade, isto é, caso se submeta às leis que decidiu fazer. A democracia é, portanto, um sistema político de liberdade.

Essa liberdade individual assume, coletivamente, a forma de liberdade e autodeterminação do povo, que é, portanto, a fonte de legitimação por excelência.

Para os teóricos do Direito racional, a ideia determinante, diz Böckenförde (2000, p. 48-49), era que a justificativa do domínio político deveria ser derivada da autonomia e da autodeterminação dos indivíduos, independentemente das autoridades existentes. A autodeterminação individual transformou-se, por meio da figura do contrato de sociedade e de governo, em um poder social a cuja disposição também estava o objetivo, a razão de ser da fundação do Estado e da organização deste.

Para John Locke e a Declaração de Independência dos Estados da Nova Inglaterra de 1776, o princípio da autonomia é entendido como a garantia dos direitos naturais do indivíduo e, portanto, atua como um limite ao poder político (BÖCKENFÖRDE, 2000), identificando a vontade da totalidade com a vontade da maioria.

Teoria da representação política

Representar significa, segundo Leibholz (1971), tornar presente e operante algo que não o é. Em outras palavras, a representação torna visível e atualiza um ser invisível. Nisso reside a representação.

1. A representação política em um sentido jurídico formal

García Pelayo (1986, p. 80-84) descreve com grande precisão a democracia representativa da Nação:

> A formação da teoria da representação democrática e, consequentemente, da democracia indireta — aquela em que o povo exerce seu poder por meio de representantes — corresponde principalmente ao núcleo das ideias jurídicas e políticas da Revolução Francesa. A origem e a estrutura de tal formação estão condicionadas por dois motivos: o primeiro, a impossibilidade técnica da democracia direta, ou seja, da tese de Rousseau, um ponto em que os teóricos da Constituinte se vinculam ao pensamento de Montesquieu e De Lolme; o segundo, a substituição da ideia de povo como algo tangível e visível pela ideia de nação. Em suma, é o resultado da aplicação do princípio democrático a um grande espaço e a uma grande população.

Assim, portanto, a ideia de representação "consiste em querer pela nação, na ordem constitucional; o que distingue o representante do funcionário público é que o representante pode querer pela nação, enquanto o funcionário público somente pode agir por ela" (PELAYO, 1986, p. 177-182).

2. A democracia representativa do constitucionalismo contemporâneo

Os momentos integrantes da doutrina democrática da representação são, segundo Pelayo (1986):

a) Uma das principais funções da representação é a legitimação do poder público. Todos os que detêm poder público são representantes da nação ou do povo. Trata-se de uma legitimidade diferente daquela de um monarca que representa o Estado "pela graça de Deus". O nome de representação é reservado àqueles que tenham sido designados por

eleição popular, que deve estar acompanhada de pluralismo.

b) O representante o é de toda a nação e não do grupo ou distrito que o elegeu, como expressou Sieyés.

Se a nação é a vinculação social mais intensa; se é, portanto, a própria negação do particular, os representantes, mesmo que eleitos por um determinado distrito, são, no entanto, representantes de toda a nação. Isso está muito claro no artigo 1º, 2, t. III da Constituição Francesa de 1791, quando afirma que "a soberania é una, indivisível, inalienável e imprescindível; pertence à nação; nenhuma fração do povo nem qualquer indivíduo pode reivindicar seu exercício".

c) O representante não está sujeito a mandato imperativo ou instruções dos eleitores, uma vez que é representante de toda a sociedade, e não de uma fração do povo.

O direito de sufrágio

Todo processo constituinte e estrutural do Estado democrático teve de ser legalmente constituído e organizado. O instrumento técnico-jurídico para isso, como afirma Pérez Royo (2005), seria a transformação do povo em "corpo eleitoral", isto é, o conjunto dos cidadãos com direito a sufrágio ativo, que na democracia são todos os cidadãos maiores de idade que não estejam privados desse direito por sentença judicial.

Por meio das eleições políticas, a vontade do povo se converte em posição de poder estatal (STERN, 1987, p. 535), porque a composição do Parlamento decide sobre a aprovação e o conteúdo das leis, sobre a formação e o controle do governo, e sobre a nomeação de novos cargos públicos. A eleição determina a direção política do Estado. Todo o sistema político é legitimado quando a representação política é outorgada pelos cidadãos por meio das eleições.

Todo o sistema político é legitimado quando a representação política é outorgada pelos cidadãos por meio das eleições.

O partido político como transformador da representação política

As considerações anteriores sobre representação devem ser conectadas e materializadas com o fenômeno histórico mais importante que mudou a democracia desde as revoluções liberais: o surgimento, desenvolvimento e protagonismo dos partidos políticos.

Os partidos políticos são um intermediário entre o cidadão e seus representantes nos órgãos de poder. Mobilizam os cidadãos para sua participação e integração no processo democrático, transformam os interesses e elementos sociais em orientações políticas e programas de ação coerentes, selecionam as elites políticas e governamentais e oferecem aos eleitores o seu potencial organizacional (ALMOND; VERBA, 2001).

Por isso, a doutrina chegou a afirmar que o partido político acabou assumindo a função de vinculação entre Estado e sociedade que no século XIX era exercida pelo Parlamento, a mais típica instituição da democracia representativa.

Tanto é assim que o Estado contemporâneo foi denominado "Estado de partidos", estudado entre nós por García Pelayo. Esse autor diferenciou como forma de democracia, junto com a democracia "direta" e a democracia representativa, a "democracia de partidos", em que estes não são apenas um fator de mediação entre representantes e representados, mas também um fator de "mediação" entre o povo e os deputados, o que se manifesta na disciplina de grupo destes perante as diretrizes dos partidos. Para Pelayo (1986), as eleições adquiriram um caráter plebiscitário em que o povo outorga sua confiança e capacidade de decisão a uma legislatura dada ao partido como organização, mais do que às pessoas inscritas nas listas eleitorais, salvo no que se refere ao líder ou líderes de um partido.

O partido configura-se, assim, como um verdadeiro "representante", na medida em que estreita a vinculação entre eleitores e eleitos.

A crise de representação nas democracias do espaço ibero-americano

O século XXI trouxe duas crises sucessivas de enormes proporções: a financeira de 2008 e a da covid-19. Uma crise de caráter universal em um mundo definitiva e inevitavelmente globalizado.

Um de seus efeitos foi uma crise de representação política, ou seja, de confiança no sistema. Algo que, em termos geopolíticos, equivale a um verdadeiro terremoto. Particularmente no espaço latino-americano, mas não só: também na Europa e na América do Norte.

Quais foram as **causas** dessa crise de representação?

1- A primeira, muito evidente, é a crise econômica desencadeada. No seminário organizado nos dias 3 e 4 de dezembro de 2020 pela Fundação João Mangabeira, coincidiu-se (Gabriela Raffolini, Jaime Preciado) que a deterioração econômica vinha de antes. Como dizemos (Erika Rodriguez e Diego L. Garrido) na Introdução ao Relatório Ibero-América 2020 da *Fundación Alternativas*, no período 2014-2019, a América Latina teve o pior desempenho econômico dos últimos 70 anos.

A crise da pandemia clausurou qualquer expectativa de melhora. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), espera-se uma recessão brutal na região, de -5,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Soma-se a isso o hiato ecológico e digital existente na região.

2- A segunda causa da crise de representação que vivemos é, sem dúvida, o agravamento da pobreza e da desigualdade, em uma região caracterizada por esta última. Isso provoca uma fragmentação social ainda maior, expressa em fortes movimentos migratórios ao redor e para fora da América Latina. Da mesma forma, na frustração de toda uma geração jovem, profissionalmente preparada — há hoje mais de 30 milhões de universitários latino-americanos na América Latina, a maioria mulheres —, mas com um horizonte de trabalho sombrio.

A fragmentação é, portanto, de estratos sociais e intergeracional.

3- Da fragmentação social decorre a fragmentação política, muito visível depois do último superciclo eleitoral, que debilita a já frágil institucionalidade latino-americana. E com uma orientação bastante conservadora em Estados-chave da região (Brasil, México), inesperada neste último caso, dado o perfil político anterior de López Obrador.

4- A consequência lógica dessas crises (econômica, social e política) é o que denominamos crise de representação ou de representatividade das instituições públicas, inclusive do próprio sistema político. Em outras palavras, uma perda de confiança muito acentuada na própria democracia como modelo teórico e prático. Entre 2016 e 2018, a insatisfação com o funcionamento da democracia na América Latina passou de 51% para 71%; as piores cifras em 25 anos (Relatório Ibero-América 2000, p. 8).

5- Inevitavelmente, os partidos políticos fazem parte dessa crise de representação, como agregadores da opinião pública (ALMOND; VERBA, 2001, p. 171-201), como mediadores entre Estado e sociedade. Algo que a Europa compartilha com a América.

6- Uma manifestação nítida dessa crise de confiança e de centrifugação dos partidos é a ascensão do populismo em toda a zona ocidental e além dela. Existem vários exemplos disso, expressos em formações de extrema direita e em líderes iliberais: Bolsonaro, Trump, Orban, Putin, Erdogan, etc.

A mensagem é perversa. Uma espécie de "totalitarismo democrático" falso, que elimina qualquer intermediação entre povo e líder. Um caudilhismo de nova índole, que proclama o nacionalismo isolacionista, o protecionismo e a xenofobia.

7- O mal-estar social diante desses fenômenos se projeta em protestos e mobilizações, caracterizados pelo *slogan* "não nos representam". Simultaneamente, todos os tipos de violência (de gênero, crime organizado...) aumentaram no continente mais violento do planeta,

deparando-se com um Estado incapaz de dar segurança — por igual — aos seus cidadãos e, sobretudo, às suas cidadãs, adultas ou menores.

É uma onda de protestos que o sistema democrático parece incapaz de canalizar em propostas ou transformações baseadas em valores (igualdade, direitos humanos, sustentabilidade).

8- O grau de insegurança e de falta de confiança popular é tal que se pode falar em crise do Estado — um dos maiores inventos civilizatórios — e até mesmo, em alguns casos, de Estados falidos.

9- No nível supranacional, a gravidade da crise foi projetada em uma crise do multilateralismo, instrumento essencial para a consolidação das tendências progressistas. A chegada de Donald Trump à Casa Branca há quatro anos — felizmente derrotado em 3 de novembro de 2020 — fortaleceu extraordinariamente o clube dos iliberais contrários às organizações multilaterais (Organização das Nações Unidas — ONU —, Organização Mundial do Comércio — OMC). Trump boicotou o Acordo de Paris contra a mudança climática e o acordo de não proliferação nuclear com o Irã.

10- Em última análise, o que parece ter desaparecido é a capacidade de estabelecer estratégias geopolíticas de longo prazo e de longo alcance. Esse é o dilema que surge no século XXI diante da crise — ou das crises: ou se busca apoio e consenso supranacional para combatê-las, ou se enclausura a política dentro dos muros nacionais em uma reação defensiva para enganar a opinião pública.

A reação progressista à crise de representação política

Proponho um decálogo de ações políticas para o progresso:

1- Os progressistas recuperarão credibilidade se forem capazes de construir e colocar em prática uma política neokeynesiana de presença do poder público no cenário econômico, como alternativa a um neoliberalismo capitalista esgotado. Fazer isso significa não apenas propor políticas sociais de prestação de serviços, mas também as construir sobre a base de poderosas reformas fiscais que tornem realidade os impostos sobre a grande renda do capital e de pessoas físicas. Isso passa por fazer desaparecer a vergonha da humanidade que são os paraísos fiscais, aqueles que encontramos na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina.

2- A Democracia se baseia na igualdade. Pelo menos, assim é concebida pela esquerda. Alcançá-la requer consensos sociais quanto a políticas sociais (renda mínima).

3- Requer também consensos políticos do tipo proposto —

talvez sem grande convicção — pela Cepal, como nos explicava o professor Jaime Preciado no seminário citado. Uma espécie de *Welfare State*, ainda tão distante do alcance da América Latina, que possa combater a informalidade do trabalho, a baixa produtividade, a desigualdade de gênero ou a frágil, quase inexistente, seguridade social.

4- O ponto de referência para os consensos sociais e políticos são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e a Agenda 2030.

O acima exposto requer uma aproximação entre sociedade e política.

5- É imprescindível forjar alianças progressistas, não só no campo institucional ou partidário, mas também entre organizações da sociedade civil, fundações e *think tanks*, que sejam capazes de cruzar as fronteiras nacionais e nacionalistas. Uma aliança baseada nos valores dos Direitos Humanos e na cultura da esquerda, em cujo cerne esteja a igualdade.

6- Os e as progressistas têm a tarefa de canalizar a potência das mobilizações sociais, especialmente as dos jovens, em propostas e em realidades. Nesse âmbito, a política educacional ocupa um lugar central, com o horizonte da digitalização, dos valores de cidadania e da igualdade de gênero.

7- O populismo é o câncer da democracia e um dos culpados da crise de representação política. Deve ser um objetivo prioritário da esquerda impedir o crescimento do populismo por meio de políticas inclusivas, feministas e antirracistas.

8- O fortalecimento institucional é a condição imprescindível para que as políticas progressistas se tornem realidade. Isso requer investimento público e, portanto, sistemas tributários progressivos. Para isso, também é necessário, uma vez mais, construir alianças que possibilitem esse fortalecimento do Estado e do interesse público.

9- Num mundo interdependente, o mito da soberania nacional deve ceder à colaboração multinacional e multilateral. Esperemos que Biden não decepcione aqueles que o escolheram para fazer políticas progressistas, não isolacionistas; humanistas, sociais e inteligentemente abertas à solidariedade e ao respeito pelas normas internacionais. O mesmo pode ser dito do G-20, cuja atuação tem sido um tanto decepcionante nas crises e nos acordos para a necessária moratória ou cancelamento da dívida externa dos países pobres ou em desenvolvimento.

10- As forças progressistas devem dirigir, em suma, um reforço da perspectiva estratégica na geopolítica mundial. Somente elas podem fazê-lo, e isso requer uma estreita colaboração e intercâmbio de ideias.

Essas alianças não são fáceis quando falta um grau suficiente de integração regional (América Latina). Portanto, esse objetivo deve unir-se aos demais. A América Latina deve ter a capacidade de consenso que só se atinge com uma forte integração no nível político-institucional.

Nota

[1] Vice-Presidente Executivo da *Fundación Alternativas*
Professor Emérito de Direito Constitucional

Referências

ALMOND; VERBA

BASTIDA, F. J. (coord.). *La Representación política*. Oviedo: Fundamentos, 2004.

BÖCKENFÖRDE, E. W. *Estudios sobre el Estado de Derecho y la democracia*. Madri: Editorial Trotta, S.A., 2000.

CERRONI, U. *La libertad de los modernos*. Barcelona: Martínez Roca, 1972.

GARCÍA-PELAYO, M. *El Estado de Partidos*. Madri: Alianza Editorial, 1986.

LÓPEZ GARRIDO, D. *Lecciones de Derecho Constitucional de España y de la Unión Europea*. Valência: Tirant lo Blanch, 2018. v. I.

LEIBHOLZ, G. *Problemas fundamentales de la Democracia moderna*. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1971.

PÉREZ ROYO, J. *Curso de Derecho Constitucional*. Madri: Marcial Pons / Ediciones Jurídicas y Sociales S.A., 2005.

ROUSSEAU, J.-J. *Du Contrat Social*. Paris: Flammarion, 1992.

STERN, K.

Relatório Ibero-América 2020

Ramón Torres Galarza[I]

A política, a democracia e os direitos. Entre a utopia e a distopia

Resumo

A política, tomada em sua capacidade de conservar ou transformar a realidade, é hoje debatida entre o ideal utópico de sociedades e culturas que exercem direitos e assumem obrigações em condições de justiça e equidade e a realidade distópica de sociedades e comunidades desintegradas e carentes de visão e ação compartilhada, sem horizonte de futuro e terrivelmente desencantadas com a política e a democracia como formas de representação.

Neste trabalho me pergunto:

São possíveis e potentes as novas formas e conteúdos para pensar e fazer política na América Latina, a partir da ressignificação ou revitalização de uma democracia agonizante e da capacidade de construir sujeitos políticos que exerçam direitos em relação à economia, à sociedade e ao Estado e que possam coexistir respeitando todas as formas de vida, para sobreviver como espécie?

Busco uma abordagem para essa complexidade que não admite simplificação; portanto, a partir de um enfoque transdisciplinar, ponho em diálogo alguns dos conteúdos do pensamento latino-americano que, no passado, no presente e no futuro, contribuem para conceber a possibilidade de uma política e uma democracia orientadas ao bem viver.

A política como senso do comum

O império mais poderoso da cultura do capital – o império sobre os sentidos – é o "senso comum". Seu desenvolvimento foi internalizado de forma profunda individual e coletivamente, e constitui o fator que nos identifica em nossas relações sociais, valores, costumes, modos de ser e pensar que são determinados, hegemonicamente, por essa forma de ver as coisas e os fatos a partir do "senso comum".

Em uma abordagem da história da filosofia: é Shaftesbury quem o define como "senso comum e natural de algo sublime e belo nas coisas". Em *O Leviatã*, Hobbes postula a imagem que exclui a espiritualidade e a nobreza da natureza humana, ao afirmar que o homem é para sempre um lobo do homem, o que condena a possibilidade da moral e da política. Para Voltaire, este mundo é o melhor dos mundos possíveis, e o senso comum era aquilo que melhor se distribuía no mundo.

Hegel, em sua *Fenomenologia do Espírito*, busca passar do saber aparente à essência, levando a consciência à ciência. Critica o senso comum porque este se baseia na *aparência* e não na *essência*, naquilo que aparece e é tido como conhecido. Opõe, assim, o senso comum à ciência. Diz-nos que o sentido perceptivo, vulgarmente denominado de senso comum ou bom senso, é dado por uma consciência sórdida e real; perceptivamente, não é senão o jogo das abstrações.

Para Marx, "se a essência das coisas e sua aparência coincidissem, a ciência não seria necessária". A essência não pode existir sem a aparência, porque a aparência é a manifestação exterior da essência; existem em relação com os fenômenos sociais, a base ou estrutura (fundamentalmente econômica) e a superestrutura (fundamentalmente ideológica). Por isso, os processos sociais não podem ser tomados como coisas concretas

e materiais, mas sim, ao contrário, como relações sociais. Marx diz: os homens na vida social se comunicam entre si não por meio de relações científicas, mas por meio de relações ideológicas, ou seja, da falsa consciência.

Para Gramsci, a sociedade civil é "o conjunto dos chamados organismos privados que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade". Foi Lênin quem utilizou o conceito de hegemonia fundamentada, ao argumentar que as diferenças dentro dos sovietes não podiam ser resolvidas pela força.

O sentido de hegemonia para Gramsci aludia à possibilidade de que as classes subalternas na Itália pudessem fazer alianças com a burguesia, com a nobreza, com os latifundiários do sul, os industriais do norte, os intelectuais e a igreja para configurar uma nova hegemonia, a hegemonia cultural. Sem esperar contar previamente com a hegemonia política, já que o Estado governa pela hegemonia, ou seja, impõe-se pacificamente, além de ter a hegemonia da força.

Dessa forma, para Gramsci, o senso comum é um "conceito equívoco, contraditório, multiforme"; é, portanto, um produto e um devir histórico, não havendo definições únicas ou unívocas sobre ele. Não se estabelece a partir dos nexos de causa e efeito e, assim, possui uma concepção desagregada e incoerente, de acordo com a posição social de quem o usa e como o usa. O senso comum tem características históricas, ideológicas e políticas. O senso comum constitui uma forma de conhecimento diferente da ciência.

Estamos diante de um conceito polissêmico, em que a palavra "senso" se refere às experiências variáveis nas quais os sentidos – no plural – se expressam em relações socioculturais e que não são determinadas pela consciência ou razão, nem aludem à sua complexidade. Em vez disso, existem em sua simplicidade, simplificação e intuição e não requerem ideologia para justificá-las.

O senso comum constitui uma forma de conhecimento, mas não necessariamente uma forma de consciência sobre a realidade. Por isso se torna essencial indagar sobre o sentido conservador ou emancipatório com que o "senso comum" opera em nossas sociedades e culturas. O senso comum pode conservar e/ou transformar a ordem.

A política se trata, então, de uma disputa pela hegemonia do senso comum que possa substituir concepções e percepções sobre a realidade; que possa superar uma cosmovisão que naturaliza os fatores de dominação, neutraliza as possibilidades de sermos livres e torna impotentes as forças de criação da novidade histórica.

Um senso comum, sobre o que é comum, o que é próprio e o que é alheio, sobre como é imprescindível uma razão individual e coletiva. Um senso comum de pertencimento e identidade, de origem e destino.

Falamos de um senso comum dos comuns, de consciência e vontade sobre o novo, não determinado apenas pelo passado, mas atuando no presente com visão de futuro.

O senso do comum, isto é, aquilo que nos determina como comunidades, como culturas, como povos; com modos de vida e de relações entre os seres humanos e a natureza. Um senso do comum sobre o poder dos comuns.

O senso do comum na construção de comunidades de sentido que disputem a hegemonia selvagem do senso comum, imposta pelo capital e pelo capitalismo, que condena o sentido da existência humana ao mercado e ao consumo. Por não ser possível ser e fazer. Trata-se de contestar a lógica do mercado a partir da cultura e da comunidade, contestar o sentido do ter a partir do ser.

Fazer política para gestar o senso do comum e o comum sentido do ser, ou seja, nossa Pátria Grande, nossa Mátria, a pátria como mulher – conforme definida por Benjamin Carrión – e nossa América como causa e casa comum, como culturas e povos cujo destino inexorável é a nossa integração e independência.

Sobre o eterno retorno dos processos de libertação e democracia

Hoje, alguns de nossos processos políticos, entre conquis-

tas e dificuldades, transitam a necessidade de sempre reinventar sua caminhada, seu ritmo, sua intensidade, sua energia, seu lugar e seus companheiros de viagem para alcançar sua continuidade e permanência.

Tento definir provisoriamente seis hipóteses para analisar algumas das experiências e aprendizados de alguns governos de esquerda, democráticos, progressistas, populares, nacionalistas ou revolucionários que, durante mais de uma década, venceram as eleições na Argentina (2003-2007), (2007-2015); na Bolívia (2006-2020); no Brasil (2003-2010), (2011-2019); no Equador (2007-2017); em El Salvador (2009-2014), (2014-2019); no Paraguai (2008-2012); em Nicarágua (2007-presente); no Uruguai (2005-2010), (2010-2015), (2015-2020); e na Venezuela (1999-2013), (2013-2019).

Ganhamos eleições, ampliamos a quantidade e a qualidade do Estado para os mais pobres, mas, por coexistir em disputa ou convivência com o poder do capital e do capitalismo, nossas conquistas se fragilizam ou se revertem.

Organizamos com acerto o retorno do Estado para representar o interesse comum, planejar, regulamentar, investir, distribuir, mas, em alguns casos, a administração e gestão pública sobrerrepresentou a sociedade. O poder burocrático não pode nem deve substituir ou cooptar o poder popular.

Conseguimos enfrentar fatores de exclusão econômica, garantimos historicamente direitos econômicos, geramos inclusão no mercado, sem conseguir que a economia popular, comunitária e solidária se consolidasse.

A democracia, entendida de forma plural, obriga-nos não só a proclamar a diversidade, mas também a gerar fatores para viver em uma democracia intercultural. A existência de sujeitos plurais que constroem uma hegemonia plural. As cores, os cheiros e sabores de nossas democracias.

Hoje, os elementos de identidade da juventude são marcados principalmente não pela transformação da sociedade capitalista, mas para conseguir sua inclusão na sociedade de mercado.

A promoção de novas formas de integração (ALBA, 2004; UNASUL, 2008; CELAC, 2010; o novo MERCOSUL, 2014) constituiu um marco emblemático do sentimento e do sentido de região, hoje ameaçados pelo interesse de desintegração.

Entre a utopia e a distopia

Interessa-me analisar como, em relação aos direitos, culturas, povos, seus territórios, seus conhecimentos; às sociedades; aos Estados; e às economias, sobrevivemos contemporaneamente entre a utopia e a distopia.

Sobre a utopia:

O conceito de utopia foi usado pela primeira vez na história no final do século XVI e etimologicamente se refere tanto a um *ου-τόπος*("não lugar") como a um *ευ-τόπος* ("bom lugar"). "Um lugar onde se consegue regular o desejo, a avareza, a ânsia de possuir riqueza, poder ou terras como fonte de todos os males e infortúnios tanto para as repúblicas quanto para os indivíduos que as habitam." (MORE, 2018)

Entre 1515 e 1516, Thomas Morus, que vivia em Londres, cunhou o conceito de "utopia" em relação a uma ilha imaginária, que situava na América, onde existia um sistema político, social e jurídico perfeito. Os utopienses viviam em uma comunidade de bens onde, "embora ninguém tenha nada, todos são ricos". Cada casa possuía uma horta, e o cultivo era "uma ciência comum a todos eles, homens e mulheres, na qual todos são experientes e habilidosos e instruídos desde a infância". Em Utopia, o dia e a noite se dividem em 24 horas justas, dedicando-se e reservando-se apenas 6 horas ao trabalho, e a formação é para homens e mulheres "segundo sua inclinação natural". Utopia, de acordo com o imaginário de seu criador, funcionava assim por ser uma república escravista, na qual escravos desempenhavam tarefas de serviço público.(MORE, 2018)

Para Ciorănescu (1972), o conceito de utopia se refere à obra de Morus, a um gênero literário, a um projeto irrealizável. Para outros autores mais recentes, a utopia se refere a uma "orientação que transcende a realidade e que, ao mesmo tempo, rompe

os vínculos da ordem existente" (CIORĂNESCU, 1972).

Assim, desde sua origem, o conceito de utopia é uma espécie de polifonia que atribui visões e conteúdos particulares a um mesmo tema, ou constitui, ainda, uma polissemia que atribui diferentes significados à utopia.

A América Latina foi considerada por Hegel (1830) o "país do futuro". Um país do futuro que não teve passado e cujo presente lhe é estranho. Um povo não histórico, incapaz de uma historicidade que surja de si mesma, pois não é um ato de forma alguma e necessita um agente externo que a retire de sua materialidade impotente. Não possui substancialidade, visto que é uma matéria incapaz de dar forma a si mesma.

Hegel considera a América como o "novo", mas se trata de uma novidade que ocorre primitivamente no plano físico e não no histórico. Isso nos permite ver o pressuposto de um único sujeito capaz de se tornar e se gestar: o "descobridor". A América não é "nova" para si mesma, mas para o outro.

Para Fernando Aínsa (1989) a América é colocada no sentido do imaginário a partir de uma "especulação imaginativa sobre mundos alternativos". Nela está representado o desejo de realizar uma vida ideal, perfeita, uma vida que deixe para trás as deficiências e limitações. A América é categorizada como o Novo Mundo no sentido preciso de representá-la como o lugar – topos – para o projeto onde o homem encontra e protagoniza sua centralidade no cosmos. A América é construída como o espaço geográfico para a realização da riqueza, fama, perfeição, encontro, pureza do humano. Éden, Eldorado, a terra das amazonas, Atlântida. Assim, destaca Aínsa, utopia e mito andam de mãos dadas.

Para Aínsa (1999), "a utopia não se limita a ser a construção imaginária de um mundo possível, mas é uma forma de perceber e analisar a realidade contemporânea". Ainda segundo o autor, "a utopia é sempre dualista na medida em que concebe e projeta uma contraimagem qualitativamente diferente das dimensões espaço-temporais do presente" (AÍNSA, 1999).

A utopia, então, ativa iniciativas políticas, sociais e culturais a partir de um espaço concreto e de uma temporalidade aberta, gerando atitudes e, por vezes, fatos transformadores. Sempre há uma tensão, às vezes contradição, entre o ideal e o real.

Para Roig (1982), o valor da utopia na articulação dos discursos libertadores na América Latina opera como função, como orientação mobilizadora de uma crítica sobre a realidade: é – diz ele – "o modo como o homem encara e assume de maneira mais radical sua própria realidade contingente; longe de ser simplesmente evasão ou renúncia ao presente social, a utopia no pensamento latino-americano é, ao contrário, uma forma fecunda de abrir as questões sociais e desnaturalizar as formas políticas.

Roig (1982) nos diz que "o problema da utopia é o problema regulatório da ideia" e, nesse sentido, situa-se como uma função no interior dos discursos críticos da realidade social e política de Nossa América, constituindo uma utopia para si.

O autor destaca ainda a relação entre a formulação utópica e o surgimento de uma consciência para si: todo lugar real (social, político) é acompanhado por um halo utópico, que funciona como arcabouço ou dimensão imaginativa em relação a outro futuro.

Assim, a utopia enquanto discurso desempenha um papel crítico das ideias hegemônicas, pois abre espaço para a compreensão da historicidade universal de cada homem, o que significa trazer à consciência a possibilidade de mudança, em que a realidade e seus atributos não estão decididos *a priori*, em que as formas sociais e políticas não operam por necessidade, mas por contingência.

Nessa perspectiva, a utopia desempenha uma função crítico-reguladora do real, uma vez que possibilita a decodificação e desmontagem dos códigos sobre os quais se organiza um discurso crítico com o qual certas totalizações podem ser rompidas.

Assim, a função crítico-reguladora da utopia é aplicada como categoria do possível, do necessário. Critica o que chama de "excedente utópico", ou seja,

a visualização do valor do possível – de uma situação outra, não acontecida – em relação ao presente. É isso o que confere valor de verdade à utopia, que permite compreendê-la para além de uma mera quimera impossível, que finalmente outorga à utopia um valor epistemológico enquanto função.

Para Mannheim (1966), a utopia é a antítese da ideologia, porque "a utopia existe quando é desproporcional em relação à realidade dentro da qual existe" e "se orienta a objetos que não existem na situação real". Chamaremos de utópicas aquelas orientações que transcendem a realidade e que, ao informar a conduta humana, tendem a destruir parcial ou totalmente a ordem de coisas predominante naquele momento. Dessa forma, para o autor, o pensamento utópico é incapaz de diagnosticar corretamente uma condição existente na sociedade.

Sobre a distopia:

A distopia (tomando definições de vários autores) é conhecida como a representação ficcional de uma sociedade futura com características negativas que causam a alienação humana.

Essas descrições de sociedades errôneas são chamadas de distopias.

Entendemos por distopia (de "dys-topos") um mau lugar, que não deve ser tomado como exemplo por ir contra o que as novas ideias consideram próprio da civilização moderna, constituindo-se ao mesmo tempo em uma crítica à ordem sociopolítica existente e em uma proposta alternativa ao modelo imperante.

Segundo o *Oxford English Dictionary*, o termo foi criado por John Stuart Mill, que também utilizava, ao mesmo tempo, o sinônimo criado por Bentham, "cacotopia". As duas palavras baseiam-se em "utopia", analisada como *eu* + *topia,* como um lugar onde tudo é como deveria ser, isto é, o inverso de *dys* + *topia*, que é um lugar onde a situação não é essa.]

"Uma distopia está intimamente conectada à sociedade atual, destruindo, parcial ou totalmente, a ordem existente em determinada época" (MANNHEIM,1976).

As distopias também nos permitem acessar tanto o imaginário da época quanto seu pensamento crítico. Voltando à proposição de Mannheim, diríamos que, se uma sociedade carecesse de metas, também careceria de distopias, pois não haveria nela nada digno de ser modificado.

Castoriadis (1999) afirma: a realidade, a linguagem, os valores, as necessidades, o trabalho de cada sociedade especificam a cada momento, em seu modo de ser particular, a organização do mundo e do mundo social referida às significações imaginárias sociais instituídas pela sociedade em questão [...]. Nesse ponto, também participam o modo como a sociedade se refere a si mesma, a seu próprio passado, a seu presente e a seu futuro, e o modo de ser, para ela, de outras sociedades.

"Uma distopia está intimamente conectada à sociedade atual, destruindo, parcial ou totalmente, a ordem existente em determinada época"

As sociedades, sejam elas instituintes ou instituídas, são história, isto é, constante autoalteração, e essa autoalteração perpétua é uma de suas características fundamentais.

Sobre a política, no labirinto entre a utopia e a distopia

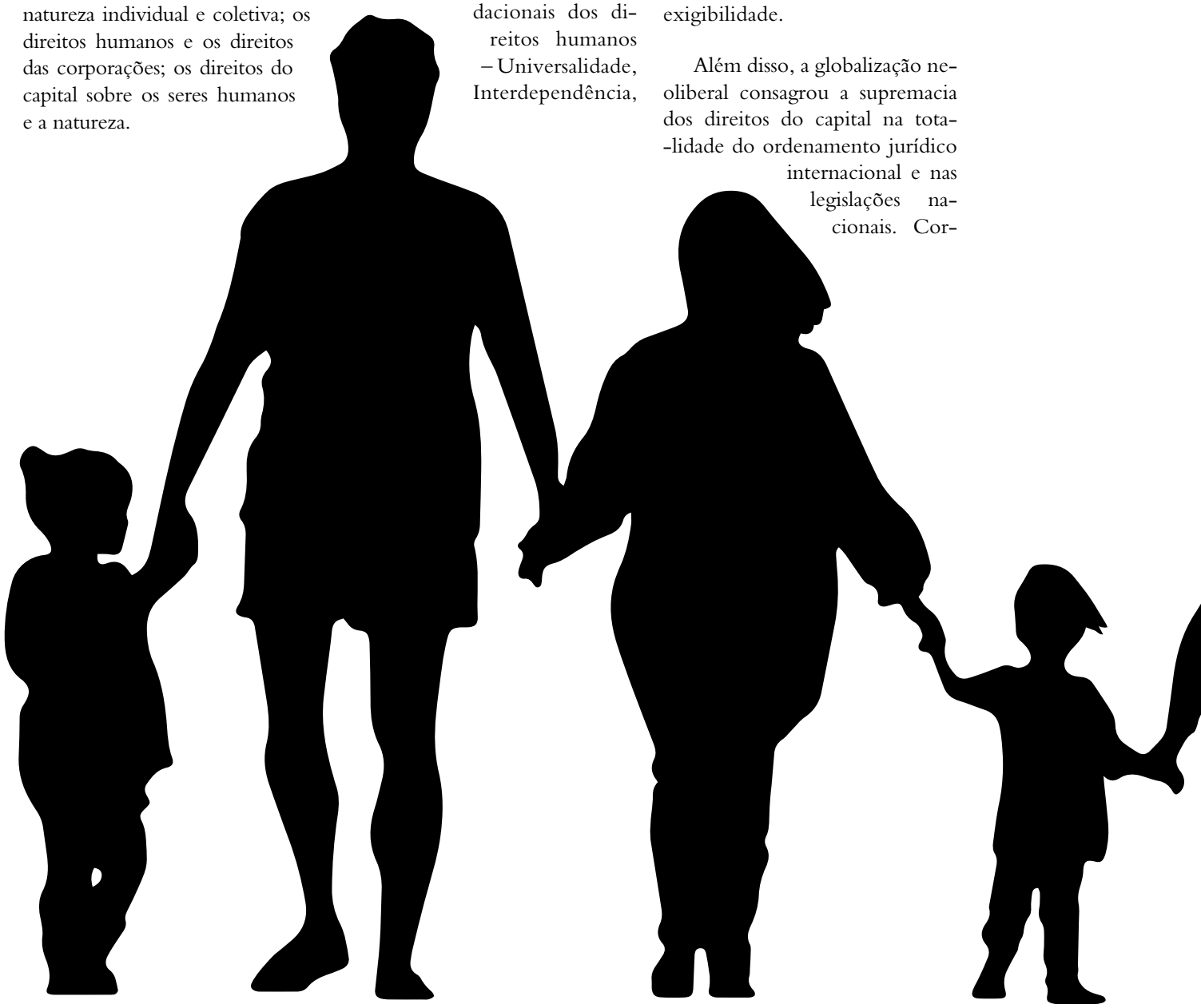
Os dilemas ou labirintos pelos quais transitam a política e o direito aludem ao mesmo tempo, segundo entendo, aos seguintes conflitos: (i) a defesa da vida humana e a vida de todas as vidas; (ii) as novas formas de dominação e hegemonia; (iii) o desenvolvimento da ciência e da tecnologia sob o controle corporativo; (iv) as formas de relação intercultural; e (v) a nova economia para a vida.

A discussão atual sobre filosofia e direito é determinada pela crise do positivismo jurídico e pela necessidade imprescindível de uma abertura a um diálogo inter- e transdisciplinar que nos permita, a partir de um "diálogo de saberes", aproximar-nos de novas epistemologias e sentidos nos quais se constituem o sujeito de direitos, a natureza individual e coletiva; os direitos humanos e os direitos das corporações; os direitos do capital sobre os seres humanos e a natureza.

Assim, a bioética, o biodireito, a bioeconomia e a biopolítica expressam o divórcio entre a sociedade de mercado e a vida, levando à necessidade de pensar e gestar uma nova ordem cuja centralidade seja a vida, ou melhor, a vida de todas as vidas.

Os princípios fundacionais dos direitos humanos – Universalidade, Interdependência, Indivisibilidade ou Integralidade, Progressividade – enfrentam não somente a crise epistêmica ou de paralisia cognitiva, mas fundamentalmente a crise de aplicabilidade, uma vez que não existem garantias efetivas para sua observância, cumprimento e exercício, condenando-os à retórica na medida em que são carentes de exigibilidade.

Além disso, a globalização neoliberal consagrou a supremacia dos direitos do capital na totalidade do ordenamento jurídico internacional e nas legislações nacionais. Cor-



porações privadas e monopolistas têm mais e melhores direitos que os Estados, as sociedades, os seres humanos e a natureza.

Hoje, o acesso à justiça e o exercício dos direitos são determinados pela capacidade econômica, gerando a dissolução ou devastação do Estado de direito, uma vez que os direitos civis ou políticos – chamados de primeira geração – podem ser demandados ou exigidos do Estado, e os chamados direitos de terceira geração – os direitos econômicos, sociais, ambientais e culturais – não podem exigir seu cumprimento perante o Estado. No entanto, nem há direito que não comporte uma obrigação, nem pode haver um direito que não possua exigibilidade.

Desse modo, o direito neoliberal devastou, desarticulou ou desintegrou os sistemas jurídicos do Estado liberal e os regimes jurídicos garantistas que, quando surgiram, significaram um avanço substancial para a humanidade.

O neoliberalismo deixou de usar – por ser disfuncional aos seus interesses – a ordem liberal de direitos, estabelecendo o caos da insatisfação de direitos para alcançar uma nova funcionalidade do Estado, em relação ao interesse e ao poder do capital e do mercado, gerando a devastação de direitos na sociedade de mercado e, portanto, a devastação da democracia liberal.

E não somente sociedades foram devastadas, mas também territórios, culturas, ecossistemas e povos, para favorecer os interesses e "direitos" das corporações extrativistas, madeireiras, petrolíferas, mineradoras, do agronegócio, etc.

Todas essas formas de ocupação do capital sobre a natureza desarticulam fluxos sistêmicos, integrados, relacionais e interdependentes, gerando

impactos irreversíveis para os seres humanos e a natureza. Têm como terrível consequência a crise climática, a pobreza, as migrações, o desemprego, o crescimento urbano, etc. E geram, sem dúvida, as pandemias.

O neoliberalismo não pode ser entendido apenas como uma doutrina econômica, jurídica ou política. Para enfrentá-lo, é necessário entendê-lo como uma cultura do consumo que nos consome como sociedades e comunidades.

No meio e medo da pandemia mais recente, vivemos novamente a terrível crise da democracia e dos direitos, em que as circunstâncias de legalidade, estados de exceção, autoritarismo, violência e terrorismo de Estado, criminalização dos protestos sociais, migrações, discriminação, xenofobia, racismo, feminicídios, perseguição e eliminação de defensores, entre outros, constituem as evidências desta nova forma da mais antiga guerra, a guerra contra os mais pobres.

Vivemos, efetivamente, o tempo da tanatopolítica – a política da morte.

Por tudo isso, hoje, como em nenhum outro momento da história humana, diante da distopia do medo e da morte, devemos nos perguntar e agir, a partir da política e dos direitos, em nome da utopia possível da vida de todas as vidas e do socialismo do Bem Viver.

Nota

[1] Diplomata y poeta – Equador

Referências

AÍNSA, Fernando. *La reconstrucción de la utopía*. Buenos Aires: Del Sol, 1999.

CASTORIADIS, 1999

CIORANESCU, Alexandru *L'Avenir du Passé*: Utopie et littérature. Paris: Gallimard, 1972.

HABERMAS, Jürgen. *El concepto de dignidad humana y la utopía realista de los derechos humanos*. Diánoia, 2010.

MANNHEIM, Karl. *Ideología y utopia*. Madri: Aguilar, 1966.

MORO, Tomás. *The English Works of Sir Thomas More*. Londres: Eyre and Spottiswoode, 1931. v. I.

NOZICK, Robert. *Anarquía, Estado y Utopía*. Tradução: R. Tamayo, fce, Buenos Aires, 1991.

ORWELL, George. "Wells, Hitler and the World State". *In: Critical Essays*. Morrison & Gibb. Londres: Edimburgo, 1946.

ROIG, Arturo Andrés. *Utopías en el Ecuador*. Quito: Corporación Editora Nacional, 1987.

TILLICH, Paul. "Crítica y justificación de la utopía". *In*: MANUEL, F. E. (comp.). *Utopía y pensamiento utópico*. *Madri*: Espasa, 1982.

BERNASCONI, Robert. "Hegel at the Court of the Ashanti". *In*: BARNETT, Stuart (ed.). *Hegel after Derrida*. Londres: Routledge, 1998.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Gesammelte Werke*. Hamburgo: Meiner, 1968.

HINKELAMMERT, F. *Antología Esencial*. Buenos Aires: Clacso, 2017.

TORRES, Ramón. E*l Sentido de lo Común, Pensamiento Latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2018.

Artigos de referência escritos pelo autor

TORRES, Galarza, R. El derecho urbano y los derechos ciudadanos. *Revista Hábitat*, México, 1996.

_____. Las autonomías entre lo local y lo global. *Ecuador Debate*, 1998.

_____. *Para vivir la diversidad*. *Revista Íconos*, Equador: Flacso, 1998.

_____. *Globalización y diversidad*. *Revista de la Red Mexicana de Abogados*, México, 1999.

_____. *Justicia Ambiental y defensa de los nuevos derechos ambientales culturales y colectivos en América Latina*. Nações Unidas e UNAM, México. 2001